



UFRRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE

Dissertação de Mestrado

**“LUTA-SE PELA TERRA LIVRE”: RESISTÊNCIA E LUTA PELA
TERRA EM CACHOEIRAS DE MACACU, RIO DE JANEIRO.**

RICARDO JOSÉ BRAGA AMARAL DE BRITO

Rio de Janeiro

2018



UFRRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS
SOCIAIS EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE

**“LUTA-SE PELA TERRA LIVRE”: RESISTÊNCIA E LUTA PELA
TERRA EM CACHOEIRAS DE MACACU, RIO DE JANEIRO**

RICARDO JOSÉ BRAGA AMARAL DE BRITO

Dissertação submetida como requisito
parcial para obtenção do grau de **Mestre
em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-
Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Orientadora: Leonilde Servolo de Medeiros

Rio de Janeiro

2018

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B8621" Brito, Ricardo José Braga Amaral de, 1993-
"Luta-se pela terra livre": resistência e luta
pela terra em Cachoeiras de Macacu, Rio de Janeiro. /
Ricardo José Braga Amaral de Brito. - 2018.
225 f.: il.

Orientadora: Leonilde Servolo de Medeiros.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação de
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade, 2018.

1. Ditadura Empresarial-Militar. 2. Resistência
Cotidiana. 3. Trabalhadores rurais. 4. Movimentos
sociais. I. Medeiros, Leonilde Servolo de, 1949-
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade III.
Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade (CPDA)

RICARDO JOSÉ BRAGA AMARAL DE BRITO

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para
obtenção do grau de mestre em Ciências Sociais.

Dissertação aprovada em 16/03/2018.



Prof.ª Dr.ª Leonilde Servolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ)
(Orientadora)



Prof.ª Dr.ª Regina Angela Landim Bruno (CPDA/UFRRJ)



Prof. Dr. Mario Grynazpan (UFF)



Prof.ª Dr.ª Elina Gonçalves da Fonte Pessanha (UFRJ)

AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação é uma tarefa que envolve muitas etapas: nenhuma delas é fácil e muito menos realizada sem a ajuda de outras pessoas. Neste espaço gostaria de agradecer a todos aqueles que tornaram possível a construção deste trabalho:

- à professora e orientadora Leonilde Medeiros, pelos exemplos de generosidade e rigor acadêmicos, pela abertura à minha entrada na pesquisa *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*, ainda em 2014, quando eu era estudante de graduação, pelos conselhos, pelas leituras atentas e por todo o carinho;
- à Thaissa Fontoura, companheira, amiga, parte integrante desta pesquisa e da minha vida, que esteve ao meu lado em arquivos e entrevistas, que me ajudou em cada etapa, que me deu suporte e puxões de orelha. A você estas três linhas não bastam;
- ao Fabrício Teló, que abriu todos os caminhos de pesquisa, me ajudou, deu conselhos; com ele aprendi na prática a fazer trabalho de campo: amizade das mais especiais;
- aos meus pais, que me deram todo o apoio possível, ainda que me perguntem sempre o que eu estudo: vocês estão em cada linha e olhar deste trabalho;
- ao meu irmão e a Laís, pelos abraços e conversas. Ao meu irmão agradeço, ainda, pela ajuda na construção dos mapas de Cachoeiras de Macacu e por seu meu melhor amigo;
- ao Deivison, funcionário do Incra, que buscou dados nos arquivos da Superintendência do Rio de Janeiro do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e fez perguntas a todos que conhecia para me ajudar, também munido pelo desejo de tornar os problemas agrários do estado conhecidos;
- à professora Elina Pessanha que me introduziu no tema da repressão sobre os trabalhadores rurais. Foi no Laboratório de Memória Operária e no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (Amorj) que tudo começou;
- à turma de Mestrado de 2016 do CPDA/UFRRJ: as trocas de experiências, saberes e risadas foram fundamentais para o desenvolvimento e a sobrevivência durante essa fase da minha vida acadêmica;
- ao corpo docente e os técnicos-administrativos do CPDA/UFRRJ;
- à Lena, moradora de Serra Queimada e militante contra a construção da barragem do Guapiaçu, exemplo e inspiração, e sua família;
- a todos os trabalhadores e trabalhadoras rurais que me cederam seu tempo e suas memórias. Cada um de vocês, citados ou não neste trabalho, foi motivo para este trabalho ser realizado;

- a João de Jesus Pereira, ex presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cachoeiras de Macacu pelas entrevistas e documentos que me cedeu;
- aos integrantes da Corvina: André, Mário e Gui pela compreensão durante os ensaios e por possibilitarem este momento criativo e reconfortante.

Por fim, agradeço à Fundação Capes pela bolsa de estudos, fundamental para a realização da pesquisa em tempo integral. Sem financiamento público a pesquisa científica se torna quase impossível.

Vivemos a experiência mas perdemos o significado,
E a proximidade do significado restaura a experiência
Sob forma diversa, além de qualquer significado. Como já se disse,
A experiência vivida e revivida no significado
Não é a experiência de uma vida apenas
Mas a de muitas gerações – não esquecendo
Algo que, provavelmente, será de todo inefável:
O olhar para além da certeza
Da História documentada, a olhadela,
Por cima dos ombros, ao terror primitivo lançada.
(T. S. Eliot. *Quatro Quartetos*, 1943, Tradução de Ivan Junqueira)

RESUMO

BRITO, Ricardo José Braga Amaral de. “Luta-se pela terra livre”: Resistência e luta pela terra em Cachoeiras de Macacu, Rio de Janeiro. 225p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2018.

Este trabalho buscou construir um fio interpretativo capaz de interligar as diferentes configurações que a luta pela terra assumiu na região da fazenda São José da Boa Morte e arredores. O centro da análise foi o esforço de compreender a formação de uma “resistência teimosa” entre os trabalhadores rurais. Para tanto, analisamos as fontes materiais e as dimensões simbólicas presentes nas ocupações de 1961, 1963 e 1979 na Fazenda São José da Boa Morte, buscando, ainda, expandir a análise para o Núcleo Colonial de Papucaia e seu entorno. Deste modo, a organização política dos trabalhadores rurais em momentos anteriores e durante a ditadura empresarial-militar, iniciada em 1964, foi o foco desta dissertação, que busca ligar a atuação local ao cenário político mais amplo e às múltiplas formas de atuação do Estado e da classe empresarial, bem como realizar uma reflexão sobre os usos e significados da memória na luta por terra.

Palavras-chaves: Ditadura empresarial-militar; Resistência cotidiana; Trabalhadores rurais; Movimentos sociais.

ABSTRACT

This work sought to construct an interpretative thread capable of interconnecting the different configurations that the struggle for the land assumed in the region of the farm São José da Boa Morte and its surroundings. The focus of the analysis was the effort to understand the formation of a "stubborn resistance" among rural workers. To that end, we analyzed the material sources and the symbolic dimensions present in the 1961, 1963 and 1979 occupations at the Fazenda São José da Boa Morte, and also sought to expand the analysis for the Colonial Nucleus of Papucaia and its surroundings. Thus, the political organization of rural workers in previous moments and during the corporate-military dictatorship, begun in 1964, was the focus of this dissertation, which seeks to link local action to the broader political scenario and the multiple forms of State action and of business class, as well as conduct a reflection on the uses and meanings of memory in the struggle for land.

Key-words: Corporate-Military Dictatorship; Daily Resistance; Rural Workers; Social Movements.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1** – Cartaz de convite à reunião da União das Ligas Camponesas. (Revolta dos lavradores fluminenses). *O mundo ilustrado*, 02/12/1961, p. 23. 89
- Figura 2** – A imagem, publicada no jornal *A Noite*, apresenta um documento assinado por Mariano Beser, intitulado “presidente”, permitindo o jornalista Leal de Souza e o fotógrafo Alberto França realizarem a cobertura jornalística da ocupação e das reivindicações camponesas. No canto superior esquerdo é possível ver um carimbo da “União das Ligas Camponesas”. (Resistir até o último homem!. *A Noite*, 23/11/1961, p. 3)..... 89
- Figura 3** – Entrincheirados em igreja em ruínas, os camponeses defendem o direito de acesso à terra. (Igreja em ruínas é trincheira para a rebelião de camponeses. *Última Hora*. 11.12.1963, p. 12). 100
- Figura 4** – Na reportagem de 1961 lê-se: “No quilômetro 18 da estrada Rio-Nova Friburgo, há um desvio. Depois de se andar 500 metros encontra-se um buraco no meio da estrada. Dos dois lados há homens armados. Um pedaço de pau com uma bandeira nacional na ponta avisa que ali começa ‘a terra livre dos lavradores’”. Embaixo da foto, como legenda da reportagem: “Um buraco na estrada, uma bandeira e alguns colonos marcam a fronteira da ‘terra livre dos lavradores’” (Macacu de novo em paz: polícia dispensada. *Tribuna da Imprensa*, 24/11/1961, p. 3, 2º caderno). 101
- Figura 5** - Imagem da entrada da Fazenda SJBM, onde foram hasteadas as bandeiras do Brasil e de “Luta-se pela terra livre” (ERNANDEZ, 2010, p. 141). 102
- Figura 6** - Na primeira foto é possível ver uma bandeira com os dizeres “Luta-se pela terra livre” em uma das entradas da fazenda. Chama atenção a quantidade de policiais presentes. (Despejados os lavradores de São José da Boa Morte, *Última Hora*, 02/12/1963, p. 1)..... 103
- Figura 7** – Página do IPM 7.477 (BNM 17, p. 205). A imagem foi aprimorada para melhorar sua resolução. 105
- Figura 8** – Presos lavradores de Macacu. *O Fluminense*, 01/02/1980. Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, Acervo CPT Nacional, Subfundo Conflitos no Campo Rio de Janeiro, RJ-0293-0034-00099. 183
- Figura 9** – As etapas na prisão. Legendas (de cima para baixo): “Ansiosos, os lavradores aguardaram o momento da libertação”; “Soltos, foram festejados pela população da cidade”; “Os agricultores de Macacu saem da cadeia e esperam a Justiça”. Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, Acervo CPT Nacional, Subfundo Conflitos no Campo Rio de Janeiro, RJ-0293-0034-00103..... 184
- Figura 10** – Panfleto “Macacu, cadê a terra?”. Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, Acervo CPT Nacional, Subfundo Conflitos no Campo Rio de Janeiro, RJ-0293-0034-00004. 193

Figura 11 – Ato público em 31 de janeiro de 1980. Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, Acervo CPT Nacional, Subfundo Conflitos no Campo Rio de Janeiro, RJ-0293-0034-00078. 193

Figura 12 – Concentração e ato em Março de 1980. Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, Acervo CPT Nacional, Subfundo Conflitos no Campo Rio de Janeiro, RJ-0293-0034-00110. 194

Figura 13 – Louvor para os lavradores de SJBM. Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, Acervo CPT Nacional, Subfundo Conflitos no Campo Rio de Janeiro, RJ-0293-0034-00014. 195

Figura 14 – Entrega do primeiro título de propriedade na São José da Boa Morte. Data provável: 1982. Fonte: Acervo pessoal de João de Jesus Pereira..... 200

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. População em Cachoeiras de Macacu (1920; 1940-1980).....	57
Tabela 2. Loteamento rural do Núcleo Colonial de Papucaia	65
Tabela 3. Estabelecimentos por grupos de área (ha) em Cachoeiras de Macacu (1940-1980).....	68
Tabela 4. Estabelecimentos e área (ha) segundo a condição do responsável em Cachoeiras de Macacu (1940-1980)	69
Tabela 5. Área (ha) dos estabelecimentos segundo a utilização das terras em Cachoeiras de Macacu (1940-1980).....	70
Tabela 6. Relação de Proprietários, imóveis e áreas em hectares na desapropriação da Fazenda São José da Boa Morte (1981)	196

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Localidades do Município de Cachoeiras de Macacu. Fonte: ESRI Basemap, IBGE, MACATUR.....	64
---	----

LISTA DE SIGLAS

ALF – Associação de Lavradores Fluminenses
AMORJ – Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro
APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
BNM – Brasil: Nunca Mais
CEV-RIO – Comissão Estadual da Verdade do Estado do Rio de Janeiro
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONTAG – Confederação dos Trabalhadores da Agricultura
CPDA/UFRRJ – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DGIE – Departamento Geral de Investigações Especiais
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social
DPS – Departamento de Polícia Social
DTC – Divisão de Terras e Colonização
FALERJ – Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro
FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
FETAG/RJ – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
IFCS/UFRJ – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro
INIC – Instituto Nacional de Imigração e Colonização
IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPM – Inquérito Policial Militar
MAB – Movimento Amigos do Bairro
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
NMSPP/CPDA/UFRRJ – Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo/CPDA/UFRRJ

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PIC – Projeto Integrado de Colonização

PPGAS/MN/UFRJ – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro

PRL – Partido Republicano Liberal

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista do Brasil

SJBM – São José da Boa Morte

SNI – Serviço Nacional de Informações

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUPRA – Superintendência da Reforma Agrária

UDN – União Democrática Nacional

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

VAR-PALMARES – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
Aproximação com o tema	19
Objetivo	21
Balanço da produção acadêmica sobre os conflitos por terra em Cachoeiras de Macacu.....	23
Referencial teórico	27
Metodologia	36
Estrutura da Dissertação	40
1. “FOME DE TERRA”: COLONIZAÇÃO DISPUTAS FUNDIÁRIAS EM CACHOEIRAS DE MACACU.....	42
1.1 A Baixada: despejo e valorização fundiária	42
1.2 Os projetos de colonização	47
1.3 O Núcleo Colonial de Papucaia	52
1.4 A Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense e a chegada dos Coimbra Bueno	59
1.5 Quadro fundiário de Cachoeiras de Macacu (1950-1980).....	63
2. DA RAIVA CRUA À INDIGNAÇÃO COZIDA: O PRÉ-1964 EM CACHOEIRAS DE MACACU	71
2.1 Organização política e construção de um <i>frame</i> de ação coletiva: 1958-1961.....	71
2.1.1 O movimento camponês no Estado do Rio de Janeiro e sua formação em Cachoeiras de Macacu	74
2.1.2 Mudanças e ajustes nas relações sociais.....	79
2.2 Indignação e luta por respeito nas ocupações de 1961 e 1963	86
2.2.1 A ocupação de 1961	86
2.2.2 A ocupação de 1963	97

2.3 As forças políticas no município de Cachoeiras de Macacu e as lutas camponesas	106
3. PRESENÇA E ATUAÇÃO DO ESTADO EM TEMPOS DE DITADURA: REPRESSÃO E RESISTÊNCIA CAMPONESA	111
3.1 Diminuindo os horizontes: os efeitos do golpe empresarial-militar em Cachoeiras de Macacu	111
3.2 O IPM sobre Cachoeiras de Macacu e a defesa da propriedade privada enquanto privilégio.	122
3.3 Presença do Estado nas áreas rurais: disciplinando os lavradores	129
4. “TERRAS ENCRENCADAS”: A REPRODUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE CONFLITOS EM SJB M E ARREDORES	148
4.1 Condomínio Agropecuário Marubaí	148
4.2 A devolução das terras e a mudança da política agrária	158
4.3 O movimento sindical e o novo despejo	163
5. “AÍ QUE NÓS VOLTAMOS MAIS ENFEZADOS AINDA”: OCUPAÇÃO E RECONQUISTA DA TERRA	173
5.1. Reconstituindo a ocupação: “Aí que nós voltamos mais enfezados ainda”	173
5.1.1 “Aí entramos de foice, machado e fomos roçando, roçando, roçando” ..	175
5.1.2 “Aí nós voltamos mais nervoso ainda. Pra susto isso não adiantava”	180
5.1.3 “Só faltou vir o exército. Aí levaram todo mundo preso”	182
5.2 Amplificando a ocupação	186
5.3 A desapropriação	195
CONSIDERAÇÕES FINAIS: RESISTÊNCIA TEIMOSA E MEMÓRIA NA LUTA PELA TERRA	204
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	209
DOCUMENTOS CONSULTADOS	216
ENTREVISTAS REALIZADAS E UTILIZADAS	220
ANEXOS	222

INTRODUÇÃO

É nosso objetivo nesta dissertação refletir sobre a experiência dos trabalhadores envolvidos na luta pela terra durante o período da ditadura empresarial-militar brasileira (1964-1985), buscando identificar as formas de resistência que permeiam o dia a dia de homens e mulheres que tecem suas redes de sociabilidade e de significado a partir da posse da terra, e que podem estar ligados ou não a entidades representativas e organizações. Está entendido em nossa análise que a luta pela terra protagonizada por esses trabalhadores é perpassada por um conflito de valores afetivos e morais que os tornam resistentes ao avanço de uma nova prática e relação com a terra, uma prática que valoriza a terra como mercadoria e se implementa através da expropriação.

A pesquisa também teve como intuito fazer uma reflexão sobre a memória dos atos de repressão praticados tanto pelo Estado quanto por fazendeiros e seus mandatários, reatualizando, assim, o passado de lutas que se perpetua no presente. O mapeamento da violência política no campo contra a luta pela reforma agrária, pela terra e pelos direitos dos trabalhadores revela as formas que estes usaram para resistir e conquistar na lei e na prática os seus direitos. Observar estas práticas tem como intuito reativar a percepção da vontade e da força do trabalhador rural que entrou em confronto direto com agentes públicos e privados.

O objeto empírico de análise será a fazenda São José da Boa Morte (SJBm), localizada no município de Cachoeiras de Macacu, Rio de Janeiro, e seu entorno, em especial o Núcleo Colonial de Papucaia. Desde o final dos anos 1950 a região foi palco de conflitos, despejos, prisões, espancamentos e resistências, com a presença ativa de associações locais, sindicatos de trabalhadores rurais e demais órgãos representativos de classe. Nela também ocorreram compras de terra pelo Estado para alocar lavradores bem como desapropriações. Ao longo desse tempo, é possível observar também as relações tecidas entre o patronato e o Estado, como também dos trabalhadores rurais entre si e com o Estado e a complexa dinâmica fundiária vivida no Estado do Rio de Janeiro.

A região analisada chama atenção pela intensidade dos conflitos fundiários, da atuação exercida pelo Estado e da resistência organizada dos lavradores. As três ocupações realizadas em 1961, 1963 e 1979 apontam para distintas configurações sociais, contextos históricos e experiências dos trabalhadores rurais no Município de Cachoeiras de Macacu e no Estado do Rio de Janeiro. A recorrência da ocupação

enquanto uma ação coletiva, mesmo durante o período ditatorial, aponta para uma forma de resistência cotidiana nas relações sociais. A conquista da desapropriação da São José da Boa Morte em 1964 e novamente em 1981 indica a força deste movimento capaz de reenquadrar as relações de dominação e construir um imaginário social de libertação da terra das mãos dos grileiros. Além disso, a presença do Estado nesta região de Cachoeiras de Macacu significou um acompanhamento ativo durante os anos 1960 e início dos anos 1970, mesclando ações de repressão e assistência.

Aproximação com o tema

A partir da leitura da obra *Retrato da repressão política no campo* de Ana Carneiro e Marta Cioccarri (CARNEIRO e CIOCCARI, 2010), o tema surgiu para mim como uma questão de interesse de pesquisa. O contato com esta obra se deu ainda durante minha graduação em Ciências Sociais, em um laboratório de pesquisa sobre Memória Operária, coordenado pela professora Elina Pessanha (IFCS/UFRJ), onde tive como tarefa observar não apenas a produção teórica sobre as memórias e experiências de trabalhadores organizados durante o regime militar, como também entrar em contato com os dados empíricos do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (Amorj/IFCS/UFRJ). Apesar de apresentar similaridades com a repressão sofrida pelos trabalhadores urbanos, a experiência do conflito e da vivência do cotidiano no campo me despertou o interesse após analisar os relatos que ecoavam a repressão, a tortura, o exílio e a morte de trabalhadores do campo que perpassam o livro de Carneiro e Cioccarri. As histórias, memórias e entrevistas de lideranças rurais trazem consigo as marcas da violência, mas de modo a romper a “espessura do silêncio” (CARNEIRO; CIOCCARI, 2010, p. 23) e indicar as redes de solidariedade que estas lideranças e trabalhadores teceram por meio da luta por dignidade e pelo trabalho e residência na terra. Deste primeiro encontro com o tema nasceu um artigo sobre a insubmissão camponesa e a ditadura empresarial-militar, com base na trajetória de Manoel da Conceição Santos, líder de conflitos fundiários no Maranhão (BRITO, 2014).

A experiência de trabalho com o grupo de pesquisa *Conflitos por terra e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*¹, ao qual me integrei

¹ Esta pesquisa foi coordenada pela professora Leonilde Medeiros (Coord., 2015) e serviu de subsídio ao trabalho da Comissão Estadual da Verdade do Estado do Rio de Janeiro (CEV-Rio). Em 2013 a CEV-Rio iniciou suas atividades e, junto da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), lançou o edital nº 38/2013 Programa “Apoio ao estudo de temas relacionados ao direito à memória, à verdade e à justiça relativas a violações de direitos humanos no período de 1946 a

como auxiliar de pesquisa, permitiu a aproximação com o debate teórico e com a experiência prática do trabalho de campo, envolvendo visitas a algumas das áreas onde ocorreram conflitos, entrevistas, análise de documentos, matérias de jornal, leitura de teses e dissertações produzidas sobre o assunto, ida ao Arquivo Nacional e ao Arquivo do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), contribuindo com uma valiosa reflexão sobre o tema. Logo no início da pesquisa, a equipe percebeu, na reflexão existente sobre o regime militar, um vazio sobre os movimentos de luta pela terra, vazio este que, na minha experiência individual, só foi preenchido no contato com a obra de Carneiro e Cioccarri (2010). Inúmeras análises sobre o golpe empresarial-militar elencam como fundamental o debate sobre a reforma agrária e a pressão que os movimentos de luta pela terra exerciam no cenário público (MARTINS, 1981; BRUNO, 1997a; MEDEIROS, 2014). Com efeito, na bibliografia mais geral sobre o regime militar, há um silêncio, um estranho abismo: parece que nenhuma organização foi possível após o golpe e a violenta intervenção, tortura e assassinato de lideranças e trabalhadores. Para esta bibliografia, o tema da luta pela terra volta quando novos e velhos movimentos de luta pela terra retornam, já no início dos anos 1980.

Como observado por Sigaud, Hernandez e Rosa (2010), a luta pela terra após os anos 1980 tem sua gênese nos conflitos ocorridos durante o período pré-golpe. Em alguns casos esta luta reapresenta atores e reivindicações, indicando a permanência das condições de conflito, insatisfação e até mesmo uma perpetuação de memória. O caso escolhido para análise nesta dissertação, a região da Fazenda SJBm, oferece um exemplo do retorno e permanência de atores que voltaram a se organizar em torno de uma mesma questão: o fim dos despejos e a tentativa de obter terra. A organização destes atores se torna pública nas ocupações em 1961, em 1963 e novamente em 1979-80, tendo como mediação diferentes instituições em cada um destes acontecimentos. A prisão de 88 camponeses e um padre ligado à CPT local em 1980 gerou uma grande sensibilidade pela questão fundiária em SJBm, levando os camponeses a organizarem diversos atos, passeatas e missas em que discutiam e tornavam pública a falta de terra no município, organizando também as suas formas de luta.

1988". Além dela foram selecionados mais seis projetos sobre as formas de violação dos direitos humanos entre 1946 e 1988, em especial durante o período da ditadura empresarial-militar (1964-1985), abrindo caminhos para a compreensão deste longo e tortuoso momento de nossa história recente.

Objetivo

A presente dissertação pretende dar continuidade ao trabalho realizado durante a pesquisa *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)* (MEDEIROS, Coord., 2015), mais especificamente ao capítulo *Conflitos e repressão no campo em Cachoeiras de Macacu* (TELÓ e BRAGA, 2015). Este trabalho realizou levantamento e discussão bibliográfica e a construção do histórico de lutas em Cachoeiras de Macacu, com ênfase nas ocupações em São José da Boa Morte e na atuação da Guarda Rural do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra).

Temos como objetivo retomar o histórico do conflito na região da fazenda SJBm e seu entorno, em especial o Núcleo Colonial de Papucaia. Também buscamos analisar a dinâmica fundiária de Cachoeiras de Macacu enquanto uma expressão desta dinâmica no Estado do Rio de Janeiro, compreendendo que este conflito se insere no amplo contexto de lutas por reforma agrária nos períodos anterior e posterior ao golpe empresarial-militar. Analisar este conflito em perspectiva histórica nos oferece elementos para compreender as motivações da resistência dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que optaram por continuar na fazenda.

Entender a resistência teimosa e cotidiana (PALMEIRA, 1985; THOMPSON, 1998; SCOTT, 2002) do período analisado permite compor uma experiência de luta e organização vividas em um momento de repressão política, violência e despejo. Deste modo, pretende-se jogar luz sobre o passado recente brasileiro, buscando recuperar não apenas as violações sofridas por trabalhadores e trabalhadoras rurais organizados ou não, mas também suas formas de resistência, suas relações sociais, seus motivos para a organização e suas escolhas por ocupar sucessivamente a fazenda, de modo a desenhar um quadro mais complexo da experiência vivida no campo durante a ditadura. No caso da Fazenda SJBm, torna-se importante entender o que se desestrutura e se estrutura na vida material, social e simbólica dos trabalhadores rurais, de modo a entender como foi possível que, entre o final da década de 1950 e o início da década de 1960, eles insurgissem de forma ativa e organizada na vida política.

Frente este contínuo retorno pela mobilização e construção de questões públicas de alguns grupos de lavradores, tornou-se uma inquietação analítica olhar para as formas com que esta “resistência teimosa” (THOMPSON, 1998, p. 13) aparece e se dá no cotidiano, organizando-se lentamente contra os despejos, abusos, prisões e violências sofridas pelos trabalhadores rurais que decidiram continuar nas terras que eram alvo de conflito, para depois irromper como ocupação organizada e conquista da desapropriação

da fazenda. Segundo Palmeira (1985; 2009), nas áreas de grande e intensa mobilização sindical no pré-1964 se experimentou uma “internalização da luta de classes” após o golpe, onde a resistência cotidiana que interferia nas relações de trabalho e de sociabilidade com os donos de terra e com o patronato esteve mais presente, devido ao contexto autoritário e contrário às manifestações e organizações populares, do que os grandes movimentos de rebelião, greve e ocupação de terra. Surgem, assim, como objeto, as formas de resistência que mantiveram embrionárias a organização e a indignação dos trabalhadores rurais de SJBM, mantendo como questão pública a luta pela terra e contra os despejos que, como dito, irrompeu na ocupação de 1979-80 e na conquista da terra.

A reflexão sobre a memória e suas funções de integração social (BOSI, 1994) perpassa distintos momentos do trabalho, apontando para as continuidades históricas entre as etapas do conflito analisado, sem com isso perder de vista as mudanças. Tentamos, assim, vincular, até onde foi possível, os acontecimentos locais à dinâmica do movimento camponês do Estado do Rio de Janeiro e os momentos históricos e políticos pré e pós-Golpe. A atuação de diferentes entidades ao longo do tempo, tais como Ligas Camponesas, Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), Associações de Lavradores de Cachoeiras de Macacu, Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Cachoeiras de Macacu, Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Rio de Janeiro (Fetag/RJ), Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e Comissão Pastoral da Terra (CPT) apontam para a complexidade deste conflito, mas não ocultam a agência dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Ao mesmo tempo em que nos voltaremos para o projeto político do Estado que buscou disciplinar as migrações e os conflitos sociais dentro de Cachoeiras de Macacu, consolidando neste município uma dinâmica fundiária e de conflitos por terra, estaremos atentos à consolidação de uma cultura política de “resistência teimosa” frente ao avanço dos despejos, à concentração de terras e ao crescimento da violência contra os trabalhadores do campo que não deixaram de resistir, se mobilizar e se organizar. Pretendemos, assim, contribuir para a compreensão do significado da ditadura empresarial-militar (1964-1985) no campo, entendendo-a como uma reação ao fortalecimento das organizações populares cujas pautas buscavam alcançar a participação direta no governo e a democratização do acesso aos bens comuns.

Balanco da produção acadêmica sobre os conflitos por terra em Cachoeiras de Macacu

Desde o início da década de 1980 os conflitos rurais no município de Cachoeiras de Macacu têm sido alvo de estudos nas áreas de História, Sociologia e Antropologia. As duas últimas décadas trouxeram novos trabalhos e novas perspectivas para a análise das ocupações e conflitos por terra no município.

Iniciamos por dois estudos de caráter histórico, que abordam a formação do município. Vinicius Cardoso (2009) se debruçou sobre o histórico socioeconômico de Cachoeiras de Macacu a partir de uma análise dos séculos XVIII e XIX no vale do rio Macacu, tendo como objeto de pesquisa a Fazenda do Colégio ou Fazenda Papucaia. Este histórico nos ajudou a entender a dinâmica fundiária e socioeconômica da área onde, em meados do século XX, foi criado o Núcleo Colonial de Papucaia. Não há, contudo, nesse trabalho uma explicação sobre a chegada de Adalberto Correia nos anos 1930 ou de Henrique Lage, donos das áreas que, em 1951, seriam desapropriadas pelo Estado a fim de formar o Núcleo Colonial de Papucaia.

O trabalho de Ailton Rosa Jr. (2014) se voltou para o século XVIII e para a análise dos homens livres e pobres no Vale do Macacu ou Vila de Santo Antônio de Sá, região que hoje compreende os municípios de Cachoeiras de Macacu e Guapimirim. Rosa Jr. analisa a ocupação desta região a partir do papel central do rio Macacu, através do qual foram traçadas rotas de escoamento dos produtos, bem como o estabelecimento de casas, povoados, fronteiras, portos e meio de comunicação entre a Baixada Fluminense e a cidade do Rio de Janeiro.

A partir dos trabalhos de Cardoso (2009) e Rosa Jr. (2014) pode-se concluir que a população que habitava a região de Cachoeiras de Macacu no início do século XX era preponderantemente pobre e em grande parte composta por ex-escravos, trabalhando como arrendatários ou em parcerias diversas, tendo na terra a base de sua vivência e organização social. As mudanças que aconteceram após os anos 1930 são fundamentais para compreendermos a ascensão de conflitos com despejos, resistências, mobilizações, mas também expresso naqueles que deixaram suas moradias frente ao avanço da violência das expulsões.

Outro conjunto de estudos dedicou-se aos conflitos fundiários ocorridos na região a partir dos anos 1950. Eliane Cantarino O'Dwyer Bastos buscou reconstituir a luta pela terra na fazenda São José da Boa Morte em sua tese (O'DWYER, 1988) e em dois textos em que se refere à memória compartilhada entre os lavradores dos

municípios de Cachoeiras de Macacu e de Itaboraí (BASTOS, 198-a; 198-b)². A autora foi assessora dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Itaboraí e Cachoeiras de Macacu, de modo que também entrou em contato com este conflito a partir de relatos dentro dos sindicatos. Ancorada na leitura do jornal *Terra Livre* e do semanário da *Liga*, Bastos (198-a) enfatiza o sentido político da luta pela terra como uma confrontação direta contra os proprietários. A partir desta análise, a autora apresentou as áreas rurais do Brasil nos anos 1960 como marcadas por uma guerra civil entre grileiros e lavradores. Nesta luta, os lavradores buscavam garantir sua reprodução física, social e simbólica no campo. Bastos (198-a, p. 25) afirma que “o objeto do movimento camponês que ocupou as terras do Vale do Macacu foi transformar a propriedade privada da terra, constituindo-se numa alternativa construída pelo próprio campesinato e consequentemente numa questão de cunho muito mais político do que econômico”. Esta chave de reflexão para o período de lutas no pré-1964 também aparecerá nos trabalhos subsequentes da autora que se voltaram em especial sobre o conflito na Fazenda SJBM.

Em outro texto, intitulado *A luta pela terra em “São José da Boa Morte”*, Bastos (198-b) apresenta uma reflexão mais madura sobre o ocorrido, tendo como fio condutor a nova ocupação e desapropriação de terra ocorrida entre os anos de 1979 e 1981, de modo que o evento da ocupação e da desapropriação evoca e desdobra a memória sobre o passado vivido na região. A autora inicia com uma análise dos relatos ouvidos por ela e presentes nas manchetes de jornal sobre a prisão de 88 lavradores e um padre da CPT local em fins de janeiro de 1980. Demarca a luta pela terra sob uma perspectiva moral, que não se relaciona simplesmente à valorização fundiária. Esta perspectiva foi depois amplamente estudada pela autora em sua tese de doutorado, enfatizando a formação de uma identidade camponesa, compreendendo-a como modo de subjetivação contextual e que, no caso do Rio de Janeiro, esteve associada às pressões sociais sentidas pelos despejos e rompimentos de laços e expectativas sociais (O'DWYER, 1988).

Mario Grynspan (1987), a partir da reconstrução de casos de conflito entre posseiros e grileiros que emergiram nos noticiários do Rio de Janeiro, apresentou a década de 1960 como um período em que a ação de classe dos camponeses se mostra como uma intensa mobilização e radicalização de suas lutas em torno da reforma agrária

² Devido à dificuldade para precisar a data correta de produção e divulgação dos textos, adotamos esta forma de citação.

como possibilidade de democratização do acesso à terra.³ A chave de leitura apresentada nos trabalhos de Grynszpan (1987) e Bastos (198-a; 198-b) remonta aos trabalhos de E. P. Thompson (1998), historiador que se debruçou sobre a formação da classe operária inglesa e que dá destaque para a dimensão moral e simbólica das relações sociais.

No que se refere ao município de Cachoeiras de Macacu, Grynszpan dá destaque para as ocupações de terra que lá aconteceram em 1961 e 1963. O autor identificou o caso da fazenda SJBM com a dinâmica de conflitos fundiários vivida em todo o Estado do Rio de Janeiro, e assinala que o processo de valorização e especulação fundiária estava sendo acompanhado por despejos, queima de casas e lavouras em toda a Baixada⁴. Esta tensão vivida gerou, em muitos casos, a mobilização dos camponeses e a formação de associações de lavradores em vários pontos do estado. Estas associações, também objeto de estudo pelo autor, atuaram na região, concorrendo com outras formas emergentes de organização política dos trabalhadores rurais, em especial as Ligas Camponesas e os Círculos Operários Cristãos. A análise da organização política dos camponeses na Baixada foi relacionada pelo autor à dinâmica política e à formação de organizações populares com projetos políticos e sociais demarcados durante os anos de 1950 e 1960 em todo o Brasil.

Luiz Silva (1994) buscou observar a luta pela terra na São José da Boa Morte a partir da participação política e da representação social e simbólica dos lavradores durante os anos de 1960-1964. Sua análise se voltou para as diferentes representações tensionadas durante o conflito de SJBM, compreendendo-o como uma luta simbólica pela definição do mundo e de suas categorias de percepção da realidade, em disputa por diferentes identidades e buscas por legitimidade. A partir das chaves teóricas de Bourdieu e Thompson, além de se munir dos trabalhos de Grynszpan e Bastos, Silva se debruça sobre o Inquérito Policial Militar (IPM) que originou o Processo nº 7.477/69,

³ O autor traçou um histórico de conflitos agrários no estado do Rio de Janeiro durante as décadas de 1950 e 1960, analisando o processo de inserção política do campesinato a partir dos anos 1950, refletindo sobre a sua forma de organização política. Seu estudo foi até o golpe de 1964, evento que suspende a mobilização política dos camponeses em todo o território nacional a partir do fechamento compulsório de partidos e sindicatos rurais e urbanos, do cerceamento de direitos políticos e individuais. A pesquisa do autor se baseou em entrevistas realizadas durante idas a campo, mas principalmente na análise dos jornais *Luta Democrática*, *Imprensa Popular*, *Última Hora*, *Terra Livre*, *Novos Rumos* e o semanário *Liga*.

⁴ Utilizamos o termo “Baixada” conforme Mario Grynszpan (1987). O autor utiliza este termo como modo de estender o seu significado para além das características geológicas, como expresso em Baixada da Guanabara, e da conotação urbana, como indicado em Baixada Fluminense. Baixada, deste modo, busca apreender neste conjunto de municípios uma mesma experiência social de despejo, especulação fundiária e luta pela terra.

instalado logo após o golpe militar de 1964 com o objetivo de mapear simpatizantes ou integrantes do governo de João Goulart na região⁵. Mais do que investigar as ocupações de SJBM, ocorridas em 1961 e 1963, o IPM pretendia colher informações sobre as organizações populares em Cachoeiras de Macacu e sobre a vida política do município, visando extirpar os focos de organização política em torno de pautas sociais.

Silva (1994) aproxima o conflito em SJBM com o adensamento populacional no Núcleo Colonial de Papucaia. Em sua pesquisa o autor mostrou que muitos lavradores se declaravam como moradores do Núcleo e que reclamavam do superpovoamento e do avanço da grilagem perpetrada pela empresa Agrobrasil. Este contexto é tomado como injusto pelos lavradores, gerando um processo de crítica à Empresa Agrobrasil, proprietária da SJBM, que não foi apenas de denúncia de suas arbitrariedades e grilagem, mas também de oposição e resistência articulada e organizada, presente na ocupação e na concepção da reforma agrária como democratização do acesso à terra. Os lavradores locais, a partir de sua organização política, passaram a questionar a legitimidade e a propriedade da Agrobrasil, acusando-a de usar a violência em inúmeras ocasiões, de modo a dificultar ou impossibilitar o trabalho e a sobrevivência, material e social, dos trabalhadores rurais. O trabalho de Silva ainda apresenta uma discussão sobre as representações do movimento camponês a partir de dois atores-chaves nas ocupações da SJBM na primeira metade da década de 1960: Mariano Beser e Ubirajara Muniz.

A dissertação de Isabel Costa (2015) dá continuidade aos trabalhos que, mais frequentes nos anos 1980 e 1990, buscaram remontar o histórico de lutas e a formação de uma cultura política de resistência em Cachoeiras de Macacu. A autora se voltou para as lutas políticas e sociais dos ferroviários e lavradores de Cachoeiras de Macacu entre os anos de 1954 e 1964, usando como fonte notícias de jornais e atas da Câmara Municipal de Vereadores. Salienta dois momentos de ruptura na situação política em Cachoeiras de Macacu: a eleição de Ubirajara Muniz em 1962 e a de Ary Coelho, em 1970. Em ambos a reação configurou-se na ascensão do conservadorismo e esforço de destruição da memória: no primeiro caso, ocorreu a ocupação militar de Cachoeiras de Macacu, com prisões e cassações de lideranças dos ferroviários e dos lavradores e de membros do Executivo e do Legislativo municipal em 1964. No segundo, a extinção da

⁵ Esse IPM pode ser acessado no Acervo Brasil Nunca Mais, classificado como o processo de número 17: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docreader.aspx?bib=BIB_01&PagFis=23063>. Visualizado em 06/11/2017.

Estrada de Ferro Leopoldina entre 1969 e 1971, destruindo consigo um lugar de memória ligado à participação popular na política, criando, ao mesmo tempo, uma nova memória e uma nova identidade para o município, agora com o aval dos militares.

Costa (2015) oferece, ainda, um levantamento da política partidária em Cachoeiras de Macacu, analisando as diferentes composições sociais de cada partido no município, suas tensões e embates, em especial após o governo trabalhista de Ubirajara Muniz, que representou um momento de quebra do tradicional domínio oligárquico sobre o município. Após o golpe de 1964, os governos seguintes buscaram apagar da memória municipal a participação popular na política e a luta pela reforma agrária. Foram criadas novas tradições e identidades políticas, apontando para valores como “ordem” e “hierarquia”, ressaltando ainda valores cristãos: foram recriados hinos, datas, símbolos e personagens. O município ligava-se, assim, ainda mais aos militares, ao mesmo tempo em que se procurava apagar os espaços de sociabilidade e de construção de identidade individuais e coletivas.

A partir de um recorte temporal mais recente e sob a chave de análise de Norbert Elias, Elisa Guaraná de Castro (1995) analisou a SJBM enquanto assentamento rural, buscando compreender as formas de sociabilidade, a percepção do indivíduo dentro do coletivo, o uso e o fortalecimento da memória na construção de uma identidade de assentado e o vínculo entre as áreas rurais e urbanas, pensando-as como faixas contínuas. A história da SJBM é tocada apenas indiretamente no trabalho de Castro, de modo a oferecer subsídios para a compreensão da dinâmica do assentamento durante a primeira metade da década de 1990. A autora minimiza o “desejo da conquista da terra” (CASTRO, 1995, p. 85) na formação do assentamento da SJBM em comparação com o assentamento Mutirão Sol da Manhã, no município de Itaguaí. É possível que para o objeto e contexto de sua pesquisa a narrativa dos assentados subestimasse este aspecto. Contudo, a dimensão do desejo de conquista da terra se torna clara quando olhamos para as três ocupações em conjunto e a permanência de uma resistência e opção pela ocupação da terra como forma de se alcançar a sua desapropriação e efetiva conquista, perspectiva que pretendemos traçar em nossa pesquisa.

Referencial teórico

As ocupações da Fazenda SJBM abarcam vinte anos de nossa história recente, passando por momentos de ebulição política no pré-golpe, de desestruturação das organizações e projetos dos movimentos populares até o momento em que algumas

organizações e lutas ressurgem no cenário político. O culminar da nova ocupação de 1979 só poderia se dar com um longo processo de resistência teimosa e de construção de um quadro interpretativo que alocasse a terra como de direito dos lavradores. Desta questão se desdobram importantes referências teóricas para o trabalho.

Um primeiro tema a ser tratado é a estigmatização que marca os conflitos estudados. A catalogação pelos posseiros dos que se apresentavam como donos da terra como grileiros⁶ ou a dos posseiros como invasores, presentes no material coletado sobre as ocupações de 1961 e 1963, nos remeteram ao estudo de Elias e Scotson (2000) sobre a configuração entre estabelecidos e *outsiders*. Esses autores perceberam em seu estudo de caso elementos de uma relação comum no mundo social: a formulação de auto-representações dos grupos mais poderosos em uma rede interdependente e que pensam a si mesmos como humanamente superiores. A autoimagem normal de um grupo com maior diferencial de poder é a de superioridade em relação aos outros grupos interdependentes, enquanto a estes grupos carentes de poder é atribuída e incorporada uma imagem de carência de virtudes e de inferioridade humana. Para Elias e Scotson (2000), os elementos fundamentais para a formação de um grupo como estabelecido dentro de uma rede de relações sociais e de poder são a coesão, a identidade coletiva e a construção de normas comuns. Os diferenciais de poder entre os indivíduos do grupo estabelecido e os do grupo *outsider* devem ser explicados não apenas pelo monopólio de armas ou meios de produção, mas também precisam ser explicados pela diferença no grau de organização.

Em nosso caso podemos perceber uma configuração em que a posição inferior na relação de poder é questionada pelos posseiros, que passam a caracterizar como grileiros aqueles que se intituam proprietários de terra, colocando em questão a validade e a moralidade do seu estatuto de proprietário. Se considerarmos que “Um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído” (ELIAS e SCOTSON, 2000, p. 23), poderemos apreender este momento como um questionamento da posição de *outsider* e da estrutura de poder tal como presente na configuração social, ao mesmo tempo em que se inicia a formulação de uma identidade política coesa. O estudo de Elias e Scotson (2000) não é utilizado aqui para observar a existência de uma relação

⁶ Segundo o Novo Dicionário da Língua Portuguesa, grileiro é o “Indivíduo que procura apossar-se de terras alheias mediante falsas escrituras de propriedade”, enquanto que grilagem representa um “sistema ou organização ou procedimento dos grileiros” (FERREIRA, 1986, p. 868).

estabelecidos-*outsiders*, mas para colher elementos capazes de analisar a mudança no diferencial de poder e na correlação de forças entre posseiros e grileiros, tendo como suporte o trabalho de Grynszpan (1987) sobre a organização dos camponeses no Estado do Rio de Janeiro entre 1950 e 1964.

Compreendendo que o estigma é um instrumento a ser utilizado no equilíbrio de tensões, conflitos e poder, a utilização do termo *grileiro* e o uso do Tribunal Popular presente na ocupação de 1961 como uma forma de ação coletiva, a fim de desmoralizar os pretensos proprietários rurais e colocá-los em um julgamento popular que favorecesse os camponeses, oferece indícios de uma mudança na correlação de forças entre estes dois grupos que, para Elias (1980), demonstra uma diminuição do diferencial de poder a partir da organização dos próprios camponeses e na construção de uma identidade coletiva que positive a mobilização política e que questione a atuação dos proprietários de terra.

O processo de formação de uma identidade social que reflita a nova auto-imagem do posseiro em contraposição à imagem do grileiro e dos proprietários de terra depende, conforme demonstra Snow (2004), da habilidade deste grupo de definir problemas, condições e inquietações existentes como “injustas”, modificando ou eliminando concepções que naturalizem as condições de infortúnio e pobreza. Para Snow (2004; SNOW e BENFORD, 1992), os movimentos sociais são agentes ativos na produção e transformação dos significados de ações e interpretações sociais. O significado, para estes autores, não é inserido na experiência de um modo automático ou natural, mas é baseado em inúmeros processos interpretativos.

Baseados na obra de Goffman (2012), que complexifica e desnaturaliza os processos de interação, a perspectiva de análise de Snow (2004; SNOW e BENFORD, 1992) privilegia o trabalho de construção de significados e interpretações dos movimentos sociais, compreendendo que estes movimentos, a partir daqueles que o compõem, constroem quadros ou enquadramentos de ação coletiva (*collective action frame*) a partir de enfoques, articulações, identificações e transformações de significado, de modo a ativar aderências, transformar espectadores em apoiadores do movimento, extrair concessões de seus inimigos e desmobilizá-los. Para Goffman (2012), a realidade vivida é adaptada e “encaixada”⁷ nos quadros de interpretação (*frame*), de modo que o

⁷ O termo “encaixar” é utilizado aqui conforme a tradução de Gentil A. Titton para o termo “*embedding*” na obra de Goffman. O termo é utilizado por Goffman (2012, pp. 611-612) para analisar o relato de um acontecimento que é alocado em um *frame*, e desta forma se torna compreensível.

trabalho de enquadramento significa a produção, reprodução e adaptação de significados durante a interação.

A partir do estudo de Snow e Benford (1992), compreendemos que um *collective action frame* orienta a atenção para que os indivíduos percebam aquilo que é relevante e irrelevante, ou seja, aquilo que está dentro e aquilo que está fora do quadro e do enquadramento. Deste modo, buscamos observar a resistência em Cachoeiras de Macacu a partir do *collective action frame* formulado pelo trabalho coletivo do movimento camponês no Estado do Rio de Janeiro, buscando indícios de sua atuação e motivação no município analisado.

O trabalho de enquadramento coletivo protagonizado pelos movimentos sociais envolve, também, o sentimento de reconhecimento. Este traz consigo os sentimentos de dignidade e autorrespeito, tornando possível reconhecer-se como um membro da sociedade e portador de direitos, compreendendo que o seu valor social é reconhecido pelos outros. As experiências de desrespeito e privação de direitos fundamentais levam ao sentimento de “vergonha social”, que “só o protesto ativo e a resistência poderiam libertar” (HONNETH, 2009, p. 198). Deste modo, uma das tarefas fundamentais dos movimentos sociais é tornar pública a negligência das propriedades e capacidades ao mesmo tempo individuais e coletivas, desnudando o desrespeito sofrido pela parcela social representada e que atua neste movimento: buscando conquistar o “padrão organizacional do estima social” baseado no pressuposto de que “todo indivíduo acaba recebendo a chance de obter reputação social” (*idem*, p. 208) justamente por ser um indivíduo, os movimentos sociais se voltam para o conflito simbólico alimentado pelos diferentes afetos e sentimentos vividos, ampliando os enquadramentos coletivos de modo a que eles incluam o reconhecimento dos dominados.

A partir de Scott (1990) podemos avançar no quadro analítico de forma a apreender a formulação de um novo quadro interpretativo, com novas práticas e identidades com base no longo processo de “cozimento” das raivas e sofrimentos, constituindo, a partir delas, uma narrativa que enfatiza as injustiças das causas do sofrimento, da miséria e da humilhação vividas. Para este autor, antes deste “discurso oculto” (*hidden transcript*), composto por falas, gestos e práticas, tornar-se público, ele é criado e repassado em áreas ocultas, um espaço social dissidente e escondido do “discurso oficial”, onde as relações de poder podem ser ditas e vocalizadas conforme pensam e sentem os despossuídos, onde a resistência é germinada e as narrativas de humilhação e indignação são socializadas. Para Scott, o momento em que este “discurso

oculto” se torna público é um momento de enorme perigo nas relações de poder: é quando a subserviência reflui e dá lugar para o desafio aberto, quando a tensão das relações de dominação cotidianas é despressurizada e as múltiplas formas rotineiras de indignação são expostas de formas, muitas vezes, explosivas, liberando as pressões e os sentimentos alimentados pela raiva, indignação, frustração e resiliência.⁸ As humilhações “providenciaram a energia, a paixão (...). A resistência, deste modo, não se origina simplesmente da apropriação material, mas a partir de padrões de humilhações individuais que caracterizam essa exploração” (SCOTT, 1990, p. 111).

As questões teóricas elencadas nos dão elementos para apreender a formação de uma “resistência teimosa”, que, como trabalhado por Thompson (1998), constituiu-se em uma cultura política ao mesmo tempo tradicional e rebelde, pois busca estabelecer os costumes e as obrigações morais anteriores à mudança e se contrapõe às inovações e modernizações impostas por governantes, proprietários, comerciantes e empresários. Ao compreender que as inovações do capitalismo quase sempre são experimentadas como intensificação da exploração e da expropriação da terra, dos direitos e dos lares, Thompson compreende que a resistência se voltava contra uma nova mentalidade baseada no mercado e em novos preceitos legais. Os costumes, conjunto de definições e expectativas enraizadas nas relações sociais e transmitidas oralmente nos locais de trabalho, de sociabilidade e na família, ficam, assim, localizados em um lugar material que extrapola o ambiente dos “significados, atitudes e valores”, para se localizar nas “relações sociais, um ambiente de trabalho de exploração e resistência à exploração, de relações de poder mascaradas pelos ritos do paternalismo e da deferência” (THOMPSON, 1998, p. 17). Ainda para este autor, estes homens e mulheres estavam ao mesmo tempo orientados pela “conformidade com o *status quo*, necessária para a sobrevivência, a necessidade de seguir a ordenação do mundo e de jogar de acordo com as regras impostas” e pelo “senso comum”, derivado da experiência de exploração, dificuldades e repressão compartilhada com os companheiros de trabalho e os vizinhos,

⁸ A análise de Scott (1990) se volta para situações de escravidão, servidão, subordinação de castas, dominação patriarcal, colonização, prisões e campos de prisioneiros. Seu trabalho evidencia que, mesmo nestas situações de estruturas sociais com grandes diferenciais de poder, o discurso público, enquanto interação aberta entre dominantes e dominados e moldada pelas expectativas dos dominantes, é incapaz de contar toda a história sobre estas relações de poder, institucionalizadas na apropriação de trabalho, bens e serviços. O autor compreende que uma parte desta relação é marcada pela manutenção das impressões causadas por parte dos despossuídos, que oferecem uma máscara e uma performance de deferência e consentimento enquanto escondem suas reais intenções de ameaça potencial aos poderosos, revelando uma dialética entre disfarce e vigilância marcada pelos padrões culturais de dominação e subordinação.

que expõe continuamente o texto do teatro paternalista à crítica irônica e, com menos frequência, à revolta” (THOMPSON, 1998, pp. 20-21). Esta cultura era, ainda, orientada por princípios não econômicos, ou seja, não se orientava por sanções, trocas e motivações monetárias diretas, mas por uma “economia moral”, com outras regras e expressões simbólicas que se baseavam nas necessidades coletivas e nas obrigações morais que regiam as relações entre os dominantes e os dominados. Sua análise se volta, deste modo, para o conflito e a formação de identidades de classe a partir do conflito e da experiência social vivida e imbricada com o sistema político, intelectual e cultural que organiza e cria instituições sociais distintas e tradições de luta distintas (THOMPSON, 1984).

A obra de Thompson foi tomada como importante referência teórica e analítica para analisar a luta camponesa no Rio de Janeiro, em especial o artigo intitulado *Economia moral da multidão inglesa no século XVIII* (THOMPSON, 1998), onde o autor buscou compreender os motins associados ao aumento dos preços de alimentos sem se basear em uma associação direta entre aumento dos preços e revoltas, como se estas fossem uma reação instintiva à fome. Ao analisar o motim a partir de sua carga cultural e moral, Thompson pretendeu inserir a plebe inglesa como agente histórico capaz de alterar o seu cenário histórico e político. Thompson compreendeu a motivação e o comportamento desta multidão a partir de uma mediação cultural, produtora de um significado atrelado às normas estabelecidas, às expectativas sociais e aos valores de justiça, dando profundidade à compreensão sobre os motins, compreendendo-os como uma ação popular direta, disciplinada e com objetivos claros a partir de um delicado tecido de normas e reciprocidades sociais que regulavam a vida social. Estas redes de sociabilidade e significação estavam sendo rompidas com o fortalecimento das concepções liberais de mercado e justiça, alterando as formas políticas da relação entre o Estado paternalista e a população, uma relação regida por uma série de regras, normas e obrigações sociais tradicionais que constituíam uma economia moral, voltada para noções de bem-estar coletivo, em contraposição ao surgimento de uma economia liberal.

Para Axel Honneth (2009), a compreensão dos movimentos sociais se enriquece ao analisarmos a resistência, a identidade e a revolta organizadas em ações coletivas

como reações às experiências de não reconhecimento intersubjetivo.⁹ Este autor compreende a tomada de consciência do conflito como o momento em que o agente percebe que sua integridade pessoal é desrespeitada. Sentindo-se humilhado, o indivíduo deverá se posicionar frente uma situação que não se desenvolveu conforme as expectativas sociais e morais estabelecidas no processo de socialização.

Como visto também em Scott (1990), Thompson (1998), Snow (2004), a resistência social e a rebelião se formam em um quadro onde a experiência moral de desrespeito fratura a própria identidade pessoal. A infração de “expectativas de reconhecimento profundamente arraigadas” (HONNETH, 2009, p. 258) desencadeia a experiência moral expressa no sentimento de desrespeito à noção de pessoa autônoma e individualizada. Este sentimento de lesão só é percebido como tal quando este sujeito é capaz de articulá-lo em um quadro de interpretação intersubjetivo que comprova que esta é uma experiência compartilhada pelo grupo social em que se está incluído. É preciso, portanto, a “existência de uma semântica coletiva que permit[a] interpretar as experiências de desapontamento pessoal como algo que afeta não só o eu individual mas também um círculo de muitos outros sujeitos” (*idem*, p. 258).

Recuperar a história local é importante para reter as características e particularidades com que a cultura política de enfrentamento camponês se dava na região, sendo fundamental para entendermos os despejos e expropriação vividos por estes atores. Isto nos permite observar a desestruturação das relações sociais e dos laços de sociabilidade a partir da quebra de expectativas e obrigações sociais embasadas em uma economia moral (THOMPSON, 1998) e simbólica (BOURDIEU, 1996), a partir da entrada paulatina de outra concepção que valoriza a racionalização moderna e capitalista do uso da terra. Esta desestruturação de práticas e valores tradicionais dá pistas para entender como foi vivido o processo de expropriação das terras, abrindo condições para que a revolta pudesse emergir e tomar a forma de movimentos políticos camponeses no início dos anos 1960 após um trabalho de elaboração das raivas e humilhações individuais em indignações coletivas, realizando o diagnóstico e o prognóstico do problema vivido (SNOW e BENFORD, 1992; MOORE Jr., 1983; WOLF, 1984).

⁹ Honneth parte da análise das obras sobre o reconhecimento de Hegel e dos pragmatistas norte-americanos, tais como John Dewey e George Herbert Mead, buscando casar a microsociologia com a análise de movimentos sociais.

A atuação do movimento camponês em Cachoeiras de Macacu durante a primeira metade da década de 1960 fez parte do momento histórico em que os movimentos populares em geral, e o camponês em particular, buscavam participar nas decisões políticas. O fortalecimento da organização política dos despossuídos foi o principal alvo do golpe de 1964. Para Arantes (2014a, p. 218), a ditadura militar se empenhou em “extinguir ‘o poder formativo da política enquanto dimensão primordial do encaminhamento das expectativas humanas’” por “mais de três décadas de contrarrevolução”.¹⁰ O golpe é, assim, visto como uma ação de classe a partir de sua atuação política e ideológica de extinção da política enquanto dimensão de mudança produzida pelas expectativas e necessidades coletivas. Entender o regime que se iniciou em 31 de março de 1964 como uma contrarrevolução não pretende sugerir que havia de fato uma revolução comunista em curso no Brasil, mas sim que o que estava em jogo era impedir a emergência e mesmo a formulação de projetos populares de sociedade, divergentes do desejado pela ditadura e pelas parcelas civis que a ela se associaram e a financiaram, compreendendo também a virtualidade de uma revolução popular no imaginário daqueles que deram o golpe (MELO, 2014a). A característica que emerge neste momento é o dispositivo de Estado de emergência, acionado pela força das classes que regiam o Estado como medida de contenção das classes populares e opositoras ao regime e como garantia do desenvolvimento capitalista (ARANTES, 2014a; LEMOS, 2014). O modelo que teve seu auge no “milagre econômico” tinha suas bases na política permanente de arrocho salarial, no endividamento externo, na ocupação da Amazônia por meio de grandes projetos empresariais na modernização da agricultura e na repressão às organizações políticas, sindicais, trabalhistas ou populares que não estivessem de acordo com a ideologia delimitada pelo regime. Estes elementos permitem Melo (2014a, 2014b) e Oliveira (2003) afirmarem o caráter de classe do golpe de 1964.

Dreifuss (1981, p. 417), ao propor uma nova formulação conceitual para o golpe e para a ditadura, cunhou o termo “ditadura civil-militar”, onde “civil” teria um sentido classista, e não de homogeneização da sociedade na adesão ao golpe. O autor, contudo, afirmou que também seria correto utilizar o termo ditadura empresarial-militar ou ainda tecno-empresarial-militar, devido à especificidade da classe envolvida na concepção, realização e continuação do golpe e do regime que se estabeleceu. Esta explicação visa

¹⁰ Paulo Arantes cita a obra do historiador Greg Grandin (2004).

se afastar da mistificação com que o termo “civil” é utilizado em alguns casos e valorizar a participação ativa – e não reativa – do empresariado brasileiro no acirramento político pré-1964, no golpe e na formulação de políticas públicas. Desta forma, iremos utilizar aqui preferencialmente o termo ditadura empresarial-militar por ser uma delimitação mais acurada dos propósitos do golpe e daqueles que nele estiveram presentes de forma ativa.

O período posterior ao golpe ainda não foi amplamente analisado, em especial no que se refere ao campo. Segundo Medeiros (2014), o imediato pós-golpe foi de repressão aos trabalhadores do campo e suas organizações, iniciando uma nova experiência política de medo e violência. “Onde havia mobilização, a resposta era mais repressão, fosse ela oficial, pelo Dops, fosse pela tolerância à ação violenta dos proprietários de terra, por meio de seus jagunços” (MEDEIROS, 2014, p. 202). Contudo, não diminuiu o número de conflitos que, em muitos casos, inclusive no que é aqui analisado, eram resistências dos trabalhadores não ao golpe, mas à ação dos proprietários e grileiros. Esta resistência se intensificou com o crescimento da expropriação e da exploração, impulsionadas por projetos de modernização do campo e também pela expansão da colonização e atividade de empresas no campo brasileiro, sob o pretexto de levar o desenvolvimento às áreas rurais (MARTINS, 1981; MEDEIROS, 1996, 2014).

Ligar a desestruturação das formas organizativas dos camponeses iniciada em 1964 com a formação de uma nova organização com grande parte dos mesmos camponeses lutando pela mesma terra e com o mesmo desejo de vê-la se tornar sua é, como vimos, um dos objetivos deste projeto.

Compreender o processo de sociabilidade entre os anos de 1964 e início dos anos 1980 pode nos dar pistas sobre os espaços de “linguagem oculta” para os quais Scott chama atenção: locais de troca de experiências, de indignações, de elaborações de “raivas cruas” em “indignações cozidas” (SCOTT, 1990, p. 119), trabalhadas em *frames* (SNOW, 2004). A composição desta sociabilidade nos permitirá entender o retorno à arena pública dos que continuaram na fazenda SJBM marcados pelos conflitos não resolvidos, pelas lembranças de exploração e repressão, pelos desejos de ver de novo sua “terra livre”, como ficou marcado na bandeira hasteada na porteira da fazenda em 1963: “Luta-se pela terra livre”.

Metodologia

Procuramos verificar como se deu a formação dos grupos de resistência, particularmente buscando o que os mobilizava na luta pela terra, utilizando documentos, entrevistas e a bibliografia existente.

Uma parte do material documental foi recolhida e parcialmente analisada na pesquisa *Conflitos por terra e Repressão no Campo no Estado do Rio de Janeiro* (1946-1988), da qual participei como auxiliar de pesquisa. Documentos produzidos pela Fetag/RJ,¹¹ Contag e do STR de Cachoeiras de Macacu foram analisados a partir do acervo do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMSPP) do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). Neste mesmo acervo também pudemos pesquisar material da CPT, organização com importante participação no conflito analisado e com intenso trabalho no mapeamento de conflitos agrários em todo o Brasil.

Ao longo da pesquisa antes mencionada acessamos, a partir do projeto *Memórias Reveladas* do Arquivo Nacional, a documentação produzida durante o regime militar pelos mais diversos órgãos de segurança do Estado. Foram analisados, em especial a documentação produzida pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão que centralizava a produção de informações no regime militar. Também foi utilizada a documentação recolhida por Marcelo Ernandez para a pesquisa *Ocupações de terra em perspectiva comparada*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional (PPGAS/MN/UFRJ), coordenada por Ligia Sigaud, realizada de janeiro de 2007 a dezembro de 2008 e na qual Marcelo Ernandez foi responsável pelo caso do Rio de Janeiro. Agradecemos a ele a cessão de uso e a doação de entrevistas, fotografias e demais documentos para o NMSPP.

Outra importante fonte de documentação utilizada foi o Subfundo *Conflitos no Campo* do Acervo da CPT, alocado no Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, disponível *online*.

As fontes oficiais do Estado também foram coletadas a partir da pesquisa no Fundo de Políticas Políticas do Aperj, onde puderam ser coletados e analisados

¹¹ A pesquisa citada digitalizou o acervo da Fetag/RJ até o ano de 1988. Contudo, alguns documentos não puderam ser digitalizados devido à necessidade de um processo especializado de limpeza. É possível acessar os documentos digitalizados em: <http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=UFRRJ_RepCampoFluminense>. Último acesso em: 04/02/2018.

prontuários, ofícios e relatórios produzidos pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops).

A partir do banco de dados do Projeto *Brasil: Nunca Mais* (BNM) pudemos analisar o IPM que gerou o processo nº 7.477, instaurado logo após o golpe de 31 de março de 1964 e que investigou a ocupação de fins de 1963, ocupação que já havia resultado, como vimos, na desapropriação da fazenda São José da Boa Morte. Este IPM oferece, ainda, um rico material para compreender a atuação dos órgãos de segurança no período anterior ao golpe e também no imediato pós-golpe, além de trazer consigo um conjunto de depoimentos que esclarecem alguns dos motivos e desdobramentos do conflito.

A documentação oficial e a produzida pelas entidades representativas dos trabalhadores rurais foram tensionadas e sobrepostas de modo a se constituir um relato do conflito e do período, sempre levando em consideração que cada uma destas documentações é produzida conforme a perspectiva das instituições que as geram e com diferentes fins. A fim de complementar e reforçar a multiplicidade de perspectivas do conflito também foram analisadas notícias de jornal veiculadas entre as décadas de 1960 e 1980. Estas notícias têm relevância por retratarem as ocupações no momento em que elas aconteciam, trazendo consigo outras visões a serem postas em análise, bem como relatos e entrevistas com os atores das diferentes ocupações.¹² As notícias de jornal foram analisadas no acervo *online* da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A partir dos mecanismos de busca e das palavras-chave buscadas foram coletadas notícias dos seguintes jornais: *A Noite*, *Jornal do Brasil*, *O Observador Econômico*, *Última Hora*, *O Fluminense*, *Luta Democrática*, *A Manhã*, *Tribuna da Imprensa*, *Jornal do Commercio*, *Diário Carioca*, *Diário do Paraná*, *Diário da Noite*, *Novos Rumos*, *O Mundo Ilustrado*, *Folha de São Paulo* e *Correio da Manhã*.

Além da pesquisa documental também foi analisada a bibliografia produzida sobre os conflitos agrários no Estado do Rio de Janeiro e sobre Cachoeiras de Macacu, citada anteriormente. É importante comentar, ainda, que o Arquivo Histórico de Cachoeiras de Macacu, sob os cuidados do historiador Vinicius Maia Cardoso e da Sociedade de Amigos Clube da Esquina, vem expandindo sua documentação sobre o município, intensificando também a produção de uma historiografia local.

¹² Um primeiro esforço de analisar este extenso material pode ser lido em Teló e Braga (2015).

As entrevistas foram fundamentais e foram realizadas com trabalhadores e trabalhadoras rurais que se relacionaram de alguma forma com o conflito e que se disponibilizaram a falar conosco, mas também pessoas ligadas às instituições que participaram de alguma forma do conflito. A partir destes relatos foi possível diversificar as perspectivas e dar maior profundidade à compreensão do caso. Também utilizamos entrevistas produzidas por outros pesquisadores e em outros contextos de pesquisa, mas que, por conta do período histórico e/ou do perfil do entrevistado trouxeram informações importantes para o nosso objeto, em especial as entrevistas realizadas com João de Jesus Pereira, presidente do STR de Cachoeiras de Macacu de 1972 a 1994, e as entrevistas realizadas com Raimundo Leoni dos Santos, já falecido e então presidente do STR de Itaboraí, município que mantém com Cachoeiras de Macacu um histórico compartilhado de lutas.

A opção por buscar relatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais que não ocupavam postos de liderança nas entidades envolvidas nas ocupações e na luta pela terra teve o objetivo de obter pistas para compreender as resistências cotidianas que permearam o dia a dia de homens e mulheres que vivenciaram a luta pela reforma agrária em Cachoeiras de Macacu, buscando dar conhecimento a uma experiência singular durante o período ditatorial, de forma a observar os meios pelos quais se deu a resistência, as relações envolvidas e as construções de problemas públicos. Entrevistar moradores e assentados de SJBm e seu entorno que tenham tido alguma forma de relação com o conflito parte do entendimento de que as ocupações e desapropriações que ocorreram no caso analisado não foram possíveis sem um processo longo de construção da organização. As entrevistas deram indicações das “formas cotidianas da resistência camponesa” (SCOTT, 2002), tais como as lutas por respeito, por melhores condições de trabalho, moradia e terra, deslocando a análise das rebeliões e ocupações para o cotidiano das relações sociais no campo, buscando entender como estas questões foram socializadas e tornadas comuns.

As entrevistas buscaram recuperar os pontos de vista dos entrevistados, reconstituir suas experiências e trajetórias a partir da “escuta ativa e metódica” (BOURDIEU, 2008, p. 695). Foram orientadas de modo a evitar as narrativas romantizadas, onde o entrevistado tende a enxergar a própria vida como um caminho linear e unidirecional, constituindo em si um todo coerente e orientado, onde origem cronológica e ordenação lógica são desenvolvidas e correlacionadas pelo próprio entrevistado (BOURDIEU, 1996). O conhecimento aprofundado das condições de

existência, produto de uma estrutura que atravessa as trajetórias individuais, constituiu-se numa tentativa de alcançar os “fundamentos reais do descontentamento e da insatisfação” a partir do trabalho de revelação das “coisas enterradas nas pessoas que as vivem e que ao mesmo tempo não as conhecem e, num outro sentido, conhecem-nas melhor do que ninguém” (BOURDIEU, 2008, p. 708).

As entrevistas foram guiadas pela possibilidade de tornar possível a compreensão do trabalho de constituição e de formalização das memórias, alcançando as “zonas de sombra, silêncio, ‘não-ditos’” (POLLAK, 1989, p. 8) das memórias subterrâneas, evidenciando a tensão entre estas memórias e a memória oficial/nacional do período analisado expostas em inúmeras passagens dos documentos oficiais coletados. A partir de Pollak (1989), Bosi (1994) e Portelli (2006), captamos a memória como prática, como o trabalho que torna possível que ela seja solidificada e dotada de duração e estabilidade. Acentua-se, assim, o caráter uniformizador e opressor da memória coletiva nacional, além de enfatizar o trabalho de subversão das memórias subterrâneas, realizado no silêncio e de maneira quase imperceptível que afloram em momentos de crise ou de reavivamento da memória. A memória está, assim, em disputa, em conflito e em competição sobre sua capacidade de dar sentido a uma determinada situação ou evento.

A reconstrução da história depois dos fatos sempre implica em ordenar acontecimentos que podem ter abalado a rede de relações e significados dos atores. A partir de rupturas, tensões e contradições as relações sociais, a posição social e o contexto histórico vivido são redefinidos dentro da memória individual (POLLAK, 1989). É a partir destas memórias tensionadas, construídas em um trabalho incessante de reinterpretação do passado, que se pode alcançar a vivência dos conflitos por terra, elemento que constitui uma parte da experiência de vida de incontáveis trabalhadores e trabalhadoras rurais de Cachoeiras de Macacu ao longo do século XX e que tornou possível a constituição de grupos políticos organizados em torno da luta pela terra e da sua conquista.

Buscamos, deste modo, nos aproximarmos da experiência dos trabalhadores e trabalhadoras rurais que, de algum modo, participaram e/ou foram afetados pelos conflitos por terra existentes em Cachoeiras de Macacu e pela implementação de um regime ditatorial que alterou de forma profunda as relações sociais e a constituição de grupos políticos tais como estavam acontecendo no pré-golpe. Através das entrevistas procuramos, ainda, entender as condições que tornaram possível a consolidação de uma

nova ocupação em 1979, momento em que a tímida abertura política da ditadura ainda se traduzia em repressão, monitoramento dos conflitos e seus atores e proteção da propriedade privada.

Estrutura da Dissertação

Além desta Introdução a dissertação é composta por cinco capítulos. No primeiro, “‘Fome de terra’: colonização disputas fundiárias em Cachoeiras de Macacu”, buscamos dar um chão histórico aos conflitos em São José da Boa Morte e no Núcleo Colonial de Papucaia. Trata-se de compreender a dinâmica social e fundiária que fez da região um foco de conflitos, acompanhando a dinâmica de valorização fundiária, despejo e constituição da resistência camponesa vivida na Baixada.

No segundo capítulo, “Da raiva crua à indignação cozida: o pré-1964 em Cachoeiras de Macacu”, analisamos, a partir do referencial teórico apresentado nesta Introdução, a formação de um *collective action frame* em Cachoeiras de Macacu. Remontamos, deste modo, do final dos anos de 1950 até 1964 os conflitos e as percepções dos camponeses, analisando as ocupações de 1961 e 1963 como eventos que apontam para um processo mais longo de cozimento das injustiças vividas em quadros interpretativos capazes de orientar a ação coletiva.

No terceiro capítulo, “Presença e atuação do Estado em tempos de ditadura: repressão e resistência camponesa”, analisamos em que medida a desmobilização da luta organizada não impediu a continuação dos conflitos fundiários no município no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil. Também observamos as dimensões da repressão física e política durante os governos ditatoriais, em especial entre os anos de 1964 e 1979, analisando a experiência do golpe nas áreas rurais, os despejos, a violência, o cotidiano marcado pelo medo e pelos embates e a reversão do decreto de desapropriação da Fazenda São José da Boa Morte.

No quarto capítulo, “‘Terras encercadas’: a reprodução das condições de conflitos em SJBM e arredores”, foram analisadas a formação e o desenrolar do Condomínio Agropecuário Marubaí, experiência marcada na memória dos trabalhadores rurais. A devolução das terras da SJBM a seus pretensos donos, a mudança da política agrária e a atuação do STR de Cachoeiras de Macacu também foram objetos de análise.

No quinto capítulo, “‘Aí que nós voltamos mais enfezados ainda’: ocupação e reconquista da terra”, buscamos entender o papel do sindicalismo rural e da CPT como mediadores sociais presentes na retomada das ocupações de terra no Estado do Rio de

Janeiro, sem com isso minimizar a atuação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais organizados e motivados pelo desejo de libertar as terras das mãos dos grileiros. Ao refletir sobre como este período foi vivido dentro das áreas de conflito analisadas e sobre como foi possível que os camponeses voltassem a se organizar em uma nova configuração social, mesmo com intensa repressão e desarticulação da luta organizada, analisamos a ocupação de 1979, a prisão de quase cem lavradores e um padre em 1980 e a desapropriação da São José em 1981, sem perder de vista o longo processo de consolidação de uma cultura política de resistência, teimosa e cotidiana.

Por fim, nas Considerações finais, buscamos retomar e sintetizar as principais discussões do trabalho. Em Anexos, se encontram as listas de presos das ocupações de 1961 e 1980, e a lista do conjunto dos presos em Cachoeiras de Macacu após o golpe de 1964.

1. “FOME DE TERRA”: COLONIZAÇÃO DISPUTAS FUNDIÁRIAS EM CACHOEIRAS DE MACACU

1.1 A Baixada: despejo e valorização fundiária

Neste capítulo inicial pretendemos compor um quadro histórico da região de Cachoeiras de Macacu, de modo a oferecer uma interpretação que abarque a sua complexidade fundiária, iluminando as motivações materiais e simbólicas elaboradas pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais que viviam e/ou trabalhavam na área de conflito analisada.

Ao analisar o processo de inserção política do campesinato fluminense e refletir sobre a especificidade de sua forma de organização nos anos de 1950 e 1960, Grynszpan (1987, p. 16) considera “o despejo de lavradores das terras que ocupavam há vários anos” como “o principal problema social existente no campo” por conta de sua grande recorrência, pelo número de casos e pessoas envolvidas, pela violência perpetrada com tiros, espancamentos, queima de casas e destruição de plantações.

Evento recorrente em todo o estado do Rio de Janeiro, os despejos mais constantes e violentos, e também que ganharam mais visibilidade na imprensa, ocorreram em Magé, Nova Iguaçu, Itaguaí, Itaboraí, Cachoeiras de Macacu e Duque de Caxias, municípios que compunham a Baixada Fluminense e que vivenciaram intenso processo de urbanização desde os anos 1950. Segundo Grynszpan (1987, p. 21): “Os despejos não se restringiram à Baixada, mas foi a partir dela que se irradiaram as resistências organizadas dos lavradores contra eles”, visto que modificavam abruptamente a vida das populações rurais.

Grynszpan relaciona esse processo de expropriação a projetos de recuperação da agricultura e das áreas decadentes do Estado do Rio de Janeiro. Na década de 1930 o governo federal iniciou a implantação de programas de recuperação da Baixada Fluminense, que, desde meados do século XIX, apresentava sinais de esgotamento devido ao modelo de produção em latifúndios com trabalho escravo¹³ e à proliferação da malária e da febre amarela em regiões pantanosas e que já haviam sido abandonadas pelos cultivos comerciais de escala. Foram realizadas obras de saneamento, drenagem, projetos de colonização e abertura e pavimentação de estradas. Contudo, vinte anos

¹³ Mesmo após a abolição da escravidão (1888), muitos ex-escravos continuaram a trabalhar nas diversas fazendas da Baixada Fluminense. A presença dessa força de trabalho recém-liberta acompanhou as transformações nas áreas rurais, onde a decadência da economia cafeeira deu lugar à substituição de lavouras por pastagens, pela criação extensiva e pela fruticultura.

depois dos projetos de recuperação, o cenário de decadência se manteve: “com a maior modernização das cidades, contrasta a quase total predominância de sistemas primitivos nas atividades agrícolas e a existência de imensas áreas incultas, inclusive nas vizinhanças das grandes cidades” (GEIGER e MESQUITA, 1956, p. 1). Para Grynszpan (1987), baseado em Geiger e Mesquita (1956), este longo período de decadência da agricultura fluminense deve, no entanto, ser relativizado: entre o final do século XIX e o início do século XX foram criadas áreas de fruticultura, lavoura de gêneros alimentícios, extração de madeira e de lenha, fabricação de carvão e criação de gado que mantinham a circulação de homens, mulheres e mercadorias. Em grande medida a decadência referia-se ao abandono e desinteresse dos grandes proprietários, cujas terras, abandonadas à espera da valorização fundiária, foram sendo ocupadas, limpas e tornadas produtivas por lavradores que nelas se estabeleciam, vindos de diversos pontos do estado e do país.

Em Cachoeiras de Macacu não foi diferente. Conforme os trabalhos de Cardoso (2009) e Rosa Jr. (2014), a Vila de Santo Antônio de Sá, primeiro nome oficial do município, dado em fins do século XVII, era composta, predominantemente, de homens e mulheres livres e pobres cuja principal atividade foi o cultivo da mandioca e produção de farinha. Esta população tinha como fonte de sustento o trabalho na terra, quase sempre arrendada, e a possibilidade de ter ou não a posse de alguns poucos escravos. Estava, assim, profundamente atrelada à economia da grande lavoura e ao mercado interno, o que aponta para a importância do abastecimento, por vias fluviais, da cidade do Rio de Janeiro com farinha, arroz, feijão, milho, açúcar e extração de madeira.¹⁴

A ocupação da Vila de Santo Antônio de Sá, conhecida também como Vale do Macacu, acompanha o curso dos rios Macacu, Caceribu e Guapiaçu, compreendendo parte do que hoje é conhecido como os municípios de Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Itaboraí e Magé. No século XIX uma série de fatores contribuiu para o processo de decadência econômica do Vale do Macacu, tais como: a migração da cultura do café para o Vale do Paraíba¹⁵, levando a esta área maiores investimentos, instrumentos de trabalho e mão de obra escrava; a gradual extinção do trabalho escravo; a epidemia de malária e febre amarela denominada “febre do Macacu”, que atravessou a região a partir de 1830 e foi responsável por uma sensível baixa na população e pela

¹⁴ A extração de madeira tinha como produtos o carvão, a lenha e a madeira já trabalhada para as construções civil e naval.

¹⁵ Segundo nota de Geiger e Santos (1954, p. 294): “Nos morros do município de Cachoeiras de Macacu, existiam cafezais até 1926”.

consequente redução das áreas produtivas no baixo e médio curso do rio Macacu; a inauguração da Estrada de Ferro Cantagalo¹⁶, contribuindo para o desuso do rio e dos portos; as inúmeras mudanças de sede da região, resultando em diversas fragmentações do território (TELÓ e BRAGA, 2015).

A partir de Cardoso (2009) e Rosa Jr. (2014), podemos concluir que no início do século XX a população da região de Cachoeiras de Macacu era composta, em sua grande maioria, por famílias pobres e de ex-escravos que continuavam a trabalhar em outras fazendas em regimes de arrendamento, tendo no uso da terra a base de sua sobrevivência e organização social.

Ao longo do século XX as áreas rurais do Estado do Rio de Janeiro apresentaram mudanças significativas: a progressiva decadência das áreas cafeicultoras no início do século deu lugar ao crescimento do cultivo de laranjas em Nova Iguaçu e Vale do Macacu e à criação de gado na Região Serrana. Em todo o estado a modernização dos sistemas de cultivo e a valorização fundiária incrementaram o processo de expropriação de trabalhadores rurais de suas áreas de lavouras de subsistência, trabalho e moradia. Em grande medida este quadro resulta das obras públicas de saneamento e de expansão da urbanização e das redes viárias empreendidas na década de 1930 (MEDEIROS, 2015).

Os esforços do Estado para intensificar a produção agrícola a partir do assentamento de agricultores em núcleos de colonização pretendia resolver o problema do abastecimento nas cidades, onde o rápido crescimento populacional e industrial era atravessado pelo encarecimento dos custos de vida. Para Linhares e Silva (1979), a “reorientação das estratégias” e a planificação da economia presentes na inflexão política do governo de Getúlio Vargas visavam inserir a economia agrário-exportadora em uma nova racionalidade administrativa, capaz de modernizar a produção agrícola e elevar o abastecimento interno ao mesmo tempo em que se criavam condições favoráveis para a produção urbano-industrial. Seguindo a análise destes autores, é possível apreender quatro práticas da intervenção estatal do governo Vargas que visavam manter uma integração entre as economias agrárias e industriais: a) institucionalização de formas de apoio ao mercado interno a partir da expansão e melhoria das rodovias e ferrovias, impedindo as crises de abastecimento ao facilitar a

¹⁶ Considerada a primeira estrada de ferro brasileira a passar por regiões montanhosas, a Estrada de Ferro Cantagalo foi inaugurada em dezembro de 1873 e ligava Nova Friburgo a Niterói, com parada em Cachoeiras de Macacu. Foi construída com o objetivo de escoar a produção de café de Cantagalo para a capital. Em 1911 ela se tornaria parte da Estrada de Ferro Leopoldina.

circulação interna da produção agrícola; b) incentivo à mobilidade da fronteira econômica, expandindo o domínio da produção capitalista; c) racionalização da expansão demográfica e a migração interna a partir da formação de núcleos interligados; d) estruturação de um salário mínimo para os trabalhadores urbanos, com a organização sindical em categorias reconhecida pelo Estado (LINHARES e SILVA, 1979, p. 83).

Seguindo estas diretrizes, ao longo das décadas de 1930 e 1950 foram criados sete núcleos coloniais no Estado do Rio de Janeiro.¹⁷ Entretanto, segundo Linhares e Silva (1979), o problema do abastecimento interno se perpetuava dentro do modelo de produção agrícola voltada para a exportação a baixo custo devido os inúmeros fomentos e isenções fiscais das diretrizes econômicas do Estado. Deste modo, o desinteresse dos grandes proprietários pela região da Baixada se manteve, ao mesmo tempo em que um número crescente de famílias de lavradores passou a buscar terras dentro e no entorno dos projetos de colonização, nelas se mantendo com produção agrícola e exploração de madeira.

A valorização das terras pelas obras públicas tornou a especulação mais interessante do que a produção, iniciando um longo processo de expulsão de lavradores. Junto com estas obras foram criadas inúmeras companhias, voltadas para a promoção da colonização particular, que adquiriram grandes propriedades abandonadas e passaram a fomentar o loteamento urbano, atividade que se expandiu largamente entre as décadas de 1940-1960 e que contribuiu para a construção de bairros residenciais nas periferias das grandes cidades da Baixada, e o loteamento para a formação de chácaras de fruticultura (GEIGER e SANTOS, 1954; GEIGER e MESQUITA, 1956).

Amplamente propagandeado, os novos loteamentos espalharam a fruticultura pela Baixada, cuja paisagem mudou em algumas décadas: os canaviais, marcantes no século XIX, agora se concentravam em algumas grandes propriedades monocultoras de cana de açúcar, enquanto a fruticultura se espalhava pelo território em múltiplas áreas com a promessa de lucro e trabalho, principalmente assalariado. Ao mesmo tempo algumas propriedades se valorizavam com a exploração da lenha, do barro e da areia (GEIGER e SANTOS, 1954). Para O'Dwyer (1988, p. 60), mesmo que a propriedade privada tenha sido sempre uma instituição de importância jurídica e social, “foi a partir

¹⁷ Os núcleos eram os seguintes: Santa Cruz (Itaguaí e cidade do Rio de Janeiro); São Bento (Nova Iguaçu e Duque de Caxias); Duque de Caxias (Duque de Caxias e Magé); Tinguá (Nova Iguaçu e Duque de Caxias); Macaé (Macaé); Papucaia (Cachoeiras de Macacu); Santa Alice (Itaguaí). Ver Grynspan (1987).

dos anos quarenta, no Estado do Rio de Janeiro, quando a terra tornou-se objeto de especulação, que a posse de um registro imobiliário passou a ter importância crucial”.

O processo de loteamento, que “é hoje [1954] certamente a atividade mais lucrativa na esfera rural da Baixada da Guanabara” (GEIGER e SANTOS, 1954, p. 304), fez com que as “culturas de gênero alimentício como a do feijão, do milho e, principalmente, a da mandioca” fossem paulatinamente expulsas: “No município de Itaboraí, por exemplo, cujos laranjais começaram a se desenvolver por volta de 1913, a farinha de mandioca e o milho figuravam entre os principais produtos daquela época. Em 1925, o Município de Cachoeiras de Macacu exportava milho, feijão e farinha, enquanto que atualmente [1954] importa” (*idem*, p. 298). Ainda citando os autores:

O fenômeno do loteamento e construção de bairros residenciais na periferia das grandes cidades da Baixada leva ao desaparecimento de espaços vazios entre os diversos bairros e entre estes e as vizinhas, muitas vezes à custa da destruição das lavouras. (...) O loteamento não se prende somente aos trabalhos urbanos, mas também ao aumento do turismo causado pela elevação do nível de vida nas cidades (GEIGER e SANTOS, 1954, pp. 304-305).

Desse quadro de “grandes propriedades [pouco produtivas], trabalho de meação, pouco capitalismo na agricultura e comércio feudal”, Geiger e Santos (1954, pp. 308-309) retiram algumas consequências de importância analítica: a) a maioria da população rural “não se radica na terra em que mora”, pois este regime de propriedade – a grande propriedade voltada para a monocultura e exportação – facilita o êxodo rural; b) a lavoura é frequentemente abandonada em prol das “atividades muito lucrativas” dos “produtos de exportação”; c) o regime de meia significa empobrecimento do lavrador e encarecimento da produção; d) a existência de latifúndios intensificou a especulação imobiliária, os loteamentos urbanos e uma “expansão espacial desmesurada, desnecessária da capital”. Os autores concluem com duas proposições que, apesar de contraditórias, não se excluem, mas coexistem no sistema agrário brasileiro¹⁸:

Depois de longo processo econômico-social, criou-se na Baixada um contraste enorme entre as cidades, onde predominam estruturas econômicas modernas e o campo, onde permanecem de modo amplo as formas arcaicas. O crescimento das cidades só fez aumentar os problemas do abastecimento de gêneros, enquanto extensas áreas eram abandonadas pela lavoura.

¹⁸ A tese da coexistência entre sistemas modernos e arcaicos de produção recebeu um tratamento mais apurado no conceito de “integração dialética” de Francisco de Oliveira (2003), onde o autor evidencia como necessária a existência de formas não modernas de exploração do trabalho no campo a fim de se concretizar a mudança de eixo da economia nacional, tornando possível um novo padrão de acumulação capitalista baseado no capital industrial e urbano.

No entanto, no conjunto a produção da Baixada Fluminense, tanto industrial como agrícola, tem aumentado sempre (GEIGER e SANTOS, 1954, pp. 309-310).

Para Grynszpan (2009, p. 42), esta nova configuração da Baixada conformava um quadro propício à luta pela terra, visto que “assistia-se na Baixada, juntamente com a transformação do espaço rural em urbano, à valorização da terra nua em detrimento da produtiva, à imposição de uma visão da terra enquanto ativo financeiro e não enquanto meio de produção”. Este quadro indicava ao lavrador expulso a dificuldade de ser reabsorvido em outra área rural.

Como observado pelas análises desenvolvidas na pesquisa *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*, uma parte significativa dos conflitos identificados nas décadas de 1950 e 1960 envolveram os Núcleos Coloniais e seu entorno, desenvolvendo-se a partir do aumento populacional e da especulação fundiária, forçando a expulsão de colonos e posseiros nestas regiões (MEDEIROS, 2015). São recorrentes nos depoimentos de trabalhadores rurais relatos de despejos realizados por grileiros e jagunços. Estes despejos ficaram marcados na memória por envolverem queima de casas, destruição de plantações, tiros de armas de fogo, torturas físicas e psicológicas, eventos em que a participação do Estado frequentemente se deu pela omissão frente à violência ou pela participação direta do Poder Judiciário e da Polícia Militar nos despejos.

A fim de compreendermos melhor como se deu em Cachoeiras de Macacu esta configuração fundiária, precisamos analisar, segundo Geiger e Santos (1954, p. 305), as áreas saneadas pelo governo “com o objetivo de melhorar as condições da lavoura de abastecimento da capital”. Deste modo, nos voltaremos, agora, para o projeto de colonização em curso durante as décadas de 1930 a 1950 e os esforços estatais em sanear as terras públicas.

1.2 Os projetos de colonização

Iniciados em 1938, os projetos de colonização, em especial por meio dos Núcleos Coloniais, serviram para reordenar as áreas rurais e disseminar a pequena propriedade produtora de alimentos para as cidades em expansão. Seus principais objetivos eram:

- a) incentivar o aproveitamento da área e de outros imóveis da União situados na Baixada Fluminense e beneficiados pelas obras de saneamento que o governo lá vinha realizando; b) disciplinar a

ocupação, já então reconhecendo que, embora pertencente à União, ela vinha sendo apropriada privadamente; c) desenvolver a pequena propriedade para abastecer a capital da República (MEDEIROS, 2015, p. 46).

Em 1938 foi criada a Divisão de Terras e Colonização (DTC) do Ministério da Agricultura, voltada para a fixação do lavrador na terra que, junto da Primeira Comissão Especial Revisora de Títulos de Terras, pretendia enfrentar o problema da titulação de terras e o avanço de proprietários privados em terras públicas. Em 1954 foi criado o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic) que estabeleceu como objetivos a assistência e o encaminhamento de trabalhadores nacionais imigrantes de uma terra a outra, atuando de modo a orientar e promover a seleção, entrada, distribuição e fixação de trabalhadores em novas terras traçadas e executadas pelo programa nacional de colonização, possibilitando o maior acesso à pequena propriedade agrícola (MEDEIROS, 2015).

Ao seguirmos as conclusões de Alcir Lenharo (1986, p. 23) para os projetos de colonização dos anos 1930-1940 na Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste brasileiros, compreendemos que a política de colonização era o “casamento das fronteiras econômicas com as fronteiras políticas”. Esta política, também chamada, por Vargas, de um “imperialismo brasileiro”, positivava a noção de imperialismo como a conquista das regiões mais atrasadas e sua inserção em um modelo de progresso que “consistia na expansão demográfica e econômica dentro do próprio país, que fazia a conquista de si mesmo e promovia a integração ao Estado” (*idem*, p. 23).

Lenharo sustenta a tese de que os projetos de colonização possibilitavam a integração do campo no imaginário desenvolvimentista do governo de Getúlio Vargas a partir da participação social, mas não política, dos trabalhadores rurais. Para o autor,

A conquista do oeste significava para o regime a integração territorial como substrato simbólico da união de todos os brasileiros. A ocupação dos espaços ditos vazios significava não simplesmente a ocupação econômica da terra, transformada em geradora de riquezas; sua pretendida ocupação seria procedida de maneira especial, a ponto de fixar o homem na terra através de métodos cooperativos, que redimensionassem as relações sociais, de acordo com a orientação política vigente. A transformação do oeste conquistado era também apreciada como suporte de sustentação para o ‘novo’ implantado nas cidades, e sua extensão para o campo era tida como um movimento natural e inerente de acabamento da nova ordem estabelecida (LENHARO, 1986, pp. 17-18).

Este projeto civilizador, para Lenharo, teve como função disciplinar a ocupação territorial, a produção econômica e as tensões sociais nas áreas estudadas pelo autor. Deste modo, a partir da centralização da administração, a distribuição de pequenas propriedades para trabalhadores sem terra teria como fim resolver as tensões sociais ao possibilitar o acesso à terra sem realizar uma reforma agrária efetiva e sem estender os direitos trabalhistas à população rural. A resolução dos conflitos seria parte de um projeto civilizador, realizado a partir do “esquadrinhamento disciplinar” e da “fiscalização dos corpos e dos costumes” (LENHARO, 1986, p. 54). O regime varguista teve a pretensão, ainda segundo o autor, de conter os conflitos de classe no campo a partir da “colonização de espaços, corpos e mentes” (*idem*, p. 59). O autor afirma, contudo, que o processo de colonização redistribuiu, em sua grande maioria, pequenas propriedades, ao mesmo tempo em que cresceram a concentração de terras em grandes propriedades e o trabalho assalariado.

Os múltiplos pontos de desapropriação e constituição de projetos de colonização no município de Cachoeiras de Macacu podem ser pensados a partir da lógica com que as colônias foram pensadas nos anos 1930: formando um “rosário de colônias”, funcionando como “pontos avançados de penetração (...). Do modo como foram planejadas, as colônias funcionariam como cidades-indústrias potencialmente lançadas no vazio” (LENHARO, 1986, p. 48), com um núcleo repleto de preocupações urbanísticas e planejado para o crescimento populacional e territorial, na medida em que as colônias iriam se irradiando pelas áreas próximas, concomitantemente ao estabelecimento de indústrias de beneficiamento de gêneros alimentícios, serrarias, olarias, usinas de açúcar e álcool.

As colônias foram, deste modo, compreendidas como “laboratórios de um novo conjunto de relações sociais, previsto na legislação através da associação dos colonos em cooperativas de produção, venda e consumo” (LENHARO, 1986, p. 52), como uma organização horizontal combinada com a verticalidade da administração, centralizada nas técnicas de agrônomos vinculados ao Ministério da Agricultura. Deste modo, as instituições públicas que se voltaram para a realização da reforma agrária serviriam como dispositivos de resolução de conflitos e interesses a serem centralizados no Estado, retirando esta capacidade das organizações sociais e políticas dos próprios trabalhadores. Estas instituições, através de práticas de assistencialismo, apoio técnico e repressão buscavam disciplinar o trabalhador migrante em novas redes de sociabilidade,

de modo a desenraizá-lo e diminuir as possibilidades de geração de conflito (TELÓ e BRAGA, 2015).

A partir desta perspectiva endossamos o balanço geral feito por Lenharo. Coexistiram dois cenários distintos: o oficial, marcado pelo relato de conciliação e resolução de conflitos que realçam o papel positivo e colonizador do Estado e das empresas privadas de colonização, vitoriosas ao impor “o seu jeito de gerar e acumular capital” (LENHARO, 1986, p. 57); e outro cenário convulsionado ou às avessas que expõe um quadro de miséria, exploração e violências aos trabalhadores rurais locais e migrantes, que viviam um cotidiano de vigilância policial e paramilitar marcado por disputas com e entre grileiros.

É interessante analisarmos o documento intitulado “Conceito de Colonização”, trabalho dos engenheiros agrônomos Fernando A. Genschow e Alarido J. da Cunha Jr., apresentado no IV Congresso Nacional de Municípios, em 1957, onde os autores expressaram uma opinião crítica ao andamento dos projetos de colonização, apresentando suas fraquezas e potencialidades.¹⁹ A proposta é a resolução da fome a partir da racionalização da produção e distribuição da riqueza. Estas duas ações são percebidas como possibilidades abertas pela colonização, tomada como “processo seguro por meio do qual fontes agrícolas produtoras, em bases sólidas, podem desenvolver-se e atingir, dentro de uma conjuntura socioeconômica estável, uma situação compatível com as necessidades alimentares de nossas populações, mormente nas zonas rurais” (BR_RJANRIO_S7_C008_PT003_d001de001, p. 14). Deste modo, o problema da produtividade mínima e da baixa capacidade aquisitiva da população rural seria solucionado pela planificação técnica e pelo “plano de colonização racionalmente elaborado e bem conduzido” (*idem*, p. 15). A partir da perspectiva de racionalização da produção, de abertura de crédito e da atuação e competência técnicas do Inic, a colonização proporcionaria a fixação do homem na terra, tornando-o “um elemento indiscutível da paisagem sócio-econômica” e “uma força social, produtiva e, antes de mais nada, dignamente humana” (*idem*, p. 18). Assim, a colonização teria o objetivo de tornar o colono autossuficiente, capaz de constituir um grupo social organizado e com sentimento de pertencimento – uma comunidade – e capaz de trazer retorno econômico ao Estado.

¹⁹ “Conceito de Colonização”. Trabalho de Fernando A. Genschow e Alarico J. da Cunha Jr. Documentos sobre o IV Congresso Nacional de Municípios, 1957. Arquivo Nacional – Acervo Paulo de Assis Ribeiro (BR_RJANRIO_S7_C008_PT003_d001de001). A numeração das páginas será dada conforme a paginação feita pelo Arquivo Nacional.

Genschow e Cunha Jr. oferecem conclusões semelhantes à de Lenharo (1986) sobre as colonizações das décadas de 1930 e 1940. Para eles, os núcleos coloniais de 1954 a 1957 – período de atuação do Inic até a produção do artigo – encontravam-se “em situação deficitária” (BR_RJANRIO_S7_C008_PT003_d001de001, p. 23). No que se refere aos núcleos coloniais do Rio de Janeiro, os autores dizem: “‘às barbas’ da Capital Federal, portanto servidos por boas estradas de ferro e de rodagem e com mercado seguro e ávido em gêneros de toda espécie, vemos o triste programa de ‘colonização’ que foi desenvolvido: a crescente e desmesurada valorização das terras superpondo-se às iniciativas de caráter agrícola” (*idem*, p. 23). Analisando os núcleos de Macaé e Santa Alice, os autores enfatizavam a ausência de demarcação de terras e a presença de “pseudocolonos” que ocupam as terras como chácaras de turismo.

Genschow e Cunha Jr. identificam a valorização fundiária no entorno dos núcleos coloniais como o principal problema que travou a colonização. A atuação de empresas privadas de colonização se limitou a demarcar e vender lotes, sem se preocupar com a fixação do homem no campo. Para Lenharo (1986, p. 57), “a forma de colonizar predominante voltou para a ‘colonização econômica’, dirigida para o lucro das companhias particulares”. Para Genschow e Cunha Jr., “a maioria das chamadas ‘empresas de colonização’ se organiza com um único escopo: adquirir terras ao Estado por uma ninharia e as revender em lotes por cem vezes mais” (BR_RJANRIO_S7_C008_PT003_d001de001, p. 31). Deste modo, estes autores, bem como Geiger e Mesquita (1956), concluem que a colonização era fundamento da especulação de terra com acesso ao crédito financeiro e amparo ou omissão legal, ao mesmo tempo em que a grande maioria dos colonos se encontra em “situação idêntica ao agricultor que trabalha em terras de outrem” (BR_RJANRIO_S7_C008_PT003_d001de001, p. 34). Por fim, vale a pena citar por extenso as conclusões dos autores sobre “os principais fracassos dos processos oficiais de colonização” e onde repousam:

na falta de conhecimentos exatos e técnicas da área a ser colonizada; da inexistência de lotes certos e demarcados sem contestação; das más condições ecológicas, principalmente solos e águas; das injunções de ordem pública, da incapacidade administrativa; do desvio do dinheiro público; da falta de assistência técnico-financeira e creditícia ao colono; do péssimo estado alimentar e sanitário das populações principalmente rurais; da falta de cultura técnica dos responsáveis pela colonização; pelo desconhecimento do real valor de uma colonização bem dirigida (BR_RJANRIO_S7_C008_PT003_d001de001, p. 33).

1.3 O Núcleo Colonial de Papucaia

O conflito existente na Fazenda SJBM oferece um ponto de análise rico para a compreensão deste complexo quadro de conflitos, valorização fundiária e participação do Estado, na medida em que o conflito não se restringe apenas aos limites da fazenda, mas envolve também o Núcleo Colonial de Papucaia, refletindo o avanço contínuo dos grileiros sobre terras do Estado e a ausência de regularização e informação fundiária pelo Estado.

Esse Núcleo foi criado em 1951. A história das terras onde foi instalado remonta ao século XVI e à colonização portuguesa no Brasil. Em 1571, uma parte da região do Vale do Macacu foi doada como sesmaria para Miguel de Moura, por conta de seu papel na expulsão dos franceses da Baía da Guanabara. Neste mesmo ano, contudo, Miguel de Moura a doou à Companhia de Jesus, visto que Moura não utilizava suas terras para a produção de alimentos. Os jesuítas levaram alguns anos para assumir o local, tendo sido necessário aniquilar as tribos indígenas consideradas inimigas e cristianizar e escravizar as aliadas. Em 1757 a região já se tornara conhecida como Fazenda do Colégio ou Fazenda Papucaia, sendo considerada a fazenda jesuítica de maior produção de farinha de mandioca, famosa pela grande quantidade de animais utilizados para a tração e transporte e pelo grande número de mão de obra cativa indígena e negra (CARDOSO, 2009).

O ímpeto laicista que o Estado português passou a assumir em meados do século XVIII fez com que em 1759 os jesuítas fossem expulsos da Fazenda Papucaia, passando esta a ser propriedade do Estado. A fazenda logo foi comprada por Antônio de Oliveira Braga, senhor de engenho e de escravos com grande prestígio junto à Igreja Católica e ao Estado. Com a morte deste e depois a de seu filho herdeiro, em 1840, a fazenda foi subdividida em cinco porções menores, sendo uma delas a fazenda Papucaia (CARDOSO, 2009). O processo de decadência vivido pelas grandes fazendas no século XIX atingiu também a fazenda Papucaia. Como dito anteriormente, uma série de fatores contribuíram para que a região do Vale do Macacu perdesse, aos poucos, parte do seu prestígio e capacidade de produção.

A última proprietária da Fazenda Papucaia foi a Companhia Nacional de Navegação Costeira, pertencente a Henrique Lage, dono de mais de trinta empresas nas áreas de carvão, ferro e navegação. Ribeiro (2007) aponta que, por conta da relação de proximidade entre Lage e Getúlio Vargas, as terras da Companhia foram incorporadas ao Estado após a morte de Henrique Lage em 1941. Em 1942, com a entrada do Brasil

na 2ª Guerra Mundial, a partir do Decreto-Lei nº 4.648, de 2 de setembro de 1942, um conjunto de 29 empresas mais os bens do espólio de Henrique Lage foram incorporados ao patrimônio nacional devido à “existência do estado de guerra” e a potencialidade destas empresas e terras atuarem em prol da defesa nacional, conforme declarado pelo Decreto citado.²⁰ Em 1951 é ali criado o Núcleo Colonial de Papucaia.

Apesar da importância dos núcleos coloniais no apoio e desenvolvimento de pequenos proprietários rurais, Geiger e Mesquita (1956) salientaram o que consideravam alguns erros de atuação por parte do Estado: o abandono de lotes e suas transformações em sítios de veraneio, a demora na organização das colônias e a necessidade de obras de saneamento para a efetiva ocupação dos lavradores. Os autores apontaram outro equívoco, do qual o Núcleo Colonial de Papucaia serve como exemplo: o Estado adquiriu terras de fazendas particulares para a construção de colônias agrícolas e comumente chegou a pagar por terras mais valorizadas após as obras realizadas pelo próprio governo, ou ainda a pagar por terras que já lhe pertenciam. Os autores chegam a questionar: “Não deve ser mau negócio para os proprietários que exploram a floresta [em busca de lenha e carvão e através de grilagem], vender depois as terras para colonização. É o caso dos 1200 alqueires comprados à [Companhia] Costeira para a organização da colônia Papucaia” (GEIGER e MESQUITA, 1956, p. 154).

Em fevereiro de 1953, uma reportagem do jornal *Correio da Manhã* apresentava o Núcleo Colonial de Papucaia como bastante desenvolvido e capaz de alocar 600 famílias. Na ocasião da reportagem o Núcleo dispunha de “20 casas, edifício-sede, o Centro de Colonização, com 30 residências, estando em marcha a abertura de estradas, o abastecimento d’água (sic) e os serviços agrícolas de assistência a 17 italianos e 60 nacionais” (Até Março a conclusão de seis núcleos coloniais. *Correio da Manhã*, 11/02/1953, p. 2, 1º Caderno). O mesmo jornal, em agosto, apresentava um pequeno resumo da produção agrícola e industrial do município. Cachoeiras de Macacu contava com uma Associação Rural, com 300 sócios, um posto agropecuário, uma sociedade cooperativa, uma cooperativa agrícola mista, o Núcleo Colonial de Papucaia e pequenas indústrias de carvão, lenha, aguardente, oleira, doces de banana e derivados. Quanto à produção agrícola, o município se caracterizava pela banana e abacaxi. Em segundo

²⁰ Além da Companhia Nacional de Navegação Costeira, incluíam-se nas “Organizações Lage” companhias cujas atividades se voltavam para a atuação em docas, construção civil e hidráulica, metalurgia, administração e construção de imóveis urbanos e exploração mineral. Também foram apropriadas pelo Estado bancos, fábricas e uma empresa de terras e colonização. Ver: Decreto Lei nº 4.648, de 2 de Setembro de 1942, Diário Oficial da União, Seção 1, 4/9/1942, p. 13.523; Ribeiro (2007).

plano, mandioca, cana, arroz, milho, feijão, batata doce, tomate e laranja. Ou seja, abastecia o mercado interno, em especial do Distrito Federal (Safrá anual de três milhões de cachos e banana. *Correio da Manhã*, 20/08/1953, p. 2, 1º Caderno).

Esta produção teria sido incrementada pela “moderna técnica” aplicada no Núcleo Colonial de Papucaia, voltada “para aprimoramento do fator humano nos trabalhos agrícolas”. Esta técnica, que implicava em um processo de disciplinamento dos colonos, a ser analisado em seguida, significava um processo de estágio de um ano em que os imigrantes e/ou colonos nacionais viviam em instalações conjuntas – mistas – e eram observados e selecionados segundo suas aptidões. Caso fossem aprovados, receberiam o lote e só começariam a pagar as prestações anuais após três anos na terra. A propriedade definitiva seria alcançada após 10 anos. Segundo Renato Martins, diretor da Divisão de Terras e Colonização (DTC), este método serviria para diminuir a evasão de colonos e o abandono ou venda dos lotes (A visita do Presidente da República ao Núcleo Colonial de Papucaia. *Correio da Manhã*, 04/11/1953, p. 1, 1º Caderno).

Quando Getúlio Vargas visitou o Núcleo Colonial de Papucaia, em novembro de 1953, este já contava com 160 famílias instaladas, compostas por lavradores locais, de outras regiões e estrangeiros, principalmente italianos, além de iugoslavos e alemães em menor número (A visita do Presidente da República ao Núcleo Colonial de Papucaia. *Correio da Manhã*, 04/11/1953, p. 1, 1º Caderno). Este número, contudo, aumentou com o passar dos anos. Em reportagem de 1954, por ocasião da promoção de uma cooperativa para o Núcleo Colonial de Papucaia, a reportagem contabilizou aproximadamente 200 colonos, a maioria de lavradores nacionais, mas também com imigrantes estrangeiros, dedicados ao cultivo de cereais, tubérculos e hortaliças (Constituída a Cooperativa do Núcleo Colonial de Papucaia. *Correio da Manhã*, 12/09/1954, p. 10, 2º Caderno). Ainda neste ano a imigração japonesa chegou a Cachoeiras de Macacu (Imigrantes japoneses para o Brasil. *Correio da Manhã*, 20/07/1954, p. 4, 1º Caderno).²¹ Em 1957 estas informações foram atualizadas: 308 lotes rurais demarcados com 307 famílias, sendo 61 de imigrantes. Esta reportagem apontava, ainda, para os altos números na produção de tomate, abacaxi e banana, além

²¹ A reportagem não diz se a colonização japonesa também estava presente no Núcleo Colonial de Papucaia. Contudo, segundo Paganelli (2008), em 1953 foram criados o Esporte Clube Agrícola de Papucaia e a Associação Cultural e Esportiva de Funchal, ambas associações de colonos japoneses no município de Cachoeiras de Macacu, indicando a presença de famílias desta nacionalidade na região ao menos desde o início da década de 1950. Além de Funchal, a presença japonesa é reconhecida na região e foi apontada em inúmeras entrevistas.

de níveis satisfatórios da produção de mandioca e ovo, evocando a vocação agrícola do núcleo (De tomate, abacaxi e banana. *Correio da Manhã*, 05/09/1957, p. 4, 1º Caderno).

A presença de imigrantes e lavradores de outras regiões do Estado e do país no Núcleo Colonial de Papucaia foi analisada por Silva (1994, p. 40):

Os pedidos para aquisição dos lotes de 10 a 15 hectares rapidamente alcançam a soma dos seis mil. Entretanto, a mística de que o imigrante é um agricultor mais eficiente somada a discriminação do lavrador nativo, privilegia descendentes de italianos e japoneses na distribuição dos lotes em Papucaia, provocando descontentamento entre os posseiros que há anos trabalhavam na região originários inclusive de outros Municípios e Estados. Preteridos alguns decidem ocupar áreas do Núcleo mesmo sem a devida licença, acusando determinadas pessoas que haviam conseguido lotes de estarem apenas interessadas na exploração da mata, uma vez que posteriormente destinavam seus terrenos à revenda para construção de chácaras de veraneio.

Segundo Geiger e Mesquita (1956), ainda em 1951 houve um protesto de lavradores nacionais que ainda esperavam para receber suas terras, enquanto que no Núcleo já se desenvolvia uma colonização de italianos. Para os autores o elevado número de requerimentos para lotes nos Núcleos Coloniais – o de Papucaia já alcançava 1.500 requerimentos com apenas alguns anos de existência – indicou a existência de uma “‘fome’ de terras por parte dos lavradores” (GEIGER e MESQUITA, 1956, p. 153). Além disso, a existência de reservas de florestas fez com que ali aparecessem grileiros armados para extrair lenha e plantar bananeiras com trabalho assalariado ou de meeiros. A ausência de fiscalização nos primeiros anos do Núcleo fez com que muitos entrassem nas terras da colônia e ocupassem trechos de terras para a exploração de madeira e carvão ou para o cultivo de frutas e hortaliças.

Apesar de, segundo as reportagens analisadas, o número de lavradores nacionais compor a grande maioria dos colonos de Papucaia, a opinião de que o imigrante europeu era superior ao trabalhador rural nacional pesava sobre a conformação do Núcleo. Em reportagem de Teixeira Neto à revista *O Observador Econômico*, o então Secretário Geral das Relações Exteriores, Antônio Camilo de Oliveira, afirma:

Observada a condicional que a subordina à preservação da ascendência europeia da nossa população, o imigrante que nos convém será, antes de tudo, aquele que for portador de um certo nível de educação e que possa, por isso mesmo, influir no processo de aculturação daquela parte da população rural do país, de baixos níveis de nutrição e de educação, e cuja assimilação à população produtiva exige um esforço e investimento consideráveis do restante mais afortunado da comunidade (O Brasil Está Perdendo a Batalha da

O objetivo sublinhado no discurso de Oliveira é o papel civilizador do imigrante europeu, presente em dois níveis: a) local: “influir no processo de aculturação” da população rural e b) nacional: preservar a “ascendência europeia da nossa população”. As condições exigiam um europeu culto, mas também um processo capaz de disciplinar o “brasileiro em potencial” que há em todo imigrante: “Como em cada imigrante há um brasileiro em potencial, temos o dever de nos preocupar também com a qualidade de brasileiro que ele possa, eventualmente, vir a ser” (*idem*, p. 9). A fala de Oliveira ecoa as teorias raciais que, ao menos desde 1870, apresentavam-se como um modelo teórico capaz de estabelecer “critérios diferenciados de cidadania” (SCHWARCZ, 1993, p. 18), constituindo uma hierarquia racial e social predominantemente branca, que via na imigração europeia uma atividade capaz de enriquecer a genética brasileira, realizando o salto qualitativo que levaria o Brasil de nação miscigenada e degenerada para nação branca, reflexo do avanço civilizatório da Europa.

Apesar do esforço de criar no país um novo patamar civilizatório, o tratamento recebido pelos imigrantes nos núcleos coloniais é digno de menção: “Na realidade, entre nós, imigrante ainda é sinônimo de flagelado” (O Brasil Está Perdendo a Batalha da Imigração. *O Observador Econômico*, Julho, 1957, Ano XXII, nº 257, p. 14. Reportagem de Teixeira Neto). Segundo o jornalista, os imigrantes eram mal recebidos pelo Estado, frequentemente reprimidos, submetidos à longas esperas e recebiam baixos salários frente à grande exploração do trabalho. O tratamento se assemelha ao recebido pelos lavradores nacionais, de modo que é possível supor que estes imigrantes também estiveram presentes nas mobilizações políticas das áreas rurais brasileiras.

Conforme analisado, a produção de alimentos, de extração de madeira e de produção de carvão aumentou significativamente na região, revitalizando economicamente o município, após o longo período de decadência das grandes fazendas. Contudo, como analisado por Grynszpan (1987, p. 40), “foi também na década de 1950, quando aumentava o número de ocupantes na Baixada, que os despejos de lavradores começaram a se intensificar”: a notícia de que havia terras para ocupar e produzir percorreu o Estado do Rio de Janeiro e o Brasil, atraindo famílias para a região, mais do que dobrando a população urbana e aumentando em 51,8% a população rural, como pode ser visto na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1. População em Cachoeiras de Macacu (1920; 1940-1980)

Ano	Urbana	Rural	Total	Varição Urbana (%)	Varição Rural (%)
1920	1946	14064	16010	-	-
1940	2820	11249	14069	44,9	-20,0
1950	3541	12731	16272	25,6	13,2
1960	7736	19328	27064	118,5	51,8
1970	10402	23391	33793	34,5	21,0
1980	19099	16772	35871	83,6	-28,3

Fonte: Machado (2013, p. 49); BR_RJANRIO_S7_CX327_PT001_d001de001 (pp. 406, 416)²².

Conforme Costa (2015), trabalhadores rurais de Minas Gerais, Espírito Santo, Maranhão, Ceará e Bahia, além de outros municípios do Rio de Janeiro, foram atraídos pelas notícias de novos lotes em Papucaia. A valorização da região, contudo, atraiu também grandes proprietários rurais que se diziam donos das terras recém-valorizadas que ficavam no entorno do Núcleo Colonial de Papucaia. Esta dupla atração criou um clima de constante conflito na região. Frente aos constantes e violentos despejos, ameaças e destruição de casas e lavouras, alguns lavradores começaram a se organizar em torno da percepção do seu direito à terra.

A seguir transcrevemos relatos de duas entrevistas que retratam a experiência de chegada ao município de Cachoeiras de Macacu por duas famílias oriundas do Espírito Santo. O primeiro relato remonta à década de 1950, enquanto o segundo remonta ao ano de 1970. Os relatos apresentam semelhanças de carências e da experiência vivida, retratando a continuidade das expulsões, das necessidades e da busca por outras e melhores condições de existência, ainda que não se referiram ao Núcleo Colonial de Papucaia e haja diferenças de temporalidade. Os relatos também apontam para as formas de trabalho e sobrevivência:

mas a gente passou muita vida ruim quando a gente começou as nossas vidas aqui quando nós viemos do Espírito Santo pra cá. Sabe quando a gente muda de um lugar pro outro, um lugar mais difícil assim, a gente passa muita vida ruim. Aí naquela época nós trouxemos três sacos de café, de lá, nós trouxemos uns seis sacos de arroz, pra gente poder ir mantendo aqui até plantar, porque aqui plantava muito o milho verde pra vender o milho verde, aqui vendia muito milho verde. Lá no Espírito Santo não vendia milho verde, vendia o milho

²² “Diagnóstico Preliminar para o Plano de Ação do Governo Raymundo Padilha. Estado do Rio de Janeiro. Volume I”. Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro. Arquivo Nacional – Acervo Paulo de Assis Ribeiro (BR_RJANRIO_S7_CX327_PT001_d001de001).

seco e tinha que socar (...). Aí vinha com uns burros, nem caminhão naquela época existia. A gente trabalhava com burro. Aqueles burros com aqueles cajados aqui do lado, tudo, tadinho, a gente fazia um lote de burro. Naquele tempo quem tinha um lote de burro, rapaz, quem tinha uns seis burros tava rico, tinha dinheiro. (Nilda, entrevista concedida a Ricardo Brito. Estavam presentes Lena, filha de Nilda, e Jacir, marido de Nilda. Marubaí, Cachoeiras de Macacu, 01/11/2017).

[em 1968] Meu irmão que veio. Não foi a família toda. Depois dele é que nós viemos. Não viemos só nós. Veio muita gente do Espírito Santo para cá, atrás de terra. Porque lá era trabalho escravo, ainda, meu filho. E aí, nós saímos de qualquer maneira. Um grande grupo de pessoas que moravam lá na Vila de Batalha²³, para aqui. E aí, chegamos aqui todos perdidos. Viemos de qualquer maneira. Pegamos o trem, jogamos a pobreza dentro do trem e viemos para cá, nos informando aonde era Coco Duro; porque meu irmão não sabia nem dar o endereço direito. Chegamos em Magé... saímos de Cachoeiro de Itapemirim – da cidade – para chegar na cidade... aí já tinha aqueles caminhões que puxavam leite das fazendas – o laticínio em Cachoeiro de Itapemirim – nós jogamos nossa mudança, que ela vinha nos sacos, em cima do caminhão e deixavam a gente em frente aonde o trem encostava. E ali, nós compramos a passagem. E aí, veio muita gente. Houve uma invasão muito grande, do povo do Espírito Santo aqui para o Rio de Janeiro. E para onde? Para Cachoeiras de Macacu. Que era considerado um município dos [silêncio] comunistas. E aí, nós chegamos aqui. Foi um sofrimento muito grande. E aí, os militares estavam queimando... devido a madeira ainda nesses anos para o pobre aqui, muita mata. Eles vinham e botavam fogo nos barracos e mandavam – “Voltem para a terra de vocês. Vocês estão invadindo uma coisa que não é de vocês.” – e aí, metiam fogo nas lenhas. Porque o povo sobrevivia de lenha, carvão. E eles metiam fogo nos barracos, que os caras faziam para morar. Barraco de palha, tipo índio. E vivia. Tinha muito serviço. Aí sim, tinha muito serviço (Áureo Pereira, aposentado, antigo tesoureiro e dirigente do STR, morador de SJB, em entrevista concedida a Fabrício Teló e Ricardo Brito em 09/11/2014).

Segundo uma entrevista realizada por Grynszpan (1987) com um antigo líder de Cachoeiras de Macacu, nas ocupações da SJB, havia uma grande quantidade de posseiros oriundos de outros municípios, estados e localidades. As entrevistas realizadas por nós na região confirmam esse fato. Apesar de alguns já morarem há muitos anos na região, um contingente significativo de trabalhadores, que já haviam experimentado o despejo e a migração, alocaram-se na Fazenda SJB e no seu entorno nos anos 1960, incrementando o número de camponeses. Grynszpan fala em um fluxo “de relativa intensidade, de populações rurais em busca de terras onde pudessem se estabelecer”

²³ O entrevistado se refere ao município de Presidente Kennedy. Entre 1949 e 1963 este município tinha o nome de Batalha, e antes disso era chamado de Barra de Itabapoana. Fonte: IBGE. Histórico do município de Presidente Kennedy, Espírito Santo. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=320430>>. Acessado em 27/11/2017.

(GRYNSZPAN, 1987, p. 175) no Estado do Rio de Janeiro. Mesmo com os contínuos despejos e violências que sofriam, esses trabalhadores tornavam a buscar e ocupar novas e, às vezes, as mesmas terras. Como apontam Geiger e Mesquita,

Outro fato importante que ocorre comumente na Baixada Fluminense, e que as estatísticas não mencionam, são os deslocamentos das populações rurais nos municípios e nas propriedades da região. Esses movimentos são devidos, principalmente, à falta de posse da terra pela maioria dos agricultores. Os moradores se deslocam para os lugares em que anteveem melhores condições de trabalho. Às vezes, é o proprietário que não quer mais a presença do lavrador, julgando-o inconveniente. É o que se observa frequentemente nas áreas destinadas a loteamento, de onde ele é expulso. Segundo informações obtidas no lugar, raro é o morador que permanece mais de dez anos numa propriedade (GEIGER & MESQUITA, 1956, p. 44).

A ação política de organização teve um papel fundamental na conformação dos grupos, criando espaços e atividades comunitárias, que estreitaram relações e a própria organização da ocupação, sendo importante a atuação das lideranças, mas também a presença de uma população mobilizável e inserida no processo de ocupação.

1.4 A Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense e a chegada dos Coimbra Bueno

Conforme analisado pela bibliografia (GEIGER e SANTOS, 1954; GEIGER e MESQUITA, 1956; GRYNSZPAN, 1987), o avanço da especulação fundiária na Baixada está relacionado aos esforços federais em realizar obras de saneamento na região.

As crises da cafeicultura no Vale do Paraíba e das lavouras de laranja na Baixada durante a primeira metade do século XX marcaram o abandono das grandes propriedades de terra, resultando no assoreamento dos rios e em novos surtos de febre amarela e malária. Como resposta, o governo federal iniciou uma série de obras de saneamento que resultaram na valorização fundiária no entorno da capital (GRYNSZPAN, 2009), mas que tiveram pouca eficácia em relação às doenças. Em 1909 foi criada a Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense, com o intuito de erradicar os focos de malária. Contudo, frente à continuidade do problema e a ineficácia desta Comissão, o Ministério de Viação e Obras Públicas criou, em 1933, uma nova Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense²⁴, que elaborou um plano de ação para a região a fim de realizar obras de saneamento, melhorar a salubridade dos

²⁴ Ver: <<http://www.bvambientebf.uerj.br/arquivos/comissoes/CFSBF.htm>>, visualizado em 20/06/2017.

corpos d'água, recuperar áreas férteis, fomentar a colonização de terras públicas e o desenvolvimento de culturas intensivas, estabelecer uma rede viária e de transporte para o escoamento da produção, apresentando a Baixada como uma região a ser desbravada e colonizada por pequenos lavradores, dirigidos e controlados por projetos do Estado. A Comissão pretendia, deste modo, criar condições para a produção agrícola e impulsionar o abastecimento interno da região próxima à capital federal. Esta Comissão teve seus trabalhos ampliados nos anos de 1936, quando foi transformada na Diretoria Municipal de Saneamento da Baixada Fluminense, e de 1940, quando se tornou Departamento Nacional de Obras de Saneamento²⁵.

É no âmbito dos projetos de saneamento da Baixada Fluminense que os irmãos Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno se inseriram em Cachoeiras de Macacu. O histórico destes dois atores é revelador sobre as ligações entre o setor empresarial, os conflitos fundiários e a política. Apesar de, conforme o decreto de desapropriação da Fazenda SJBm, os irmãos Coimbra Bueno, via Agrobrasil Empreendimento Rurais S.A., não serem os únicos proprietários que tiveram as suas terras desapropriadas²⁶, analisaremos mais detidamente a sua participação no conflito. Isto se deve ao fato de serem eles os principais acusados de grilagem pelos trabalhadores rurais.

Durante a primeira metade da década de 1950, a fazenda SJBm era propriedade de Adalberto Corrêa. Vale a pena notar a sua relação com o Estado: Adalberto Corrêa foi deputado pelo Rio Grande do Sul entre 1934 e 1937, atuando pelo Partido Republicano Liberal (PRL). Segundo Rosa Jr. (2009), Adalberto adquiriu as terras das fazendas SJBm, Fazendinha e do Carmo, todas no Município de Cachoeiras de Macacu, por volta de 1933, ano em que foi criada a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense. É importante notar que parte de suas terras também foram compradas no segundo governo Vargas, a fim de compor o Núcleo Colonial de Papucaia em 1951, após uma série de obras de saneamento que valorizaram o terreno (GRYNSZPAN, 1987).

Após seu falecimento, em 1954, parte de sua herança foi comprada pela empresa Agrobrasil Empreendimentos Rurais Ltda., de propriedade dos irmãos Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno.

²⁵ Decreto Lei nº 2.367, de 4 de julho de 1940. Diário Oficial da União, Seção 1, 6/7/1940, p. 12.895.

²⁶ Conforme o inciso 1 do artigo 1º do Decreto nº 53.404, de 13 de Janeiro de 1964: “As áreas de terras a que se refere o presente decreto constam como sendo de propriedade do espólio de Adalberto Correia; Agro Brasil Empreendimentos Rurais S.A.; Miguel de Souza; Dr. Francisco de Almeida Pimentel; espólio de Fuam Dengo, Romualdo Moreira e outros”. Diário Oficial da União - Seção 1 - 14/1/1964, Página 345.

Abelardo e Jerônimo, recém-formados em engenharia na capital federal, Rio de Janeiro, foram convidados, em 1934, por seu primo e interventor federal de Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, para trabalhar na concepção e construção da capital estadual, Goiânia. Os irmãos ficaram responsáveis pela Superintendência Geral das Obras da Nova Capital de 1934 a 1938 e, como forma de pagamento receberam, além do dinheiro, um pedaço de terra da nova capital, onde iniciaram um projeto de loteamento privado para a construção de residências operárias (MACIEL, 1996; MOTA, 2004).

Após concluírem o trabalho em Goiânia, em 1938, Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno foram convidados pelo então interventor do Estado do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto (1937-1939), para elaborar os planos urbanísticos das cidades localizadas na metade norte do estado. Além disto, também projetaram núcleos de periferia em municípios da Baixada, atuando como técnicos auxiliares no Serviço Sanitário da Baixada Fluminense em Itaboraí, Magé e Cachoeiras de Macacu (SILVA, 1994).²⁷ Jerônimo também foi representante da Associação dos Pecuáristas do Brasil Central no Rio de Janeiro, colaborou na formação da Companhia Duratex Indústria e Comércio, organizou e dirigiu a Empresa Exportadora de Cristal de Rocha e autor dos planos e das obras de remodelação de Cuiabá (MT), Curitiba (PR) e Luisiânia (SP), Atafona (RJ), Araruama (RJ), Cabo Frio (RJ), Campos (RJ) e Petrópolis (RJ).²⁸

Os irmãos foram responsáveis, ainda, por uma série de campanhas pela interiorização da capital federal, em especial para a cidade de Goiânia. Jerônimo realizou diversas intervenções no Senado contra a desapropriação de terras para reforma agrária, defendendo a propriedade privada. Ele foi governador do estado de Goiás, de 1947 a 1950 pela União Democrática Nacional (UDN), principal partido de oposição a Getúlio Vargas e João Goulart, tendo papel ativo na articulação do golpe de 1964. Foi ainda senador da República, pelo mesmo partido e estado, de 1955 a 1963.

Foi provavelmente por meio desse conjunto de atividades que Jerônimo e Abelardo conheceram a fazenda SJBM. Segundo o depoimento de Marino Monteiro de Barros, administrador da Agrobrasil até meados dos anos 1970, os Coimbra Bueno compraram os imóveis de Adalberto Corrêa (SJBM, Fazendinha e do Carmo) em 1954,

²⁷ Informações retiradas também do site www.urbanismobr.org, com base em uma entrevista concedida por Abelardo a pesquisadores de uma rede de estudos em urbanismo, no ano de 1998.

²⁸ Informações retiradas do verbete biográfico de Jerônimo Coimbra Bueno no site do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV): <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jeronimo-coimbra-bueno>, última visualização em 02/06/2017.

mas foi apenas em 1957 que a fazenda começou a produzir cereais e a criar gado.²⁹ Marino é uma figura marcada no imaginário social dos lavradores mais velhos com os quais conversamos. É constantemente lembrado como o dono da fazenda, chamada, por vezes, de “a fazenda do Marino”, o que indica que os irmãos Coimbra Bueno pouco ou nunca vinham à fazenda, além da presença de Marino no cotidiano dos lavradores.

Resta delimitar, a fim de realçar ainda mais a participação do empresariado na formulação e realização de políticas públicas, a participação dos irmãos Coimbra Bueno no Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes). Para Dreifuss (1981), o complexo político-militar formado pelo Ipes e pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) foi fundamental para a eclosão do golpe empresarial-militar. Este complexo formou a intelectualidade orgânica do empresariado brasileiro, em especial de sua fração multinacional e associada. Por estes institutos passaram nomes da intelectualidade civil e militar brasileira, com representantes dos setores do empresariado e que ocuparam cargos e produziram projetos de lei e de reforma aprovados durante a ditadura, tornando os interesses desta classe a razão de Estado do período ditatorial. O complexo Ipes/Ibad teve, ainda, importante participação na construção de uma imagem negativa do governo de João Goulart e dos movimentos sociais populares, financiando campanhas e líderes sociais que pudessem se contrapor ao clima de radicalismo popular da primeira metade da década de 1960. O nome de Abelardo Coimbra Bueno pode ser encontrado no Apêndice B “Ligações econômicas da liderança e associados proeminentes do IPES” do livro de René Dreifuss (1981, p. 513). São citadas as companhias e grupos: Coimbra Bueno e Cia. Ltda. (empresa de engenharia e urbanismo), Agrobrazil S/A (empresa de empreendimentos rurais), British-American Tobacco e Fundação Coimbra Bueno (voltada para a mudança e interiorização da capital federal, com preferência para o estado de Goiás). A participação de Abelardo, contudo, não se limitava ao financiamento da atuação do Ipes. Ele foi sócio fundador do Ipes/Guanabara em 1966 e membro do seu Conselho Orientador³⁰, e seu irmão, Jerônimo, já participava do Comitê Executivo do Ipes ao menos desde 1962,³¹ e segundo Costa (2015) era membro da Confederação Rural

²⁹ Depoimento prestado em 30 de agosto de 1964, no Inquérito Policial Militar (IPM) que compôs o processo nº 7.477, sobre as “atividades subversivas” dos que participaram do movimento de ocupação da fazenda SJBm em 1963.

³⁰ Acervo dos Órgãos de Informação do Regime Militar. Fundo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais - IPES. Arquivo Nacional. BR_RJANRIO_QL_0_OFU_001_d0019de0023, pp. 276-277.

³¹ Acervo dos Órgãos de Informação do Regime Militar. Fundo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais - IPES. Arquivo Nacional. BR_RJANRIO_QL_0_OFU_007_d004de006, p. 115.

Brasileira. Abelardo Coimbra Bueno também fez parte do Conselho Deliberativo do Centro Industrial do Rio de Janeiro, ao menos no ano de 1971 (*Jornal do Brasil*, 19/10/1971, p. 16, 1º caderno).

1.5 Quadro fundiário de Cachoeiras de Macacu (1950-1980)

As décadas de 1930 e 1940 foram marcadas pela atuação do Estado em revitalizar as áreas rurais da Baixada e ali construir um “cinturão verde”. Contudo, como visto, interesses empresariais fizeram das terras valorizadas objeto de especulação, criando atritos entre lavradores e proprietários e grileiros. Os conflitos na Fazenda SJBm se tornaram públicos na década de 1950, e sua história não difere de inúmeros casos vividos em todo o Brasil, no Estado do Rio de Janeiro e até mesmo no município de Cachoeiras de Macacu. Como apontado por Rosa Jr. (2009), em 1958, o ano seguinte ao início da produção na fazenda, iniciou-se o cumprimento das ordens de despejo contra os lavradores por parte da empresa. Os camponeses tinham a terra como base da existência social de seu grupo, local de trabalho e moradia. Contudo, o que demarca a especificidade destes conflitos é a resistência oferecida pelos trabalhadores rurais. A partir do Mapa 1 pode-se observar a proximidade entre o Núcleo Colonial de Papucaia e a fazenda SJBm, podendo-se perceber, também a existência de um conflito na fronteira entre estas duas áreas, na localidade denominada pelos lavradores e pelo Estado, de Duzentos Alqueires ou Marubaí. Segundo informação trocada entre o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e a Presidência da República em dezembro de 1966, “A Gleba Duzentos Alqueires possui 172 alqueires geométricos, já integrados na área do Núcleo Colonial de Papucaia, adquiridos pelo Ministério da Agricultura em 14 de agosto de 1952 para a implantação daquela unidade de colonização” (BR_RJANRIO_S7_CX078_PT001_d001de001, p. 12)³². Contudo, a confusão fundiária em que esta área se encontrava fez com que ela também fosse considerada uma das glebas da Fazenda Vargem Grande, em Itaboraí, área de intenso conflito em 1962 e limítrofe à Fazenda SJBm e ao Núcleo Colonial de Papucaia.

³² "IBRA. E.M. nº 61 para Presidência da República, 12/12/1966". Arquivo Nacional – Acervo Paulo de Assis Ribeiro (BR_RJANRIO_S7_CX078_PT001_d001de00).

A dinâmica de conflito entre os anos de 1950 a 1960 influenciou a atuação do Estado em Cachoeiras de Macacu. Após o golpe empresarial-militar o Estado do Rio de Janeiro foi classificado como área prioritária de emergência para fins de reforma agrária, e devido à intensidade dos conflitos nas regiões de SJBM e Papucaia seriam desapropriadas uma série de áreas, tais como Vecchi, Quizanga, Santo Antônio do Guapiaçu e as glebas Sebastiana e Queiroz, além da área de colonização japonesa, Funchal e da Fazenda Vargem Grande, no município de Itaboraí. Como veremos, as áreas citadas foram desapropriadas a fim de estabelecer o Distrito de Colonização de Papucaia, inserido no Programa Integrado da Baixada Fluminense.³³ A Tabela 2 abaixo, apresenta as diferentes glebas e áreas sub-judice do Núcleo Colonial de Papucaia.

Tabela 2. Loteamento rural do Núcleo Colonial de Papucaia

Gleba	Nº de Lotes	Área (ha)
Papucaia	84	1.602
Ribeira	99	1.636
Colégio	108	1.683
Soarinho	24	444,8
Porto da Cana	8	100
Rio Rabelo	18	52
Nova Ribeira	114	2.659
Vargem Grande	135	1.927,6
Quizanga	73	1.068,6
Sebastiana	21	396
Condomínio Agropecuário Marubaí	40	696
Guapiaçu (sub-judice)	55	1.890
Vecchi (sub-judice)	105	2.481
Ilha Vecchi (sub-judice)	10	21,9

Fonte: “Núcleo Colonial de Papucaia”. Documento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, pp. 34-39.

³³ “Áreas desapropriadas no Estado do Rio de Janeiro”. Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário. Delegacia Estadual Rio de Janeiro. Dezembro de 1964/Março de 1965. Arquivo Nacional – Acervo Paulo de Assis Ribeiro (BR_RJANRIO_S7_CX072_PT003_d001de001). “Orçamento Programa”. Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, 1968. Arquivo Nacional – Acervo Paulo de Assis Ribeiro (BR_RJANRIO_S7_CX288_PT001_d001de001). O processo de intervenção pública nestas áreas foi analisado nos Capítulos 3 e 4.

Conforme apontado, as obras de revitalização da Baixada Fluminense que se iniciam ainda na primeira metade deste século não haviam se traduzido em aumento da produção agrícola local ou em melhoria de vida para os trabalhadores, mas em valorização fundiária e migração. Conforme demonstra Grynszpan (1987, p. 32-38), o número de pequenas e médias propriedades cresceu entre 1940 e 1960: propriedades de até 50 hectares foram de 2.312 para 6.181, revelando um aumento de 167,3%. O autor mostra que entre 1920 e 1960 houve um processo concomitante de aumento (de 282,3%) do número de terras sob a responsabilidade direta do proprietário e diminuição da área média de suas terras entre 1940 e 1960: de 65 ha para 35 ha.

Este processo de fragmentação é complementado pelo aumento de estabelecimentos sob a responsabilidade de administradores: entre 1920 e 1960 este número subiu de 92 estabelecimentos para 884 (aumento de 860,8%), com uma média de área de 88,7 ha em 1960. Por fim, o autor revela o aumento de estabelecimentos controlados por arrendatários e ocupantes ou posseiros. Os arrendatários se encontravam em 324 estabelecimentos em 1920, ao passo que em 1960 estavam em 1554, com área média de 10,7 ha. Quanto aos ocupantes ou posseiros, estes passam de quase inexistentes no Censo de 1940 para presentes em 1596 estabelecimentos com média de área de 13,6 ha em 1960, ou de 0,03% do total dos estabelecimentos recenseados na Baixada em 1940 para 24,2% em 1960. Destes números o autor conclui:

Na verdade, pequenos arrendatários e ocupantes indicam uma outra face da moeda da decadência da Baixada. Parte das terras abandonadas, despovoadas e incultas, não apenas muda de proprietário, mas também passa a receber lavradores que, em condições diversas que vão desde a parceria até à ocupação pura e simples, passando pelo arrendamento, ali começam a produzir juntamente com suas famílias (GRYNSZPAN, 1987, p. 38).

Em Cachoeiras de Macacu, apesar do aumento nas terras de lavoura e pastagem, entre os anos de 1950 e 1960 houve a diminuição de 21,5% do trabalho permanente e de 61,5% do trabalho de parceria, enquanto o trabalho temporário aumentou em 183,2% (GRYNSZPAN, 1987, p. 61). Entre estas décadas o número de pessoas envolvidas com atividades de agropecuária e extração mais que dobrou, indo de 30% para 65,5% da população total do município (GRYNSZPAN, 1987, p. 50). Estes dados demonstram a presença dos despejos e da grande dispensa de trabalhadores, indicando uma significativa mudança nas relações de trabalho e o avanço do gado sobre as terras que antes eram de lavoura.

A partir da Tabela 3 é possível perceber que, entre as décadas de 1940 e 1980, os estabelecimentos entre 0 e 50 ha foram de 210 para 1.928, um aumento de 818%. A área média desses estabelecimentos, contudo, foi de 22 ha em 1940 para 11 ha em 1980. O aumento do número de estabelecimentos rurais é ainda mais expressivo quando observamos os estabelecimentos de até 10 ha: entre 1940 e 1980 eles foram de 52 para 1.026, crescendo mais de 1.800%, enquanto o número médio da área dos estabelecimentos, contudo, foi de 6,5 ha para 4,5 ha, evidenciando a proliferação de imóveis rurais em áreas de terra cada vez menores.

O mesmo não se deu, entre 1940 e 1980, para os imóveis maiores, em especial para os de 500 a 1.000 ha: aumento de 157% no número de estabelecimentos e de 116,9% da área total, com média de área abaixando de 755 ha para 666 ha.

Os dados para os imóveis entre 1.000 e 10.000 ha apresentam uma redução de 5.725 ha entre 1950³⁴ e 1960, que poderia ser explicada pelo início do projeto de colonização em Papucaia, já que, entre as mesmas décadas, os estabelecimentos entre 0 e 50 ha aumentaram sua área total em 5.662 ha, aumentando em 395 o número de estabelecimentos nesta faixa. Contudo, os estabelecimentos entre 500 e 1.000 ha também tiveram um aumento significativo neste período: de 7 para 13 estabelecimentos, com um aumento de 5.252 ha, ou 100%.

Ainda sobre a significativa mudança fundiária percebida entre as décadas de 1950 e 1960, podemos perceber o aumento de 241,9% no número de estabelecimentos rurais de 0 a 10 ha, que passaram de 177 ha ocupados em 1950 para 1.264 ha, um aumento de 614%. Foi entre estas décadas que as mudanças mais significativas na composição fundiária aconteceram.

Para os imóveis entre 1.000 e 10.000 ha os números se mantiveram quase os mesmos entre 1960 e 1980: de 9 estabelecimentos com área total de 18.936 ha para 9 estabelecimentos com área total de 18.146 ha.

³⁴ É importante salientar que o recenseamento agrícola desta década apresentou o menor número de hectares recenseados: 48.595 ha, 27.268 a menos do que os 75.863 ha recenseados em 1970.

Tabela 3. Estabelecimentos por grupos de área (ha) em Cachoeiras de Macacu (1940-1980)

Estabelecimentos por faixa de área (ha)	Década									
	1940		1950		1960		1970		1980	
	Quantidade de Estabelecimentos	Área Total (ha)	Quantidade de Estabelecimentos	Área Total (ha)	Quantidade de Estabelecimentos	Área Total (ha)	Quantidade de Estabelecimentos	Área Total (ha)	Quantidade de Estabelecimentos	Área Total (ha)
0-10	52	340	31	177	106	1.264	783	4.605	1.026	4.639
10-50	158	4.356	98	2.635	418	7.210	1.158	23.391	902	18.438
50-100	45	3.494	45	3.327	63	4.488	98	7.061	81	5.749
100-200	38	5.521	24	4.274	27	3.577	37	5.046	55	7.515
200-500	20	6.748	24	8.300	21	7.392	31	9.509	26	7.661
500-1.000	7	5.285	7	5.221	13	10.473	11	8.643	18	11.991
1.000-2.000	11	17.153	6	10.433	5	6.974	6	10.108	6	9.166
2.000-5.000	2	-	1	2.904	4	11.962	1	2.302	3	8.980
5.000-10.000	2	-	2	11.324	-	-	1	5.197	-	-
Total	335	63.524	243	48.595	657	53.340	2.126	75.863	2.117	74.146

Fonte: IBGE. Recenseamento de 1940, 1950, 1970, 1960, 1980.

As Tabelas 4 e 5 nos apresentam outros dados significativos que nos auxiliam a compor o complexo quadro fundiário de Cachoeiras de Macacu. Entre 1940 e 1980 o número de estabelecimentos sob a responsabilidade direta do proprietário aumentou 457,4%, indo de 242 para 1.349. A área média desses estabelecimentos, contudo, vai de 100 ha para 46 ha. O mesmo parece acontecer para os ocupantes entre 1950 e 1980: crescimento de 14.000% no número de estabelecimentos (de 2 para 282), mas diminuição na área média ocupada, caindo de 26 ha em 1950 para 9,2 ha em 1980. O aumento mais significativo entre os ocupantes, contudo, acontece entre as décadas de 1960 e 1970: 328 novos estabelecimentos, com mais 5.305 ha de área total, sob a responsabilidade do ocupante.

A categoria de arrendatários também apresenta mudanças, em especial entre 1950 e 1960, com um crescimento de 1.633% no número de estabelecimentos (de 9 a 156 estabelecimentos), ocupando uma área total 4.195,8% maior.

Entre as décadas de 1950 e 1970 o município de Cachoeiras de Macacu apresenta significativas mudanças na utilização das terras. Enquanto a área de pastagem aumenta de 6.600 ha para 12.541 ha, a área de lavoura aumenta de 5.983 ha para 24.655 ha. Ao mesmo tempo, as áreas incultas caem de 25.991 em 1940 para 5.605 em 1960, voltando a aumentar em 1970, chegando a 10.343 ha. O ano de 1980, contudo, já apresenta outro quadro fundiário em Cachoeiras de Macacu: as áreas de lavoura reduziram 10.002 ha, enquanto as áreas de pastagem aumentaram em 7.759 ha.

Tabela 4. Estabelecimentos e área (ha) segundo a condição do responsável em Cachoeiras de Macacu (1940-1980)

Condição\ Década	Proprietário Qnt. Total (área total)	Administrador Qnt. Total (área total)	Arrendatário Qnt. Total (área total)	Ocupante Qnt. Total (área total)	Parceiro Qnt. Total (área total)
1940	242 (24.364)	75 (37.953)	18 (1.205)	X (X)	X (X)
1950	188 (30.973)	44 (17.450)	9 (120)	2 (52)	X (X)
1960	384 (27.821)	79 (19.265)	156 (5.155)	37 (1.079)	X (X)
1970	1.217 (61.756)	146 (15.519)	75 (778)	365 (6.384)	469 (6.644)
1980	1.349 (65.512)	175 (26.407)	43 (2.577)	282 (2.599)	443 (3.456)

Fonte: IBGE. Recenseamento de 1940, 1950, 1970, 1960, 1980.

Tabela 5. Área (ha) dos estabelecimentos segundo a utilização das terras em Cachoeiras de Macacu (1940-1980)

	Lavoura (ha)	Pastagem (ha)	Mata (ha)	Inculta ³⁵ (ha)	Total (ha)
1940	6.772	8.547	21.941	25.991	63.524
1950	5.983	6.600	22.864	7.803	48.595
1960	10.565	8.169	23.302	5.605	53.340
1970	24.655	12.541	14.601	10.343	75.863
1980	14.653	20.300	19.035	7.668	74.146

Fonte: IBGE. Recenseamento de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980.

A formação de um movimento social camponês que busca a esfera da política como área aberta para a reivindicação e resolução de suas indignações, bem como consolidação de sua identidade e experiência singulares de classe, indica a mudança drástica na relação entre trabalhador rural e proprietário de terra, onde as primeiras organizações de trabalhadores rurais buscam construir uma identidade própria para este grupo. Foram criadas diversas sociedades civis, registradas em cartório e alheias à autoridade e regulação do Estado. Apesar da relativa autonomia que este registro oferecia ao movimento camponês, a ausência de reconhecimento do Estado foi vivida “de fato como uma exclusão, como uma negação contra a qual se afirmavam reivindicando a institucionalização” (O'DWYER, 1988, p. 32) e a consequente proteção das condições de trabalho e acesso aos direitos garantidos pela legislação. É sobre a formação deste movimento social camponês em Cachoeiras de Macacu que o próximo capítulo se debruçará.

³⁵ Inclui terras “incultas”, “improdutivas” e “em descanso”.

2. DA RAIVA CRUA À INDIGNAÇÃO COZIDA: O PRÉ-1964 EM CACHOEIRAS DE MACACU

Neste capítulo analisamos o processo de articulação, reinterpretação e transformação das experiências individuais em experiências coletivas através do trabalho ativo dos movimentos sociais do campo durante as décadas de 1950 e primeira metade da década de 1960. O trabalho de cozimento das indignações dos lavradores da região de SJBM, Núcleo Colonial de Papucaia e arredores acompanha a consolidação do movimento camponês no Estado do Rio de Janeiro e dá profundidade à análise das ocupações de 1961 e 1963 no município. As mediações das Ligas Camponesas, do Partido Comunista Brasileiro, das Associações de Lavradores e da Prefeitura de Cachoeiras de Macacu são de fundamental importância para a compreensão destes eventos. Estas atuações são compreendidas junto da ação dos lavradores e dos seus contextos históricos específicos, sem retirar desses atores a capacidade de gerir suas indignações e modificar suas condições de vida.

2.1 Organização política e construção de um *frame* de ação coletiva: 1958-1961

No uso cotidiano e político dos lavradores, a categoria grileiro, entendido como o causador e perpetrador dos despejos, é utilizada no momento de confronto. Como analisado por Grynszpan (1987), neste momento os lavradores assumem a identidade de *posseiros*, de modo que cada uma destas categorias é relacional e expressa um compartilhamento de experiência social de classe e um conjunto de valores comuns. Nesta relação, o uso da terra assume uma posição central na identificação: para os posseiros a terra estava marcada como local de experiência social de trabalho, moradia e sociabilidade. A identidade política assumida pelos posseiros compreende como central a luta pelo fim da relação de dominação, associando a terra àquele que nela trabalha e lhe permite a função econômica e social, uma concepção permeada de valores morais. A reação dos posseiros emerge, em grande medida, da percepção da quebra das relações tradicionais de dominação, quando também são rompidas relações pessoais e morais com o patrão pela violência da mudança unilateral nas relações de trabalho, ou ainda pela chegada de um novo proprietário ou grileiro que não tinha relação prévia com os trabalhadores (GRYNSZPAN, 1987).

Ao mesmo tempo a figura enfraquecida do proprietário de terra e a consolidação de uma identidade ativa de grupo dos posseiros inserem o termo grileiro a partir de uma conotação negativa, representando aquele que impede a relação do posseiro com a terra

através da apropriação ilegal dela, utilizando para isso a violência, documentos falsos e a quebra de relações e normas comumente aceitas. A partir do trabalho de Elias e Scotson (2000) é possível percebermos que o fato da categoria de identificação *grileiro*, em contraposição à identidade de *posseiro*, passar a ser amplamente utilizada como forma de acusação de práticas violentas e ilegítimas, indica uma mudança significativa na correlação de forças no campo.

Como visto na Introdução, para Elias e Scotson (2000) o uso do estigma em relações sociais serve para equilibrar tensões, conflitos e poder. No caso aqui em análise, a produção do estigma se dá no momento em que as relações de poder passam a sofrer inúmeras alterações pela presença de novos grupos, que passam a exigir um equilíbrio de poder mais proporcional e democrático, que se traduz na disputa pelo acesso à terra. A diminuição das diferenças de poder fortalece a percepção de dependência do nível mais alto em relação ao nível mais baixo, aparecendo de forma mais consciente e clara para todos os envolvidos na configuração. Para Elias (1980, p. 85),

Mudanças na estrutura das sociedades, nas relações globais de interdependências funcionais, podem induzir um grupo a contestar o poder de coerção do outro grupo, o seu ‘potencial’ de retenção. Neste caso, estas mudanças iniciam provas de força, que podem irromper subitamente, sob formas de lutas agudas e mesmo violentas pelo poder, ou podem existir de um modo latente, durante longos períodos, como um conflito permanente inerente à estrutura da sociedade durante uma fase do seu desenvolvimento.

Apreender a configuração no Estado do Rio de Janeiro nas décadas de 1950 e 1960 como um momento de transformação das relações tradicionais de poder no campo nos permitirá, a partir de Snow (2004), observar as formas pelas quais um grupo de posseiros passa a definir seus problemas como fruto de uma “injustiça”, modificando ou eliminando as concepções que naturalizavam suas condições de infortúnio e pobreza a partir da organização de suas inquietações e práticas. Conforme indicado na Introdução, esta perspectiva de análise, que busca observar os enquadramentos de ação coletiva (*collective action frame*) nos permite inserir os conflitos e organizações sociais de Cachoeiras de Macacu na política de significação, tornando-os agentes ativos que produzem os sentidos de suas existências sociais, alocando-os nos contextos mais amplos do movimento camponês estadual e nacional.

A fim de analisar o processo que transforma um *frame* em um *master frame* coletivo deve-se voltar para o processo de agrupamento e sequenciamento da ação

coletiva, incluindo a análise das crenças, ideias e significados construídos socialmente durante as interações. Devemos voltar, até onde for possível, às condições de existência material e simbólica antes e durante o início dos conflitos, de modo a compreender o que mudou na realidade social dos lavradores e os fez optar pela ocupação de terras e confrontação com os proprietários e grileiros. Buscamos o processo de enquadramento em que uma situação vivida passa a ser percebida de modo a acentuar a injustiça de uma condição social ou redefinir como injusto e imoral o que antes era considerado como azar, algo natural ou tolerável. Contudo, enquadrar uma condição, acontecimento ou sequência de eventos como injustos ou imorais não é o bastante para refletir sobre a direção ou a natureza de uma ação coletiva. É preciso que exista um senso de culpabilização ou causalidade – em nosso caso a identificação das práticas de grilagem e seus atores –, bem como um senso correspondente de responsabilidade pela ação corretiva, vista no Estado ou na ação organizada de um movimento social (SNOW e BENFORD, 1992).

O histórico de conflitos e de organização em Cachoeiras de Macacu está vinculado à existência de conflitos e grilagem no Núcleo Colonial de Papucaia. Enquanto as informações coletadas no IPM do processo de nº 7.477 apontam o ano de formação da Associação de Lavradores de Cachoeiras de Macacu para 1954, Costa (2015) indica o ano de 1958 e duas notícias de jornal apontam para o ano de 1959 (Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Organizam-se em Todo o Estado do Rio Última Hora, 29/09/1959, p. 3; Associação dos lavradores em Cachoeira. Última Hora, 31/10/1959, p. 3). Independente da data correta, a década de 1950 se expressa como um período em que a questão agrária e as mobilizações camponesas estavam no centro dos acontecimentos políticos. Trabalhadores e trabalhadoras do campo que até então estavam marginalizados na discussão e participação política, passaram a articular as suas lutas: estavam em processo de constituição uma linguagem e bandeiras comuns que buscavam traduzir as demandas em linguagem dos grupos políticos e as levar para o debate público. Experiências e situações de mal-estar, sentimentos de injustiça vividos como questões locais foram transformadas em pautas, reivindicações e problemas públicos a partir da criação de associações que permitiam espaços de troca e de interação de experiências, com a participação e a agência de mediadores políticos (MEDEIROS, 2014). Esta dinâmica compõe a formação de uma luta social: “processo prático no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como

motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento” (HONNETH, 2009, p. 257).

2.1.1 O movimento camponês no Estado do Rio de Janeiro e sua formação em Cachoeiras de Macacu

A atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) é essencial para perceber esta dinâmica, tornando possível a compreensão da atuação política dos lavradores em diversos estados brasileiros, incluindo o Rio de Janeiro. A partir da formulação de uma proposta de transformação social com base numa aliança entre operários e camponeses, o PCB precisou identificar quem eram os camponeses. Para tanto, se voltou para áreas de conflitos, onde havia posseiros ameaçados de expulsão que resistiam na terra, foreiros e arrendatários questionando taxas, pequenos agricultores que procuravam e demandavam maior espaço nos mercados locais, colonos e moradores em condições de intensa exploração. A partir do reconhecimento dessas experiências e da organização de associações diversas e encontros, a atuação do PCB foi capaz de identificar situações específicas com as bandeiras da reforma agrária, direito à sindicalização e extensão dos direitos trabalhistas ao campo. A constituição destas bandeiras foi de fundamental importância para a construção de uma identidade coletiva nos anos 1950 e 1960, tornando possível a socialização de impressões e sentimentos de desrespeito antes tomadas de forma individual.

Para Palmeira (1985, p. 43), “a ‘agitação camponesa’ foi um dos pretextos mais fortemente utilizados pelos organizadores do golpe para, em nome da ameaça ao princípio da propriedade, buscar apoio social ao seu projeto”. A participação e a organização destes camponeses dava-se a partir de uma “relativa ausência do Estado” (*idem*, p. 43), configurando uma luta mais radicalizada com enfrentamento direto no pré-golpe, apesar das tentativas das associações civis de criarem mediações com o Estado, a fim de conquistar direitos e medidas de proteção.

No Estado do Rio de Janeiro, a configuração social específica do campo é marcada pela intensidade com que os despejos passaram a ocorrer na década de 1950, sendo estes eventos dramáticos um dos motivadores para a inserção do campesinato na política. Também é neste período que o número de ocupantes aumentou, conforme dados apresentados no capítulo anterior. Estes também são anos de diminuição da produção agrícola, chegada de migrantes e de aumento da população urbana, incrementada com a presença de trabalhadores do campo constantemente expulsos de

forma violenta de suas terras de trabalho e moradia. Neste contexto, a atuação do PCB valorizava a organização dos lavradores contra os despejos e contra a formação da aliança entre grileiros, juízes, milícias privadas e polícia. Foram estes trabalhadores, identificando a si mesmos como posseiros, com a ajuda e mediação de organizações como PCB e elementos da Igreja Católica, tais como os Círculos Operários Católicos, que passaram a organizar e gerir a sua indignação a partir de associações e organizações.

A primeira associação de lavradores da Baixada Fluminense data de 1948: a Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa³⁶, fundada por Zé Matias e local de atuação de Bráulio Rodrigues, militante do PCB. Ela tinha como principal trabalho regular a entrada de lavradores em Pedra Lisa e protegê-los dos despejos (GRYNSZPAN, 1987). Em 1949 também foi criada uma comissão de lavradores em Xerém, Duque de Caxias, que visava defender os lavradores das pressões dos grileiros (PUREZA, 1982). Em 1952, a partir de José Pureza, também militante do PCB, em Xerém, foi criada a Associação de Lavradores Fluminenses (ALF), buscando abranger a organização dos posseiros de outras regiões do Estado, iniciando a resposta física e prática, e não apenas retórica, de reordenação da apropriação de terras e organização política dos lavradores. O trabalho da ALF consistia em prestar assessoria aos camponeses fluminenses, formando núcleos nas regiões em que houvesse conflitos, organizar os trabalhadores do campo para reagir aos despejos. Organizou, para isso, também manifestações em frente à Assembleia Legislativa e ao Palácio do Governo em Niterói e denúncias em jornais, proporcionando ao movimento uma ampla atuação e percepção da sociedade civil, pressionando o governo e recebendo apoios (GRYNSZPAN, 1987; CORRÊA e MACEDO, 2007).

Em 1959 foi constituída a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), que integrou as associações locais e erigiu como principal bandeira a desapropriação das áreas em litígio.³⁷ O impacto da criação da Falerj na organização de camponeses em Cachoeiras de Macacu pode ser identificado a partir de

³⁶ A localidade de Pedra Lisa pertencia ao município de Nova Iguaçu. Na década de 1990, passou a fazer parte do Município de Japeri, antigo distrito que se autonomizou.

³⁷ A criação da Falerj aconteceu durante a I Conferência Estadual dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizada em Niterói. Seus cargos de diretoria foram ocupados alternadamente pelos membros fundadores: José Pureza, Manoel Marins e Manoel Ferreira. Em 1961 Bráulio Rodrigues ingressaria na Falerj. A principal reivindicação da Federação era a luta pela desapropriação de áreas em litígio (CORRÊA e MACEDO, 2007). Nesta mesma década formaram-se outras associações de lavradores em outros estados brasileiros, como por exemplo, as Ligas Camponesas no Engenho Galileia, Pernambuco, indicando o período como um momento de organização política do campesinato.

uma reportagem do mesmo ano de constituição da entidade: “Em Papucaia, Cachoeiras de Macacu, reuniram-se mais de 1500 lavradores, pequenos proprietários, assalariados, meeiros, etc., elegendo-se uma comissão encarregada da organização, inclusive elaboração de Estatuto da Associação local” (Lavradores e Trabalhadores Agrícolas Organizam-se em Todo o Estado do Rio *Última Hora*, 29/09/1959, p. 3). A motivação desta reunião, com uma expressiva quantidade de trabalhadores rurais, foi causada, conforme a reportagem, pelas inúmeras assembleias realizadas em todo o Estado do Rio de Janeiro a fim de levar a cabo as resoluções para organização e fortalecimento das Associações de Lavradores e núcleos agrários após o congresso de formação da Falerj. Outra reportagem indica, ainda, a presença de intensa mobilização na região, visto que apenas um mês depois foi formada a Associação de Lavradores da Ribeira, localidade próxima à fazenda SJBM e integrada ao Núcleo Colonial de Papucaia (Associação dos lavradores em Cachoeira. *Última Hora*, 31/10/1959, p. 3).

A constância da prática de despejo pelos grileiros intensificou a organização e a vida política em Cachoeiras de Macacu. Em novembro de 1959, portanto apenas dois meses após a reunião dos lavradores e a formação de uma comissão local em Papucaia, durante uma visita ao município, o então Secretário do Trabalho e Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro, Wandir de Carvalho, recebeu relatos dos lavradores de SJBM sobre as ameaças de grileiros que vinham sofrendo (Governador toma providências contra os ‘grileiros’. *Última Hora*, 18/11/1959, p. 3). É interessante notar a presença, nesta reportagem, de figuras que foram posteriormente indiciadas no Processo nº 7.477 do IPM em Cachoeiras de Macacu: o delegado Josafá dos Santos Lima e Ubirajara Muniz, então técnico de rodagem do município. Ambos eram filiados ao Partido Trabalhista do Brasil (PTB).³⁸

É possível perceber que a área de SJBM já estava sendo observada pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, para incluí-la no Plano Piloto de Ação Agrária, em especial a partir da atuação do Padre Antônio Carvalho, figura de importância pela sua participação nos Círculos Operários e com ligações no município de Cachoeiras de

³⁸ Criado em 1945 por Getúlio Vargas, no fim do Estado Novo, o PTB tinha como principal base política os trabalhadores urbanos, cujas entidades sindicais eram controladas pelo Ministério do Trabalho. Neste mesmo ano foi aprovado, em convenção nacional, o programa político do partido: manutenção e ampliação da legislação trabalhista consolidada durante o Estado Novo; extensão dos benefícios dessa legislação aos trabalhadores rurais; reforma agrária; direito à greve pacífica; conciliação entre as classes sociais. Fonte: “Partido Trabalhista Brasileiro”, verbete do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas, disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/anos37-45/DireitosSociaisTrabalhistas/PTB>>, visto em 26/06/2017.

Macacu.³⁹ O governador Roberto da Silveira (1959-1961) buscou construir um novo diálogo com os camponeses ao propor este plano que explicitou a preocupação com os conflitos rurais. O plano logo foi transformado no Plano de Colonização de Terras Devolutas, que previa a demarcação das terras devolutas e o assentamento de lavradores nelas⁴⁰. Para Grynszpan (1987) e Corrêa e Macedo (2007), Roberto da Silveira buscava o apoio dos camponeses para fortalecer seu capital político, num momento em que o tema da reforma agrária e das lutas camponesas ganhava relevância nacional, fato que mostra a crescente importância destes atores no cenário político.

O clima de tensão não melhorou com a entrada dos anos 1960. Em abril daquele ano o jornal *Tribuna da Imprensa* divulgou uma nota em que se dizia:

O subdelegado de Cachoeiras de Macacu, st. Otávio Valpar, está oferecendo Cr\$ 15 mil pela cabeça do posseiro Miguel de Sousa Mayer, considerado o líder dos pequenos lavradores da localidade de São José da Boa Morte.⁴¹

Esta denúncia foi feita na Assembleia [Legislativa], pelo deputado Adolfo Oliveira, que protestou contra as arbitrariedades da Polícia no município. Disse o deputado que 300 famílias do distrito de São José da Boa Morte estão ameaçadas de perder suas terras, face à atuação violenta das autoridades policiais (Delegado paga por cabeça. *Tribuna da Imprensa*, 22/04/1960, p. 11).

A continuidade de práticas violentas levou os conflitos em Cachoeiras de Macacu a se acirrarem, ao ponto de, em dezembro do mesmo ano,

Mais de 50 famílias de posseiros, que residiam em terras da Cia. de Loteamentos Agro-Brasil, de propriedade do senador Coimbra Bueno, localizadas em São José da Boa Morte, no município fluminense de Cachoeiras de Macacu, foram despejadas por tropas da Polícia Militar do Estado do Rio, em cumprimento a uma ordem de despejo dada pelo juiz José Bastos Barros (Aconteceu. *Tribuna da Imprensa*, 22/12/1960, p. 7).

³⁹ A atuação de Padre Carvalho e a presença dos Círculos Operários serão analisadas nos Capítulos 3 e 4. No que se refere aos Círculos Operários é importante salientar que esta instituição civil ligada à Igreja Católica disputou com o PCB o controle do sindicalismo rural no Estado do Rio de Janeiro (GRYNSZPAN, 1987; TELÓ e MEDEIROS, 2018).

⁴⁰ Segundo Medeiros (2015, pp. 61-61) o Plano Piloto tornou-se a Lei nº 3.961 que autorizava a elaboração de um plano de colonização e aproveitamento das terras devolutas e públicas no Estado do Rio de Janeiro. Além disso, este novo plano previa a organização de um cadastro territorial, o tombamento das propriedades particulares através da verificação de títulos e registros, a delimitação de áreas de litígio e a promoção de soluções amigáveis. A lei previa, ainda, que moradores de favelas e antigos trabalhadores rurais que migraram para a cidade, mas que desejam retornar para o campo também tivessem chance de participar dos projetos de colonização.

⁴¹ Não pudemos verificar se este Miguel de Sousa Mayer é o mesmo Miguel de Souza que teve suas terras abrangidas no Decreto nº 53.404/64 de desapropriação da Fazenda São José da Boa Morte.

Costa (2015) indica que a formação da Associação dos Lavradores de Cachoeiras de Macacu estava associada tanto ao contexto de conflitos na SJBm como também à presença de Anésio Dias de Freitas, presidente da Associação de Lavradores local e militante do PCB, preso em 1955, 1956 e 1964 por sua ligação política e atividades de distribuição dos jornais *Voz Operária* e *Terra Livre* e membro do Conselho Fiscal da Falerj na gestão de 1961-1962 (GRYNSZPAN, 1987). Costa (2015) aponta, ainda, a formação de uma comissão de dezesseis lavradores de São José, liderados por Anésio, que se dirigiu à sucursal do jornal *Diário Carioca* a fim de relatar os despejos, destruição de casas e plantações em fins de 1960. Grynzspan (1987) compreende que a ida a jornais e manifestações públicas foram táticas do movimento camponês fluminense das décadas de 1950 e 1960. Eram modos de tornar públicos os confrontos por terra no interior do estado, transformando uma questão local, que seria resolvida de forma privada através de jagunços e até da polícia, em uma questão social e pública. Desta forma, os camponeses passavam uma imagem representativa de si mesmos, repleta de sofrimento e de luta, elementos contidos na categoria de posseiro (GRYNSZPAN, 1987, p. 150). Os posseiros, desta forma, reconheciam a si mesmos e as suas lutas como políticas, e esperavam levar esta compreensão à cidade e ao Estado, legitimando a sua entrada, enquanto grupo, no campo político (ver também Lavradores foram a Celso: polícia ajuda os ‘grileiros’. *Diário Carioca*, 04/05/1961, p. 5).

Em reportagem do jornal *Diário da Noite* é observado o “clima de guerra”, com a expulsão de lavradores que trabalhavam como meeiros na fazenda São José “sob a ameaça das metralhadoras e revólveres” e “um incêndio em terras da fazenda”. Ainda segundo a reportagem, a partir de entrevista com Marino Monteiro de Barros, administrador da fazenda entre as décadas de 1950 e 1970, a empresa Agrobrasil havia entrado com pedido de reintegração de posse para esvaziar a terra e loteá-la. Menos de 24 horas depois da sentença de despejo, o administrador já havia acionado a Polícia Militar: “Os que resistem estão tendo suas casas destelhadas e sua produção de hortaliças e lenha impedidas de sair da São José da Boa Morte”. A notícia aponta que, para além da rapidez com que o mandado de segurança foi acionado, sem dar o devido prazo para os lavradores fazerem suas colheitas e se retirarem, os policiais chegaram à fazenda em carros civis com placa do Congresso Nacional. Ficaram, ainda, hospedados em hotel, com todas as despesas pagas pela empresa Agrobrasil. A denúncia do jornal aponta que os policiais utilizavam, além dos equipamentos oficiais, um revólver sem registro, cujo calibre coincidia com as marcas nos corpos de lavradores mortos. Marino

Monteiro justificou as medidas tomadas ao dizer que “os lavradores despejados são comunistas e estão sendo instigados pelo sr. Audio Leite, secretário do Trabalho do Estado do Rio, a organizarem-se em ligas camponesas”. O padre local, Luís Gonzaga, refuta a afirmação e diz que “os ‘comunistas’ da São José da Boa Morte são assíduos frequentadores de sua Igreja e o têm como seu conselheiro” (Meeiros expulsos lutam pela terra. *Diário da Noite*, 28/12/1960, p.19; ver também “Posseiros despejados na véspera de Natal”. *Diário Carioca*, 27/12/1960, p. 5).

A análise de tantas reportagens nos interessa menos pela busca da veracidade dos fatos, mas mais pelo desenho do clima político e conflitivo vivido na época. A notícia aponta para a sistematicidade da violência utilizada pelo administrador da fazenda, aliado ao Poder Judiciário local e à Polícia, e para a repressão contra as formas de organização dos lavradores que, neste município, receberam frequente apoio de padres da Igreja Católica. Há outro dado, contudo, que merece destaque na notícia: a quebra dos acordos firmados entre os lavradores e o administrador Marino Monteiro de Barros. Como já apontado, Marino, pela sua constante presença na fazenda ocupava um lugar de relevância nas narrativas de confronto e na memória dos camponeses (TELÓ e BRAGA, 2015). A reportagem aponta que os trabalhadores rurais expulsos eram meeiros, e que, portanto, estavam ali com consentimento do administrador. O despejo indica, assim, a alteração brusca das relações sociais estabelecidas no local e o confronto de concepções sobre o uso da terra.

2.1.2 Mudanças e ajustes nas relações sociais

Para autores como Moore (1983), Thompson (1998) e Polanyi (2000), a modernização do campo envolveu, historicamente, a expropriação da terra, a expulsão de trabalhadores rurais e a quebra de seus meios tradicionais de existência e socialização, estendendo o tecido de relações sociais para além da dose de “abuso ‘tolerável’” (MOORE, 1983, p. 419). Frente a este processo de modernização, contudo, há uma “resistência teimosa” (*idem*, p. 416; THOMPSON, 1998, p. 13) que age como um freio moral e político ao avanço do sistema capitalista sobre as relações sociais. Esta resistência tende a irromper nas camadas populares quando a quebra das relações tradicionais é tomada como injusta, ou seja, sem base legítima para os camponeses.

Para Antonio Candido (2010), a realidade rural no Brasil também apresentou esse descompasso entre o avanço da economia liberal, via modernização e mercantilização do campo, e o ajuste das camadas populares às novas formas culturais

que engoliam suas formas tradicionais de socialização. O uso do termo “ajuste” abre espaço para a agência do caipira diante do novo mundo que rapidamente insurge por cima de suas tradições.⁴² O homem do campo, observado entre as décadas de 1940 e 1950 por Candido, encontrava-se cindido do seu meio e tem as suas representações e práticas modificadas, assistindo à rápida fragmentação dos seus modos e práticas de vida que assim se enquadravam aos seus processos de socialização, legitimados pela tradição e pela experiência. Esta cisão tem consequências simbólicas e práticas, sendo mesmo impossível separá-las. Ao mesmo tempo ocorrem as transformações materiais e culturais: a terra, local de trabalho, moradia e existência individual e social vão sendo paulatinamente tomadas pelo avanço do capital, restando ao trabalhador e sua família as terras de menor qualidade ou o trabalho assalariado para o patrão. Seus meios de vida vão se deteriorando ao mesmo tempo em que suas redes de relações sociais vão se rompendo fio a fio.

Em entrevista realizada, Nilda nos relata o processo de trabalho agrícola na região de Marubaí, trespassando os anos anteriores e posteriores a 1964 e a intensificação da ação estatal no município de Cachoeiras de Macacu. Em seu relato é possível apreender as mudanças sociais e econômicas da região, visto que os “valores mínimos vitais” (CANDIDO, 2010, p. 31) que norteavam o trabalho no campo já se alteravam e abriam espaço para a mercantilização cada vez maior do trabalho rural:

Aí naquele tempo nós fazia farinha. Eu cortei muita cana pra fazer melado. A gente fazia melado de cana pra fazer... em casa. A gente fazia farinha, fazia goma pra vender. Aí meus irmãos foram casando e eu fui ficando, né. Eu fui o pé de boi do meu irmão. Eu fui a que mais trabalhei, porque aí ficou eu sozinha pra cortar cana, fazer melado, buscar lenha pra fazer comida e até pra fazer farinha... E ralar aipim pra fazer farinha, a gente comprou um motor que cortava, né, aipim. Aí a gente fazia farinha assim: enchia aquele gavetão de massa, aí a gente tinha uma prensa dessa altura assim... não tem esses latão grande?, então, até esse latão. Aí eles cortaram aquele latão no meio pra fazer duas prensas. Aí arrumava uma tábua redonda assim e botava ali. E comprou um aparelho que a gente ia apertando assim, apertando aquela massa e ia afundando aquela massa. Ia apertando, apertando, até chegar em baixo e secar. A gente torrava dois sacos de farinha por dia. A gente até pagava o cunhado dele [de Jacir, seu esposo] pra torrar farinha, e pagava a cunhada dele também pra ajudar o rapaz (...).

Lena: Antigamente tinha muita fábrica de farinha.

⁴² Candido utiliza *caipira* como termo capaz de exprimir um tipo social ou um modo de ser, configurando-o ao processo de ajustamento à terra e aos modos de se viver nela, indicando um processo de acaipirização ou acaipiramento, permitindo a eles se integrarem em um conjunto mais ou menos homogêneo. Sua análise se voltou para o município de Bofete, no Estado de São Paulo.

Nilda: Tinha. Seu Joarez tinha uma. Aquele outro que tinha, seu Zacaria.

(...)

Ricardo: E só no terreno de vocês que vocês trabalhavam? Faziam meia em outro terreno?

Nilda: Não. Trabalhava só no terreno dele, mas às vezes comprava aipim também dos outros, pra fazer farinha, porque só o nosso terreno não dava conta. Dava pra ver que era todo dia. A gente só parava sábado e domingo. Não tinha feriado, não tinha nada. Era direto, de segunda a sexta. De dia farinha, de dia goma. Goma era só pra fora, só pra vender. Farinha também. A gente colhia pra cá... Naquela época a gente colhia arroz em casa, a gente socava no pilão. Naquela época tinha máquina pra pilar o arroz também, né. Aí lá fora, em Papucaia, tinha uma máquina pra pilar arroz. Agora a gente nem encontra máquina de pilar arroz mais. Parece que pra comer um arrozinho assim tem que socar no pilão. A gente primeiro socava, juntava eu e minha irmã e a gente socava um saco de arroz, pilado.

(...)

Nilda: (...) Isso aqui era mata pura. Só tinha mata nesse troço aqui. Aí eles vieram e começaram a derrubar, não sei se invadiram [por volta de 1965, quando o Ibama começou a atuar na região].

Lena: Antigamente eles ganhavam dinheiro com a lenha, né?

Nilda: É, isso mesmo. Aí cortava lenha pra vender, plantava arroz pra comer, plantava feijão pra comer. Essas coisas assim, né, não comprava. Aí cana plantava e você tinha que *nhec-nhec* [som de alguém cortando e moendo cana] pra fazer caldo de cana pra beber. Não comprava açúcar. Aí foi vivendo assim.

Ricardo: Fazia quase tudo em casa.

Nilda: Fazia quase tudo em casa. Galinha eu criava em casa, porco eu criava em casa. O que comprava mais era o sal, que o sal você não tinha como não comprar, né. O sal você tinha que comprar fora, agora o resto. Era tudo de casa, né, comia tudo em casa.

(...)

Ricardo: E até você ir pra Quizanga [em 1969] vocês plantavam o quê por aqui? Até vocês irem pra lá?

Nilda: A gente plantava? A gente lidava era com isso mesmo: plantava arroz, plantava feijão. No tempo que eu era solteira. E fazia esse negócio de aipim, esses negócios de farinha, goma pra vender, e moía cana pra fazer melado, mais pra casa, né, mas pra vender também, mais pra casa. Naquela época o que a gente comprava mais era o quê? Sabão, se bem que tinha vezes que a minha mãe fazia sabão em casa (...).

Lena: Roupas, remédio?

Nilda: Roupas? A gente andava empencado de remendo até em cima, rapaz. Naquela época era difícil roupa, era difícil arrumar roupa. Não é mentira nenhuma. Não tenho vergonha da vida que eu passei não, mas eu andava com a roupa toda empencada de remendo, aqui assim ó, roupa toda remendada. Essas blusinhas que a gente tem aqui assim, hoje, naquele tempo era blusa de sair. Não era roupa de casa não, era roupa de sair. A vida da gente era então muito difícil (Nilda, entrevista concedida a Ricardo Brito e estavam presentes Lena (filha de Nilda) e Jacir (marido de Nilda), em Marubaí, Cachoeiras de Macacu, 01/11/2017).

Conforme analisado por diversos autores (QUEIROZ, 1973; FORMAN, 1979; CANDIDO, 2010) e pelo conjunto de relatos e entrevistas realizadas, emana dessa percepção de valores mínimos vitais uma lógica orientada para a valorização da autonomia e para a circulação do capital simbólico, capaz de produzir significados e instituir uma dominação legítima e reconhecida como tal, que insere em sua prática o tempo entre o dom e a contraprestação do dom, mas que não exclui ou isola o camponês da mercantilização de seus produtos, indicando apenas a absorção relativa dos valores de mercado. Para que a dominação simbólica ou legítima se institua, os dominados devem compartilhar com os dominantes “esquemas comuns de percepção e de apreciação” (BOURDIEU, 1996, p. 14), de modo a superar a incerteza e a suscetibilidade das relações de força bruta, tornando as relações sociais mais duráveis e estáveis, enquadrada e sustentada pelas obrigações morais mútuas dos grupos em relação.

Hebe Castro (2009), falando dos resultados da crise do trabalho escravo e delimitando um quadro da organização agrária dos anos 1890-1940 da região litorânea do Rio de Janeiro traçado pelo avanço da economia de mercado não escravista, apresenta como características dessa nova organização agrária “caipirizada”: estar fundada no trabalho familiar e na fragmentação da propriedade fundiária; baixo nível técnico; decréscimo dos níveis de investimento na produção e piora na qualidade do solo e das técnicas.

Em livre diálogo entre as obras de Castro e Candido poderíamos pensar que a decadência e proletarianização do caipira foi o efeito do projeto de avanço da economia de mercado aliado à fragmentação da terra e a piora na qualidade das condições de produção.⁴³ Esta proletarianização ou mudança radicalmente imposta ao caipira não fez, contudo, que ele abandonasse sua cultura. Pelo contrário, nas mais diversas esferas de sua vida, há a coexistência da persistência e da mudança, mostrando como o processo de urbanização e avanço da economia de mercado é adaptado pelo caipira para se encaixar de alguma forma na sua vida e organização social. Conforme sintetizado por Darcy Ribeiro (2006) em sua atualização do debate sobre a questão agrária e formação do Brasil, o caipira é o camponês brasileiro, produto residual do latifúndio e camada marginal da estrutura latifundiária que busca as formas de luta que expressem a sua inconformidade, desencadeando rebeliões rurais.

⁴³ Diálogo com o último capítulo de Castro (2009): “O reverso do projeto: a caipirização pós-escravidão”.

Para Candido (2010), em uma situação de rápida e intensa mudança, o camponês se apega às suas tradições como forma de manter vivo o seu passado e a sua fonte de significado social, criando “mecanismos de sobrevivência cultural e social” (*idem*, p. 243) criados e adaptados como forma de se integrar, manter seus valores e preservar a sua identidade.

Octávio Ianni (1985, p. 31), analisando os movimentos camponeses latino-americanos, mostra que estes “expressam principalmente a luta para permanecer na terra ou reconquistar a terra”, visto que para os camponeses a terra é mais do que objeto e meio de produção: “terra e trabalho mesclam-se em seu modo de ser, viver, multiplicar-se” (*idem*, p. 28). A irrupção do movimento camponês, compreendido como a organização coletiva das insatisfações e indignações latentes vividas pelo processo de expropriação da terra e exploração do trabalho, revela as múltiplas formas sociais de viver e trabalhar na terra. Dessa forma, o loteamento e o avanço sistemático da prática de grilagem sobre as áreas do Núcleo Colonial de Papucaia se contrapunham à percepção camponesa sobre a terra.

Analisando o caso específico da Zona Canavieira de Pernambuco, Lygia Sigaud (2004) demonstra que quando o patronato rural rompe unilateralmente com as exigências morais dos trabalhadores, com suas relações tradicionais e legitimadas, de forma abrupta e sem o tempo necessário para o ajuste cultural, abre-se uma brecha para a reconfiguração dos laços sociais entre os camponeses, estruturando entre si formas de reação: “a própria mobilização se torna compreensível porque havia ocorrido antes uma ruptura com a tradição”, e esta reação irá buscar uma forma de “compensação à perda da proteção da tradição” (*idem*, p. 156). O rompimento dessas relações desata os laços pessoais de filiação do campesinato ao patrão, onde “a autoridade do proprietário de terras não sofria réplica. Tudo se fazia consoante sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica” (HOLANDA, 1995, p. 80). Também para Forman (1979) a participação política do campesinato esteve ligada à interrupção do favor, da autonomia camponesa e da ausência de tempo para o ajuste às novas condições materiais e simbólicas em que esta classe foi imersa. Para O'Dwyer (1988, p. 92), analisando a formação do campesinato fluminense, “o que permitiu a classificação de todos sob o mesmo epíteto de grileiros não foi propriamente o caráter legal ou não destas pretensões, mas sua ilegitimidade ao alterar padrões de relacionamento estabelecidos”.

O processo de construção de uma nova perspectiva sobre as relações sociais se torna possível quando são criadas rachaduras na estrutura social. Deste modo, a nova

perspectiva da realidade sócio-estrutural em que se vive é também a percepção da capacidade e possibilidade de transformar as estruturas sociais. No caso do Brasil, estas rachaduras surgem pelo processo de penetração da comercialização e pela ruptura dos padrões tradicionais de posse da terra e das formas tradicionais de relações sociais. Estas rachaduras, que não acontecem sem a violência das classes proprietárias, possibilitam o surgimento de um novo enquadramento interpretativo do camponês. A vitalidade dos movimentos sociais rurais dos anos 1960, tais como Ligas Camponesas, sindicatos e associações rurais, retém a sua força ao agregar as organizações locais e buscar a compensação pelos sofrimentos pessoais. Compostas por indivíduos desesperados pela desestruturação de sua segurança pessoal e familiar, pelas expulsões e ameaças de despejo, pelos ataques físicos, os camponeses, muitas vezes oriundos de outros locais de onde foram expulsos de forma violenta, passaram a se mobilizar politicamente em torno de outras formas de segurança social e em torno de direitos, percebidos como compensação pela perda da proteção da tradição (SIGAUD, 2004) e como valorização e reconhecimento de sua autonomia, individualidade e estima social (HONNETH, 2009).

Apropriando-se das teses de Goffman (2012), Snow e Benford (1992) e Snow (2004) afirmam que uma mudança na interpretação e compreensão cognitiva da realidade social é também uma mudança de prática sobre este mundo. A mudança no processo de enquadramento e articulação de ideias, crenças e ideologias acontece não apenas em relação ao contexto cultural, mas também é afetado pelo contexto discursivo (SNOW, 2004), marcado pela concorrência e confronto entre significados.⁴⁴ Este campo está intimamente relacionado com os agentes envolvidos, suas formas narrativas, seus trabalhos de enquadramento, seus contextos interacionais concretos e seus conflitos e associações. O campo discursivo é, assim, capaz de sintetizar uma linguagem comum.

Conforme O'Dwyer (1988, p. 214; ênfase no original), “o encaminhamento legal (jurídico e administrativo) das questões de terra continuava ocorrendo *pari passu* com as lutas caracterizadas como *radicais*”. A autora observa que a partir do I Congresso Nacional Camponês de 1961, que aconteceu em Belo Horizonte com presença das

⁴⁴ Esta análise é influenciada pela compreensão de “visão de mundo” de Gramsci (1999). Para este autor, a concepção de mundo está ligada ao pertencimento a um determinado grupo social, compartilhando um modo de pensar e agir, materialmente e historicamente demarcados. Deste modo, fazer a análise crítica do pensamento é conhecer a si mesmo como produto do processo histórico, processo que deixou uma infinidade de traços e retalhos acolhidos sem análise crítica e que precisam ser reordenados e explicados a partir do trabalho contínuo de conscientização da classe oprimida, voltando-se para a sua própria ação e libertação.

associações de lavradores de diversos pontos do Brasil, inclusive do Rio de Janeiro, da Falerj e das Ligas Camponesas, o tom das organizações camponesas se aproximou da radicalização da luta e da ampla reivindicação por leis que viabilizassem a reforma agrária, portanto, sem perder de vista a luta pela desapropriação por vias legais.⁴⁵ A opção pelas ocupações de terra como forma de retomar os locais de onde os lavradores haviam sido expulsos era fruto das próprias condições de luta, acirradas cada vez mais pelos avanços da grilagem e pelo aumento do número de violências e despejos. A identidade camponesa assumida pelos trabalhadores rurais ao longo dos conflitos com grileiros nos anos 1950 e 1960 contestava a atuação destes, propondo formas de resistência, organização, mobilização e luta, criando uma identidade comum, com práticas e vocabulários também comuns, tais como: ocupação, reforma agrária, camponês, posseiro, grileiro.

A radicalização da pauta da reforma agrária pelos movimentos camponeses estava em sintonia com o clima político brasileiro da década de 1960, e sua representatividade dentro do I Congresso Nacional Camponês apenas consagrou e legitimou uma prática política que já estava em vigência, e não só no Estado do Rio de Janeiro. Para O'Dwyer (1988), a nova configuração das lutas sociais no campo sob o signo da “reforma agrária radical” assinalava, deste modo, uma diferença com a prática política anterior da “reforma agrária democrática”, marcada pela reivindicação da expansão da legislação trabalhista ao campo e pelo frequente acesso ao Judiciário como forma de desapropriar terras via usucapião. As novas formas de mobilização, caracterizadas pelas ocupações de terra e resistência aos despejos, também implicaram em novas práticas do governo, tanto estadual como federal, em especial a desapropriação de terras em situação de conflito. Deste modo, a população rural passava a se constituir em “problema e campo de intervenção governamental”, ao mesmo tempo em que se organizava “contrariando (...) os meios de contestação admitidos como legítimos” (*idem*, p. 229), modificando as regras do jogo político. Deste modo, a radicalização da luta por reforma agrária tinha como pressuposto a percepção pelo movimento camponês de que a democratização do acesso à terra só se realizaria com o

⁴⁵ O Congresso foi realizado em novembro de 1961 e nele foram reunidas organizações de trabalhadores rurais de todo o país a fim de discutir uma unidade para as ações políticas dos camponeses, em especial no que se refere aos problemas da propriedade e do uso da terra no Brasil. O Congresso foi organizado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab) e contou com a presença de associações de lavradores de todo o país, ligadas ao PCB, das Ligas Camponesas do Nordeste e do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), do Rio Grande do Sul. Além da reforma agrária, o Congresso teve como principais temas de discussão a legislação trabalhista no campo e o reconhecimento sindical.

papel ativo dos camponeses organizados, significando a necessidade de se consolidar como movimento. A pauta entrava, ainda, na discussão sobre os caminhos do “desenvolvimento” nacional, onde a reforma agrária seria uma solução para o entrave da estrutura agrária brasileira, marcada pelo latifúndio e baixa produtividade.

Ainda sobre o Congresso Camponês em Belo Horizonte, uma entrevistada nos contou sobre a participação de seu pai, liderança camponesa de Cachoeiras de Macacu no final da década de 1950 e primeira metade da década de 1960. A presença de Amaro neste congresso aponta para a constituição de relações entre a radicalização das pautas do movimento camponês no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil e as novas formas de atuação dos lavradores de SJBM e arredores, fortalecidas pela atuação das Ligas Camponesas no município⁴⁶:

(...) eu me lembro que o meu pai uma vez foi num comício, eu não sei aonde, acho que em Belo Horizonte, se eu não me engano. Ele ia pra toda parte, o meu pai. E ele levou o meu irmão, que era pequeno, pra plantar uma bananeira. Mas não é plantar bananeira pulando não. Plantar mesmo, literalmente uma bananeira. Pra representar, entendeu? Ele tinha um amor danado, sabe, à terra. Ele nunca quis ser diferente da vida que ele tinha não.

Ricardo: Esse comício eu acho que foi o primeiro congresso de camponeses aqui no Brasil, foi em Belo Horizonte.

Lecilma: Ah, deve ter sido isso! Porque o meu pai foi. (Lecilma Andrade Reis, filha de Amaro Correia de Andrade, conhecido como Amaro Barbudo, entrevista concedida a Ricardo Brito, na Tijuca, Rio de Janeiro, no dia 07/11/2017).

2.2 Indignação e luta por respeito nas ocupações de 1961 e 1963

2.2.1 A ocupação de 1961

Ao analisar uma notícia de março de 1961, veiculada pelo jornal *Novos Rumos*, meses antes da ocupação da fazenda SJBM de 1961, Costa (2015, p. 45) destaca o ambiente de violência policial e o clima de terror constante vivido pelos lavradores.⁴⁷ Optar, neste momento, pela ocupação organizada das terras, formando grupos de trabalho para construção de trincheiras nas fronteiras da fazenda SJBM com as estradas, senhas e segurança interna representa a formulação de uma resposta à constância da violência, situação social interpretada pelos lavradores como injusta.

⁴⁶ É importante apontar a proximidade entre a data provável do Congresso (15 e 17 de novembro) e da primeira ocupação da São José (18 e 19 de novembro).

⁴⁷ *Novos Rumos* foi um jornal de distribuição nacional, criado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), em fevereiro de 1959 e extinto em 19 de abril de 1964. O objetivo com o jornal era apresentar as discussões do partido para os quadros do PCB e servir de porta-voz para os anseios e para as lutas das classes populares. Por conta do golpe de 1964 o jornal foi fechado. Fonte: “Novos Rumos”, disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-tematico/novos-rumos>>, visualizado em 27/06/2017.

A ocupação de terra suspende o cotidiano do trabalho na lavoura ao assumir a necessidade de conquistar a terra contra o avanço da grilagem, contra o pagamento de taxas de matagem⁴⁸ para os supostos proprietários de terra da fazenda SJBm e arredores. Entre 400 e 600 lavradores se encontraram na madrugada do dia 18 de novembro de 1961 perto das ruínas da Igreja local: “Lá, ouviram Francisco de Assis, presidente da Liga Camponesa da Boa Morte, José Cabral e Alicídio Salvador. Emília Ferreira também pediu a palavra. Em comum à fala de todos, a necessidade de resistir aos despejos e elaborar as ações já combinadas em outras reuniões” (COSTA, 2015, p. 39). Neste momento surge

Um homem bem jovem, que já havia residido na localidade, mas que não era posseiro, com um falar diferente, ‘de pequena estatura, magro’ [e que] também usou a palavra. Era Mariano Beser, presidente da União das Ligas Camponesas do estado do Rio de Janeiro e quem ‘traçou os planos para o ataque, expulsão dos grileiros da Zona de Macacu (COSTA, 2015, p. 39).⁴⁹

Em entrevista concedida a Silva (1994), Mariano Beser aponta que o seu histórico familiar de lutas o levou a entrar no PCB ainda novo.⁵⁰ Em 1961, após uma experiência com grileiros no contexto de sua formação como técnico em agricultura, Beser se envolveu com os dirigentes da Falerj, conhecendo figuras importantes do movimento camponês fluminense como José Pureza, Manoel Ferreira e Bráulio Rodrigues.⁵¹ Beser conta que se indignou com a falta de ação direta do PCB e da Falerj, aproximando-se das Ligas Camponesas⁵², enxergando nelas uma luta mais local e

⁴⁸ A taxa de matagem consistia em um determinado valor cobrado pelo proprietário da terra sobre o corte de árvores dentro da propriedade.

⁴⁹ Para Grynszpan (1987), a União das Ligas Camponesas não chegou a se organizar de fato em Cachoeiras de Macacu, apesar das tentativas.

⁵⁰ Esta talvez seja a única entrevista realizada com Mariano Beser (SILVA, 1994, p. 145-164). Ver também Teló e Braga (2015) para uma análise da trajetória de Beser.

⁵¹ Além de dirigentes da Falerj, Pureza, Manoel Ferreira e Bráulio Rodrigues são personagens importantes para o movimento camponês fluminense. Sobre suas trajetórias e lutas ver Medeiros, coord. (2015).

⁵² As primeiras Ligas Camponesas nasceram em 1945 nos arredores de Recife, como forma de associação civil e de iniciativa do PCB, mas foram logo desarticuladas após a cassação do partido em 1947. Em 1955, em Pernambuco, uma Liga Camponesa surge a partir da mobilização dos camponeses em prol de um fundo mútuo de assistência médica, jurídica e funerária, em um período de retorno à luta militante e presença do PCB. Buscando apoio jurídico em Francisco Julião, os trabalhadores do Engenho da Galileia, organizados na Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco, conseguiram ampliar a resistência aos ataques e abusos do proprietário, resistência que se inicia contra o aumento do foro (pagamento pelo uso da terra). Julião passou a denunciar publicamente a situação do Engenho da Galileia, impedindo a repressão, por meio da denúncia na imprensa, tornando público que as questões camponesas e agrárias eram, até então, tratadas como problema policial. Devido à sua atuação e presença política, os camponeses do Engenho da Galileia passaram a ser associados pelos seus adversários aos comunistas das Ligas Camponesas, nome que adotaram quando a sua luta se radicalizou.

imediate, influenciada pelo “foquismo”⁵³ da Revolução Cubana de 1959. A presença de Francisco Julião em Cachoeiras de Macacu, no ano de 1960, contribuiu para a mudança de atuação de Beser. A presença da Liga camponesa no Estado do Rio de Janeiro foi pequena e logo neutralizada pela competição política com a Falerj (GRYNSZPAN, 1987)⁵⁴.

Com as contínuas expulsões de lavradores na São José, Mariano queria promover uma ação imediata, contudo, não encontrou respaldo nos sindicatos dos rodoviários, portuários e marítimos, que apoiavam as lutas camponesas, e nem no Partido Comunista. Apresentando-se como presidente da União das Ligas Camponesas do Estado do Rio de Janeiro (ver Figuras 1 e 2) e assessor da Falerj, Mariano decidiu ir sozinho para a fazenda e lá montar a resistência junto dos lavradores: derrubaram pontes, interceptaram passagens e se armaram com fuzis, pistolas e instrumentos de trabalho, em um clima de radicalização causado pelas violentas expulsões; criaram senhas e pontos de acesso restrito; fizeram barricadas e estabeleceram locais de vigília. Os lavradores resistiram usando armas, tornando a ocupação uma alternativa às expulsões e à improdutividade da terra: queriam fazer valer os “direitos dos posseiros” (Lavradores armados até os dentes capturam e julgam grileiros no RJ. *Jornal A Noite*, 20/11/1961, p. 10. Lavradores e grileiros prontos para o choque. *Jornal A Noite*, 21/11/1961. Polícia invadiu QG camponês em Macacu. *Jornal Última Hora*, 29/11/1961 p. 7).

⁵³ O termo foquismo era utilizado pelas esquerdas para se referir aos movimentos que acreditavam ser possível fazer uma revolução socialista a partir de guerrilhas e sem a participação de um partido comunista dirigente. O pressuposto era que, depois de iniciadas as guerrilhas, as massas acabariam aderindo e chegariam ao poder, tal como ocorrido em Cuba.

⁵⁴ As Ligas Camponesas também estiveram presentes, com baixa intensidade, no município de Campos dos Goytacazes. Para uma análise deste caso, ver Neves (2015).

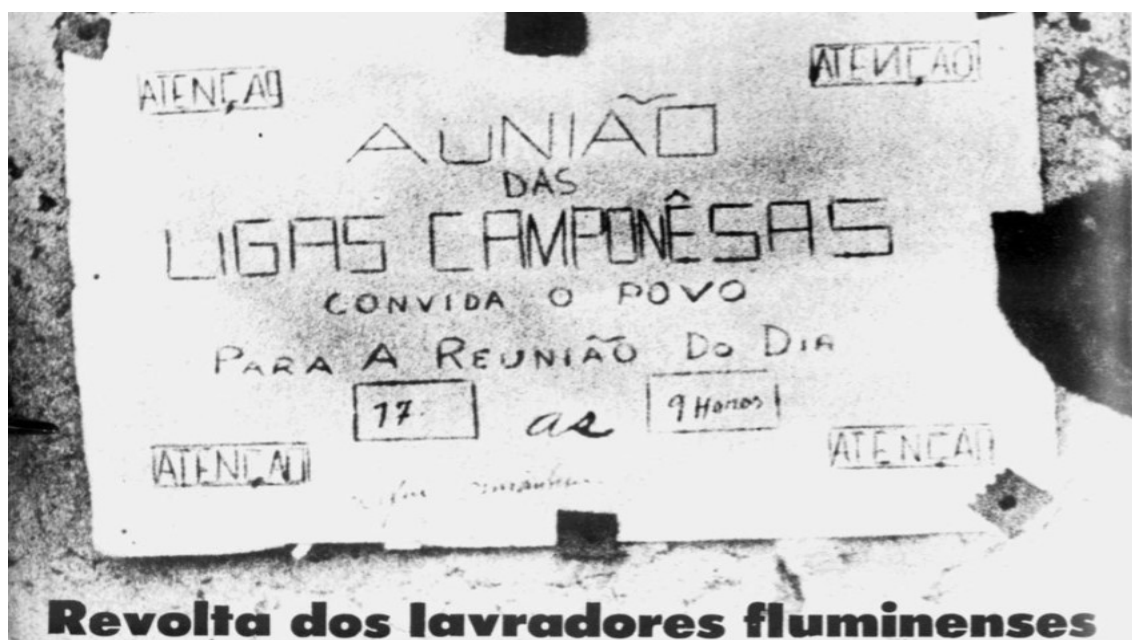


Figura 1 – Cartaz de convite à reunião da União das Ligas Camponesas. (Revolta dos lavradores fluminenses). *O mundo ilustrado*, 02/12/1961, p. 23.

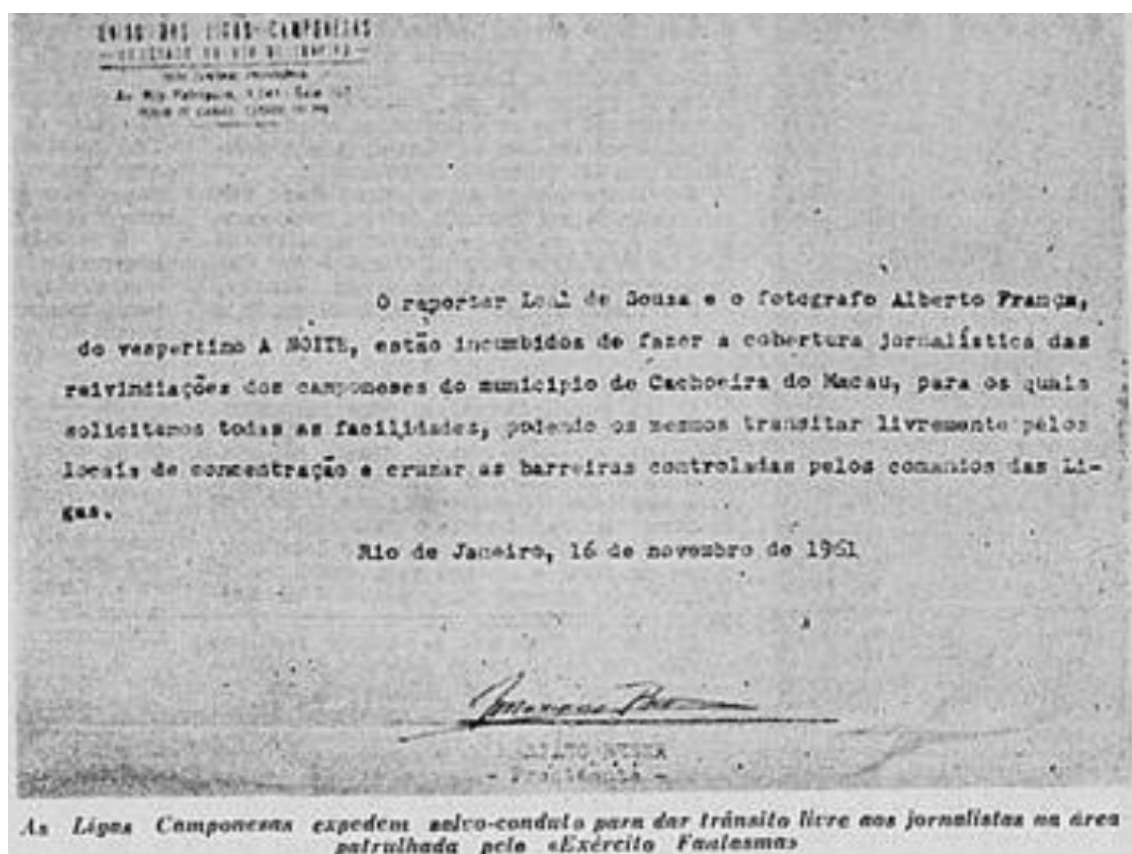


Figura 2 – A imagem, publicada no jornal *A Noite*, apresenta um documento assinado por Mariano Beser, intitulado “presidente”, permitindo o jornalista Leal de Souza e o fotógrafo Alberto França realizarem a cobertura jornalística da ocupação e das reivindicações camponesas. No canto superior esquerdo é possível ver um carimbo da “União das Ligas Camponesas”. (Resistir até o último homem!. *A Noite*, 23/11/1961, p. 3).

Como analisado por Scott (1990), existem espaços onde o discurso oculto dos despossuídos socializa as indignações e cozinha as raivas cruas, construindo em um longo processo as narrativas de injustiça que demarquem as causas do sofrimento, da miséria e da humilhação vividas. Estes espaços podem ser criados, improvisados, realizados nas casas, nos bares, nas praças, nas florestas às escondidas, nas igrejas ou escolas. Em Cachoeiras de Macacu as ruínas da Igreja de São José da Boa Morte eram usadas não apenas como local de reunião, mas também como ponto de resistência armada dos lavradores em ambas as ocupações da década de 1960. Em 1963 uma escola localizada dentro do Núcleo Colonial de Papucaia foi utilizada como local de reuniões voltadas para pensar a ocupação. Em 1969 as matas da Gleba Nova Ribeira serviram como local de reunião para formar um grupo de guerrilha rural, em um novo momento político que obrigava os camponeses a se organizarem em locais clandestinos e ocultos (TELÓ e BRAGA, 2015).

Criam-se, nestes espaços, hábitos, culturas distintas e padrões de discurso anti-hegemônico. Sentimentos são compartilhados e experiências individuais de trabalhadores que foram tratados com falta de dignidade e de respeito são elaboradas como situações e experiências coletivas, e não puramente individuais. Apesar de não se aprofundar neste dado, Costa (2015) aponta para a construção de espaços de discurso oculto ao afirmar que a ocupação de 1961 elaborava as ações já combinadas em outras reuniões, portanto, sustentando as diretrizes de ação e compartilhando os sentimentos de humilhação e indignação experimentados nos inúmeros conflitos e desrespeitos sofridos pelos camponeses. É possível que estas reuniões acontecessem por intermédio das Ligas Camponesas, a partir da figura de Mariano Beser.

A posição dos despossuídos, desta forma, é alargada a partir da apropriação material e da humilhação, criando um sentimento de desumanização, de não se sentir mais sendo visto como humano: em 1963, um lavrador de São José que esteve presente na ocupação de 1961, afirmou para uma equipe de reportagem que eles eram continuamente “jogados por aí como cachorros bichentos” (Estado do Rio em três dimensões. *O Cruzeiro*, 18/08/1963, p. 109. Reportagem de Osvaldo Peralva. Fotos de Hélio Passos).

Para Honneth (2009), as reações emocionais negativas tais como a vergonha, a ira, a vexação e o desprezo podem servir como o elo entre o sofrimento e a ação prática efetiva. Este autor entende os conflitos morais da vida social a partir das reações

emocionais e políticas daqueles que vivenciam um “contrachoque imprevisto de sua ação em virtude da violação de expectativas normativas de comportamento” (*idem*, p. 222). Quando este contrachoque significa a infração das normas pressupostas como básicas, a reação emocional é sentida como indignação moral e abre a possibilidade de resistência política, pois revela aquilo que está discretamente inserido no cotidiano: o sentimento de desrespeito e rebaixamento, a sensação de estar perdendo a humanidade, de se sentir desumanizado, invisível, diminuído. A rebelião social interpreta como insuportável a quebra das expectativas morais: é uma “lesão normativa” (HONNETH, 2009, p. 263) que é sentida como a diminuição dos valores individual e coletivo, rompendo sua autoconfiança, autorrespeito e autoestima. Sublinha-se, assim, o nexo entre “desapontamento político de expectativas morais e o abalo de relações de reconhecimento tradicionalmente constituídas” (*idem*, p. 264), formando a base moral da revolta a partir do desrespeito social à identidade de subgrupos.

No momento em que as indignações são elaboradas e passam a compor uma gramática moral da coletividade formada, elas podem ser transformadas em discurso público. O surgimento deste novo discurso público inicia um confronto sobre a concepção de justiça e dignidade, onde um dos confrontantes têm verdadeiras restrições para falar, graças às relações de poder em que está imerso. A perspectiva de Scott (1990) nos oferece elementos para supor que o surgimento dos conflitos na região de SJBM em 1958 representa menos o início dos conflitos, e mais o surgimento de um discurso público camponês que torna públicos os conflitos existentes, que monta o diagnóstico dos problemas sociais a partir do despejo e seu prognóstico a partir da reforma agrária e desapropriação da terra entendida pelo seu valor social para os trabalhadores do campo.⁵⁵

A realização de um Tribunal Popular conduzido pelos camponeses e pelas lideranças da ocupação – Mariano Beser, Francisco de Assis, Antonio Xavier e João Cabral – teve “por principal finalidade desmoralizar os grileiros” (Lavradores criaram o ‘paredão’ simbólico. *Diário de Notícias*, 22/11/1961, p. 2) ao prender e julgar indivíduos ligados à grilagem da fazenda e das terras do Núcleo Colonial de Papucaia: Antônio Vaz da Eira, Otávio Antônio Volpato, Paulo Velasquez, Orlando de Oliveira Dantas e Miguel Ferreira Macedo. Os primeiros foram acusados de grilagem, enquanto

⁵⁵ Para Snow e Benford (1992) o movimento social alcança a sua função de compor um *collective action frame* quando consegue estabelecer um prognóstico dos problemas vividos e um diagnóstico das soluções possíveis, constituindo uma linguagem com lastro cultural e aderência social.

o último era oficial de justiça e estava encarregado pela Comarca de Cachoeiras de Macacu de entregar a ordem de despejo aos lavradores. A partir do Tribunal, os lavradores sentenciaram todos à morte por fuzilamento nas paredes em ruína da Igreja de São José da Boa Morte. Ao final, os acusados foram libertados com o aviso de não retornarem mais àquelas terras que, dali por diante, eram dos posseiros (TELÓ e BRAGA, 2015). Em referência aos fuzilamentos em Cuba, a imprensa passou a noticiar o fato identificando-o com o *paredón* cubano⁵⁶.

Em notícia do jornal *A Noite*⁵⁷, o tribunal popular é apresentado como um momento de redenção dos trabalhadores, onde os crimes dos grileiros seriam finalmente julgados e sentenciados, enquanto os lavradores poderiam, enfim, ter o acesso à terra:

O primeiro grileiro a ser conduzido ao original tribunal que funcionou ao ar livre foi Miguel Ferreira de Macedo, que embora a sua aparência humilde, e seu jeito inofensivo, de acordo com o libelo de Mariano é um dos maiores inimigos dos lavradores, pois somente ele, já procedeu pessoalmente, sob garantia de capangas armados de metralhadoras, o despejo de mais de 70 famílias de lavradores, que tiveram suas casas destruídas e seus pertences atirados ao fogo. Os mais extremados desafetos do grileiro, inclusive a senhora Delci Alves, reclamavam aos brados que Marcelo fosse levado ao ‘paredón’ para que tivesse um castigo definitivo. Todos aclamaram a macabra sugestão que teria sido levada a efeito, não fosse a interferência serena de Beser (...) [que], falando aos camponeses, advertindo os grileiros, afirmou: ‘desta vez a coisa foi na base da conversa. Quero, porém, deixar claro, que se qualquer um deles voltar aqui, será encostado no ‘paredón’, e todos vocês, de bom grado, estou certo, terão prazer em formar no pelotão de fuzilamento’ (Lavradores armados até os dentes capturam e julgam grileiros no RJ. *A Noite*, 20/11/1961, p. 10).

O julgamento dos outros grileiros não foi diferente: em um momento de catarse os lavradores insultaram e, em alguns momentos, agrediram os pretensos proprietários

⁵⁶ Prática recorrente, o *paredón* cubano se caracterizou pela execução por fuzilamento dos inimigos políticos da Revolução Cubana, iniciada em 1956. Estas execuções eram sentenciadas através de tribunais populares. Segundo o Dicionário *Online* Michaelis, o sentido coloquial da palavra “paredão” é “local ou muro onde se fuzilam pessoas”, significado também apresentado pelo Dicionário *Online* da Língua Espanhola da Real Academia Española. Ver: < <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/pared%C3%A3o/>>; < <http://dle.rae.es/?id=RussMbT>>. Último acesso em: 05/02/2017.

⁵⁷ O jornal *A Noite* foi formado em 1911 por Irineu Marinho. O jornal se caracterizou por ser um dos pioneiros a abrir espaço para as questões cotidianas e urbanas. Até 1930 sua posição política foi explícita, ora como oposição, ora a favor das oligarquias e governos nacionais. Em 1931 o jornal adotou uma posição mais neutra, mas foi encampado pelo governo de Getúlio Vargas em 1940 e passou a assumir um compromisso com o governo até o suicídio de Vargas em 1954. Em 1956 o jornal saiu de circulação, retornando apenas em 1960, dirigido por Celso Kelly, que também administrava o jornal *Última Hora*. O jornal acabou em 1964, após o seu então diretor, Eurico de Oliveira, assumir o mandato de deputado federal pela coligação PTB-PSD.

que eram acusados de os expulsarem com base em documentos falsos e de queimarem suas casas e plantações.

A prisão e o julgamento dos grileiros e do oficial de justiça acirraram o conflito e em pouco tempo policiais militares de Niterói, Nova Friburgo e Cachoeiras de Macacu se dirigiram à SJBM, apreenderam armas e prenderam cerca de vinte lavradores que estavam na ocupação.⁵⁸ O juiz da Comarca de Cachoeiras de Macacu, Gastão de Alencastro Rush, emitiu uma ordem de prisão preventiva contra Mariano Beser, Francisco de Assis, José Cabral e Antonio Xavier. Conforme Silva (1994) e Costa (2015), os camponeses se dirigiram à delegacia de Cachoeiras de Macacu para protestar contra as prisões. Esta prática foi recorrente no município, demonstrando a força dos laços sociais do movimento. Contudo, tal era o acirramento das tensões na região que o delegado local tomou estes protestos como uma tentativa de invasão da cidade, enxergando a mobilização dos lavradores como um perigo não apenas para os proprietários de terra, mas também para os órgãos de segurança. Em depoimento prestado ao Serviço de Diligências Especiais, do Departamento de Polícia Social da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Ubirajara Muniz conta ter contribuído para a libertação dos lavradores presos na ocupação de 1961, como também é contado por ele em Silva (1994) e em reportagens da época

Em trabalho anterior (TELÓ e BRAGA, 2015) pudemos perceber que após a intervenção da Polícia Militar os despejos continuaram. A maioria das famílias passou a se instalar nas terras do Núcleo Colonial de Papucaia e em localidades como Marubáí, região também conhecida como Duzentos Alqueires e alvo de disputa em 1963 pelos lavradores e os grileiros de São José e Papucaia. A luta pela terra em Cachoeiras de Macacu continuou por conta das novas investidas dos grileiros e proprietários de terra que expulsavam os lavradores, enfraquecidos pela desarticulação da Liga Camponesa local e da organização da ocupação após a intervenção policial:

Mal circulou por Cachoeiras de Macacu a notícia de que a polícia invadira o reduto dos lavradores amotinados sem encontrar qualquer resistência, diversos indivíduos armados e a mando do ‘grileiro’ Marino de Monteiro de Barros, administrador da fazenda Agrobrasil, invadiram e destruíram as terras e plantações do lavrador Arlindo dos Santos. (*Última Hora*, de 29/11/1961 *apud* ROSA JR., 2009, p. 50).

⁵⁸ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo de Polícias Políticas no Rio de Janeiro. Prontuário número 0043. No Anexo 1 estão as listas de presos de 1961, 1963 e 1980.

Além das lavouras de Arlindo, outras plantações foram destruídas alguns dias depois da ocupação. Segundo Silva (1994), a polícia permaneceu na fazenda por cerca de 30 a 40 dias, protegendo-a de novas ocupações ou revoltas dos camponeses. A permanência da polícia e a rapidez dos mandados de prisão e despejo da Comarca de Cachoeiras de Macacu revelam um quadro de aliança entre os empresários Coimbra Bueno, o Judiciário e a Polícia em defesa da propriedade privada da terra e contra a organização política dos lavradores. Mesmo vivenciando o “barril de pólvora” (GRYNSZPAN, 1987) que eram as regiões rurais no Rio de Janeiro na primeira metade da década de 1960, Mariano Beser anunciou aos jornais enquanto ainda se encontrava nas matas, fugindo da polícia:

Estamos dispostos a tudo. A terra é de quem trabalha nela. Os colonos não podem mais esperar. Já somos mais de mil nesta região do Estado. As terras que os grileiros estão ocupando são do INIC que deve, através de medidas rápidas, distribuí-las aos posseiros. Não temos medo de ninguém porque defendemos um direito (...). Uma conquista que é nossa de justiça e por pleno direito. A violência policial contra os lavradores não alterou o ânimo de luta. De armas na mão estaremos nesta imensa trincheira que é o campo, defendendo o que é nosso. Morreremos se preciso for, mas daqui não arredamos o pé. (Lavradores armados até os dentes capturam e julgam grileiros no RJ. *A Noite*, 20/11/1961, p. 10).

Segundo a reportagem “Macacu de novo em paz: polícia dispensada” do jornal *Tribuna da Imprensa* (24/11/1961, p. 3, 2º caderno. Reportagem de Humberto de Vasconcelos), o padre Luiz Gonzaga não era a favor da ocupação e nem da atuação da Liga Camponesa local, cujo presidente era Francisco Assis. Enxergava a ocupação e revolta dos camponeses a partir da fome e da atuação manipuladora dos “comunistas”, como Francisco Assis, e “agitadores” como Beser e ferroviários. O termo “comunista” era frequentemente utilizado como categoria de desqualificação daqueles que se envolviam na defesa e na luta de um projeto popular, sem que houvesse, em todos os casos, a filiação e a identificação com a ideologia política e social comunista. Para o padre, cuja opinião sobre os comunistas se modificou no decorrer de um ano, a solução tem que partir “sob a orientação da Igreja e da Justiça, nunca como os lavradores fizeram em São José da Boa Morte, à força e desrespeitando tudo, até o direito de propriedade”. O diagnóstico oferecido pelo padre Luiz Gonzaga apresentava o camponês como incapaz de gerir suas indignações, estando sempre à mercê do “fantasma da fome” e representados como uma massa “que não pensa” e era ludibriada pelos comunistas que lhes ofereciam roupas, comida, remédio e promessas de conquista

da terra. Podemos concluir que seu prognóstico enquadra o problema de distribuição de terras sob a manutenção da propriedade privada e resolução a partir da relação positiva entre Estado e Igreja, sem a participação política dos camponeses.

A opinião do delegado de Cachoeiras de Macacu, Wilson da Costa Vieira, era diferente: ele percebia que o problema vivido em SJBm era “mais social do que policial”. Ao informar o Secretário de Segurança do Estado do Rio de Janeiro da ocupação, Wilson Vieira disse que “não há novidade, apenas a tensão é grande”, compreendendo os problemas vividos pelos lavradores são mais antigos do que a ocupação:

– ‘Os colonos fizeram um movimento reivindicatório. O problema é mais social do que policial. Só intervimos nesse caso porque os lavradores rebelados sequestraram e mantiveram presos durante várias horas cinco cidadãos. As terras tomadas pelos colonos foram desapropriadas pelo governo federal e entregues ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização.⁵⁹ Aconteceu, porém, que apareceram grileiros que pouco a pouco foram se apossando das terras. Sábado [dia da ocupação] os colonos arranjaram um líder e resolveram gritar basta’.

O delegado Wilson está há sete meses em Cachoeiras de Macacu e prevê que o que está acontecendo em sua jurisdição dentro de pouco tempo acontecerá em todo o Brasil (Macacu de novo em paz: polícia dispensada. *Tribuna da Imprensa*, 24/11/1961, p. 3, 2º caderno. Reportagem de Humberto de Vasconcelos).

O delegado Wilson Vieira, recém alocado no município de Cachoeiras de Macacu, captou, ao menos segundo a reportagem de Humberto de Vasconcelos, a tensão que se avolumava no interior do Estado do Rio de Janeiro. Também estava presente em seu discurso a emergência da agência política dos camponeses: “os colonos *fizeram*”, “os colonos *arranjaram (...)* e *resolveram*”. Sua perspectiva, cujo prognóstico também estava historicamente correto, apoiava-se na percepção da organização dos lavradores contra o avanço da grilagem. O delegado não se inseria em nenhum dos polos apresentados pelo jornalista – a Igreja de Luiz Gonzaga e a Liga do “comunista” Francisco Assis – apesar de seu discurso se aproximar mais dos camponeses. É curioso, contudo, que a sua quase neutralidade também se estendesse à polícia: sabendo do avanço dos grileiros e compreendendo que a tensão fundiária não era nenhuma novidade, a atuação municipal da polícia esteve, conforme viemos analisando, ligada diretamente aos interesses dos proprietários e grileiros, fosse atuando com violência nos

⁵⁹ Wilson Vieira se refere às áreas griladas do Núcleo Colonial de Papucaia e reivindicadas pelo movimento camponês de Cachoeiras de Macacu.

despejos – com ou sem respaldo legal – ou preferindo não intervir quando os grileiros agiam por conta própria.

Em uma série de reportagens intituladas "A revolta dos 'jecas-tatus'" publicadas no jornal *Última Hora* do Rio de Janeiro, de 08/01/1962 a 20/01/1962 pelo jornalista Maurício Hill e o fotógrafo Alberto Dirma, são relatadas as mobilizações camponesas no Estado, observando os seus motivos e implicações. As reportagens apresentam ainda denúncias de grilagem e críticas à ausência de levantamento cadastral das terras públicas e a violência vivida pelos lavradores através da queima de casas e plantações, a entrada de gado na plantação e os despejos. A primeira reportagem (Movimentos camponeses ameaçam sacudir todo o estado do Rio!. *Última Hora*, 08/01/1962, p. 3) acompanhou um encontro promovido por José Nascimento de Assis e pelo Padre Carvalho, representante da Federação dos Círculos Operários.⁶⁰ Na ocasião os repórteres entrevistaram Carmelo dos Anjos, morador da Fazenda SJBM, que relatou sua história de vida:

Cheguei à fazenda no ano de 1947. Nessa ocasião, aqui era quase que uma mata fechada e ninguém se interessava por ela. Fiquei sabendo logo, que as terras eram do Governo Federal e por isso ali me acomodei: fiz um barraco e comecei a plantar. Pouco a pouco, outros lavradores aqui vinham se fixar com suas famílias, até que a floresta tornou-se o que é hoje: uma imensa plantação, onde cada pedaço tem um dono e todos vivem em perfeita harmonia.

- Há mais de um ano – prossegue o velho lavrador – é que começou o inferno. Apareceram inúmeros donos da terra. Primeiro, exibiram documentos e pediram, com jeito, para que fossemos embora. Depois, vendo que não íamos em sua conversa, apelaram para a violência. Já perdemos a conta das casas saqueadas, dos animais mortos à bala, e das roças incendiadas. Os grileiros têm verdadeiras 'jagunçadas'.

As reportagens se voltaram, principalmente, para o conflito da São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu, mas também comentaram um conflito na Fazenda Engenhoca, no município de Silva Jardim, e em Pedra Lisa, então pertencente a Nova Iguaçu. Esta série também atuou de modo a associar o nome de Mariano Beser ao Ponto IV⁶¹, ligando-o ao serviço de inteligência norte-americano e acusando-o de criar

⁶⁰ A reportagem o apresenta como executor do Plano de Amparo ao Lavrador, do órgão das Confederações dos Trabalhadores na Indústria e no Comércio. Não pudemos verificar a veracidade destas informações e nem a existência deste Plano.

⁶¹ Programa de cooperação técnica entre os Estados Unidos e os países latino-americanos, proposto em 1949, pelo então presidente norte-americano Harry Truman. No Brasil o Ponto IV foi considerado um importante instrumento de controle político e ideológico, tendo sido estabelecido em 1950, abrangendo as áreas de economia, administração pública, administração orçamentária e financeira, agricultura, recursos naturais, energia nuclear, saúde, educação, transportes e outras. Ver o verbete "*Ponto IV*" no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do

distúrbios na área rural de Cachoeiras de Macacu como forma de desqualificar publicamente o movimento camponês e incitar a intervenção pública contrária à desapropriação. Devido ao peso das acusações, Beser deixou de participar da organização do movimento camponês (SILVA, 1994).

Ao final da primeira reportagem os repórteres resumem o clima do município: “Os apelos de calma já não são ouvidos. Cachoeiras de Macacu está outra vez para explodir”.

2.2.2 A ocupação de 1963

Pouco após a entrada da polícia na ocupação dos lavradores em SJBM o *Jornal do Brasil* publicou a seguinte nota:

Niterói (Sucursal) – Em resposta a pedido de informações do Deputado Adolfo de Oliveira (UDN) o INIC [Instituto Nacional de Imigração e Colonização] informou à Assembleia Legislativa do Estado, em ofício, que as terras da Fazenda São José da Boa Morte, em Cachoeiras de Macacu, não pertencem nem a posseiros nem a grileiros, mas ao Ministério da Agricultura, que as adquiriu a Adalberto Correia, em 14 de agosto de 1952.

Informou o INIC que as terras fazem parte do Núcleo Colonial de Papucaia, por ele mantido, e serão levantadas pela repartição, que promoverá também o cadastramento de seus ocupantes, para regularizar a situação dos verdadeiros lavradores que, em 1959, acompanharam a invasão indiscriminada ali levada a efeito (Fazenda de Macacu é do INIC. *Jornal do Brasil*, 24/11/1961, p. 10).

Apesar da notícia e da informação revelada à Assembleia Municipal, os despejos se mantiveram. O ano de 1963 foi de intensa e ampliada mobilização no campo, bem como de radicalização da luta pela ocupação e nos enfrentamentos realizados com os proprietários, jagunços e policiais. Os relatos cada vez mais comuns de violência, de reintegração de posses e de supervalorização das propriedades no momento da desapropriação reproduziam as condições de luta e alimentavam o clima de tensão e insegurança entre os lavradores. A constância das experiências de despejo na população de Cachoeiras de Macacu, como indica o relato de Carmelo dos Anjos, citado anteriormente, e ativo trabalho de organização política contribuíram para a formação de uma resistência cotidiana, teimosa por insistir em permanecer na terra.

No dia 25 ou 26 de novembro de 1963 cerca de 300 lavradores ocuparam mais uma vez as terras da fazenda SJBM. Muitos se declaravam moradores do Núcleo

Colonial de Papucaia e denunciavam a superpopulação e o avanço da grilagem dos irmãos Coimbra Bueno sobre a área conhecida como Duzentos Alqueires ou Marubaí. Os lavradores haviam tomado novamente a decisão de resistir e permanecer naquelas terras, denunciando, mais uma vez com a ação prática e coletiva, o desrespeito e a violação dos direitos de moradia e trabalho que eles sofriam sistematicamente. Sua situação de pobreza era explicada a partir das grilagens feitas pela Agrobrazil. Questionavam a violência e a veracidade da propriedade da terra e o uso desta para o pasto de gado e construção de lotes de recreação.

As semelhanças com a ocupação de 1961 não se restringem às motivações continuamente alimentadas ou à escolha da ocupação como forma de se manifestar. Segundo o IPM do processo nº 7.477, na ocupação de 1963 foram feitas trincheiras e treinamento de guerrilha dentro da São José. Ainda segundo o IPM, foram realizadas inúmeras reuniões em uma escola do Núcleo Colonial de Papucaia com o objetivo de criar formas comuns de atuação dos lavradores na ocupação. Este documento também aponta para a formação de outro “Tribunal de Justiça Revolucionária”, cujo objetivo era o julgamento do administrador da fazenda, Marino Monteiro de Barros. Segundo o depoimento de Marino Monteiro para o mesmo IPM, 15 dias antes da ocupação de São José, os mesmos camponeses ocuparam a Fazendinha, também de propriedade dos irmãos Coimbra Bueno e próxima a SJBm. Infelizmente não encontramos mais nenhuma informação sobre esta ocupação, além do depoimento de Marino. Contudo, os camponeses pretendiam ocupar as demais fazendas do município e transformar Cachoeiras de Macacu numa região de reforma agrária, conjugando a ocupação com a atuação do prefeito Ubirajara Muniz, tornando provável que Fazendinha fosse alvo de uma futura ocupação ou tenha servido como projeto piloto para a ocupação de São José (TELÓ e BRAGA, 2015, p. 119).

Alcídio Salvador, secretário da Associação de Lavradores de Cachoeiras de Macacu, via a luta por reforma agrária protagonizada no município e radicalizada na ocupação de terra como um meio de libertação nacional. Em reportagem do jornal *Novos Rumos*, ele declara que “o sentido da nossa luta não é libertar somente S. José da Boa Morte da exploração, e sim todo o Brasil” (Camponeses da Boa Morte lutam pela posse da Terra. Jornal *Novos Rumos*, ano V, nº 251, de 13 a 19 de dezembro de 1963, p. 2). Em outra reportagem, um dos ocupantes, chamado apenas de Pau-de-Arara, diz ao pisar com os pés na terra:

aqui devem estar sepultados lavradores que não se entregaram aos grileiros, pelo que foram assassinados pelos capangas. Há quatro anos, 60 famílias tentaram se alojar nestas terras e foram tocadas a tiros. Muitas delas desapareceram. Nós agora vingaremos todos os humildes e perseguidos (Igreja em ruínas é trincheira para a rebelião dos camponeses. *Jornal Última Hora*, Curitiba, 12/12/1963, p. 3 e *Jornal Última Hora* de 12/12/1963, edição fluminense).

Ainda nesta reportagem se apresenta a participação ativa das mulheres na ocupação, em especial Elilia Cobb Ferreira, indiciada pelo IPM por crime contra a Segurança Nacional. Elilia estava “disposta a lutar enquanto tiver vida”, juntando-se à ocupação por conta de suas contínuas experiências com os despejos de terra, sendo a última perpetrada por Marino Monteiro. A insubmissão e a teimosia presentes na resistência camponesa envolvem não apenas as demandas presentes, mas também a memória e a redenção daqueles que foram desaparecidos pelo avanço e progresso das classes patronais sobre a história (LOWY, 2005). A demanda por terra não é estritamente ligada ao presente das lutas camponesas, mas está latente em suas reivindicações. O desejo de vingar as “60 famílias” de “humilhados e perseguidos” que “tentaram se alojar nestas terras e foram tocadas a tiro” busca, pela ação coletiva, tirar do esquecimento a experiência de violência e despejo que configura o campesinato (Figura 3).

Tanto as indicações das famílias por um numeral e do lavrador por seu apelido pecam na precisão do dado. Sem poder confirmar a existência ou não de um lavrador conhecido como Pau-de-Arara, seu discurso estabelece o vínculo da terra à memória dos sofrimentos, humilhações e experiências de desrespeito. Libertar-se da exploração, e depois estender esta liberdade a todo o município, estava associado à conquista da terra, demanda central no movimento camponês de Cachoeiras de Macacu. Em ambas as ocupações os camponeses hastearam bandeiras do Brasil e delimitavam a sua área de “terra livre” (ver a seguir as Figuras 4 e 5).

A ocupação enquanto evento a ser analisado condensa marcas morais e sentimentos. Para Apter (2006), por baixo do ato há o trauma, o sofrimento, a exclusão e a insatisfação. Nesta perspectiva de análise, a dimensão interpretativa e performática dos comportamentos políticos e coletivos recebe enfoque, na medida em que a formação de significados são registrados e integrados pelo coletivo. É constitutivo destes eventos o caráter conflitivo e às vezes polarizado da política, abrindo possibilidades de promover momentos disjuntivos de revolução, transformação social ou redenção. Nestes

momentos o evento é capaz de interromper o ritmo do cotidiano e interrogar o que está tomado como dado e normal. É a partir do discurso, da narrativa, da lógica interna e da performance produzidas pelos movimentos sociais que se torna possível transformar espectadores em participantes, incorporando-os à dramatização, servindo como guia para a ação e como ação.



Figura 3 – Entrincheirados em igreja em ruínas, os camponeses defendem o direito de acesso à terra. (Igreja em ruínas é trincheira para a rebelião de camponeses. Última Hora. 11.12.1963, p. 12).



Figura 4 – Na reportagem de 1961 lê-se: “No quilômetro 18 da estrada Rio-Nova Friburgo, há um desvio. Depois de se andar 500 metros encontra-se um buraco no meio da estrada. Dos dois lados há homens armados. Um pedaço de pau com uma bandeira nacional na ponta avisa que ali começa ‘a terra livre dos lavradores’”. Embaixo da foto, como legenda da reportagem: “Um buraco na estrada, uma bandeira e alguns colonos marcam a fronteira da ‘terra livre dos lavradores’” (Macacu de novo em paz: polícia dispensada. *Tribuna da Imprensa*, 24/11/1961, p. 3, 2º caderno).



Figura 5 - Imagem da entrada da Fazenda SJBm, onde foram hasteadas as bandeiras do Brasil e de “Luta-se pela terra livre” (ERNANDEZ, 2010, p. 141).

Poucos dias após a ocupação os lavradores foram despejados pela Polícia Militar e sob a ordem do Juiz da Comarca de Cachoeiras de Macacu (Figura 6). Apesar do despejo, João Pinheiro Neto, dirigente da Superintendência de Reforma Agrária (Supra), prometeu a Ubirajara Muniz, então prefeito do município, e aos lavradores que haviam ocupado a fazenda que o conflito seria solucionado com a desapropriação da terra pelo presidente João Goulart. Contudo, ainda no final do ano de 1963 os lavradores, apoiados por Muniz, distribuíram convites, alugaram ônibus e mobilizaram cerca de 300 famílias para se dirigirem até a cidade do Rio de Janeiro, onde montaram acampamento em frente ao Palácio das Laranjeiras (Lavradores vieram pedir terras a J[oa]o G[oulart]. *Jornal Correio da Manhã*, 21/12/1963, p. 1). O objetivo do ato era criar um fato político e repercutir publicamente, de modo a pressionar para que a desapropriação fosse efetivada o mais rápido possível.

DESPEJADOS OS LAVRADORES DE SÃO JOSÉ DA BOA MORTE

Um contingente da PM, por ordem do Juiz de Cachoeiras de Macacu, despejou ontem os lavradores que se haviam instalado (fotos), com suas famílias, nas terras da "Fazenda Agro-Brasil", distrito de São José da Boa Morte. Foram ainda detidos o líder estudantil Aquiles Rigua e uma professora do MPA, esposa de um dos lavradores. Os camponeses, desarmados na ocasião, tiveram de capitular diante das metralhadoras e empreenderam uma retirada dramática ao longo da estrada, com suas esposas e seus filhos. Hoje, no entanto, pretendem conseguir do Presidente João Goulart, que hoje estará em Itaguai, a desapropriação daquelas terras, já prometida pela SUPRA. (Página 2)

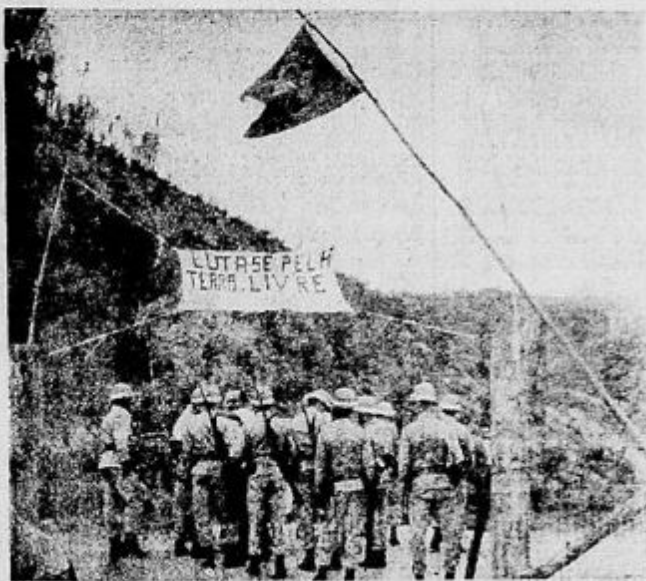


Figura 6 - Na primeira foto é possível ver uma bandeira com os dizeres “Luta-se pela terra livre” em uma das entradas da fazenda. Chama atenção a quantidade de policiais presentes. (Despejados os lavradores de São José da Boa Morte, Última Hora, 02/12/1963, p. 1).

Em janeiro de 1964 a fazenda SJBm foi desapropriada por João Goulart, por meio do Decreto nº 53.404 de 13/01/1964:

CONSIDERANDO as graves ocorrências verificadas no lugar denominado São José da Boa Morte, no Município de Cachoeira de Macacu, entre posseiros e proprietários, em áreas contíguas ao Núcleo Colonial de Papucaia;

CONSIDERANDO que, inobstante as providências tomadas pela Superintendência da Política Agrária - SUPRA - o dissídio prossegue insolvido e com perspectivas de agravamento, com consequências imprevisíveis, que cumpre evitar;

CONSIDERANDO que o grave dissídio em causa envolve mais de quinhentas (500) famílias de modestos lavradores e que, em parte, decorre do excessivo povoamento da área original do Núcleo Colonial de Papucaia, conseqüente à inelutável e cada vez mais numerosa instalação de desamparados lavradores em busca de terra para cultivar, de modo a terem como atender, pelo cumprimento da obrigação social do trabalho, à própria subsistência e à de seus familiares;

CONSIDERANDO, finalmente, que a situação tende a assumir contornos de gravíssimo conflito social e que ao Poder Público urge, com os recursos constitucionais e legais vigentes, o indeclinável dever de manter a paz social e promover a justa distribuição da terra e condicionar seu uso ao bem estar coletivo (Decreto nº 53.404 de 13/01/1964, Diário Oficial da União, Seção 1, 14/01/1964, p. 345).

Conforme o 1º inciso do Artigo 1 do Decreto nº 53.404, as áreas desapropriadas: “constam como sendo de propriedade do espólio de Adalberto Correia; Agro Brasil Empreendimentos Rurais S.A., Miguel de Souza, Dr. Francisco de Almeida Pimentel, espólio de Fuam Dengo, Romualdo Moreira e outros”. O terreno da Fazenda SJBM se delineava em três alíneas: a) “uma gleba de terras, com a área de cerca de 600 (seiscentos) alqueires geométricos, remanescentes das Fazendas reunidas Sambaetiba, Sumidouro, Carmo, Rio das Pedras e outras situadas nos segundo (2º) e terceiro (3º) distritos do município de Itaboraí”; b) “uma gleba de terras com cerca de 250 alqueires geométricos, remanescente da Fazenda Maiporã e outras, no segundo (2º) e terceiro (3º) distritos do município de Cachoeiras de Macacu”; e c) “uma gleba de terras com a área de cerca de 940 alqueires geométricos remanescente das Fazendas Pirassununga, Morros, Lagoa Grande, Areias, Retiro, São José da Boa Morte e outras situadas na zona rural do terceiro (3º) distrito de Cachoeira do Macacu”. Segundo Bastos (198-b), a terceira gleba (c) comportava as terras adquiridas pela Agrobrasil.

A desapropriação marcava a aproximação do governo João Goulart com os movimentos camponeses e com a luta pela reforma agrária, dando-lhes respaldo e confirmação dos atos de grilagem praticados por empresários e políticos. Ao se apresentar com o fim de “manter a paz social e promover a justa distribuição da terra e condicionar seu uso ao bem estar coletivo”, o Decreto 53.404/64 confirmou a superpopulação do Núcleo Colonial de Papucaia e endossou o uso da terra para o cultivo, afinando-se à perspectiva dos camponeses. O conflito se apresenta a partir de uma perspectiva moral sobre o uso da terra (GRYNSZPAN, 1987; O'DWYER, 1988; THOMPSON, 1998): um registro de seu uso que não se realiza na valorização fundiária ou no uso da terra para o loteamento. A sensação de vitória e de conquista dos direitos pode ser observada em um recado escrito à mão em letras garrafais e maiúsculas,

presente em anexo no IPM 7.477 (Figura 7). O documento que chama para comemorar a vitória da desapropriação também convida os lavradores à sindicalização, indicando a importância do movimento sindical camponês na região:

GRANDE CONCENTRAÇÃO DE LAVRADORES

A DESAPROPRIAÇÃO DA FAZENDA AGROBRASIL É UMA VITÓRIA DA UNIDADE DOS CAMPONESES. VAMOS CONSOLIDAR ESTA VITÓRIA SINDICALIZANDO TODOS OS COMPANHEIROS.

COMPAREÇA NO DIA 26 ÀS 15 HORAS NA GRANDE ASSEMBLEIA A SER REALIZADA (BNM 17, p. 205).

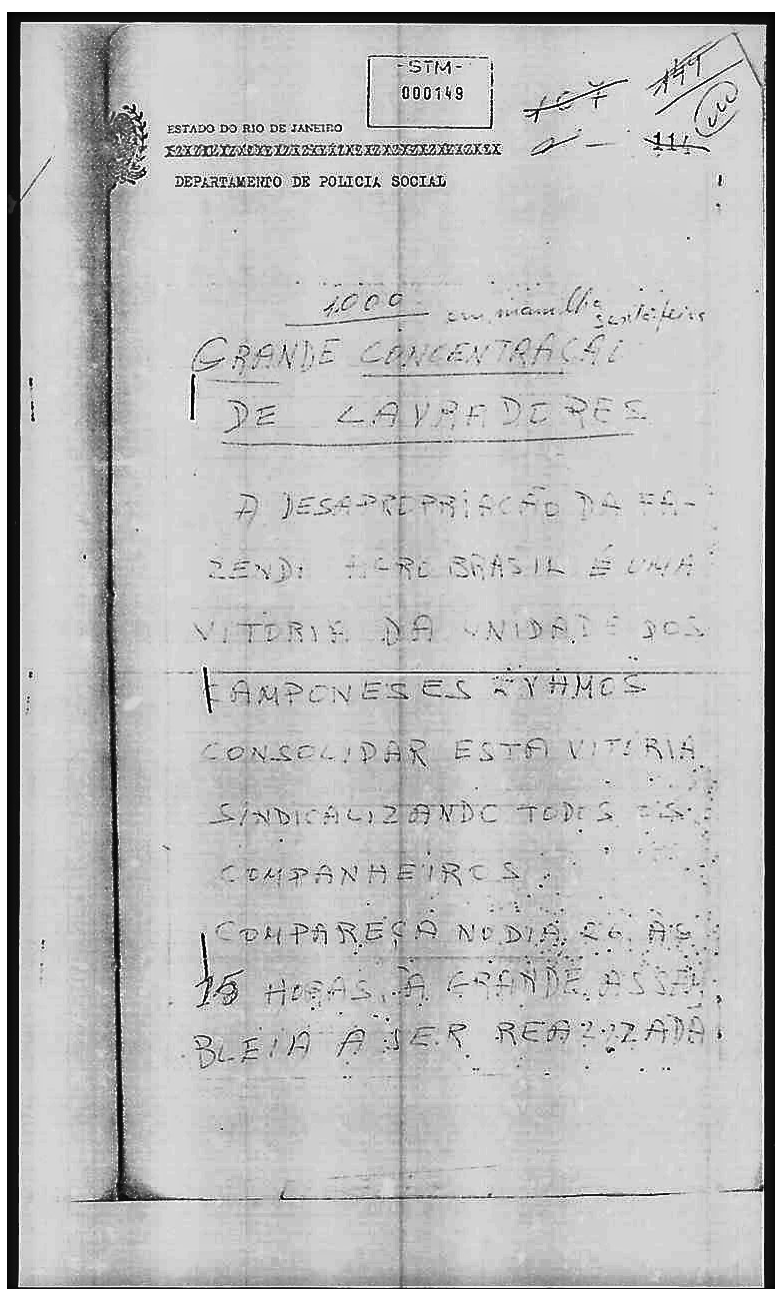


Figura 7 – Página do IPM 7.477 (BNM 17, p. 205). A imagem foi aprimorada para melhorar sua resolução.

2.3 As forças políticas no município de Cachoeiras de Macacu e as lutas camponesas

É importante analisarmos a dinâmica política e de mobilização do município, observando a formação de uma cultura política de participação ativa das classes populares nas decisões do município. Ubirajara Muniz foi eleito prefeito de Cachoeiras de Macacu em 1962 pelo PTB, mesmo partido de João Goulart e Leonel Brizola, aliados políticos por quem ele tinha grande admiração. Deposto em 04/04/1964, ainda é lembrado pelos moradores que entrevistamos, tendo sido de fundamental importância para a realização da ocupação e para a conformação da luta e do imaginário e memória dos lavradores. A partir de seu Prontuário, elaborado pela polícia política do Estado do Rio de Janeiro, é possível perceber as relações de Ubirajara com Manoel Ferreira de Lima (presidente da Falerj), Bráulio Rodrigues da Silva (secretário da Falerj) e com os Sindicatos dos Operários Navais, dos Rodoviários e da Construção Civil do município. Sua importância no município influenciou a polícia a tomar Ubirajara como a principal liderança da ocupação.⁶²

Em reportagem de Osvaldo Peralva para a revista *O Cruzeiro*, Muniz afirmou que já havia tentado a candidatura de prefeito, provavelmente no ano de 1958. Contudo, foi a aproximação com os camponeses de SJBm na ocupação de 1961 que elevou suas chances de candidatura. Assim que assumiu a prefeitura, Muniz passou a modificar a composição de forças do município: “Não topo extremismos, diz [Ubirajara Muniz]. Sou da esquerda nacionalista, membro do PTB. Mas para que negar? Nós aqui somos da brizolada [alusão a Leonel Brizola]. A gente vê que só consegue as coisas com agitação” (Estado do Rio em três dimensões. *O Cruzeiro*, 18/08/1963, p. 108. Reportagem de Osvaldo Peralva. Fotos de Hélio Passos).

A atuação de Muniz se coadunou com as insatisfações e reivindicações da população rural e urbana do município:

Cachoeiras de Macacu estava em greve, quando ali chegamos. Greve da população, comandada pelo Prefeito Ubirajara Muniz. Ele mesmo foi quem informou: com apoio do povo, desligou a luz, que só havia na parte baixa da cidade. Estavam totalmente sem luz fazia uma semana. O objetivo era forçar o governo do Estado a apressar o acordo com a empresa de luz [Força e Luz], que é de um particular, a fim de que o fornecimento (mais eficiente) seja feito pela Cia. Brasileira de

⁶² Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo de Polícias Políticas no Rio de Janeiro. Prontuário número 20.873

Desde maio de 1963 a população cachoeirense se mobilizava em torno de questões comunitárias, como a ampliação da rede de energia elétrica, com paralisações rodoviárias e comerciais, além da interrupção do fornecimento de energia e água. Chegaram ainda a organizar uma Comissão Pró-Melhoramento da Energia Elétrica, legalizada pela Câmara de Vereadores do município. Marcaram um ato, que não aconteceu, pois a polícia compareceu antes ao local e desarticulou a sua formação. Pode-se perceber que a população de Cachoeiras de Macacu já vinha se organizando, e não só nas áreas rurais, em torno de questões comuns, buscando soluções alternativas para os problemas enfrentados no dia a dia. As mobilizações do final do ano de 1963 e início de 1964 em SJBM contaram com o apoio dos ferroviários, estudantes e do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) (TELÓ e BRAGA, 2015). A aproximação entre os lavradores e Muniz revela também as diferentes estratégias utilizadas pelo movimento camponês no pré-golpe: desde a década de 1950 a radicalização das lutas era conjugada com ações na Justiça, com menções na Câmara Municipal e com ajuda de governos do estado e do município (GRYNSZPAN, 1987; MEDEIROS, 2015; COSTA, 2015; São José: lavradores recorrerão à Justiça. *Diário Carioca*, 30/12/1960, p. 11).

Isabel Costa (2015, p. 18) verifica a aproximação entre ferroviários e lavradores desde a campanha eleitoral de 1960, quando foi criado o Comitê pró-Lott e Jango dos Ferroviários e Camponeses. Desde então a categoria esteve presente em inúmeras manifestações políticas, mostrando o seu apoio a partir de atos como: deflagração de greve em solidariedade a outras categorias e às ocupações de terra no município; greve a favor da posse de João Goulart e a favor do plebiscito, em 1961 e 1962, respectivamente; greve contra as prisões de Beser, Francisco Assis e outros lavradores presos na ocupação de 1961; doação de alimentos e roupas para as ocupações de terra em 1963; greve e passeata contra o golpe de 1964.

A pesquisa de Costa (2015), que se debruça sobre a composição social dos partidos no município de Cachoeiras de Macacu e sobre o governo trabalhista de Muniz, mostra que a zona rural do município foi marcada pela forte presença no cenário político da União Democrática Nacional (UDN), partido de oposição ao governo de Getúlio Vargas e apoiador do golpe empresarial-militar de 1964. Desde 1937, quando o interventor estadual Amaral Peixoto, nomeou Humberto Moraes (UDN) como prefeito

de Santana de Japuíba, este partido, composto principalmente por proprietários rurais e comerciantes do município, dominou os cargos políticos.⁶³

Para Costa (2015), a atuação política no município se modificou após o suicídio de Getúlio Vargas em 1954, momento em que Cachoeiras de Macacu estava transformada pela expansão urbana e crescente proletarização. Neste mesmo ano foi estabelecida uma aliança entre o Partido Social Democrático (PSD) e o PTB capaz de eleger um novo prefeito e interromper, momentaneamente, o domínio da UDN no Executivo municipal. Nas eleições seguintes, em 1958, PTB e PSD lançaram candidaturas próprias (Ubirajara Muniz e Silvio Martins, respectivamente), levando-os à derrota eleitoral. Novamente a UDN conquistava a prefeitura. Segundo a autora, para a eleição seguinte, de 1962, o PTB mudou a sua estratégia política: era preciso direcionar sua atenção para os problemas do campo, onde o partido tinha pouca presença.

Em 1962 Ubirajara Muniz foi eleito pelo PTB graças aos votos dos operários urbanos e dos camponeses, diminuindo a força da UDN no município. Ubirajara afirmou, ainda em seu discurso de posse, que governaria com o povo ao seu lado, respondendo aos anseios populares de participarem ativamente da política, gerenciando-a conjuntamente. Por conta disso afirmou que a reforma agrária no município seria a prioridade de seu governo, sendo uma de suas medidas de governo a cobrança e a revisão do Imposto Territorial Rural sobre os latifúndios, passando a mexer na propriedade privada e nos privilégios políticos e sociais dos grandes proprietários de terra.⁶⁴ Uma de suas falas para a reportagem de *O Cruzeiro* mostra seu empenho em realizar a democratização do acesso à terra e diminuir o poder político dos latifundiários:

As terras mais férteis do município são “griladas” por grandes fazendas, que as vão anexando sem mais aquela. E as relações de trabalho aí são quase feudais. Os trabalhadores dão três dias de serviço gratuitamente para o fazendeiro, e nos outros três dias plantam de meia: metade para si, metade para o dono da terra. Além disso, terras do INIC, que pobres lavradores ocupam, de repente são dadas como de propriedade particular, mediante apresentação de documentos falsos. E até provar-se a falsidade destes documentos o pobre já foi expulso. Salvo quando se dispõe a luta no duro, como estes aqui

⁶³ Até 1943 o município de Cachoeiras de Macacu era oficialmente denominado de Santana de Japuíba. A área de seu território e de seus distritos, contudo, não se alterou.

⁶⁴ Pela Constituição de 1934 surgiu a distinção entre imposto territorial rural e urbano. A cobrança do ITR ficou a cargo dos estados, o que foi reafirmado nas Constituições de 1937 e 1946. Com a Emenda Constitucional de 1961, a cobrança do imposto passou a ser da competência dos municípios. Três anos mais tarde, mediante Emenda Constitucional a sua cobrança do imposto foi transferida para a União, e a receita repassada aos municípios onde eram localizados os imóveis tributados (MENEGETTI NETO, 1992, p. 186).

fizeram (Estado do Rio em três dimensões. *O Cruzeiro*, 18/08/1963, p. 108).

Alguns dias após o Comício da Central em 13/03/1964, evento em que João Goulart anunciou uma série de reformas estruturais a serem realizadas em seu governo, Ubirajara Muniz anunciou que iria, junto com o Sindicato dos Lavradores e Pequenos Produtores Autônomos de Cachoeiras de Macacu, solicitar à Supra a desapropriação de outras três fazendas, cujos proprietários eram Arturo Vecchi, Homero Borges e Curtume Carioca⁶⁵ (COSTA, 2015, p. 82). As desapropriações destas áreas foram realizadas ainda nos primeiros anos da ditadura.

No dia 31 de março de 1964, quando se iniciam os primeiros movimentos de deflagração do golpe de Estado, uma greve dos ferroviários era declarada em Cachoeiras de Macacu, ao mesmo tempo em que circulava o seguinte panfleto-manifesto:

Manifesto ao povo.

Os lavradores, os ferroviários, os nacionalistas e o prefeito Municipal de Cachoeiras de Macacu conclamam o povo do município a unir-se em torno do presidente João Goulart, na defesa da legalidade contra os gorilas golpistas que há muito vinham tentando dividir nossos patrícios e hoje mostram-se impatrioticamente ao lado dos grupos econômicos e estrangeiros, latifundiários e grileiros.

Confiem nas forças revolucionárias legalistas que nesta hora assumem o controle deste município, pois lutaremos até o fim pela legalidade de nossa pátria.

Cachoeiras de Macacu, 31 de março de 1964.

As. Ubirajara Muniz – prefeito

(COSTA, 2015, p. 83; BNM 17, p. 204).

As bases de apoio do governo Ubirajara Muniz foram chamadas para defender a legalidade e o governo de João Goulart, acirrando ainda mais as tensões de classe dentro do município. À noite, um comício para os moradores de SJBm indicava a resistência contra o golpe em curso. No dia 1º de abril uma manifestação foi realizada, enquanto dentro do gabinete do prefeito era instalada e veiculada uma estação de rádio que pedia à população o apoio às reformas de base e à permanência das conquistas realizadas. Pela

⁶⁵ As áreas de Arturo Vecchi e da Curtume Carioca foram desapropriadas em 1966. Eram elas a Fazenda Santo Antônio do Guapiassu e Fazenda Quizanga (Decreto nº 58.161, de 6 de Abril de 1966. Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/4/1966, Página 3845). Estas áreas, conforme veremos, formaram o Conjunto Rural do Guapiçu e foram integradas às terras do Núcleo Colonial de Papucaia, São José da Boa Morte, Fazenda Vargem Grande e Glebas Sebastiana e Queiroz da Fazenda do Carmo, a fim de constituir o Distrito Colonial de Papucaia. Ver "IBRA. E.M. nº 61 para Presidência da República, 12/12/1966" Arquivo Nacional – Acervo Paulo de Assis Ribeiro (BR_RJANRIO_S7_CX078_PT001_d001de001) e Medeiros, coord. (2015, p. 780).

Rádio Nacional o prefeito e suas bases de apoio souberam da fuga de João Goulart e do deslocamento de tropas do Exército para o município. Entre os dias 2 e 5 de abril a Câmara dos Vereadores entrou em sessão permanente e se articulou para destituir Ubirajara do cargo de prefeito e os vereadores José Custódio de Souza (PTB) e Ayram Riveiro Fernandes (PSD) de seus cargos, impondo a derrota da administração trabalhista e ligada às classes populares. Os direitos políticos de Muniz foram cassados no dia 4 de abril. Na ata da sessão permanente e “secreta” a decisão pela destituição dos cargos foi dada com base no “momento em que o Brasil passa”, “uma fase de extirpação da influência de elementos comunistas nos meios trabalhadores, políticos, civis e militares” (COSTA, 2015, p. 87). O discurso anticomunista retirou, ainda, o mandato do presidente da Câmara Municipal, Charles Netto da Costa (PTB) e os suplentes Alcídio Salvador, José Laurindo e Anésio Dias de Freitas, líderes camponeses filiados ao PTB e com participação no PCB e na ocupação da fazenda São José.

Em Cachoeiras de Macacu, a mobilização política dos lavradores, dos ferroviários e da população criou na cidade a identificação de um “foco de comunistas”, considerados uma ameaça aos valores cristãos, à propriedade e à democracia. A reação conservadora que emergiu com o golpe empresarial-militar se posicionou de forma contrária às mudanças sociais e políticas que as reformas de base implicavam. Opunham-se, principalmente, à ampliação da democracia, à participação popular na política e à ampliação do acesso à terra.

A história do município no período anterior ao golpe possibilita a reflexão sobre a desigualdade do reconhecimento tal como definido anteriormente, com base em Honneth (2009). O autor não trata de um reconhecimento desigual, mas é possível compreender um ressentimento: alguns valores sociais e normativos retêm em si a expectativa de que eles sejam desnivelados e desiguais, de modo que quando certos direitos atingem outras camadas sociais inferiores, surge um sentimento de ressentimento, de perda, ao mesmo tempo em que para outros surge o reconhecimento e a dignidade. Este ressentimento pode dar lugar a uma reação conservadora dos estabelecido à chegada dos outsiders na gestão de suas indignações e na tomada de decisões políticas (ELIAS e SCOTSON, 2000, pp. 44-45). O golpe empresarial-militar buscou de forma abrupta reconquistar as condições para manter os privilégios das classes empresariais.

3. PRESENÇA E ATUAÇÃO DO ESTADO EM TEMPOS DE DITADURA: REPRESSÃO E RESISTÊNCIA CAMPONESA

Após o golpe de 1964 as áreas rurais caracterizadas pela presença de tensão social em todo o Brasil foram alvo de intensa atuação estatal, buscando defender, por meio da intervenção e fechamento de sindicatos, prisões, tortura sistemática e propagação do medo, o princípio da propriedade privada e o novo projeto político. O período ditatorial pode ser entendido como forma de restaurar certo diferencial de poder entre as classes populares e as classes empresariais. O ressentimento vivido com a organização política dos lavradores, reivindicando seus direitos e dignidade, transformou-se em reação conservadora, assumindo a forma de uma contrarrevolução.

3.1 Diminuindo os horizontes: os efeitos do golpe empresarial-militar em Cachoeiras de Macacu

Conforme analisado na Introdução, o golpe empresarial-militar de 1964 consolidou uma reação à “capacidade política de organização daquelas ‘pessoas comuns’” (ARANTES, 2014a, p.294). Existiram no Brasil e na América Latina, em geral, contrarrevoluções que residem no paradoxo de se desenrolarem na ausência de revoluções em curso ou em perspectiva. Para Grandin (2004), os conflitos sociais da América Latina são representativos da Guerra Fria ao equacionarem experiências e confrontos locais, nacionais e internacionais. Ao longo de todo o continente foram realizadas ações “contrainsurgentes”, mesclando intervenção militar e sentimento anticomunista que se estendeu às diversas tentativas populares de democratizar o acesso ao poder e às tomadas de decisão. O que estava em jogo era impedir a emergência e mesmo a formulação de projetos populares de sociedade, divergentes do desejado pela ditadura e pelos segmentos sociais que a ela se associaram e financiaram.

Como relata Schwarz (2012, p. 75), “a euforia foi desmanchada” com o golpe militar de 1964, “momento estelar da Guerra Fria” em que um bloco social composto por militares que haviam optado pela linha de Segurança e Desenvolvimento norte-americana, pelas frações do capital multinacional e associado e pelo “fundo de conservadorismo do país” se uniram contra a ascensão popular e da esquerda, que buscavam a democratização da política nacional e a correção das desigualdades sociais. A partir deste momento as possibilidades de modernização com participação popular foram interrompidas e substituídas por um modelo de gestão que optou deliberadamente

pela manutenção das desigualdades internas, sujeição externa, opressão e repressão. Instalava-se, assim, um período de emergência capaz de aprofundar o abismo entre um “horizonte de expectativas” e o “espaço prévio de experiência” e de inaugurar uma nova era de “expectativas decrescentes” (ARANTES, 2014b).⁶⁶

Algumas semanas antes do golpe, o inspetor-florestal Artur Ballock afirmava que as desapropriações de terra no Estado do Rio de Janeiro promovidas pela Supra contribuiriam para a intensificação das invasões de terra, uma vez que as áreas rurais já estavam “insuf[a]das pelos comunistas” (Inspetor-florestal está contra Supra. *Correio da Manhã*. 13/03/1964, p. 5, 1º caderno). Sua declaração aponta para o clima de alarmismo do período imediatamente anterior à deflagração do golpe. Como mostram os trabalhos de Dreifuss (1981) e Martins (1981), estas acusações compuseram o caldo ideológico anticomunista e antipopular que resultou na contrarrevolução de 1964.

Uma semana após o golpe, uma reportagem do jornal *Diário do Paraná* acusava a Supra de agitar e financiar o Partido Comunista:

À medida que se vão recolhendo elementos sobre a infiltração comunista no governo, verifica-se que o papel destinado à SUPRA nunca foi o de realizar a reforma agrária, mas sim de lançar a agitação nos campos, e com isso, por paradoxal que pareça, canalizar recursos para o Partido Comunista.

Sem comprovar a veracidade de suas acusações, a reportagem continua sua denúncia com uma informação sobre o conflito de SJBm:

Ainda agora, forças armadas fizeram uma “razzia” na Fazenda Agro-Brasil, em Cachoeiras de Macacu, tomado conhecimento de fatos espantosos.

Essa fazenda, juntamente com a sua vizinha denominada “Coco Duro”⁶⁷, andaram muito em evidência, há meses, pois foram invadidas por “camponeses sem terra”, os pobres coitados por cuja sorte o sr. João Goulart tanto se interessava (Revelada a verdadeira missão da SUPRA: Agitar, financiando o PC. *Diário do Paraná*, 09/04/1964, p. 2, 1º caderno).

⁶⁶ Os termos e a inspiração de análise provêm do texto “O Novo Tempo do Mundo. A experiência da história numa era de expectativas decrescentes” de Paulo Arantes (2014b). Apesar do autor não se ater à experiência histórica brasileira, preocupando-se em caracterizar o surgimento de uma nova forma de experimentar e classificar o mundo e seu tempo na construção e constituição do capitalismo europeu, alguns de seus apontamentos e sua estrutura de análise nos permitem aproximar este divórcio entre expectativa e experiência da história da classe trabalhadora brasileira, profundamente marcada pela Ditadura Empresarial-Militar. A análise de Arantes ecoa o livro *Futuro Passado - Contribuição À Semântica dos Tempos Históricos*, de Reinhart Koselleck.

⁶⁷ A área conhecida como “Coco Duro” é referida também como os Duzentos Alqueires e Marubaí. Não pudemos verificar o porquê de tantos nomes e suas origens.

A reportagem buscou associar as ocupações de terra a interesses econômicos do PCB, retirando, ainda, qualquer agência dos lavradores envolvidos na conquista da desapropriação. Ainda que não seja possível averiguar o impacto desta notícia, é curioso perceber os modos pelos quais se construiu o discurso de deslegitimação das ações demandando reforma agrária no pré-golpe por trabalhadores rurais organizados: o uso das aspas na palavra “camponês” e na expressão “camponês sem terra” implica em, com certa ironia, questionar o estatuto de trabalhador rural daqueles que se mobilizaram e se envolveram no conflito fundiário de SJBM. A vinculação entre Supra e PCB buscava rebaixar política e moralmente a atuação deste órgão, e, portanto, suas ações de desapropriação.

Os relatos dos primeiros momentos após o golpe em Cachoeiras de Macacu são de violência e intervenção pública nas áreas de luta política. Uma notícia do jornal *Diário Carioca* informa que o Exército, sob o comando do Coronel Nei Constantino Guzi, estava há duas semanas “procurando ex-líderes sindicais e camponeses”:

Os soldados do Exército, com a colaboração de policiais do estado e voluntários, vasculham, diuturnamente, as matas e os casebres dos lavradores no afã de encontrarem os ex-líderes Antônio Maria Porto, Enedir Gonçalves, Anézio Dias de Freitas, Antônio Jorge Xavier e Alcídio Salvador, além de outros políticos considerados comunistas (Exército interdita terras em Cachoeiras. *Diário Carioca*, 14/04/1964, p. 9).

A fim de evitar serem presos, inúmeros lavradores deixaram a terra, indo para a casa de parentes ou buscando novas terras para trabalhar. Expressa no IPM do Processo nº 7.477/69, os militares consideravam esta fuga como uma “eloquente demonstração do seu próprio reconhecimento da prática das infrações penais que lhe são imputadas” (BNM 17, p. 16).

Um esclarecimento se faz necessário acerca das fugas de camponeses e lideranças sindicais a fim de evidenciar a configuração composta por estes atores. Segundo o relatório do IPM 171, sobre a atuação dos ferroviários da Estrada de Ferro Leopoldina⁶⁸, a atuação daquele segmento esteve ligada à atuação dos camponeses. Os ferroviários estavam em “estado de alerta” (BR_DFANBSB_AAJ_IPM_0171_d, p. 11) frente ao clima de tensão e repressão contra os marinheiros em greve. Esperava-se uma paralisação e uma série de atos contínuos em favor da liberdade de greve e contra o

⁶⁸ Relatório do Inquérito Policial Militar da Estrada de Ferro Leopoldina, assinado pelo Tenente Coronel Adhilvo Paiva e Silva em 04 de setembro de 1964. Acervo Memórias Reveladas – Arquivo Nacional. BR_DFANBSB_AAJ_IPM_0171_d.

avanço de um possível golpe de Estado. Entre os dias 26 e 30 de março de 1964 uma série de manifestos e telegramas circularam entre os Sindicatos de Ferroviários do Estado do Rio de Janeiro convocando para uma ação de classe contra o avanço de “forças retrógradas” que buscavam impedir as reformas políticas de base (*idem*, p. 13). Em telegrama de Herval Arueira, Interventor Federal do Sindicato dos Ferroviários do Rio de Janeiro, em 30 de março de 1964 pedia-se para

manter contato urgente com outras categorias profissionais de trabalhadores vg estudantes vg camponeses vg militares prefeitos câmaras vereadores a fim fortalecer unidade nacional e defender as liberdades democráticas e sindicais a todo o custo com todas as armas que o momento exige (BR_DFANBSB_AAJ_IPM_0171_d, p. 15).

Conforme aponta o documento: “todos estes atos são anteriores à revolução e mostram como os ferroviários estavam politizados e bem informados” (*idem*, p. 15). No fim da tarde de 31 de março de 1964 o Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias do Rio de Janeiro – Estrada de Ferro Leopoldina aderiu à greve geral, decretada pelo Comando de Greve dos Trabalhadores (CGT) contra “o golpe facista (sic)” (p. 21). Em nota oficial, clamavam aos trabalhadores do campo e da cidade, às mulheres, aos soldados das Forças Armadas e auxiliares e aos estudantes a convergirem em uma luta única de libertação nacional contra o golpe que se realizava contra as reformas de base e liberdades conquistadas. A despeito da tentativa de resistência, a Ditadura se fez vitoriosa no plano político e no imaginário social.

A atuação dos militares contra os focos de resistência em Cachoeiras de Macacu fez com que o Núcleo Colonial de Papucaia fosse considerado “Zona Militar” pelo Exército (Badger ainda ameaçado de impedimento, *Jornal do Brasil* (RJ), 07/04/1964, p. 13, 1º. caderno). Conforme analisaremos mais à frente, esta concepção se estendeu ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980, implicando na atuação dos órgãos de segurança e de reforma agrária no município como forma de impedir a mobilização e a organização política dos lavradores.

Já no dia 1º de abril de 1964 Ubirajara Muniz conta que o Major Werneck, de Cachoeiras de Macacu, comandou um contingente do Exército, “a fim de deter agitadores e apreender armas”.⁶⁹ A entrevista com um advogado e antigo político do município ilustra esse processo. O entrevistado contou ter sido preso no dia seguinte ao golpe pelo mesmo major, por conta da sua atuação como militante secundarista e por

⁶⁹ Autos de Mandado de Segurança impetrado por Ubirajara Muniz em 4 de agosto de 1964. Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu. Processo 18.061.

seu apoio ao movimento camponês. Relatou, ainda, que Cleber Viana Fontes, acusado de simpatizante da doutrina marxista e de auxiliar os ocupantes da São José com alimentos arrecadados (BNM 17, p. 25), teve sua biblioteca, repleta de livros e jornais sobre o comunismo, queimada em 1964 (César de Almeida, entrevista concedida a Fabrício Teló e Ricardo Braga, Japuíba/Cachoeiras de Macacu, 12/02/2015).

Em 3 de abril de 1964 foi cumprido um mandado de busca e apreensão na casa de Ubirajara Muniz e dentre os materiais considerados de subversão estavam aqueles que demonstravam o seu apoio aos lavradores que ocuparam a Fazenda SJBM. Nesse mesmo dia, foi cumprido o mesmo mandado nas casas de Amadeo Rodrigues de Souza e de Anézio Dias de Freitas. Segundo Silva (1994) e relatos colhidos em entrevistas, Anézio foi torturado.

Ainda no dia 5 de abril de 1964, Ubirajara Muniz teve seu mandato de prefeito cassado pela Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu, que alegava o envolvimento do ex-prefeito com elementos comunistas, causando intranquilidade e “maculando os mais puros princípios da liberdade cristã”. A Câmara apresentava o cenário político como momento de “extirpação da influência de elementos comunistas nos meios trabalhadores (sic), políticos, civis e militares”⁷⁰.

No que se refere aos camponeses de SJBM e arredores, o clima era de terror frente às ações de despejo e violência. Um lavrador aposentado nos contou que sua chegada em Cachoeiras de Macacu coincidiu com a atuação do Exército:

E aí viemos pra cá, conseguimos um terreno, meu irmão conseguiu um terreno e arrumou um lugar pra gente ficar. Aí foi naquela época de 1964, aquela revolução, que até hoje eu não entendo o que é isso. Diz que era comunismo, não entendo, só sei que o negócio era feio. Aí entrou o Exército, entrou aqui fazendo uma zoeira danada. (...) o Exército botava fogo, casa com tudo, casa era de sapé, eles chegavam com o cara dentro riscava fósforo e queimavam, botava fogo (...) que aqui apareceu barraco queimado, apareceu (Agricultor de 80 anos, entrevista concedida a Fabrício Teló e Ricardo Braga em 08/11/2014, Gleba Nova Ribeira, Cachoeiras de Macacu/RJ).

O mesmo lavrador comenta que o Exército andava pelas terras da Gleba Nova Ribeira e regiões adjacentes com frequência, tendo chegado a montar um acampamento nas matas a fim de manter a vigilância sobre a região. Em sua fala, e na de outros entrevistados, é frequente a relativização da própria participação na organização dos

⁷⁰ Ata da Sessão Especial da Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu. Autos de Mandado de Segurança impetrado por Ubirajara Muniz em 4 de agosto de 1964. Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu. Processo 18.061.

lavradores, principalmente no Sindicato. A trajetória individual é realçada pelo trabalho e pelo esforço, buscando se contrapor à memória dos que foram presos e que pagaram no próprio corpo o preço pela participação nas ocupações e lutas sindicais.

É impossível precisar o grau com que a repressão política do golpe reorientou as perspectivas e memórias sobre a ocupação de 1963. Enquanto atividade social capaz de interligar o passado ao presente, a memória social resulta de tensões e padrões de interação e socialização entre os indivíduos que exercitam a lembrança, tendo como função social unir o começo ao fim, realizar a ponte entre o passado e o presente através do trabalho de memória e releitura da própria experiência (BOSI, 1994). Alguns relatos de trabalhadores rurais questionavam a necessidade e a legitimidade do movimento camponês de entrar em terras privadas e de ter assassinado um boi reprodutor dos proprietários da Agrobrasil, de grande valor, e que em tese não serviria para o abate: “Eles mataram muito boi lá pra comer, mataram. Convidavam a gente pra ir, só que a gente não ia. Eu compro pedaço de carne meu. Se eu não puder comprar, como sem” (Agricultor de 80 anos, entrevista concedida a Fabricio Teló e Ricardo Braga em 08/11/2014, Gleba Nova Ribeira, Cachoeiras de Macacu/RJ). É interessante notar que estes dois argumentos ecoam a análise e a sentença feitas pelo IPM instalado em Cachoeiras de Macacu, analisado no próximo tópico.

Como afirma Portelli, tanto a memória “oficial” quanto a memória dos sobreviventes são marcadas por traços ideológicos e se encontram fragmentadas, internamente divididas e culturalmente mediadas (PORTELLI, 2006). As semelhanças dos argumentos na fala dos lavradores também indicam o trabalho dos militares em consolidar narrativas e estigmatizar o processo de ocupação e organização dos lavradores em 1963. Contudo, não se exclui a possibilidade, plausível, de que essas perspectivas já estivessem presentes e tenham elas mesmas influenciado o IPM. Entretanto, o mais provável é um jogo de influências que se reafirmavam e fortaleciam: na memória individual e coletiva se misturam fatos, críticas, experiências, vivências, expectativas e mitos políticos com suas cargas ideológicas (BOSI, 1994; PORTELLI, 2006).

Com base nos relatos colhidos é possível perceber que em alguma medida ficaram associadas à imagem da Associação de Lavradores pessoas que tinham “rabo preso” e por isso correram e fugiram após o golpe, sendo importante para alguns entrevistados demarcar que

Na verdade eu não ia mesmo em reunião de jeito nenhum, existia sindicato [se refere à Associação de Lavradores] eu não ia, não ia de jeito nenhum. Legalizar em sindicato, nada disso, nunca fiz. Nesse sindicato aqui eu legalizei [se refere ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeiras de Macacu, criado em 1967]. Mas antes tinha um sindicato aí, queria nem saber o que era aquilo, já sabia que era furada. (...) Eu não participava de jeito nenhum [da Associação]. Era um sindicato que eles tinham, e eu nunca assinei nada não (Agricultor de 80 anos, entrevista concedida a Fabricio Teló e Ricardo Braga em 08/11/2014, Gleba Nova Ribeira, Cachoeiras de Macacu/RJ).

Outro lavrador, que já morava na região de Marubaí antes do golpe, mas que não teve participação na ocupação de 1963, relata o que lembra desta época, salientando a diferença entre o movimento de ocupação de 1980 e o anterior:

Mas teve uma turma, antes de nós ir nessas fazendas com o pessoal, uns tempos atrás tinha acampado um pessoal lá. Aí tinham acampado um pessoal, gente que tinha até terra aqui acampou lá também. Ficou lá mais de mês, na fazenda do homem. Fizeram o negócio do boi lá. Eles fizeram até troço meio errado também... Eles andaram até comendo criação da fazenda. Depois apareceu a autoridade lá e botaram eles todos pra correr, tiraram eles todos de lá. Diz que eles eram comunistas, não sei o quê... Comunista [risos com certa ironia]... Tem gente que morou aqui e tava na fazenda também. Aqueles passou apertado com esse negócio de comunista. Passou sim, mas nós não estávamos nesse meio não (...) Teve gente que foi preso. Passou apertado mesmo. Até apanhar eles apanharam. (Jacir, entrevista concedida a Ricardo Brito, em 01/11/2017, em sua casa em Marubaí, Cachoeiras de Macacu. Esteve presente no momento da entrevista sua filha, Lena).

Um senhor aposentado, morador de Serra Queimada⁷¹, fez outro relato sobre como foram os primeiros momentos do golpe, classificando a época ditatorial como “muito severa, coisa que não devia ter...”. Logo em seguida ao seu comentário sobre a severidade da ditadura, fez questão de afastar qualquer participação sua nos movimentos populares de Cachoeiras de Macacu, apesar de ressaltar inúmeras vezes ter sido um dos primeiros associados da Associação de Lavradores:

para mim era bom, minha vida era trabalhar e cuidar da minha vida, minha vida toda eu trabalhei pra me manter, não participava muito não. Mas eu participava antes da revolução porque eu me dava muito com Ubirajara e o povo, aqueles antigos... eu me dava muito com eles. Depois eu nunca mais tive contato com eles não (Aposentado de 86 anos, entrevista concedida a Fabricio Teló e Ricardo Braga em 07/11/2014, Serra Queimada, Cachoeiras de Macacu/RJ).

⁷¹ Serra Queimada é uma fazenda que abriga um projeto do Programa de Crédito Fundiário de Combate à Pobreza. Muitos dos que lá residem ou participaram das ocupações aqui tratadas ou são parentes de pessoas que nelas estiveram presentes.

Sua atitude defensiva é uma estratégia compreensível: o momento da entrevista é rico em possibilidades, mas também está permeado por perigos e medos. Afinal pouco se sabe das intenções e motivações daqueles que a realizam. Após a entrevista, um parente seu nos contou que, por conta de sua participação nas reuniões da Associação, realizadas em um local referido apenas como “lá na Pedreira”, este senhor precisou ficar escondido nas matas por um tempo, até que os militares deixassem de perguntar por ele. Segue abaixo a transcrição do seu relato sobre a entrada do Exército no município:

Entrevistado: Em Cachoeiras não mataram nenhum. Eu sei porque no dia da revolução eu tive lá entregando verdura e não vi. Vi prisão, batida, polícia invadindo tudo, olhando tudo, mas se teve alguma morte eu não ouvi falar não.

Entrevistador: Ah, o senhor chegou a ver essas invasões?

Entrevistado: Ah, eu vi. Eu tava nesse dia. No dia que o Exército chegou pra prender o Ubirajara e o pessoal todo, eu tava em Cachoeiras por acaso, tinha que entregar mercadoria.

Entrevistador: Como é que foi?

Entrevistado: Ah, uma correria danada, o Exército, as tropas na rua, olhando os vagões de trem pra ver se tinha gente escondida, eu consegui entregar minha verdura, peguei meu animal, saí e fui embora. Muita polícia na rua.

Entrevistador: E o que o senhor achou desse dia? O que o senhor pensava?

Entrevistado: Eu praticamente não achei nem pra falar, não sei. Não tem explicação pra dar porque eu não procurei saber muito disso não, tinha muito medo dessas coisas.

Entrevistador: E o pessoal em geral comentava o que?

Entrevistado: O pessoal tava tudo com medo, assombrado. (Aposentado de 86 anos, entrevista concedida a Fabricio Teló e Ricardo Braga em 07/11/2014, Serra Queimada, Cachoeiras de Macacu/RJ).

O sentimento geral de medo se concretizou enquanto elemento importante de conformação da experiência de classe dos trabalhadores do campo e da cidade no Brasil. As organizações populares sofreram ainda nos primeiros momentos após o golpe. Segundo Paulo Arantes (2014a, p. 281) “os cárceres já gritavam” em julho de 1964, tendo na tortura o principal ingrediente dos inquéritos e prisões. Os relatos colhidos em entrevistas e documentos acessados nos dizem que ainda em abril a ditadura apresentava seu caráter classista e antipopular. Conforme nos informa o filho de uma importante liderança, com expressão local nas lutas tanto do pré quanto do pós-Golpe: “A Revolução de 64 foi criada pelos fazendeiros, que não queriam deixar trabalhar, mas só criar boi”⁷².

⁷² Devido ao desconforto do entrevistado, a entrevista não foi gravada, mas se realizou no dia 12/02/2015, em Marubá, Cachoeiras de Macacu.

Na memória oficial do regime militar residem fraturas e não ditos (POLLAK, 1989) que, com os trabalhos recentes das Comissões da Verdade, tornaram-se divulgados. A lenta abertura dos crimes cometidos pela ditadura empresaria-militar questionam o legado deste período histórico. Para Paul Ricoeur (2007), a análise dos testemunhos possibilita uma nova compreensão dos “acontecimentos fundadores”, atos de violência legitimados pela sua antiguidade e por um “Estado de direito precário”: “Assim, os mesmos acontecimentos podem significar glória para uns e humilhação para outros. À celebração, de um lado, corresponde a execração, do outro. É assim que se armazenam, nos arquivos da memória coletiva, feridas reais e simbólicas” (RICOEUR, 2007, p. 95).

Lecilma Andrade Reis, filha de Amaro Correia de Andrade, já citado anteriormente e figura de importância entre os camponeses de Cachoeiras de Macacu, relatou-nos os momentos de tensão vividos durante os nove meses em que seu pai esteve fugindo do Exército e as dificuldades de, enquanto criança, lidar com os boatos e comentários que escutava sobre seu pai:

Eu sofri muito, assim, eu, né, enquanto criança porque as pessoas são cruéis, né, falam as coisas pra criança ouvir. Me lembro que eu ouvia muitas coisas, que ele tinha morrido, que tinham achado os ossos dele em cima do morro. Aquelas coisas todas eu passei a minha infância toda ouvindo, né. Mas a minha mãe sempre dizia pra mim que não. Ela tinha essa certeza (Lecilma Andrade Reis, entrevista concedida a Ricardo Brito, na Tijuca, Rio de Janeiro, no dia 07/11/2017).

Seu relato realça o papel de sua mãe, Alvina Coelho de Andrade, apontando para uma dimensão nem sempre observada na resistência cotidiana: daqueles, especialmente das mulheres, que ficaram nas áreas de conflito enquanto as lideranças eram presas ou se ausentavam. Sua mãe ainda apresenta outra importância: sua atuação como professora na região de Parque Ribeira e Papucaia, de modo que, para Lecilma, sua casa vivia cheia de gente e reuniões devido às diferentes atuações de seus pais, reconhecidos por ela como “desbravadores”.

Ainda está por ser escrita a história daqueles que tiveram de reconstruir suas vidas após o golpe militar, pessoas que tiveram que passar pelas humilhações e silenciamentos provocados pelo novo modelo político adotado. Essa história nos parece, principalmente, feminina: a prisão foi voltada para lideranças masculinas, enquanto as mulheres ficaram em suas casas, muitas vezes cercadas e observadas pelo Exército. Elemento presente em diversos relatos apresentados neste capítulo, o cotidiano da vida

doméstica se torna ponto de perspectiva fundamental para o entrelaçamento da memória, “é o meio de quem está no meio e dentro das linhas de fogo” (BOSI, 1994, 466). Em sua narrativa, Lecilma aponta para a presença do Exército em suas terras:

Na minha hora, ficou pra trás eu e minha mãe, entendeu?⁷³ A minha mãe disse: “Não! Eu vou ficar aqui!”. E ficou eu e ela. Então, à noite, em volta da minha casa tinha um canavial, sabe, muita cana. (...). Então, à noite o Exército ficava dormindo, passava a noite. A gente dentro de casa, eu e minha mãe, ouvíamos as canas quebrando porque eles andavam, né, ali em cima, achando que o meu pai voltaria em algum momento, preocupado com a gente. Mas só que o meu pai nunca pensou isso, porque sabia que eles pensariam, entendeu.

Ricardo: Sabia que era arriscado de voltar, que o Exército tava lá procurando por ele.

Lecilma: Ele pensava sempre à frente das [pessoas]. Por isso que ele nunca foi pego. Só que eles [o Exército] fizeram morada ali. Então, muito difícil. E a gente morava, eu e a minha mãe sozinhas.

Ricardo: Desculpa, isso aí lá em Parque Ribeira?

Lecilma: Isso. E, assim, eu ouvi depoimento de pessoas, depois, que passaram as mesmas coisas, que tinham pai envolvido com isso. Pessoas... Que aconteceram coisas terríveis com essas pessoas. Só que assim, comigo e com a minha mãe, graças a deus, deus foi muito bom com a gente. A minha mãe era muito fervorosa. Por isso que eu te falo, isso salvou a gente. Ninguém mexia com a gente, comigo e com a minha mãe. Impressionante, a gente ficava invisível. Só que eles ficavam vigiando. E assim, a minha mãe sempre dizia... Às vezes à noite a minha vontade era de me enfiar debaixo da cama. Criança... Mas assim, a minha mãe dizia “Não, não fica debaixo da cama não. Não vai acontecer nada com a gente”. Minha mãe foi uma pessoa fundamental na minha vida. (Lecilma Andrade Reis, entrevista concedida a Ricardo Brito, na Tijuca, Rio de Janeiro, no dia 07/11/2017).

Em seguida Lecilma narra o “calvário” de seu pai:

A primeira providência que ele tomou, olha como o meu pai era inteligente. Quando ele saiu, ele deve ter feito um rodeio danado, porque, assim, meu primo... Sabe aonde é um lugar chamado Agrobrasil, na entrada de Papucaia, que é antes de Papucaia? Ele tinha um sobrinho que morava ali no sítio. Aí o quê que ele fez? ele quando saiu, que fugiu dali de Papucaia, ele arrumou um jeito de cortar tudo que é volta e chegar no sítio do meu primo.

Ricardo: Ele andou. Porque não é tão perto assim, ainda mais à pé.

Lecilma: Por isso que eu te falo, ele deve ter morrido cedo por causa dessas coisas acumuladas. Quando ele chegou lá no meu primo, ele falou pro meu primo: “olha, me vê correndo um aparelho pra tirar essa barba, [por]que eles estão procurando um Amaro Barbudo”. Meu pai usava uma barba desse tamanho. Ele pensava pelos outros, por isso que ele se safou. Ele não pensava com a cabeça dele. (...) Aí o meu primo pegou um aparelho, uma navalha, sei lá o quê, e ele tirou a

⁷³ Uma das saídas encontradas por seu pai foi a de separar os filhos nas casas de parentes e amigos, como um modo de manter a família segura. Como relata Lecilma, ela e sua mãe ficaram juntas e não saíram do terreno deles.

barba... E meu primo: “olha, lá fora, na entrada do sítio, lá perto da estrada... Tio Amaro, olha só, o Exército já cercou aqui, já descobriram que eu sou parente do senhor. Alguém já disse”. Porque as pessoas eram forçadas a dar o endereço de parente, sabe. Aí eles chegavam nos lugares. Aí ele [Amaro] falou, “não tem problema, eu não tenho outra saída. Eu tenho que passar entre eles”. Ele não tinha [o que fazer], porque pra ele ganhar o mundo, vamos dizer assim, ele tinha que passar. Eles [o Exército] fecharam a estrada, entendeu, na entrada do sítio. Aí meu pai... pegou um chapéu. (...) Aí ele pegou uma garrafa, encheu de água. Ele se fez passar por um bêbado nessa saída. Ele contava com sorte, com as ideias, que ele era muito criativo. Então ele passou, como um bêbado, um artista, sabe? Ele passou caindo de um lado pro outro, como um bêbado mesmo. E os caras do Exército: “ah, deixa o bêbado passar”.⁷⁴ Aí ele foi e passou. Meu primo contava essa história, meu pai contou depois da Revolução e nunca saiu da minha memória (Lecilma Andrade Reis, entrevista concedida a Ricardo Brito, na Tijuca, Rio de Janeiro, no dia 07/11/2017).

Lecilma conta que seu pai foi caçado pelos militares e que parentes nos mais diferentes municípios (São Fidélis, São Gonçalo, Rio de Janeiro) foram questionados sobre seu paradeiro. Um tio, fisicamente semelhante a Amaro, chegou a ser pressionado pelos militares:

Aí eles vieram aqui pro Rio. Eu tinha um tio que era a cara do meu pai, morava em Itaguaí. Você acredita que eles vieram na casa do meu tio, em Itaguaí, jogaram tudo pra cima, quebraram tudo, pegaram meu tio e quase mataram. Depois o meu tio conseguiu contar pra eles que não era o meu pai. Aí foram embora. Minutos depois entra o meu pai na casa. Meu pai chegava antes deles ou depois, sempre assim. Aí quando o meu pai entrou na casa do meu tio, o meu tio falou pra meu pai. Meu tio tinha pouco dinheiro na época e entregou pro meu pai e disse “pega esse dinheiro, compra uma lata de formicida”, antigamente não se falava veneno, essas coisas, “toma e morre, porque se eles pegam você eles vão te torturar até a morte. Então, eu prefiro que você morra pelas suas próprias mãos”. Era o conselho que os parentes davam pra ele. Ele [Amaro] disse: “Eu não vou morrer e ninguém vai me pegar”. Dito e feito, ninguém pegou. (Lecilma Andrade Reis, entrevista concedida a Ricardo Brito, na Tijuca, Rio de Janeiro, no dia 07/11/2017).

Partindo da compreensão de Ecléa Bosi de que na memória “*só fica o que significa*” (1994, p. 466; grifo no original), é compreensível que a narrativa de Lecilma sobre a ditadura se torne menos carregada após seu pai voltar para casa. Para a entrevistada, Amaro se entregou depois que a “Revolução” esfriara e se acalmara, tendo

⁷⁴ Lecilma ainda chega a dizer que: “A Elis Regina tem uma música que fala do “bêbado e o equilibrista”. Essa música parece que foi feita pro meu pai. As histórias são tão, assim, misturadas. Incrível. E essa música fala, né, sobre isso, do rabo de foguete, do irmão do Henfil, que era o Betinho, que na época tava na mesma situação [fugindo dos militares]”.

avaliado que era o melhor momento para se entregar aos militares. Para ela, depois que suas vidas se reencontraram, pouca coisa aconteceu:

Então, ele desapareceu nesse calvário dele. Quando ele percebeu que tinha acalmado, ele próprio veio... que ninguém ia fazer mais nada com ele. Ele entrou lá na Ribeira, chegou lá em casa. Foi até a nossa casa primeiro. Dizendo que ia na Dops se entregar. Foi o que ele fez. Aí me lembro que nós estivemos nessa delegacia. Ele ficou lá uns dias, depois foi solto e ele voltou pra casa. Mas deixa eu te falar uma coisa: meu pai, ele nunca se arrependeu. Ele morreu [em 1974] contando a história dele, detalhes do que ele passou e feliz por ele ter levantado essa bandeira [da reforma agrária], em prol das pessoas. E hoje eu vejo que tudo o que ele fez não foi em vão. Ele e todos os companheiros dele. A história dele foi muito assim... Sempre existirá os mártires, né... (Lecilma Andrade Reis, entrevista concedida a Ricardo Brito, na Tijuca, Rio de Janeiro, no dia 07/11/2017).

A percepção de Lecilma deve ser levada em consideração como uma perspectiva e uma narrativa dos fatos, visto que outros relatos e informações contradizem alguns pontos sensíveis de sua narrativa. Segundo Silva (2015, p. 118), com dados obtidos a partir de entrevista com uma irmã de Lecilma, Amaro era filiado ao PCB e morreu devido às complicações causadas pelas prisões e torturas sofridas. Em entrevista do ex padre Gerson da Conceição para Fabrício Teló e Leonilde Medeiros (Gerson da Conceição em entrevista a Fabrício Teló e Leonilde Medeiros, realizada no Rio de Janeiro em 06/05/2015), ele afirma que Amaro continuou a ter relevância e militância política na região, mesmo após o golpe. Estas informações foram negadas por Lecilma, inserindo novas camadas que complexificam as narrativas e os pontos de vista da história.

3.2 O IPM sobre Cachoeiras de Macacu e a defesa da propriedade privada enquanto privilégio.

O IPM do Processo nº 7.477/69 é classificado pelo procurador da Justiça Militar Osiris Josephson como um “retrato fiel do clima de agitação e desordem que imperava no país à época do governo de João Goulart” (BNM 17, p. 10).

Segundo o quadro esboçado pelo IPM, Cachoeiras de Macacu era um exemplo representativo do que se passava no país: este município, “no ano de 1963 e até os idos de março de 1964, veio a ser palco do desencadeamento de movimentos subversivos, objetivando o solapamento da ordem pública, com evidente motivação à mudança da ordem política e social vigente”. Prefeitura, Delegacia Sindical dos Ferrovieiros e Sindicato dos Lavradores são apontados como um “tripé” capaz de provocar uma “luta

entre classes sociais” através da organização de grupos armados, do saque de casas comerciais e da invasão de propriedades rurais privadas (BNM 17, p. 10).

A partir desta interpretação, o IPM recompôs o movimento de ocupação da fazenda SJBm: em novembro de 1963 mais de 500 lavradores, “instigados” por políticos e líderes sindicais locais, “invadiram, saquearam e devastaram” a Fazenda da firma Empreendimentos Agrobrasil S.A. Após elencar uma série de perdas materiais que a fazenda teria sofrido com a invasão, baseados nos depoimento do administrador Marino Monteiro de Barros e outros funcionários da fazenda, o IPM aponta os “invasores” como dotados de um “instinto perverso” capaz não só de sacrificar o gado, como também de lhes cortar os chifres e a cauda, além de atear fogo às plantações (BNM 17, p. 11).

O relatório do IPM continua elencando os crimes cometidos pelos lavradores, salientando o caráter imoral e perverso destes: a sentença de morte no “*paredón*” contra Marino, o administrador da Fazenda⁷⁵; os castigos infligidos contra os colonos que não aderiram à “invasão”; a transformação da Fazenda em um “verdadeiro ‘campo de concentração’” para os empregados da Agrobrasil. Os líderes da invasão foram acusados, ainda, de promover treinamentos de guerrilha, de fabricação de *molotovs* e de luta corpo a corpo e com facas (BNM 17, p. 12). A ocupação da fazenda foi classificada como:

verdadeiro acampamento militar, com pelotões, sentinelas, senhas, etc. e, como não poderia deixar de acontecer, os invasores recebiam frequentemente a visita de solidariedade de diversos políticos e líderes sindicais, entre os quais os pertencentes ao famigerado “C.G.T.” [Comando Geral dos Trabalhadores] que, lotando dois ônibus, exibia faixas com os dizeres: “O C.G.T. SAUDA OS LAVRADORES” (BNM 17, p. 12).

Resta dizer que a desapropriação da fazenda pelo governo de João Goulart foi interpretada pelos tribunais militares como uma “premiação” aos que se rebelaram contra a lei e as instituições, algo visto como um “triste sinal daqueles tempos” (BNM 17, p. 12). A partir dos depoimentos colhidos com os lavradores, ferroviários e políticos de Cachoeiras de Macacu, os órgãos de segurança compreenderam que a desapropriação da SJBm seria continuada através de outras ocupações de terras no município, estratégia

⁷⁵ Não fomos capazes de precisar se que um novo “paredón” foi planejado em 1963. Deste modo, fica a questão sobre a possível influência do movimento de ocupação de 1961 no imaginário dos lavradores que se organizaram em 1963. É curioso que a ocupação de 1961 tenha sido ricamente documentada com fotos e reportagens em jornais, mas não tenha sido lembrada por nenhum dos entrevistados.

anunciada por Ubirajara Muniz em jornais e comícios.⁷⁶ Frente estes motivos, o inquérito anuncia que os

Ditos lavradores, políticos e líderes sindicais, verdadeiros pregoeiros de uma desordem, legítimo semínulo (sic) à colheita da subversão da ordem política e social vigentes, irmanados no propósito da provocação da luta de classes sociais, evidentemente, atentando contra a Segurança Nacional (...), criaram no Município de Cachoeiras de Macacu um verdadeiro clima de comoção intestina, propício, como desejavam, à mudança da ordem política e social vigente (BNM 17, p. 13).

Em outra etapa do IPM é possível perceber a defesa do primado da propriedade privada dos grandes proprietários. Deste modo, os militares do município optaram por ignorar a existência, neste primeiro momento, do decreto presidencial assinado por João Goulart. Uma possível explicação para esta atuação pode ser vista na decisão do Ministério Público a respeito do pedido de agravo de petição de Ubirajara Muniz, tomado como “verdadeiro e único ‘LÍDER’ de Cachoeiras de Macacu” (BNM 17, p. 494), que questionava a sua cassação, argumentando ser ela inconstitucional, com ausência de denúncia formal, sem prova, sem constituir uma comissão especial, sem direito de defesa, sem audiência prévia com Ubirajara e realizada em menos de 24 horas. Frente ao argumento de que o golpe militar e o Ato Institucional nº 1 não teriam negado a Constituição de 1946, o Ministério Público afirmou que: “uma revolução tem suas leis próprias, que advém do simples fato de ter sido vitoriosa. Pretender dar forma legal a uma revolução, é irrisório”.⁷⁷

A relação com a lei seria dupla: ora é afirmado o caráter extraconstitucional do novo regime militar ora se busca sustentação na legislação e na aparência de legalidade. No IPM analisado, o delegado adjunto do Departamento de Polícia Social (DPS) de Cachoeiras de Macacu, Aloysio de Araújo Seabra, escreveu: “Esses falsos agricultores eram, na realidade, extremistas perigosos, executores de ordens e planos de agitação que visavam impor ao País um clima de pré-revolução social” (BNM 17, p. 492). Portanto, os “crimes” cometidos pelos agricultores, na ótica dos militares, eram políticos:

Além da subversão da ordem política e social por meios violentos, com o fim de estabelecer a ditadura de classe social, definida no artigo 2º, inciso IV, da Lei 1802, de 5 de janeiro de 1953, praticaram o saque e a desordem, de modo a causar danos materiais e suscitaram o terror,

⁷⁶ Conforme discutido no Capítulo 2, esta intenção realmente havia sido anunciada por Ubirajara e outras lideranças do município.

⁷⁷ Autos de Mandado de Segurança impetrado por Ubirajara Muniz em 4 de agosto de 1964. Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu. Processo 18.061.

com o fim iniludível de atentar contra a segurança do Estado – artigo 4º, inciso II. (...) É evidente que indivíduos que opõem a resistência armada contra os poderes do Estado – artigo 3º –, estão praticando insurreição armada contra esses mesmos poderes. A incitação das classes sociais à luta pela violência e os atentados contra a pessoa ou bens, por eles praticados, por motivos políticos e sociais, estão definidos nos artigos 12 e 15. Para isso possuíam – porque se apoderaram delas – armas utilizáveis como instrumento de destruição, em quantidade indicativa de intenção criminosa – artigo 16º. A mudança dos princípios constitucionais de respeito e proteção à propriedade privada vigentes no País, outra coisa não será senão um atentado à Constituição – artigo 5º (BNM 17, pp. 493-494).

Segundo a Lei de Segurança Nacional, vigente desde 1953 e que previa sanções aos crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social⁷⁸, os camponeses, ferroviários e políticos de Cachoeiras de Macacu haviam tentado “subverter, por meios violentos, a ordem política e social, com o fim de estabelecer ditadura de classe social, de grupo ou de indivíduo” (art. 2º, inciso IV). Ainda com base nesta lei, os indiciados eram acusados de “promover insurreição armada contra os poderes do Estado” (art. 3º), com pena diferenciada para os “cabeças” e os “demais agentes”, daí a importância da distinção e elucidação sobre quem eram os líderes e “lugares-tenentes” da ocupação. Seriam ainda acusados de tentar mudar, por meios violentos, a Constituição ou a forma de governo (art. 5º) e por possuírem e transportarem armas em grande quantidade (art. 16º). Sobre este último é interessante notar a orientação para as áreas rurais, que seria tomada e realizada com frequência durante os protestos, as revoltas e as ocupações:

Se as armas de guerra estiverem já fora de uso, ou, em qualquer hipótese, em número, qualidade e mais circunstâncias que justifiquem a sua posse para a defesa pessoal ou do domicílio do morador rural, a pena limitar-se-á à sua apreensão para imediato registro, que não poderá ser negado, sem motivo justificado, sob pena de responsabilidade da autoridade e imediata revelação da apreensão (Lei 1.802, de 5 de janeiro de 1953, Artigo 16, Parágrafo Único).

O fato de Ubirajara Muniz ser tomado como o grande líder do movimento camponês é sintomático e revela a percepção dos militares acerca dos camponeses: estes não seriam capazes de gerir as suas indignações e de se organizar politicamente sem o apoio de um agente externo, hierárquica e socialmente superior. Deste modo, é interessante analisarmos as informações do IPM sobre a participação de Ubirajara Muniz (BNM 17, pp. 13-15).

⁷⁸ Lei 1.802, de 5 de janeiro de 1953, Diário Oficial da União – Seção 1 – 7/1/1953, Página 273. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1802-5-janeiro-1953-367324-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acessado em: 09/11/2017.

Considerado o cérebro e o orientador de todo o movimento de subversão do município, Ubirajara Muniz seria o responsável pela invasão da SJB, pela destruição das colheitas, pela ordem de matar o gado, pelo fornecimento de armas e alimentos aos lavradores através da ambulância do município, pela orientação aos lavradores de se esconderem da Polícia durante o cumprimento das ordens judiciais de despejo e de incitar a subversão através da exibição de filmes sobre a Revolução Cubana em praça pública. O breve relatório sobre sua participação conclui: “É o maior responsável, pela liderança que assumiu no Município, por todos os demais fatos delituosos verificados no Município de Cachoeiras de Macacu” (BNM 17, p. 15).

A força e a organização prévias dos camponeses, analisadas no Capítulo 2, levam-nos ao questionamento do elevado grau de liderança atribuído a Ubirajara. Certamente a posição de prefeito do município lhe conferia respeito entre os lavradores, mas estes também souberam utilizar a posição política de Ubirajara para amplificar a sua luta e tornar possível a ocupação e a desapropriação. A imagem de uma rede de relações construída pelo movimento com o apoio de políticos e ferroviários nos parece mais plausível do que a imagem desenhada pelo IPM, marcada pela visão hierárquica e de mando das Forças Militares. A informação de que meses antes da invasão os lavradores promoviam reuniões em uma escola rural do Núcleo Colonial de Papucaia, “discutindo e orientando a organização dos futuros ocupantes de terras a serem invadidas, com todas as famílias trabalhando em conjunto e uma só cozinha” (BNM 17, p. 14), parece corroborar a visão de que mais do que a peça central da qual emanava as ordens, Ubirajara Muniz era um ator importante.

Outro fator expressivo no depoimento de Ubirajara Muniz é a interpretação antipopular e antidemocrática dos militares. Ao confessar ser um político das massas e que sempre ficou do lado dos camponeses, os militares tomaram esta afirmação como uma declaração de culpa, visto que quem ficar do lado dos camponeses está “obrigatoriamente, em oposição a ação policial e judicial” (BNM 17, p. 13). Ainda com base neste relatório, ao relatarem a descoberta de material com teor subversivo na casa de Ubirajara Muniz, os militares aproximam a democratização de uma ideologia totalitária e anárquica: “incitando a desordem, pregando ideologia totalitária, a formação democrática do povo e das instituições” (BNM 17, p. 14).

Um último ponto a ser ressaltado na narrativa constitutiva do IPM é a amplificação da voz dos proprietários e do administrador da Fazenda. A principal fonte de informações do IPM advém dos informantes: Marino Monteiro de Barros,

administrador da Agrobrasil; Carmine Letta, comerciante italiano, residente em Papucaia e dono do Armazém Popular; Akio Horito, comerciante japonês, residente em Papucaia e dono do Armazém Horito; Marcelino Machado, comerciante, residente em Santana de Japuíba e dono do Armazém São José, em Papucaia. Segundo contam os depoimentos destes indivíduos, antes da ocupação da SJB, os seus armazéns foram invadidos por dezenas de camponeses que buscavam alimentos, em especial açúcar, mas nenhum deles alegou que houve saques. Os depoimentos dos comerciantes, do administrador da SJB e de demais funcionários da Agrobrasil apresentam uma variedade de nomes de lavradores e ferroviários. O depoimento de Marino Monteiro de Barros, realizado no dia 3 de agosto de 1964 (BNM 17, pp. 96-100), cita 26 nomes de lideranças da ocupação de 1963, entre eles o ex-prefeito, vereadores, advogados, sindicalistas e camponeses. O peso desse depoimento foi relevante para a escolha dos indiciados pelo IPM.

Também o depoimento de Marcelino Machado, realizado no dia 3 de agosto de 1964 (BNM 17, pp. 103-109), é tomado como referência no processo de investigação, repleto de nomes e fatos que, na perspectiva dos militares, incriminavam os lavradores, políticos e ferroviários, como por exemplo, as reuniões e a ampla circulação de Ubirajara Muniz e Anézio Dias em Papucaia. Marcelino conta que ele e inúmeros outros lavradores de Papucaia foram ameaçados e coagidos a participar da ocupação. Acusa Ubirajara Muniz de suborná-lo para entrar no Partido Comunista e influenciar outros lavradores. Aponta a destruição das lavouras e a matança de bois, galinhas e porcos. Acusa os lavradores e lideranças rurais de o terem prendido em suas próprias terras, em Papucaia, por cerca de dois meses (de janeiro a março de 1964), espancado e sua esposa obrigada a urinar em seu rosto. Conta ter visto inúmeras vezes a chegada de munições e armas na SJB. Conta, ainda, que chineses foram realizar treinamento de guerrilha em Macacu e que teriam vindo do Rio de Janeiro.⁷⁹

⁷⁹ Não é possível precisar a veracidade de todas as acusações e denúncias de Marcelino, contudo, esta última é significativa e merece ser comentada. Em abril de 1964 nove chineses foram presos pela ditadura e torturados no Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Os chineses eram funcionários do governo da República Popular da China e trabalhavam no Brasil no sentido de estreitar as negociações com os países do Bloco dos Não-Alinhados, iniciadas no governo de Jânio Quadros e continuadas por João Goulart. Imaginamos que o depoimento de Marcelino tenha sido influenciado pelas notícias que circulavam sobre o caso, visto que em nenhum outro depoimento, entrevista ou documento é citada a presença de chineses nas ocupações e protestos em Cachoeiras de Macacu. Para uma breve leitura sobre o caso, que foi discutido e retratado pela Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, ler o artigo de Eny Moreira: “Livro recupera história de nove chineses presos pela ditadura brasileira em 1964”, *O Globo*, 27/09/2014, Caderno de Cultura. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/livro-recupera-historia-de-nove-chineses-presos-pela-ditadura-brasileira-em-1964-14057810>>.

O depoimento do lavrador João Luiz de Azeredo, coletado em 6 de agosto de 1964 (BNM 17, pp. 110-115), aponta a realização de comícios de Ubirajara Muniz e Alicídio Salvador em SJBM e no Núcleo Colonial de Papucaia. Seu depoimento relata o momento da invasão⁸⁰:

[João Luiz de Azeredo declara] que cerca das seis horas da manhã do já mencionado dia 5 de novembro de 1963, quando rumava montado em sua bicicleta para o escritório da Fazenda, foi, repentinamente, cercado por cerca de trezentos homens, que se diziam lavradores, encabeçados pela família “NUNES” e mais ainda por ALICÍDIO SALVADOR, LUIZ BASILIO, ANTÔNIO XAVIER e os demais que residiam na região agrícola, com exceção das mulheres, que não se achavam presentes; que todos estavam armados de espingardas, revólveres, garruchas, foices e outros instrumentos; que o declarante, sob ameaça, com armas apontadas para a sua pessoa, foi obrigado a fazer entrega do revólver Taurus, calibre 38, que portava, a João Nunes, que do mesmo se apoderou que, em seguida, disseram ao declarante que estavam procedendo a invasão da Fazenda São José, sendo, em seguida, preso pelos mesmos; que indagaram sobre as armas de propriedade da AGROBRASIL, ao que o declarante respondeu que a companhia não tinha armas (BNM 17, p. 113).

João Luiz de Azeredo foi posto liberado pelos lavradores e foi em busca de Marino para avisá-lo da ocupação. Conta que foi armado um “dispositivo ‘militar’” (BNM 17, p. 114) em SJBM, com trincheiras, sentinelas e pelotões de segurança. Os lavradores organizaram, ainda, um “campo de concentração de prisioneiros de guerra” composto pelos funcionários da Agrobrasil, sendo ele um destes presos, fato que o fez presenciar o cotidiano da ocupação dentro da fazenda: assistiu a uma aula de guerrilha, via quem entrava diariamente na fazenda, viu revistas de Cuba, Rússia e China circulando entre os lavradores, viu a destruição das plantações e criações. Contradizendo João Luiz de Azeredo, Sebastião Erdi, em depoimento em 11 de agosto de 1964 (BNM 17, pp. 138-140), lavrador e funcionário da Agrobrasil na SJBM, afirma que os camponeses que ocuparam a fazenda tomaram as armas da empresa.

Isabel Costa (2015, p. 93) sintetiza este processo a partir da construção de um novo imaginário político no município, presente já no IPM:

A cultura política, construída pelos trabalhadores em Cachoeiras de Macacu ao longo da década de 1950 e no início dos anos 1960, sofreu um sistemático desmonte com a ditadura e com o governo [do novo prefeito José] Miguens [PSD], que promoveu a destruição dos “lugares de memória” relacionados a administração do prefeito Ubirajara Muniz. Essa política do “esquecimento” contou ainda com a

⁸⁰ Optamos por manter o termo invasão, de modo a apontar para as diferentes perspectivas e interpretações sobre o mesmo acontecimento.

apropriação e construção de um novo imaginário, que rompeu com o passado “de antagonismos”; afirmou, por outro lado, um presente e um futuro baseados “na ordem” e na “democracia”.

3.3 Presença do Estado nas áreas rurais: disciplinando os lavradores

Após o golpe e durante a década de 1960 e primeira metade da década de 1970, o Estado fortaleceu sua presença dentro do município de Cachoeiras de Macacu. Nestes anos que se seguiram ao golpe foram realizadas desapropriações e a formação de um Projeto Integrado de Colonização (PIC) que abarcou uma grande extensão de terra dentro do município a partir do Núcleo Colonial de Papucaia. Além de elevar a produção agrícola para o abastecimento dos municípios vizinhos, a presença do Estado através dos técnicos agrícolas, da polícia e da Guarda Rural do Ibra objetivava desmobilizar a organização dos trabalhadores e reorientar sua atuação e reivindicações.

O Decreto nº 57.081, de 15 de outubro de 1965, estabelecia, com base no Estatuto da Terra,⁸¹ a criação de áreas prioritárias de emergência para fins de reforma agrária no Estado do Rio de Janeiro. Esta estratégia buscava solucionar os problemas de superpopulação, minifúndios e conflitos no campo. O Decreto também criava a Delegacia Regional do Rio de Janeiro do Ibra, órgão que substituiu a Supra e levou a cabo os projetos de colonização no Estado. Algumas das diretrizes de atuação do Ibra podem ser vistas no próprio decreto:

Art. 4º Os trabalhos do IBRAR[egional] do Rio de Janeiro obedecendo a um “Plano de Emergência”, a ser incluído no respectivo “Plano Regional de Reforma Agrária”, envolverão:

- a) a solução definitiva dos problemas gerados pelas inversões e desapropriação de terras realizadas na área de sua jurisdição antes de 31 março de 1964;
- b) a regularização da ocupação dos imóveis rurais pertencentes à União, e a desocupação das terras públicas federais atualmente invadidas e destinadas à constituição de reservas florestais e à proteção de mananciais;
- c) a regularização dos títulos de posse dos imóveis rurais de posseiros existentes na área;
- d) a constituição de três mil unidades familiares e a organização de até seis Cooperativas Integrais de

⁸¹ Aprovado em 30 de Novembro de 1964, o Estatuto da Terra estabeleceu definições legais que classificavam os imóveis rurais, conforme os módulos rurais, em minifúndios, latifúndios por exploração, latifúndios por extensão e empresas. A atuação desta lei se baseou na meta de extinguir tanto minifúndios quanto latifúndios, ao mesmo tempo em que favorecia a empresa rural como modelo de propriedade rural de caráter familiar e baseada na administração racional. Além disso, o Estatuto da Terra previa a desapropriação, a tributação progressiva e medidas de apoio técnico e econômico à produção (ver BRUNO, 1997b; MEDEIROS, 2015).

Reforma Agrária (CIRA);

e) cadastro técnico da região, na forma do § 10 do art. 46 do Estatuto da Terra, tendo em vista, inclusive, disciplinar o acelerado processo de urbanização ocorrente;

f) estudo das condições socioeconômicas da área para a elaboração dos programas de promoção agrária.

(Decreto nº 57.081, de 15 de outubro de 1965. Diário Oficial da União - Seção 1 - 22/10/1965, Página 10.827).

Segundo informação trocada entre o Ibra e a Presidência da República em dezembro de 1966⁸², o Núcleo Colonial de Papucaia deveria ser ampliado com a inclusão da fazenda SJBM, fazenda Vargem Grande de Itaboraí e as áreas de Vecchi, Quizanga, Conjunto Rural do Guapiaçu e Glebas Sebastiana e Queiroz da Fazenda do Carmo (Decreto nº 58.161, de 06/04/1966). A Fazenda Vargem Grande, que abarcava áreas do município de Itaboraí e Cachoeiras de Macacu, em terras limítrofes do Núcleo Colonial de Papucaia e era composta por três glebas (Barreiro, Duzentos Alqueires e Sambaitiba/Sambaetiba), foi classificada como “palco de intensa agitação social no período que antecedeu a Revolução, o que acarretou inclusive sua desapropriação por decreto estadual” (BR_RJANRIO_S7_CX078_PT001_d001de001, p. 12). A gleba Barreiro foi excluída da desapropriação por se tratar de reserva de argila e não ser favorável à exploração agrícola. Deste modo, SJBM e Fazenda Vargem Grande, duas áreas de importância na história conjunta do movimento camponês de Cachoeiras de Macacu e Itaboraí, seriam acopladas no Programa Integrado da Baixada da Guanabara, a fim de que no Vale do Macacu fossem abrigadas 600 famílias em 10 mil hectares.

Merece um comentário mais apurado a gleba Duzentos Alqueires, continuamente mencionada como terra da União que estava sendo indevidamente grilada pelos irmãos Coimbra Bueno. Segundo o documento do Ibra acima mencionado, “A Gleba Duzentos Alqueires possui 172 alqueires geométricos, já integrados na área do Núcleo Colonial de Papucaia, adquiridos pelo Ministério da Agricultura em 14 de agosto de 1952 para a implantação daquela unidade de colonização” (*idem*, p. 12). Portanto, afirma o caráter público da área e confirma a posição dos trabalhadores rurais que ocuparam SJBM. O documento, contudo, exige a integração da totalidade da gleba Sambaitiba/Sambaetiba e parte (28 dos 172 alqueires) da gleba Duzentos Alqueires ao Núcleo, realizando a efetiva desapropriação. Não sabemos o porquê desta decisão, mas,

⁸² IBRA. E.M. nº 61 para Presidência da República, 12/12/1966. Arquivo Nacional – Acervo Paulo de Assis Ribeiro. BR_RJANRIO_S7_CX078_PT001_d001de001.

como veremos mais a frente, a gleba Duzentos Alqueires foi alvo de outra iniciativa estatal: a formação de um Condomínio Agropecuário com posseiros de SJBm. Ainda sobre os Duzentos Alqueires, um boletim interno do Ibra, de novembro de 1965, informava que “o Núcleo Colonial de Papucaia não se encontra registrado em Cartório até hoje e que na medição feita há pouco tempo descobriram a falta de 200 alqueires”⁸³.

Conforme analisa Bruno (1997a), o primeiro governo militar se deparou com três questões prementes: o combate à inflação, “resolvido” pela maior exploração da força de trabalho, controle salarial, proibição da greve e repressão; a mudança da política externa, alinhando-se à orientação dos EUA e abandonando a política de não-alinhamento dos países do Terceiro Mundo, adotada pelos governos Janio Quadros e João Goulart; e a modernização da agricultura, que incluía uma reforma agrária parcial, como resposta à compreensão do latifúndio enquanto “obstáculo estrutural à modernização e à industrialização” (BRUNO, 1997a, p. 95), com o objetivo de constituir uma classe média rural e resolver conflitos e tensões sociais pontuais.

Ao sancionar o Estatuto da Terra em novembro de 1964, o governo autoritário se apropriava da principal reivindicação dos trabalhadores rurais, embora realizasse neste processo “a repressão aberta, a extinção das ligas camponesas, a intervenção nos sindicatos, a cooptação das lideranças populares, o afastamento das lideranças mais expressivas e sua substituição pelas moderadas” (BRUNO, 1997a, p. 99). Este novo modelo institucionalizado de reforma agrária negava a participação do movimento social organizado nas tomadas de decisões, ao mesmo tempo em que amplificava a participação do empresariado, através da presença do Ipes nos quadros diretores do Ibra, e abria um jogo de influência e financiamento dos EUA e do capital financeiro internacional no Brasil.

Em um relatório de 1967, Paulo de Assis Ribeiro, então diretor do Ibra, faz um breve histórico do Instituto, de sua participação no Ipes e do papel deste órgão na formação das políticas públicas da ditadura, sendo revelador da classe de tecnopresários que fez dos seus interesses as diretrizes do Estado⁸⁴:

Logo após a vitória da Revolução, convocado pelo Ministro Roberto Campos para assessorá-lo, coube-me a função de compor e coordenar a equipe que se incumbira de dar as relações preliminares para a formulação dos anteprojetos da Emenda Constitucional, que receberia

⁸³ Deliberação nº 93/65, 24 de Novembro de 1965. Boletins de Serviço do IBRA. Números 1 a 30. Anos 1965-1966. Arquivo Nacional – Acervo Paulo de Assis Ribeiro. BR_RJANRIO_S7_CX346_PT001_d001de001, p. 422.

⁸⁴ Sobre a tecnocracia e os tecnopresários da ditadura, ver Dreifuss (1981).

o nº 10, e a Lei do Estatuto da Terra. Esta incumbência, que tanto me honrou, devo-a, por certo, ao fato de ter sido esta questão uma das que absorveram grande parte de minha vida de estudos, pesquisas e trabalhos realizados em todas as unidades da federação do Brasil, especialmente no meio rural. Terá talvez contribuído também, o fato de me ter cabido coordenar antes do advento da Revolução de 31 de março de 1964 os trabalhos que permitiram ao IPES divulgar o livro sobre “A Reforma Agrária - Problemas - Bases - Soluções”, que apresentou uma completa formulação para esta questão, inteiramente dentro do espírito do Governo Revolucionário, por isso mesmo que a equipe que colaborou em sua feitura, era composta de membros dos que lutaram para que ela viesse a ser vencedora (Relatório do Ibra, 31 de Março de 1967. IBRA. Deliberação e Relatório. 1966-1967. Arquivo Nacional – Acervo Paulo de Assis Ribeiro. BR_RJANRIO_S7_CX347_PT002_d001de001, p. 174).

Por meio da repressão aos movimentos sociais e gradativa “destruição dos mecanismos institucionais de mediação entre o Estado e a sociedade” (BRUNO, 1997a, p. 102), o governo militar costurou um “compromisso social diferente” (*idem*, p. 102) e construiu uma narrativa ideológica capaz de desvincular as reformas de suas origens sociais e alocá-las no signo da “concessão”. A reforma agrária, inscrita em lei pelo Estatuto da Terra, buscava a neutralidade política e apostava no aumento da produção e da produtividade e na consolidação da propriedade privada no campo. O discurso da técnica obscureceu o conteúdo de classe do Estatuto.

Um ponto de contato com a discussão sobre defesa da propriedade presente no IPM de Cachoeiras de Macacu pode ser encontrado também a partir das críticas de latifundiários e empresários ao anteprojeto do Estatuto da Terra. Já em 1964 as discussões sobre a reforma agrária proposta pelo governo de Castello Branco tornaram tensas as relações entre as classes dominantes que apoiaram o golpe e os militares e intelectuais orgânicos que construíram o anteprojeto de lei. Bruno (1997b) demonstrou que os substitutivos e críticas ao anteprojeto questionavam a ligação entre reforma agrária e regime de posse e uso da terra. Para a autora, estas frações de classe apontavam para a formulação de uma reforma agrária sem modificação da estrutura fundiária, condicionando a ideia de democracia à intocabilidade da propriedade fundiária.

Seguindo os relatos apresentados no primeiro tópico deste capítulo, grileiros e antigos proprietários de terra, associados à polícia e ao novo governo, realizaram invasões de terra e violência contra os trabalhadores. Em uma pequena reportagem, o jornal *Última Hora* anunciava que “A Baixada Fluminense está na iminência de

transformar-se novamente em uma zona conflagrada com choques entre posseiros e grileiros”, que vinham soltando bois nas fazendas desapropriadas. Entre elas eram citadas Vargem Grande e SJBM. O motivo apresentado era a demora no pagamento das indenizações pelas desapropriações (Grileiros estão invadindo fazendas desapropriadas. *Última Hora* (RJ), 15/09/1964, p. 5). A grande maioria destas áreas, contudo, teve suas ações desapropriatórias canceladas e as terras devolvidas aos seus antigos proprietários entre 1968 e 1974.

No documento “Áreas desapropriadas no Estado do Rio de Janeiro”⁸⁵, SJBM constava como território “sem ocupação” por famílias. O relatório dá um parecer favorável à continuidade da desapropriação da fazenda com o objetivo de ampliar o Núcleo Colonial de Papucaia. Apesar do esvaziamento da fazenda, já havia sido feito um depósito prévio para a imissão de posse provisória. A conclusão do parecer de continuidade da desapropriação, assinada pelos engenheiros agrônomos Luiz Fernando R. Horta Rodrigues e Dryden Castro de Arezzo, afirma:

Constitui a única área totalmente desocupada [a palavra está riscada, e acima dela está escrito a lápis: sem posseiros⁸⁶], sem qualquer ocupação a não ser a de seus proprietários.

Suas terras estão em continuidade com as do N[úcleo] C[olonial] de Papucaia, cuja experiência é perfeitamente válida, como termo de comparação em função de condições agroecológicas.

Dada as suas excelentes condições de localização deverá ser preparada para receber os excedentes de outras regiões.

Opinamos pela continuação da desapropriação (Áreas desapropriadas no Estado do Rio de Janeiro. Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário. Delegacia Estadual Rio de Janeiro. Dezembro de 1964/Março de 1965. Arquivo Nacional – Acervo Paulo de Assis Ribeiro. BR_RJANRIO_S7_CX072_PT003_d001de001 p. 16).

Bruno (2012) apontou para a importância de refletir sobre os servidores e técnicos de órgãos públicos que vivenciaram o “dia a dia dos embates, disputas e pressões existentes sobre a reforma agrária” (BRUNO, 2012, p. 72). O artigo se volta para a atuação destes atores que viam na defesa da reforma agrária uma expressão da democratização da propriedade da terra. Estes “guardiões” empenharam-se para que a questão agrária estivesse na pauta do governo, compartilhavam a crença na reforma

⁸⁵ Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário [Inda]. Delegacia Estadual Rio de Janeiro. Dezembro de 1964/Março de 1965. Arquivo Nacional – Acervo Paulo de Assis Ribeiro. BR_RJANRIO_S7_CX072_PT003_d001de001.

⁸⁶ Esta alteração deve ser levada em consideração, pois no depoimento de Marino Monteiro de Barros para o IPM do processo 7.477/69 (BNM 17) ele informa que após a fuga dos lavradores que haviam ocupado as terras da SJBM em 1964, a empresa reassumiu a posse do local. Deste modo, a alteração da palavra “desocupada” para “sem posseiros” qualifica o grupo social que estava ausente na área desapropriada.

agrária como “condição primeira da democratização da propriedade de terra e da construção de uma sociedade mais justa” (*idem*, p. 74) e souberam aproveitar os espaços administrativos e as brechas institucionais.

Segundo Bruno (2012), durante os anos 1950 e primeira metade dos anos 1960 o debate sobre a reforma agrária era amplamente estimulado no Brasil e na América Latina, existindo uma grande troca de experiências e resultados entre estes países que começavam a caminhar na construção de um programa efetivo de democratização da terra. Paralelamente, contudo, a reforma agrária foi sendo tomada por uma aura de temor anticomunista, formando uma barreira à sua consolidação. O golpe político-militar de 1964 era considerado, pelos “guardiões”, como uma ruptura no processo de discussão e de tentativa de implementar a reforma agrária. Para estes atores a ditadura interrompera a possibilidade de construir a “reforma agrária como expressão da democratização da propriedade da terra” (*idem*, p. 79), tornando-a incompleta e ineficaz.

Muitos acreditavam na lei e nas instituições como garantias de realização de uma reforma, acreditavam no diálogo e no convencimento dos grandes proprietários de terra sobre a importância da reforma agrária, viam o latifúndio como obstáculo estrutural ao desenvolvimento e defendiam as Comissões Agrárias como local de participação da sociedade civil. Fazer um trabalho tecnicamente competente foi a forma encontrada para manter o grupo aglutinado e livre de mais pressões em um contexto de Estado repressivo e com o clima de denúncias contra o comunismo, sendo esta posição política vulgarmente compreendida como a defesa da democratização do acesso à terra e à participação popular. Conhecer o Estatuto da Terra, as leis e as normas técnicas apropriadas tornavam estes campos como campos de disputa, de negociação e de tensão.

Este campo de disputa pode ser percebido pela análise de dois documentos do Ibra: um relatório e uma comunicação interna. No documento “Plano Regional de Reforma Agrária da Área Prioritária do Rio de Janeiro - Diagnóstico. Documento preliminar para discussão interna. 1969”⁸⁷, o Ibra aproxima a colonização da segurança nacional, classificando-a como uma intervenção direta na estrutura agrária, desapropriando imóveis “cujos conflitos internos constituíssem perigo à própria segurança nacional” (BR_RJANRIO_S7_CX287_PT003_d001de001, p. 4). O Ibra ainda afirmava as consequências de realizar a reforma agrária sem alterar a estrutura

⁸⁷ IBRA. Serviços Gerais de Planejamento e Coordenação. Serviços de Planos e Projetos. Arquivo Nacional – Acervo Paulo de Assis Ribeiro. BR_RJANRIO_S7_CX287_PT003_d001de001.

agrária, reconhecendo que a ação desenvolvimentista teve o efeito contrário ao desejado, agravando ainda mais os conflitos e “confirmando a necessidade de uma Reforma Agrária massiva” (*idem*, p. 4).

O diagnóstico citado sustentou a tese de que a reforma agrária era elemento imprescindível para o desenvolvimento nacional através do crescimento do nível de vida no campo, capaz de elevar o consumo interno, e do aumento das oportunidades de emprego, ação capaz de continuar o crescimento industrial acompanhado da absorção do volume produzido no campo. Esta tese tinha seu alicerce no reconhecimento do quadro rural brasileiro de então, marcado pela “desigualdade de distribuição da propriedade da terra e suas negativas condições de uso”, onde um “considerável contingente da população” vive marginalizada, “comprimida em minifúndios ou sujeita às desumanas injunções das relações de trabalho vigentes (...) motivando subemprego, desemprego e invasões de terra” (*idem*, p. 10). A resolução do problema, para o Ibra regional, estava no desmembramento do latifúndio e na inserção desta população, dando-lhes a posse da terra e o direito de se inserirem na política de desenvolvimento. O plano compreendia, ainda, que a modernização da produção e o acesso ao crédito só seriam eficazes se os trabalhadores tivessem a posse da terra e assistência técnica garantidas.

Este documento assumiu uma posição corajosa ao mostrar as falhas da efetiva reforma agrária do início do regime e associar a democratização da terra à participação dos trabalhadores rurais na política, exigindo, ainda, uma participação maior do Estado. É interessante casar esta perspectiva com uma comunicação interna de 1966⁸⁸, na qual o Ibra é taxativo ao classificar os ocupantes de terras no Rio de Janeiro no pré-1964: “onze imóveis rurais, em sua quase totalidade previamente invadidos por hordas que se caracterizavam por uma elevada percentagem de marginais inteiramente desqualificados para atividades agrícolas” (BR_RJANRIO_S7_CX382_PT001_d001de001, p. 66).⁸⁹ Segundo o documento, previa-se fazer do Núcleo Colonial de Papucaia um distrito capaz de receber trabalhadores rurais de todo o Estado do Rio de Janeiro, oriundos dos locais onde a desapropriação de terras fora revogada. Uma comissão avaliadora estava julgando a qualificação dos novos parceiros através de três critérios: má conduta,

⁸⁸ E.M. nº 35, 20/10/1966. Arquivo Nacional – Acervo Paulo de Assis Ribeiro. BR_RJANRIO_S7_CX382_PT001_d001de001.

⁸⁹ A riqueza de perspectivas internas ao Ibra aponta para a complexidade das instituições sociais e dos órgãos governamentais, tornando-os menos homogêneos e cristalizados para a análise sociológica. Infelizmente não foi possível explorar essas concepções distintas.

residência fora da área e posse de outra propriedade. Os que fossem desqualificados seriam desalojados. O documento ainda se refere aos “invasores” do pré-1964 como “aventureiros de várias categorias sociais” e “indivíduos desqualificados para atividade agrícola” (*idem*, p. 68). O documento, contudo, não se refere à atuação dos grileiros. Esta avaliação dos novos parceiros repetiria a experiência do despejo. De fato, em 1966 o Ibra estabelecia o desalojamento como diretriz de ação “saneadora”: “1. Quem quer que tenha intrusado a área de um núcleo, isto é, quem quer que esteja ocupando uma porção do núcleo sem título legítimo, provisório ou definitivos, fornecido pela Administração, deve ser desalojado”⁹⁰.

Teló e Medeiros (2018) analisaram os mecanismos do Estado de controle do cotidiano dos lavradores, possível através de instituições que impunham pela força e pela assistência social um determinado modelo de ordem social, política e econômica no campo. Deste modo, a Guarda Rural do Ibra agia sob uma combinação de repressão e assistência, a fim de aprofundar a presença do Estado, realizar o modelo de desenvolvimento das áreas rurais presente no Estatuto da Terra e barrar possíveis “agentes da subversão”. Esta Guarda, cujo nome oficial era Comissão Especial de Verificação e Regulação, era responsável por garantir a ordem e a presença do Estado nos Núcleos Coloniais, em especial a partir da aplicação de assistência social, mas também de sanções – que previam a exclusão do colono que deixasse de cultivar o lote por um tempo mínimo, que explorasse as matas sem o imediato aproveitamento agrícola ou que não cultivasse uma área mínima. Conforme analisado no Capítulo 1 a partir das reflexões de Lenharo (1986), a atuação do Ibra no Rio de Janeiro, e possivelmente nos demais locais com histórico de conflito agrário que foram alvos de intervenção do Estado, buscou disciplinar e ordenar os trabalhadores e áreas rurais através de medidas que combinavam assistencialismo e repressão.

No Estado do Rio de Janeiro a Guarda Rural foi chefiada pelo general Francisco Saraiva Martins, figura que ainda está presente de forma contraditória nas lembranças de lavradores de Cachoeiras de Macacu: a violência de suas ações é matizada com a assistência técnica, hospitalar e educacional, em especial para aqueles que foram transferidos de outras áreas de conflito para Cachoeiras de Macacu.

Um dos principais trabalhos da Guarda era verificar a regularidade da ocupação dos Núcleos Coloniais. A atuação do Ibra, contudo, beirava a arbitrariedade, resultando

⁹⁰ Deliberação nº 11-A, 07 de Abril de 1966. Boletins de Serviço do Ibra. Arquivo Nacional – Acervo Paulo de Assis Ribeiro. BR_RJANRIO_S7_CX346_PT002_d001de001, pp. 41-42.

na expulsão de inúmeros lavradores que não preenchiam os requisitos. Em entrevista com um aposentado morador de Marubaí é relatado o procedimento de vistoria dos lotes que acabou por retirar os agricultores quando estes não se encontravam por lá:

Você estava no lote, aí eu chegava: “estou precisando trabalhar e tal”. “Ah, vai trabalhando aí, rapaz, tem lenha para cortar, carvão para fazer”, isso e aquilo. Aí eu com você, era o que estava lá, e eu era o que chegou para trabalhar, para te ajudar. Se por acaso você saísse e fosse fazer uma viagem ou fazer umas compras lá para baixo [em Niterói] ou qualquer coisa, e o IBRA chegasse, o lote ficava no meu nome. Está entendendo? Aconteceu muito disso aí, que quem estava na hora trabalhando no lote era quem ele botava. Não adiantava você falar. Não. “Seu documento?” Aconteceu aqui mesmo uma porção de vezes. (...). Perdeu. Entendeu, né? Se ele tivesse... o IBRA fez coisa aí de outro mundo. É aquele negócio, a pessoa tem a faca e o queijo na mão, eles faziam o que queriam, não tinha ninguém para dizer não. Então... (Aposentado de 73 anos, entrevista concedida em 08/11/2014 a Fabrício Teló e Ricardo Braga, Marubaí, Cachoeiras de Macacu/RJ).

Junto às ameaças frequentes, estava a destruição de casas e plantações. Os anos posteriores ao golpe foram profundamente marcados pela atuação dos técnicos e da Guarda Rural, de modo que muitos lavradores entrevistados comentam o período com rancor e indignação, relatando situações de arbitrariedade do Ibra, de remanejamento e expulsão. Este mesmo lavrador aposentado nos contou o processo de delimitação dos lotes, realizado pelos trabalhadores locais, salientando as expectativas presentes na espera da posse do lote de terra, que nunca chegou:

Aí o Incra⁹¹ veio, por isso que eu falo que o Incra fez muita barbaridade, o Incra veio e fez o saneamento da fazenda inteira, e não é pequeninha não. Um bocado de quilômetros por aí abaixo. Não é esgoto, é água pluvial que se fala, né? Então, um brejo aqui, quer passar estrada aqui, corta, bota manilha (...) e foi colocando na cabeça do povo que quando terminasse o saneamento, as estradas, quando terminasse as marcações dos lotes, quando terminasse tudo aí ia fazer uma seleção do pessoal pra entregar a cada um o seu lote. Até aí tá certo, né? Ficamos esperando. Passou um ano, passou dois, passou três, passou dez anos (Aposentado de 73 anos, entrevista concedida em 08/11/2014 a Fabrício Teló e Ricardo Braga, Marubaí, Cachoeiras de Macacu/RJ).

Esta narrativa esteve presente nos relatos de outros entrevistados. A sua recorrência indica a intensidade com que a frustração desta expectativa marcou a memória e a compreensão do período. Em entrevista com Dona Nilda e sua filha Lena, são relatados casos de violência praticados pela Guarda Rural do Ibra, mas também se

⁹¹ À época dos acontecimentos narrados, o órgão responsável pela reforma agrária era o Ibra, e não o Incra.

evidencia uma forma comum de resistência cotidiana dos camponeses em momentos de repressão:

Lena: Dona Antônio conta que ela veio pra cá, que eles faziam casa: tinha que fazer a casa de um dia pro outro, casa de estuque, porque se demorasse pra fazer a casa no outro dia o pessoal, a polícia vinha e derrubava tudo se não tivesse gente morando dentro da casa. Que ela lembra que ela entrou pra dentro casa, que ela era criança ainda, ela falou que ela lembra do barro verdinho, né, que eles tinham acabado de barrear. Eles ficavam passando o dedo naquele barro verdinho, que tinha acabado de fazer. Tinha que fazer à noite, pra entrar pra dentro da casa à noite, pra no outro dia, quando o pessoal da polícia passasse, o pessoal do Exército, né, eles já estavam morando dentro, né. Se não tivesse gente morando dentro eles botavam, amarravam num burro, num coisa e puxavam e jogava tudo no chão. Ela fala que na época que ela veio pra cá que isso aconteceu, quando eles faziam a casa.

Ricardo: O pessoal fala que a Guarda Rural do Ibra fez muito disso, né. O pessoal conta. O tal do Saraiva.

Lena: Isso ela conta que isso acontecia.

Nilda: Ah é, eu lembro do Saraiva, dessa época do Saraiva. Dizem que ele era ruim pra caramba, esse homem. Botava fogo na casa dos outros, queimava. Eu era novinha, mas eu ouvia contar sempre sobre isso aí, que ele botava fogo na casa das pessoas aí e queimava pra poder o pessoal sair empurrando. Essas terras aí é tudo terra de grileiro. Depois que o Incra foi desapropriando e dando pro pessoal morar, mas era tudo terra de grileiro, quase tudo. Muito pouco comprou terra aí (Nilda, entrevista concedida a Ricardo Brito em Marubaí, Cachoeiras de Macacu, 01/11/2017. Estavam presentes Lena, filha de Nilda e Jacir, marido de Nilda).

Áureo Pereira, antigo tesoureiro do STR de Cachoeiras de Macacu e hoje assentado na SJBM, relata a insistência e a teimosia dos lavradores que, mesmo com a queima de casas e a recorrência das violências físicas e simbólicas, continuavam a se manter na terra:

Meu irmão, ele chegou de frente. Ele foi para o Condomínio [Agropecuário de Marubaí]. Porque ele foi um que... porque eles metiam fogo no barraco dele aqui, amanhã ele estava com outro barraquinho dele, lá. Ele foi teimoso [risos]. Porque tem que ser teimoso ainda hoje, para conseguir alguma coisa (Áureo Pereira, antigo tesoureiro e dirigente do sindicato, aposentado, morador de SJBM, em entrevista concedida a Fabrício Teló e Ricardo Brito em 09/11/2014).

A recorrência deste tipo de relato aponta para as “formas cotidianas de resistência camponesa” analisadas por James Scott (2002), e presentes na “luta mais vital/cotidiana” que existe em situações de “desvantagem estrutural” em que os trabalhadores estão sujeitos à repressão (*idem*, p. 11). Nestes momentos, as lutas cotidianas se apresentam como uma das únicas, às vezes a única opção disponível:

“Para os camponeses, pulverizados ao longo da zona rural e enfrentando ainda mais obstáculos para a ação coletiva e organizada, as formas cotidianas de resistência parecem particularmente importantes” (*idem*, p. 11). Scott chega a falar na multiplicidade de “microatos” individuais de insubordinação, de luta “lenta, subterrânea e calma” (*idem*, p. 14). A hipótese fundamental parece se encontrar na afirmação de Thompson (1984): as lutas de classes são anteriores à formação das classes, estão presentes no contínuo ato de socialização das raivas e indignações aparentemente individuais. A ação individual dos camponeses se torna essencial, mas sem perder de foco a compreensão de que estas ações são realizadas em abundância e que junto delas estão atuando os discursos públicos e ocultos.

Moacir Palmeira (1985; 2009) aproximou-se dessa perspectiva através de outra matriz teórica e observando os momentos de desmobilização e recuo das lutas na Zona da Mata pernambucana. Afirma que, no contexto de repressão da ditadura militar na Zona da Mata e, de um modo mais geral, dos locais que no pré-golpe foram focos de resistência, os camponeses “internalizaram a luta de classes” nos combates mais individuais por condições de trabalho e pelas condições de pagamento da produção. Nas palavras do autor:

Se, ao nível de suas organizações, os trabalhadores conseguiram assegurar uma continuidade, difícil, mas eficaz, entre a mobilização pré-64 e o trabalho de resistência e reorganização que iria permitir a retomada da luta de massas no campo nos últimos anos, nas suas práticas do dia-a-dia, os trabalhadores tiveram que pagar o preço dessa continuidade que, se não era enxergada com nitidez a partir dos centros de poder, o era perfeitamente pelos grandes proprietários. (...) Nas áreas em que a mobilização sindical foi mais profunda, no período em que antecedeu a instalação do regime autoritário, houve uma espécie de internalização da luta de classes após 1964. Ao invés dos grandes movimentos, a resistência cotidiana interferindo no próprio processo produtivo (PALMEIRA, 1985, pp. 48-49).

Observar as relações de poder, as coerções simbólicas e os jogos entre ação e expectativa em que estão envolvidos os camponeses se torna, assim, fundamental. Nas análises de Thompson (1984; 1998), Palmeira (1985; 2009) e Scott (1990; 2002) a luta de classes aparece como a própria dinâmica a ser analisada, compreendida como processo sobre o qual a classe e a consciência de classe podem vir a ser construídas a partir das formas de socialização. Em circunstâncias históricas de enorme diferencial de

poder⁹² e estruturas sociais coercitivas a ação individual de resistência assume uma coloração essencial para se compreender as relações de poder e de classe, nas quais a grande intenção não é a de “diretamente derrubar ou transformar o sistema de dominação, mas, sobretudo, sobreviver – hoje, esta semana, esta estação – dentro dele” (SCOTT, 2002, p. 30).

As práticas políticas de desmobilização social e violência perpetradas pelo regime militar constituíram parte importante da experiência de classe dos trabalhadores e trabalhadoras rurais de Cachoeiras de Macacu e do Estado do Rio de Janeiro. O mesmo procedimento de queima de casas e plantações relatado acima nos foi apontado por outro morador, evidenciando a recorrência da prática e as marcas que esta arbitrariedade se imprimiu na memória local. O relato também evidencia a multiplicidade de memórias e formas de relação estabelecidas entre os camponeses e a Guarda Rural. Jacir justifica que seus lotes não foram queimados ou destruídos por estarem com plantação de aipim, indicando que, além das violências e tensões, foram muitas as formas de se relacionar com o Ibra:

Jacir: Quando nós viemos pra cá [por volta de 1959] nós tocava o terreno que nós tinha ali, esse terreno que nós falamos, e plantava, tinha um homem nessas vargens aí, um terreno até bom, um tal de Titino, ele tinha uma área de terra ali. Tiraram ele também, por causa da pecuária.⁹³ E nós plantava a meia com ele, na roça. Nós plantava o terreno dele a meia na época. E plantava no nosso terreno ali. Uma vez nós estávamos com 80 mil pés de aipim plantados. E entra os dois que tinha na época, tinha 1.200, 1.700 metros de lenha, tudo metrado na estrada, no lugar que era rua, mas não tinha rua boa não. E aí um pessoal, um tal de Saraiva, não sei se você conheceu, ele não sei se fazia parte com o Incra, não sei. Ele andava por aí e o terreno que ele chegava, via que tava desmatado, mas que tava tudo plantado, ele não queimou um pau de lenha de ninguém, mas agora quando via assim, só desmatado, só em capoeira, aí eles queimavam a lenha do povo. Mandou queimar muita lenha por aí. Botava gasolina e queimava.

Ricardo: Esse sargento [confusão: ele era general] Saraiva era do Ibra, né.

Jacir: Acho que era isso mesmo.

Ricardo: Da Guarda Rural.

Jacir: É, é. E quando ele pegava a lenha ele queimava essa lenha toda. Não queimou um pau, mas por quê? Porque tava tudo plantado de aipim. “Aqui nós não queima um pau desse aqui”. Depois ele falou “Porque a área deles tá plantada. Tá tudo plantado”. Agora quem só tá desmatando e queimando carvão aí que eles queimaram a lenha. Um valão de carvão queimado, destapava o troço e queimava, botava

⁹² O termo “diferencial de poder” não é utilizado por James Scott, mas por Norbert Elias (1980). Contudo, o julgamos de fundamental importância para a compreensão desta configuração específica das correlações de força.

⁹³ Trata-se do Condomínio Agropecuário de Marubá, a ser tratado em seguida.

gasolina e queimava⁹⁴ (Jacir, em entrevista concedida a Ricardo Brito, em 01/11/2017, em sua casa em Marubaí, Cachoeiras de Macacu. Também estava presente sua filha, Lena).

Em entrevista a Joaquim Soriano em 27/04/1982, Raimundo Leoni dos Santos, à época presidente do STR de Itaboraí, contou que, tendo vivido no início dos anos 1960 em SJBm, acompanhando a ocupação de 1963 e a desapropriação de 1964, foi também expulso da sua terra pelo Exército e perdeu uma extensa plantação de mandioca. Refletindo sobre o período e perguntado sobre a história da SJBm e do golpe, Raimundo diz:

Como você sabe, existe no Brasil toda muita terra grilada. O fazendeiro se diz dono, mas você vai ver na escritura e ele é dono mesmo, mas de um décimo, um quinto da área que ocupa. Em São José da Boa Morte o processo foi esse, quer dizer, suspeitava-se que uma vasta região não fosse dos pretensos donos. Os próprios arrendatários, meeiros na época, informados disso começaram a resistir (...). E com a orientação dos movimentos sindicais, das associações da época, que ajudaram os trabalhadores a deixarem de dar as importâncias que davam [o pagamento pela renda da terra], aquilo naturalmente foi desembocando numa luta maior a ponto de começarem a ter pessoas interessadas e com disposição para entrarem nas terras e ocuparem as terras. Mas, como você deve estar sabendo, em [19]64 esse processo foi abortado. (...) Com esse aborto, a coisa ficou meio parada, e os pretensos proprietários começaram a manobrar nos bastidores dos órgãos do governo pra retomar a área, pra reconquistar a terra. (...) Em [19]67, a pretexto que a desapropriação havia caducado, o Ibra devolveu as terras aos pretensos proprietários. Mas o problema não era só devolver a terra aos proprietários, porque de [19]64 a [19]67 o governo fazia o quê? Pra preparar o terreno para devolução eles começaram a tirar o pessoal da área e desapropriaram uma outra área, do Vecchi e da Quizanga (...) para assentar esses posseiros (Raimundo Leoni dos Santos, entrevista concedida a Joaquim Soriano em 27/04/1982. Acervo MSPP/em.LST.res.rls)

Esta entrevista, realizada para uma pesquisa sobre o sindicalismo rural nos anos 1980, apesar de não ter como enfoque as violências sofridas no meio rural pela ditadura, ilustra como as violações irrompiam ao longo dos relatos, revelando a “profunda e endêmica tensão social” (MEDEIROS, 1996, p. 126) que compõe o cotidiano do campo.

Um lavrador conta ter chegado na Fazenda Vecchi, no início dos anos 1960. Ao relatar o momento das expulsões em que o entrevistado circulou com seu pai pelo Vecchi e Quizanga, fugindo das queimas de casa e buscando um local seu, o

⁹⁴ Outros casos de queima de lenha, carvão e plantação em Cachoeiras de Macacu também são analisados em Teló e Brito (2015) e em Teló e Medeiros (2018).

entrevistado estabelece uma relação entre a Revolução/Golpe de 1964 e a entrada do Ibra na Fazenda Vecchi em 1966/67, desapropriando-a e transformando-a em projeto de colonização: “Vindo essa revolução de terra, em que a gente não era dono de nada, eu fui expulso, entendeu. Eu não era dono de nada” (Lavrador de 62 anos, morador da Gleba Vecchi, entrevista concedida a Fabrício Teló e Ricardo Braga em 07/11/2014, Serra Queimada, Cachoeiras de Macacu).

José Eufrásio relatou em 1981 para José Pureza e Eliane O’Dwyer a sua chegada no Vecchi depois de ter saído do Imbé.⁹⁵ Contou que no Vecchi os lavradores ficaram acampados na sede local do Ibra e em casas antigas, provavelmente daqueles que ali moravam e trabalhavam antes desta área ser desapropriada. Os lavradores trabalhavam para o Ibra e recebiam um salário mínimo da época. Segundo José, primeiro foi levado um grupo de 13 homens escolhidos pelo General Saraiva e outros militares. Estes deveriam abrir e preparar o terreno para quando o resto dos assentados chegasse. Para José Eufrásio, o deslocamento dos lavradores para o Vecchi foi realizado “de qualquer maneira”:

Até agora estamos aqui esperando que o Incra termine de cumprir com a obrigação dele porque temos a terra, mas não o título. Estamos lutando e esperando para ver se recebemos esses títulos (...). Não concordamos em sair de lá, mas como nós íamos ter uma terra estruturada, então aceitamos. Eles perguntaram: indenização ou terra? Nós queríamos terra. Não houve a possibilidade de ficarmos lá. Para nós tudo aqui estava resolvido. Não teríamos problemas, com documentos, etc. Porém, estamos aqui há 14 anos e não temos nada (Reunião no Vecchi com moradores oriundos do Imbé. Entrevistas realizadas por Eliane Cantarino e Zé Pureza, com participação de João de Jesus Pereira. Realizada em 02/09/1981. Este documento foi cedido por Marcelo Hernandez e se encontra disponível no Acervo do NMSPP).

Em uma roda de conversa realizada em 12 de outubro de 2014 organizada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e pelo GT Agrário da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) de São Gonçalo a pedido dos pesquisadores do projeto *Conflitos....* e para a qual foram convidados antigos moradores de Serra

⁹⁵ Em 1981, a antropóloga e então assessora sindical Eliane Cantarino O’Dwyer realizou com José Pureza uma reunião no Vecchi com lavradores que teriam sido expulsos do Imbé e alocados nesta região. A ocupação do Imbé, no município de Campos dos Goytacazes, aconteceu em abril de 1963. Um grupo de lavradores e ex-empregados das usinas de açúcar do município, orientados por José Pureza e pela Falerj, montaram acampamento na região e conquistaram a desapropriação em junho de 1963 (NEVES, 2015). O projeto de colonização realizado no Imbé foi interrompido nos primeiros anos do regime ditatorial e a terra devolvida aos pretensos donos. Os lavradores levados até as novas áreas desapropriadas na Gleba Vecchi, integrante do Projeto Integrado de Colonização Papucaia. Sobre o conflito do Imbé e seus desdobramentos, ver Neves (2015).

Queimada, Vecchi e Quizanga, regiões que hoje estão sendo ameaçadas de despejo pelo projeto de construção da barragem do rio Guapiaçu, alguns dados importantes surgiram. Neste novo contexto de mobilização, os trabalhadores e trabalhadoras do campo trouxeram lembranças das vindas do Exército e do Estado na região. Estava presente um criador de peixes e bois, morador da fazenda Vecchi desde a década de 1950. Referindo-se à entrada do Exército na área, anterior à entrada do Ibra, ele diz:

Tiraram todo mundo (...) e foi igual tão tentando fazer agora. Tá todo mundo enganado. Eles vão valoar e não vão pagar, porque na época valoaram tintin por tintin e ninguém recebeu nada. Por sinal, nem o Vecchi [proprietário da Fazenda Vecchi] recebeu. E ninguém tem documento (Roda de conversa com antigos moradores de Serra Queimada, Vecchi e Quizanga realizada em 12 de outubro de 2014, por Ricardo Braga e Leonilde Medeiros, com participação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e pelo GT Agrário da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) de São Gonçalo).

Ao ser perguntado para onde foi parte da sua família com a expulsão da terra em 1965/1966, o morador associa a saída da terra com a degradação das condições de vida e até com o perigo:

[Meu pai foi] expulso. Foi fazer terra dos outros. Muitos foram pra de baixo da ponte. Eu tive um sogro que era plantador de bananas e foi pra Acari vender bala. Teve dois filhos que viraram marginal, um morreu num assassinato de Magé, que tinha onze pessoas, tinha um sobrinho meu ali, um tá preso em Bangu como maior sequestrador. Tudo saiu daqui, trabalhador (Roda de conversa com antigos moradores de Serra Queimada, Vecchi e Quizanga, 12 de outubro de 2014).

A saída da terra, como lembra Grynszpan (1987), representa o rompimento de relações sociais e o desligamento com valores que estruturam toda uma experiência social. O resultado deste desligamento e os possíveis perigos associados à saída da terra e ao encontro com a cidade expressam-se no trabalho e moradia precários, violência, desestruturação da família, exclusão social, preconceito vivido e ausência da terra.

A ausência de documentos e títulos de propriedade aumenta o medo dos moradores, devido à incerteza de que iriam receber qualquer forma de indenização, apesar de terem pagado pela terra e ali viverem e produzirem, em alguns casos já há 50 anos. A situação dos moradores de Vecchi é de extrema fragilidade, visto que o processo de desapropriação e titulação desta fazenda ainda não se encontra resolvido. Imersos nesta situação de fragilidade, uma desapropriação se torna um despejo. O relato de um lavrador que teve a sua casa e forno para carvão queimados e destruídos aos 10

anos de idade, quando já era morador do Vecchi, é mais contundente: “Eu nunca fui contemplado pelo Incra, eu fui expulso pelo Incra”, compreendendo também a atuação do Ibra (Roda de conversa com antigos moradores de Serra Queimada, Vecchi e Quizanga realizada em 12 de outubro de 2014).

José Correia da Silva, relatando para José Pureza e Eliane Cantarino, também relembrou as dificuldades que passaram na chegada a Vecchi: “Trabalhamos aqui com fome. Pagamento atrasava, etc. Ficamos brabos. (...) O resto ficou na promessa. Pegamos a terra com título provisório e ficamos esperando até hoje o definitivo” (Reunião no Vecchi com moradores oriundos do Imbé. Entrevistas realizadas por Eliane Cantarino e Zé Pureza, com participação de João de Jesus Pereira. Realizada em 02/09/1981).

Um relato dado na roda de conversa de 12 de outubro de 2014 dá o tom das violências sofridas e dos receios com o futuro que alimentam a mobilização e a indignação, que quando organizadas reorientam a luta:

Desde criança você vê eles [do Exército] (...) amarrarem uma corda no pescoço do cavalo e vir na travessa da casa e meter esporro naquele cavalo e o cavalo levar a casa com tudo. A gente ali olhando e o meu avô debaixo de chicote. (...) Pra quando chegar depois dos meus filhos já casados e eu aqui dentro (...) agora que a gente pensava que ia chegar a paz, vem esse negócio de botar barragem pra tirar a gente daqui. Pra mim é muito [humilhante], demais (...). E de repente a gente vai ter que sair daqui, morar em outra comunidade e montar tudo de novo? (Roda de conversa com antigos moradores de Serra Queimada, Vecchi e Quizanga realizada em 12 de outubro de 2014).

Teló e Medeiros (2018) apontam que em 1967 a linha de ação do Ibra foi modificada. Neste ano os ex-militares que chefiavam o Ibra foram substituídos por civis: o general Saraiva foi substituído pelo agrônomo Falconete Fialho, enquanto que o tenente Amauri, então administrador do Núcleo Colonial de Papucaia, foi substituído pelo técnico agrícola Pedro Basílio. Esta mudança impôs restrições à atuação da Guarda Rural, proibindo-a de andar armada e praticar excessivos atos de violência.

A violência contínua introjetou nos lavradores o medo e reforçou o poder simbólico e relativo da Guarda Rural enquanto representante do Estado naquelas áreas rurais. Reuniões com lavradores, visitas aos lotes, missas e outras atividades promovidas por lavradores, clérigos e/ou técnicos agrícolas do próprio Ibra eram vigiadas pelos militares e relatadas ao SNI. O clima de desconfiança buscava em qualquer ato o lastro da subversão que legitimasse o projeto político, social e econômico do governo militar.

Ainda que a correlação de força entre lavradores e Ibra/Estado fosse desigual, o diferencial de poder entre ambos não era grande o bastante para impedir qualquer forma de resistência dos trabalhadores rurais. A denúncia das violências aos jornais e o apoio de advogados e padres fortaleciam as críticas aos meios truculentos de atuação do Ibra. As denúncias foram capazes de pressionar o então prefeito de Cachoeiras de Macacu, Ruy Coelho Gomes (UDN e depois Aliança Renovadora Nacional [ARENA]), a intervir em favor dos lavradores e repreender a atuação da Guarda Rural.

Fatos como esse reforçam a necessidade de analisar de forma crítica as diferentes configurações e correlações de força do período militar. É ainda o caso do Padre Antônio da Costa Carvalho, assessor eclesiástico da Federação dos Trabalhadores Cristãos do Estado do Rio de Janeiro, conhecido como Círculos Operários, entidade que disputava com os comunistas a representação política dos trabalhadores no pré-1964 e que, após o golpe, passou a ocupar posições de importância no movimento sindical e nos sindicatos rurais que sofreram intervenção (GRYNSZPAN, 1987; TELÓ e MEDEIROS, 2018). A importância de sua trajetória contra a presença dos comunistas no campo não é capaz de explicar, mecanicamente, a sua saída pública em defesa dos lavradores, criticando abertamente a atuação violenta do Ibra. Para o Padre, os métodos de terror do Ibra incitavam a criação de comunistas no campo, correlacionando a violência sofrida com a formação de resistências subversivas.

O enfrentamento que Padre Carvalho fez em relação às violências e arbitrariedades da Guarda Rural do Ibra foi contínuo, levando-o a elaborar um manifesto e um relatório-denúncia. Os inúmeros relatos de despejo, destruição de casa e lavoura, ameaças e violências físicas cometidos pelo Ibra e denunciados no ano de 1966 demonstraram a dupla atuação do Instituto e sua prática de reforma agrária (Ibra faz reforma agrária no RJ impondo terror. *Tribuna da Imprensa* (RJ), 10/10/1966, p 7). Por um lado o trabalho de assistência social e técnica, e por outro as práticas de coerção. A tensão da região se manteve ainda no ano de 1967, ao ponto dos lavradores, apoiados pelo Padre Carvalho, redigirem um apelo ao então presidente Costa e Silva que tornasse possível um tratamento mais humano do Ibra (Lavradores valem-se de Jeremias contra grileiro que saqueia em Itaboraí. *Jornal do Brasil* (RJ), 23/05/1967, p. 14, 1º caderno). A importância das denúncias enquanto mecanismo de resistência e das mediações encontradas na Igreja, em advogados e políticos tornou possível a alteração da linha de ação do Ibra.

Em outra reportagem é apontada a denominação que os lavradores de Papucaia davam aos soldados do Ibra: “peste amarela da reforma agrária”, em função da cor da farda. O termo aparece no relatório de Padre Carvalho que foi enviado ao Ministério da Agricultura. O jornal aponta para o fato de o General Saraiva e o Tenente Amauri continuarem a ser os representantes locais do Ibra, mesmo após as inúmeras denúncias contra eles nos anos de 1966 e 1967. Padre Carvalho diz que “ou se faz uma reforma no IBRA ou a reforma agrária no Brasil continuará sendo experimentada indefinidamente, até que, talvez, o próprio lavrador desapareça com as experiências [de reforma agrária]” (Padre faz relatório para mostrar ‘peste amarela da reforma agrária’ do IBRA. *Jornal do Brasil* (RJ), 16/06/1967, p. 16, 1º caderno). Sua denúncia questionava a manutenção da desigualdade e o tratamento desumano e excessivamente técnico do Ibra.

Padre Carvalho denunciou também ao jornal *A Luta Democrática* (Lavradores Fluminenses comemoram 1º de Maio vigiados pela polícia. *A Luta democrática* (RJ), 03/05/1967, p. 2) que os lavradores de Cachoeiras de Macacu foram proibidos de comparecer às festas do 1º de Maio com seus instrumentos de trabalho. Carvalho afirmou que a procissão do Dia do Trabalhador em Areia Branca teria contado com a presença de mais de mil lavradores de todo o município, acompanhados dele, do padre Gerson (de Santana de Japuíba), Alarico Filinto de Meneses (Diretor do Departamento Regional do Trabalho do Rio de Janeiro), Oliveira Camargo (da Fetag/RJ) e jornalistas. Todo o evento foi acompanhado e vigiado por agentes do Departamento de Ordem Política e Social do Estado do Rio de Janeiro. Em entrevista a Leonilde Medeiros e Fabrício Teló o então padre Gerson relata este momento:

Gerson: “Padre Carvalho, vamos fazer o 1º de maio?” – já estava em 68 [na verdade o ano era de 1966] – “Em Papucaia eu não posso fazer; em (...) Japuíba, não posso fazer. Você que é amigos dos homens, vamos fazer em Areia Branca?” – e ele – “Topo” – rapaz! Naquela época, ali, chovia muito. E nós fizemos uma procissão de Papucaia – da Igreja de Papucaia – até Areia Branca. De ferramentas: com foice; enxada (...) trator. Quando nós chegamos em Areia Branca, a gente começou a encontrar um pessoal diferente; à paisana. (...) E a gente deu um viva a São José Operário (riso) – “Levanta a foice”. Teve um companheiro lá, que... eu não sei... porque... aí ele jogou a água benta sobre a ferramenta. E houve um companheiro que não aguentou, trepou num caixote e – “A gente não tem vergonha de mostrar as nossas armas! Que as nossas armas são instrumentos do nosso trabalho! Pior são esses aí, que estão rondando a gente, que esconde a arma debaixo da camisa.” – provocação lascada. E eles não atacaram (Gerson da Conceição em entrevista a Fabrício Teló e Leonilde Medeiros, realizada no Rio de Janeiro em 06/05/2015).

Por sua atuação na região Padre Carvalho foi preso em Papucaia pela Polícia Rural do Ibra em 21/10/1966, fato que intensificou seu esforço de denunciar que “o IBRA implantou o terror em Papucaia, com perseguições institucionalizadas aos lavradores de um núcleo de colonização de terras que poderia ser muito promissor”. Ao ser acusado como subversivo, Padre Carvalho contrapôs seu passado de atuação contra a “infiltração comunista” nas áreas rurais no pré-Golpe (Padre afirma que foi preso ao tentar impedir despejo dos lavradores pelo Ibra. *Jornal do Brasil*, 25/10/1966, p. 16, 1º caderno).

O Ibra também atuou de forma a ganhar a simpatia dos lavradores que eram considerados “colonos regulares”. Segundo Teló e Medeiros (2018), a instalação de escola, posto médico, facilitação de acesso a tratores e outros implementos agrícolas faziam parte da estratégia mais ampla de aproximar o Estado das populações mais carentes nas áreas de maior intensidade de conflitos no pré-golpe, evitando que estas fossem “seduzidas” por grupos de esquerda ou que se inflamassem novamente. Influenciados pela doutrina da guerra revolucionária, o Ibra fortaleceu formas mais sutis de exercício do poder (TELÓ e MEDEIROS, 2018) que fossem capazes de neutralizar a formação do inimigo interno. Esta atuação rendeu opiniões positivas ao regime militar e ao Ibra, compreendendo que, para muitos, eles foram capazes de “colocar as coisas em ordem” e punirem os agitadores e “aqueles que não queriam nada”.

4. “TERRAS ENCRECADAS”: A REPRODUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE CONFLITOS EM SJB M E ARREDORES

Neste capítulo tratamos das condições de reprodução dos conflitos na área da SJB M e arredores. Analisamos a formação e o desenrolar do Condomínio Agropecuário Marubaí, realizado na região conhecida como “Duzentos Alqueires”, a devolução das terras da SJB M a seus pretensos donos, a mudança da política agrária e seus efeitos na região. Em 1980, no meio do movimento de ocupação da Fazenda SJB M, o Padre Agostinho Van den Broek⁹⁶ caracterizou o município como um lugar marcado por “terras encrecadas”: “Após sucessivas invasões de terra nos últimos 20 anos, muitas acabaram desapropriadas e entregues aos colonos, mas, aos poucos, estão sendo retomadas pelos que se diziam seus donos” (Professoras que dão aula na roça não recebem há 8 meses. *Jornal do Brasil*, 14/09/1980, p. 23, 1º caderno). Estes acontecimentos foram marcados por arbitrariedades do Ibra e do Incra, violências físicas, remanejamento e despejo. Em contrapartida houve diversas resistências por parte dos lavradores, sendo importante a participação do STR local, com apoio da Fetag/RJ, atuando de forma a tornar públicos e conhecidos os conflitos e oferecendo assistência aos trabalhadores.

4.1 Condomínio Agropecuário Marubaí

Um dos projetos que mais fincou raízes na memória dos trabalhadores rurais na área da São José foi a implantação do Condomínio Agropecuário em Marubaí, conhecido localmente como o “Condomínio dos 40”, localizado na Gleba Nova Ribeira e na área chamada de “Duzentos Alqueires”, que estava em litígio desde os anos 1950. Quarenta famílias foram assentadas em um projeto voltado para a agropecuária sob uma lógica cooperativista: cada parceleiro recebeu individualmente dois hectares para plantação e uso próprio. O restante serviria de uso coletivo para a criação do gado e a produção do leite, sendo essas partes comuns destinadas às pastagens, cercas e porteiras, retiros, aguadas, depósitos, circulação dos condôminos, obras de saneamento, armazenamento de máquinas e implementos agrícolas, utensílios e vasilhames, equipamentos veterinários animais de trabalho, etc.⁹⁷

⁹⁶ O Padre Agostinho Broek era pároco da cidade de Cachoeiras de Macacu, atuando na cidade e em algumas outras áreas rurais, apoiando, em especial, as lutas camponesas.

⁹⁷ Convenção do Condomínio Agro-Pecuário Marubaí. Escritura de Compra e Venda – 1967. Metropolitana – Caixas 8 e 9/Cachoeiras de Macacu. FETAG/RJ – 1964-1989.

Escolhidos pelos técnicos do Incra⁹⁸, os lavradores que participaram do projeto trabalhavam cerca de 15 dias no mês para o condomínio, de modo a pagar a terra e o conjunto inicial de vacas que lhes foram dadas, não sobrando tempo para a produção de lavoura. A principal reclamação que estes trabalhadores tinham era a falta de autonomia frente às ordens do Ibra e depois do Incra. O fato de não poderem cultivar a terra como quisessem e só fazerem o trabalho ordenado pelo órgão do Estado desestimulava e criava um sentimento de insatisfação, além de a venda do leite e do gado não ser feita em nome dos trabalhadores, mas no do Condomínio, com seu lucro repartido entre os condôminos.

A promoção da experiência comunitária de Marubaí, apesar dos problemas apontados pelos lavradores, merece um comentário mais amplo. Um de seus idealizadores foi Dryden de Castro Arezzo, um dos “guardiões da reforma agrária” (BRUNO, 2012) que, em entrevista realizada em 1982, comentou a construção de experiências de um sistema de produção coletivo, ou de “agricultura de grupo”. Este “sistema intermediário (...) que expressasse uma forma de cooperação, mas não fosse uma cooperativa formalmente organizada” fora desenvolvido pelos técnicos do Ibra que desejavam dar maior autonomia e força aos trabalhadores rurais, evitando as práticas paternalistas e autoritárias até então praticadas pelo Estado (Dryden de Castro Arezzo, em entrevista concedida a Joaquim Soriano em 24/08/1982 para a pesquisa “Sindicalismo Rural no Estado do Rio de Janeiro”. Acervo MSPP/en.GP.mp3.dd).

Frente ao caráter alagadiço das terras da região de Marubaí, os técnicos do Ibra optaram por formar uma área coletiva de pecuária. Segundo Arezzo, o Condomínio de Marubaí foi formado a partir da experiência de Rio Tinto⁹⁹, na Paraíba, e de um “determinismo geográfico” desta área que vivia “dois terços do ano debaixo d’água”.

⁹⁸ Alguns lavradores entrevistados apontam que os parceleiros do condomínio teriam sido escolhidos de forma aleatória, contudo não tivemos mais dados para afirmar ou contradizer esta informação.

⁹⁹ Segundo Mendonça (2013), o PIC Rio Tinto teve 18 mil hectares e foi formado pela desapropriação das terras da Companhia de Tecidos Rio Tinto, propriedade da família Lundgren localizada na região do Vale do Mamanguape, na Paraíba. A partir de 1966 o Ibra/Incra atuou com a intenção de desarticular os focos de tensão social que tiveram a presença da Liga Camponesa de Mamanguape, selecionando posseiros de todo o país para serem alocados no PIC, além de posseiros e moradores da região e trabalhadores da Companhia, a fim de solucionar os problemas causados pela estrutura fundiária calcada no latifúndio. Mendonça (2013) também aponta para as diferentes memórias em relação à atuação do Ibra/Incra: a imposição de trabalhar com determinadas culturas e em regime coletivo com trabalhadores de outros municípios e Estados é relativizada com o apoio técnico e assistencial do Estado, possibilitando uma melhoria na produção. Contudo, com a criação do Programa Nacional do Alcool em 1975 os lotes do PIC começaram a ser vendidos, intensificando a presença de usinas na região. Segundo Lima e Silva (2013) desde 1978 se desenrolam conflitos territoriais em Rio Tinto, ativados pela atuação da tribo Potiguara, envolvendo o Estado, a família Lundgren (dona da maioria das propriedades urbanas de Rio Tinto) e os canavieiros e usineiros da região. Em 2007 foi reconhecida a Terra Indígena Potiguara de Monte-Mor, contudo isto não significou o fim dos conflitos.

Formou-se um “condomínio horizontal”, onde os parceiros viviam na parte mais alta, imune ao alagamento constante, em lotes de dois hectares. Sendo uma das primeiras intervenções do Incra, Dryden critica o “paternalismo exacerbado” da instituição, o que tornava impossível a autonomia dos trabalhadores rurais. A ideia inicial era que, com estes novos experimentos, os beneficiados já comessem, desde o início, a tomar decisões sobre o funcionamento do projeto, preparando-se para a emancipação. Segundo ele, “Desde o início eles já deviam estar compartilhando das decisões para que nós progressivamente pudéssemos sair da área” (Dryden de Castro Arezzo, em entrevista concedida a Joaquim Soriano em 24/08/1982 para a pesquisa “Sindicalismo Rural no Estado do Rio de Janeiro”. Acervo MSPP/en.GP.mp3.dd).

Ainda nesta entrevista, Dryden tece sua crítica sob a compreensão de que em um determinado momento o Incra emancipou bruscamente a área e “largou de mão” os parceiros. Dryden chega a brincar, chamando este processo de “darwinismo”: o mais forte ficou, e a “seleção natural”, que expulsa os menos aptos, assumiu o controle nos núcleos emancipados em Cachoeiras de Macacu, como Papucaia e Marubaí. A falha de Marubaí foi a imposição do sistema de cooperação pelo Incra. Dryden reiterou, deste modo, a mesma crítica dos parceiros e do movimento sindical: não houve trabalho prévio de conscientização dos trabalhadores rurais para compreenderem e se realizarem no sistema de agricultura de grupos, mas apenas a sua imposição. Em um trecho mais longo da entrevista, Dryden atribui à ausência de participação dos parceiros o fracasso do projeto:

Agora você vê a diferença. Em Iguatemi [primeira experiência do sistema de “agricultura de grupos”, realizada em Mato Grosso do Sul¹⁰⁰] você vê que o pessoal reclamava de ter muita reunião, porque nós fizemos um trabalho de conscientização do pessoal e o pessoal viu o resultado. Agora lá [em Marubaí] nós tivemos o cuidado de não chegarmos ao modelo final de imediato. Mantivemos a propriedade familiar que tinha, individualizada, e organizamos o trabalho. O principal problema de um sistema desse tipo é a organização do trabalho. Esse é o principal problema. Agora é óbvio que você tem que ter a solidariedade, tem que ter um pacto de solidariedade entre aqueles que vão participar do processo. [Sem isso] É obviamente um

¹⁰⁰ O local onde seria instalado o Projeto Integrado de Colonização Iguatemi, no Mato Grosso do Sul, apresenta um histórico mais conturbado do que o relatado por Arezzo. Segundo Cavalcante (2015), a região de fronteira com o Paraguai foi marcada por conflitos entre os povos indígenas Kaiowá e Guarani e a Companhia de Mate Laranjeira e demais frentes agropecuárias que avançaram na região. Considerado de baixa densidade demográfica e marcado pelos conflitos por terra, o PIC de Iguatemi foi instalado entre os anos de 1967 e 1970 e abarcou um território de 73 mil hectares. Para Cavalcante, o PIC de Iguatemi foi implementado sem levar em consideração a questão da ocupação indígena, que permaneceu latente após o assentamento de colonos oriundos da região e de áreas de conflito fundiário no sudoeste e norte do Paraná e em Santa Fé do Sul (São Paulo).

empreendimento que está fadado a fracassar de imediato (Dryden de Castro Arezzo, entrevista concedida a Joaquim Soriano em 24/08/1982 para a pesquisa “Sindicalismo Rural no Estado do Rio de Janeiro”. Acervo MSPP/en.GP.mp3.dd).

As bases teórico-metodológicas da “agricultura de grupo” foram delineadas por Dryden Arezzo (1973) e demais “guardiões”/técnicos do Incra: através da relação “homem-terra-gestão”, uma forma de organização do trabalho rural mais flexível e funcional que soubesse utilizar a experiência dos trabalhadores ao mesmo tempo em que lhe assegurasse a individualidade. Um novo modelo nos programas de colonização e reforma agrária deveria levar em consideração as estruturas de organização conhecidas pelos trabalhadores rurais, evitando a “permanente tutela do Poder Público” (*idem*, p. 6).

A partir da compreensão destes problemas, Dryden Arezzo sugeria a adoção de alternativas que valorizassem o processo de autonomização do agricultor sem se aferrar à unidade da propriedade familiar e sem se voltar para o sistema de cooperativa. Baseando-se nos preceitos legais do Estatuto da Terra (inciso III do artigo 24), diz:

Chegou o momento de dar ênfase a instituição democrática da média empresa, com caráter de sociedade civil, organizada em moldes associativistas, em que fique garantido o princípio de direito da propriedade privada, onde a terra não seja de propriedade do Estado, como uma alternativa básica para aceleração do processo de desenvolvimento rural integrado (AREZZO, 1973, p. 8).

Sua alternativa aos programas de reforma agrária e colonização via na organização em pequenas unidades de regime associativista e administrativamente autônomas um modelo capaz de superar as dificuldades da reforma agrária e da colonização tuteladas. O autor se apoia na possibilidade de trocas de conhecimento entre os agricultores e na cooperação como um meio de fortalecer a média empresa e elevar a produção:

A expressão, “agricultura de grupos”, procura expressar os esforços desenvolvidos por pequenos agricultores segundo várias formas e diferentes graus associativos, e com os quais pretendem superar os defeitos estruturais de suas explorações para obterem por esse caminho um aumento da produtividade (AREZZO, 1973, p. 10).

O uso da terra, a gestão da empresa, os bens de produção e o sistema de comercialização devem ser tornados comuns a fim de aumentar a produção de escala e a participação dos associados. A efetiva participação do beneficiário nas tomadas de decisão, inclusive na instalação do condomínio, implica que o beneficiário deveria propor desde o início o plano anual de exploração da terra, organização dos

beneficiários em pequenas unidades autônomas e baseadas no conhecimento mútuo dos parceiros. Frente ao início mais individualizado do projeto, Arezzo afirma que “Progressivamente ‘as cercas cairão’ e o conjunto de painéis estará integrado em uma única empresa” (*idem*, p. 16), superando as especializações e as associações pontuais, voltadas para pequenas tarefas.

João de Jesus Pereira¹⁰¹, presidente do STR de Cachoeiras de Macacu de 1972 até 1994, refere-se à falta de autonomia que os trabalhadores percebiam na situação de condôminos quando diz em uma entrevista que “eles acharam que estavam sendo escravizados e queriam sair dessa escravidão” (João de Jesus Pereira, em entrevista a Joaquim Soriano para a pesquisa “Sindicalismo Rural no Estado do Rio de Janeiro”, realizada em 11/06/1982. Acervo NMSPP: MSPP/en.LST.trans.jjp). Seu relato apresenta as mesmas causas da ruptura do projeto Marubá: a imposição do sistema de grupos, a ausência de conscientização e a inexistência de apoio técnico e institucional para uma experiência deste tipo.

Foi apenas em 1977 que os trabalhadores, com apoio do sindicato, conseguiram retirar a administração do Incra, passando a ter contas individuais e controle sobre a produção do gado. Com isso conseguiram pagar as terras e o gado, criando ainda um fundo de reserva coletivo e a produção das lavouras. João de Jesus comenta, em entrevista realizada em 1982:

Nessa época o processo foi assim: os moradores já residiam na área de terra na Fazenda São José em volta ali dos 200 alqueires. Cada um com a sua lavourinha, cada um vivendo sua vida individual. Aí o Incra chegou e disse: ó vamos fazer um condomínio e queremos que vocês passem para o condomínio e fica a lavoura de vocês, essa casa de vocês, que depois a gente vai pagar o que vocês têm hoje, que isso aqui foi desapropriado por nós e vamos agora levar vocês para tudo trabalhar numa área só. Os trabalhadores até hoje não receberam a indenização, e têm uns 12 anos que foi feito isso. Então, muitos trabalhadores rejeitaram a proposta de condomínio. Os que rejeitaram, o Incra botou da terra pra fora e os que toparam, o Incra levou pra fazer condomínio, com 40 famílias. E os outros, naquela época, foi selecionado por eles, mas não foi assentado em terra, em lugar nenhum. Agora o processo mais interessante não é só do condomínio: Porque nessa época o Incra tirou esses 683 hectares e colocou essas 40

¹⁰¹ Antigo morador de Marubá e presidente do STR de Cachoeiras de Macacu de 1972 a 1994, João de Jesus Pereira chegou ao sindicato em 1970, durante a presidência de Mateus Nunes da Silva. Trabalhando como fiscal, sua função era fazer um levantamento das condições de trabalho e das demarcações de terra. Em 1972 assumiu a presidência do sindicato, devido à intervenção do Delegado do Trabalho. Não temos dados suficientes para compreender como se deu esta intervenção, e nem para saber se foi de fundo político ou por irregularidade na administração. Contudo, é com a presidência do sindicato que João de Jesus passou a tomar conhecimento dos problemas e conflitos existentes em SJB, Boca do Mato, Areia Branca e Estrada do Carmo.

famílias, o Incra também na sua administração colocou bastante gente pra fora da área, aqueles que não aceitavam o que eles queriam, então “descolocava” o lavrador. E o que foi mais interessante, eles selecionaram 150 famílias de lavrador nessa época naquela área e depois passaram a ficar só com o projeto do Marubaí e a outra fazenda toda eles devolveram aos pretensos proprietários, como a Fazenda São José, dizendo que não tinha trabalhador para ocupar essas terras. Mas 150 famílias selecionadas botaram no relatório que já existiam nestas áreas. (...) Então os trabalhadores com aquela seleção ficaram sabendo que ia ser assentados. Mas depois, não aceitando o projeto, foram botados pra fora da área. Aí desocupou a área da Fazenda São José, tirou os lavrador e devolveram aos pretensos proprietários. É a briga que nós encaramos hoje, tornando a desapropriar (João de Jesus Pereira, em entrevista concedida a Joaquim Soriano, 18/06/1982. Acervo NMSPP: MSPP/en.LST.trans.jjp).

O relato de um trabalhador rural remanejado da área de Marubaí para Quizanga nos apresenta uma das experiências possíveis sobre este evento. Apesar de ter sido realocado sem violência, Jacir nos apresenta seu desânimo com as terras em que teria sido colocado, o que depois o motivaria a retornar a Marubaí através da ocupação da São José em 1979:

Ricardo: E como foi quando você foi lá pra Quizanga?

Jacir: Quando nós fomos pra Quizanga? Foi na época mesmo em que teve esse Condomínio. Aí o pessoal do Incra mesmo levou tudo pra lá, da gente aqui. Até que eles eram bons. Levou até madeira pra gente arrumar a casa. Daqui, porque lá não tinha. Aí levou daqui. Nós cortou... Tudo de madeira. Não sei se vocês conhecem casa de barro, mas era assim [risos].

Ricardo: E lá você plantava o quê, lá na Quizanga?

Jacir: Lá nós plantava arroz, plantava aipim. Tinha mais ou menos uns dois hectares de laranja. Mas lá as vargens também, quando tava enchendo também, as águas pegavam, também. Lá alagava também. Podia tá tudo limpo, mas alagava também (Jacir, em entrevista concedida a Ricardo Brito, em 01/11/2017, em sua casa em Marubaí, Cachoeiras de Macacu).

Ouvindo boatos de que o Ibra iria fazer a desapropriação e que ali se construiria o Condomínio Agropecuário Marubaí, Áureo Pereira veio do Espírito Santo para Cachoeiras de Macacu, ainda em 1970, com 17 anos de idade. Como apontado no Capítulo 1, o relato de Áureo delineia as dificuldades dessa migração, dificuldade esta sofrida por inúmeros trabalhadores rurais de Cachoeiras de Macacu, visto a grande quantidade de capixabas que chegaram ao município. Seu relato também apontou para as condições de trabalho nos períodos de formação e de consolidação do Condomínio Marubaí:

(...) ali surgiu muito trabalho. Porque aquilo era tudo mata. Aí, tinha que destampar aquela terra e fazer pastagem. Aí, era tudo trabalho pesado; trabalho escravo ainda. Era fazer vala, dentro do pântano. Não era com máquina, não. Era no braço. Vinha o povo do Ibra, o chefe do Ibra, e escalava o serviço para aquele povo que estava dentro do condomínio. E você que era um associado do condomínio, podia ter uma pessoa para trabalhar com você. E a renda do leite, que começaram a tirar, dividia todo o dia 15. E você me pagava os meus dias, que eu trabalhava para você. Entendeu?

Então, de 40, aquilo ali foi para mais de 80 pessoas trabalhando naquela fazenda. Quase dia e noite. Tinha que destapar, para fazer pastagem. Tinha que fazer o que, primeiro? Drenar a terra, para secar. Porque era tudo água. Depois, tirar a madeira. Então, surgiu... quem era trabalhador, ganhava muito dinheiro. Começava cedinho e ia até a noite. Ou fazendo vala ou tirando a madeira. Que onde faz o valão, a terra seca. É onde hoje nós estamos vendo a situação de onde se tirou a água. Tem muita falta d'água, porque o homem destruiu. E aí, o serviço nosso, lá nesse condomínio era que o grupo... entre os 40 colonos, tinha um grupo que trabalhava no curral – era um grande curral, com 250 vacas de leite, tudo com dinheiro federal. Mas era ditadura ainda. Foi na época da ditadura isso. Aí, o que é que era o nosso serviço, aqui? Era fazer vala – os valões para a água ir embora – outros roçando, para ficar limpo e tirar a madeira; outros cortando a madeira; outros carregando para o lugar em que o carro podia parar. Era um trabalho escravo mesmo (Áureo Pereira, antigo tesoureiro e dirigente do sindicato, aposentado, morador de São José, em entrevista concedida a Fabrício Teló e Ricardo Brito em 09/11/2014).

Outro entrevistado, um lavrador aposentado, também nos contou sobre a rotina do Condomínio:

Entrevistador: Mas aí então funcionava por revezamento, cada um tirava...

Entrevistado: É, porque tinha aquela história, que foi resolvido o seguinte: cada um trabalharia 15 dias. Para não sacrificar a pessoa, você não vai trabalhar um mês para dar de graça pros outros. Então cada um trabalhava 15 dias, e curral você sabe como é que é, dá muito serviço. E ali a gente tinha três silos para encher da altura dessa casa aqui, e tudo cortado com facão. A pessoa que foi feito com barranco tá lá, foi feito com barranco tipo coxo. Foi feito assim de 20 metros de comprimento cada um. Eu encostava o motor lá em cima e a gente ia para baixo [inaudível] isso aí é grande pra chuchu, vocês não andaram aí não, né?

Entrevistador: Um pouquinho.

Entrevistado: É bem grande aí, tinha as lavouras de sorgo, de milho (...) Rapaz, era uma mão de obra desgraçada. E limpar curral, cuidar de bezerro, cuidar do gado solteiro. Dessa estrada pra dentro era gado solteiro. Toda divisa cercada e o gado solteiro aqui dentro. Gado você sabe, né? Não pode largar. Largou, carrapato monta e tal. Então tinha uma turma que cuidava do gado solteiro e a outra cuidava do curral. Enfim, 40 famílias mas bem distribuída. Estava dando certo (Agricultor de 80 anos, entrevista concedida a Fabrício Teló e Ricardo Braga em 08/11/2014, Gleba Nova Ribeira, Cachoeiras de Macacu/RJ).

Jacir e Nilda, moradores de Marubaí que estiveram presentes na região antes e depois da criação do Condomínio, reafirmam um comentário geral sobre o local antes da chegada do Ibra: “Antes do Condomínio? Isso aqui era mata pura. Era mata pura. A gente andava aqui dentro das matas, não tinha estrada, não tinha nada” (Jacir, entrevista concedida a Ricardo Brito, em 01/11/2017, em sua casa em Marubaí, Cachoeiras de Macacu). O relato de sua esposa e sua filha nos dá maiores elementos para compreender as atividades dos lavradores no período anterior à presença do Ibra: o corte de lenha e a produção de carvão. Após a entrada do Ibra essas atividades seriam, a princípio, estimuladas e remuneradas, a fim de que se consolidasse os projetos de colonização, entre eles o de Marubaí, mas também para as medições dos lotes da SJBm, que ainda não havia sido devolvida aos irmãos Coimbra Bueno. Contudo, estas atividades depois foram consideradas ilegais. Seguem dois relatos que retratam este momento e estas atividades dos lavradores, duramente reprimidas, mas que também apontam para as formas de resistência adotadas pelos lavradores:

Ricardo: Você falou que ele, o Seu Jacir, ele media terreno pro Incra lá?

Nilda: Ele ajudou a medir na época que começou a sair essas terras aí, ele arrumou um emprego no Incra [era Ibra] e começou a medir terra. Aí esse terreno lá pra cima, lá pra cima, pra Quizanga, esse terreno que ele morou, acho que ele ajudou a medir. Esses terrenos por aqui afora tudo. Desse coisa aqui, ele ajudou [a medir] tudo.

Ricardo: E eles pegavam muito agricultor pra fazer isso? O pessoal do Incra?

Nilda: Não. Naquele tempo era quem tava disponível assim, que precisava de um emprego, eles davam. Só naquela época mesmo, naquela fase da medição de terra. Aí depois começou a entrar esses tratores de fazer vala aqui nesses varjão. Aqui passava água no meio dos caminhos aqui. Aqui pra ir pra lá de onde vocês vieram, em Rio do Mato, eu só não me lembro aonde que passava, que isso aqui na época era tudo mato, então, quando eu vim pra aqui, que voltei da Quizanga pra cá, isso aqui já tinha essa estrada boa aqui, mas quando eu saí daqui não tinha isso aqui não. Essa rua aqui não tinha. Eram uns trilhozinhos que a gente tinha

(...)

Nilda: [Jacir] queria sair, e ficou dando moleza no serviço lá pra ver se eles mandavam ele embora pra poder receber os direitos, né. Que quem mandasse embora... Não tinha direito de nada. Aí, mas parece que o danado do homem sabia, o encarregado, parecia que eles adivinharam que Jacir queria ir embora e também não mandaram, de pirraça. Aí, quer dizer, Jacir enchendo aqueles carrinhos de mão de terra, pra carregar pra outro lugar, aí disse que [o encarregado] falou com ele assim: “bota terra nesse carrinho aí, enche esse carrinho aí! Você tá com preguiça!?”. Aí ele [Jacir] foi e falou assim “*psit* ó, se for pro senhor carregar eu vou lotar esse carrinho até em cima, mas

pra eu carregar, não vou lotar, encher de terra. Não sou burro de carga!” [risos]. Aí pegou, brigou mais o homem lá, ficou com... e saiu de lá: “meti o pé e fui embora! Não vou mais trabalhar lá não, vamos embora pro terreno do meu pai outra vez” (Nilda, entrevista concedida a Ricardo Brito e estavam presentes Lena (filha de Nilda) e Jacir (marido de Nilda), em Marubaí, Cachoeiras de Macacu, 01/11/2017).

Como se pode ver, as reclamações dos lavradores não surgem com o Condomínio. Apesar de positiva a remuneração pelos trabalhos prestados ao Ibra, constantemente se apontou para a exploração presente em tais serviços. Segundo Julio Ramirez, antigo funcionário do Ibra/Incra e responsável pela condução dos projetos agrários, era comum desde pelo menos 1967 os parceiros do Núcleo Colonial de Papucaia trabalharem três dias em seus lotes e os outros quatro dias da semana serem contratados pelo Ibra para trabalhar em obras (Julio Ramirez, entrevista concedida a Abdias Vilar de Carvalho e Antônio Pompeu em 27/07/2005. Projeto Memória Incra. Acervo MSPP/en.MI.trans.jura). Os relatos de Jacir, Nilda e Lecilma mencionam a contratação dos lavradores locais para a medição dos lotes das áreas desapropriadas em Cachoeiras de Macacu, de modo que o trabalho para o Ibra ia para além do Núcleo Colonial de Papucaia, mas abarcava toda a região desapropriada e observada pelo Estado.

Por fim, resta apontar que a realocação dos moradores de Marubaí e a verificação dos lotes nas áreas de colonização e reforma agrária não foram pontos pacíficos. O relato do ex-padre Gerson da Conceição nos aponta que a atuação da Guarda Rural do Ibra sobre os moradores de Nova Ribeira e seu trabalho eclesiástico, mas carregado de perspectivas políticas e sociais, afetou os trabalhadores rurais e incentivou a continuidade da resistência local, mas agora sobre a forma de uma tentativa de formação de núcleo de guerrilha rural. A guerrilha foi formada a partir do trabalho político de Gerson, pároco de Santana de Japuíba, mas com forte atuação nas áreas de Papucaia e Nova Ribeira. O então padre Gerson aproximou-se de militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e depois da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e iniciado na região um processo de conscientização política e a tentativa de formação de uma guerrilha rural. Segundo seu relato, foi o contato com algumas famílias, “pessoal destemido” de Papucaia, lavradores migrantes, oriundos do Nordeste e que já haviam participado da ocupação de 1963 da SJBM e sofrido a violência da repressão, em especial a família Nunes, que despertaram nele a possibilidade de ali se realizar também um trabalho político de resistência. A

tentativa foi frustrada pela atuação do SNI e demais órgãos da repressão da ditadura empresarial-militar. O lavrador Joair Gonçalves, da família dos Nunes, foi assassinado pelo Exército e sua família precisou fugir da região. Gerson foi preso e torturado em 1971 pelo regime militar¹⁰².

Não nos ateremos a esta tentativa de formação de um núcleo de guerrilha rural¹⁰³, mas traremos de seu relato o trabalho de politização e de convivência cotidiana com os trabalhadores rurais da região. Os trechos abaixo, oriundos de sua entrevista com os pesquisadores Fabrício Teló e Leonilde Medeiros para a pesquisa *Conflitos e Repressão no Campo* (MEDEIROS, Coord., 2015), apontam para esta presença no cotidiano, constituindo e fortalecendo um grupo organizado dentro da região. Seu relato traz à tona formas de resistência teimosa e cotidiana em períodos de repressão e ditadura, bem como as formas de aproximação com os camponeses e a constituição de laços de amizade e respeito, fundamentais para a formação de um grupo social:

[Eles] Eram pobres, rudes, mas não eram miseráveis. Não passavam fome. Comiam direitinho. Plantavam; vendiam. E todo mundo tinha o seu pedaço de terra. Eles partilharam, entre eles. E aí foi a briga. Porque o Ibra, ele quis botar todo mundo para fora para fazer a divisão, deles. Talvez, tecnicamente, seria até melhor, mas, politicamente, não era. Eu olhei pelo lado político e disse – “Não vamos, não. Nós já estamos aqui dentro e vamos ficar aqui” – e aí, eu já comecei a ficar manjado [pelos agentes da Ditadura]. Ali nós começamos (...) e aí, a gente fez uma capela de pau a pique e sapê. E tinha um toco seco. E aquele toco seco, a gente serrou para botar a imagem do padroeiro. Aí, nós fizemos uma eleição para saber qual seria o padroeiro. E escolheram São José. E eu falei – “Rapaz, lá na igreja de Santana do Japuiba, tem um São José sobrando. Eu vou trazer aquele São José para cá” – (risos) e eu trouxe e botei em cima do toco. Minha senhora! O diabo do toco começou a brotar. Começou a sair – eu nem sei que árvore era – uns galhos... por quê? Porque aquilo úmido? Não tem nada de milagre. Acharam que era milagre, mas não tinha nada de milagre. Como você botou telhado? Aquilo ficou úmido (...). E aí, fizemos um galpão enorme, para – isso já da parte do social – para, depois da missa, a gente fazer um baile. (...). E todo mundo... eles partilharam o loteamento entre eles. Ninguém vendia. Era deles. Aí, um cara saiu e peguei o lote para mim. E peguei um outro, com um companheiro e plantamos mandioca. Porque o terreno era arenoso; e mandioca gosta de terreno arenoso. Porque a mandioca, ela gosta de... é raiz. Então, como a terra não comprime, ela desabrocha. E nós fizemos uma meia. Eu trabalhava com ele, lá. Aí, depois, nós íamos fazer um moinho de farinha (Gerson da Conceição

¹⁰² Em 1969 o ex-padre Gerson se retira da paróquia de Japuiba por conta de seu envolvimento na luta armada contra a ditadura empresarial-militar. Seu substituto foi o Padre Joaquim, figura de grande importância para a retomada da organização da luta pela terra em Cachoeiras de Macacu, cujo envolvimento com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) auxiliou na ocupação da fazenda SJBM em 1979, a ser tratada no próximo capítulo.

¹⁰³ A tese em construção de Fabrício Teló se debruçará sobre este tema. Ver também Teló e Braga (2015).

em entrevista a Fabrício Teló e Leonilde Medeiros, realizada no Rio de Janeiro em 06/05/2015).

Conforme analisado, o projeto político delimitado pelos governos da ditadura empresarial-militar foi capaz de romper com o horizonte de expectativas construído pelas organizações de trabalhadores do campo e da cidade, infligindo a eles uma desmobilização que não significou ausência de resistência. Apesar de isoladas, as lutas se intensificaram como resistências locais aos projetos de modernização do campo (MEDEIROS, 2014).

4.2 A devolução das terras e a mudança da política agrária

Em 1968, no Orçamento Programa do Ibra, foi planejada a transformação do Núcleo Colonial de Papucaia em “Distrito de Colonização de Papucaia”, composto pelas seguintes áreas: Núcleo Colonial de Papucaia, Glebas Sebastiana e Queiroz, Fazenda Santo Antônio do Guapiaçu, Conjunto Rural Guapiaçu, Gleba Sambaitiba e Gleba Vargem Grande, somando ao todo 21.627 hectares¹⁰⁴. A ausência da Fazenda SJBm relaciona-se ao fato de que o Decreto 60.807, de 02/06/1967, já havia revogado a desapropriação de parte considerável do imóvel, cerca de 850 alqueires. De fato, segundo documento da Justiça Federal anexado ao processo de desapropriação da SJBm em 1981, alega que ao menos desde 1965 já estava acordada e autorizada a exclusão das alíneas *a* e *b* do Decreto 53.404 de 13/01/1964¹⁰⁵.

Eliane Bastos (198-b) caracterizou a empresa Agrobrazil como um latifúndio improdutivo, como também diziam os próprios camponeses que questionavam a subutilização da propriedade durante a década de 1960. Em seu trabalho, Bastos demarca a luta pela terra sob uma perspectiva moral de seu uso: para os camponeses o uso da terra não se realiza simplesmente na valorização fundiária. Para exemplificar esta disputa moral a autora se volta para o Decreto 53.404/64 que desapropriou terras da SJBm (gleba *c*), de Itaboraí (gleba *a*) e de remanescentes da fazenda Maraporã (gleba *b*) como forma de resolução dos conflitos na região da São José e do Núcleo Colonial de Papucaia, visto que

¹⁰⁴ Orçamento Programa. Ibra. 1968. Arquivo Nacional – Acervo Paulo de Assis Ribeiro. BR_RJANRIO_S7_CX288_PT001_d001de001.

¹⁰⁵ Instituto Nacional de Reforma Agrária. “Processo de desapropriação da Agrobrazil Empreendimentos Rurais S/A e outros”; 4º Volume, p. 925. MEMO/SR(07)/J/nº 541/2000. Código 77.409. Número de Identificação: 54180.000936/00-44; 936/2000; 6 Volumes.

O argumento utilizado para a realização desta ocupação [de 1980] e da anterior [de 1963], que retomou os ‘200 alqueires’, era de que uma forte pressão demográfica se exercia sobre as terras daquela área, que, pelo fato de constituírem-se em terras de latifúndio, e portanto improdutivas, deveriam ser anexadas às áreas de reforma agrária (*idem*, p. 6).

Ao se apresentar com o fim de “manter a paz social e promover a justa distribuição da terra e condicionar seu uso ao bem estar coletivo”, o Decreto 53.404/64 embasou o argumento da superpopulação do Núcleo Colonial de Papucaia e da grilagem e endossou o uso da terra para o cultivo. Esta visão, contudo, foi enfraquecida com a ditadura empresarial-militar. Ainda em 1965 as terras desapropriadas começaram a ser devolvidas aos antigos proprietários sob a alegação de que não haveria mais conflitos fundiários, marcando este período como uma ruptura política no que se refere à reforma agrária.

Em 1975 um segundo acordo seria realizado, envolvendo o Incra e a Agrobrasil Empreendimentos Rurais S.A., e retrocederia a alínea c, devolvendo a Fazenda SJBM aos seus antigos donos. Deste modo, a partir deste acordo, devolviam-se os últimos 940 alqueires conquistados pelo movimento camponês de Cachoeiras de Macacu em 1963. O Procurador Regional Moacyr Felix de Oliveira aponta que o principal fator para a revogação da desapropriação foi a falta de “interesse da Expropriante no prosseguimento do feito” e a existência de litígios entre a Agrobrasil e outros proprietários. O documento aponta, ainda, para a realização de “obras públicas para a retificação dos leitos dos rios”, de modo que o terreno foi devolvido aos pretensos proprietários com obras de infraestrutura que elevavam seu valor¹⁰⁶. Este acordo, segundo analisa Bastos (198-b) valorizou o anteprojeto de loteamento feito pela Agrobrasil para construir chácaras de recreio onde antes havia a esperança de lotes de reforma agrária. Em outro trabalho, Eliane O’Dwyer (1982, p. 22) afirma que a empresa Agrobrasil pretendia dividir a fazenda “em lotes e quadras, conforme um anteprojeto de loteamento existente nesta ocasião. Pela dimensão dos lotes de 5.000 m², fica evidente que o objetivo do proprietário não era a utilização das áreas para cultivo, mas sua transformação em chácaras de recreio”.¹⁰⁷

¹⁰⁶ Instituto Nacional de Reforma Agrária. “Processo de desapropriação da Agrobrasil Empreendimentos Rurais S/A e outros”; 4º Volume, p. 923-924. MEMO/SR(07)/J/nº 541/2000. Código 77.409. Número de Identificação: 54180.000936/00-44; 936/2000; 6 Volumes.

¹⁰⁷ Unidade de medida para superfícies agrárias, um hectare equivale a 10.000m². Deste modo, o anteprojeto do loteamento previa lotes de meio hectare, área considerada insuficiente para a lavoura, visto que um módulo fiscal na região era de 14 ha. O módulo fiscal é fixado para cada município e leva em

Em 1980, logo após a nova ocupação da Fazenda SJBM e a prisão de 88 lavradores, fato a ser tratado no próximo capítulo, a Fetag/RJ aponta que a revogação da desapropriação, realizada por uma portaria do Coordenador Regional do Incra, só deveria ser feita através de um decreto presidencial, tal como a desapropriação fora declarada:

A partir de 1967, ao tempo em que deslocavam famílias da área desapropriada para outras glebas, o Ibra começava a devolver sucessivamente as glebas desapropriadas. Em 1974, foi devolvida à Agro-Brasil a última gleba desapropriada. A justificativa era a mesma: a área estava desocupada, inexistia tensão social, alegando-se mesmo que esta jamais ocorrera. Ressalte-se que todas as devoluções pautaram-se tão somente em expedientes administrativos, sem o imprescindível suporte legal, ou seja, o Decreto do Presidente da República¹⁰⁸.

Contudo, segundo levantamento de João de Jesus Pereira ainda na década de 1970, havia mais de 800 famílias sem terra em Cachoeiras de Macacu. Este novo levantamento do sindicato também gerou novas práticas dos proprietários:

Então, quando a gente começou a fazer petição ao Incra para que essa terra fosse assentada por essas famílias, aí também começou a aparecer os grileiros dizendo ser dono das fazendas e querer fazer movimento dentro da fazenda. Pegaram até um encarregado com o nome de João Alves, que o apelido era João Goiano, e colocaram na porteira da fazenda, numa casa, e que ali começou a fazer contrato de parceria com os trabalhadores pra desviar a desapropriação da fazenda (João de Jesus Pereira, entrevista a Leonilde Medeiros, 28/01/1983. Acervo MSPP/en.LST.trans.jjp2).

A devolução das terras da São José, iniciada em 1965/1967 e finalizada em 1974/1975, também se coaduna com a mudança do projeto agrário da ditadura militar. Seguindo a análise de Guilherme Delgado, as décadas de 1950 a 1980 apresentam a “maior densidade e penetração das formas avançadas de desenvolvimento capitalista em praticamente todas as esferas da vida social” (DELGADO, 1985, p. 51).

Entre o final dos anos 1930 e a primeira metade de 1960 o cenário nacional se caracterizou pelas crises de abastecimento interno, conforme analisado no Capítulo 1. Além disso, de 1930 até 1961 a política estatal foi de industrialização, tendo na agricultura uma fonte de transferência de recursos capazes de bancar este projeto.

consideração os principais tipos de atividade rural no município, a fim de corresponder à área mínima necessária a uma propriedade rural para que sua exploração seja economicamente viável através do trabalho familiar.

¹⁰⁸ Ofício nº AJ/27/80 do presidente da Fetag/RJ, Eraldo Lirio de Azeredo, e do tesoureiro, Miguel Fernando de Souza, ao coordenador regional do Leste Meridional do Incra/RJ, José Carlos Vieira Barbosa, em 31/01/1980. Acervo MSPP/Sr SC.frj.ocp – Pasta II.

Foram anos em que o setor agrícola foi definido a partir das necessidades do desenvolvimento industrial e urbano, mas não sem perder incentivos e apoios estatais capazes de manter as taxas de lucro. É a partir de meados da década de 1960 que serão valorizadas políticas de fomento à integração industrial e internacional da agricultura.

A estrutura agrária durante o regime militar foi marcada, no Sul-Sudeste, pela concentração de grandes empresas e pequenas propriedades. Esta marca das regiões mais modernizadas do Brasil é delineada, nas grandes empresas, pela elevada integração de capitais e o fácil acesso às políticas agrícolas. Para Delgado, é na política fundiária que “o aspecto conservador do estilo de modernização agrícola se revelará com toda a força” (*idem*, p. 98), identificando o marco legal desta política no Estatuto da Terra de 1964 e a forma de realização de suas duas principais orientações: as bases institucionais para a reforma agrária e a inviolabilidade da empresa rural. No que se refere à reforma agrária, o autor enxerga uma “grande lacuna na ação concreta do Estado” (*idem*, p. 98) até os anos de 1980, quando o poder público passa a conduzir projetos de colonização a fim de resolver problemas de conflito social, a ser analisado no próximo capítulo.

Ao mesmo tempo, o apoio à colonização privada e os incentivos fiscais a projetos agropecuários no Norte e no Nordeste caracterizaram a política fundiária dos governos militares como facilitadora da concentração fundiária e de investimentos às empresas privadas. Aliados os benefícios diretos e indiretos à propriedade fundiária e a pouca atenção ou mesmo realização da Reforma Agrária resultaram na valorização da propriedade territorial e do latifúndio e o crescimento da presença de capitais industriais e urbanos no campo. Para o autor, portanto, “sob as benesses e o apoio da política fundiária do Estado” se desenvolvem a concentração e a centralização do capital no mercado de terras integrado ao sistema financeiro (*idem*, p. 106). Para as populações rurais o resultado é o desemprego e o empobrecimento de trabalhadores rurais e pequenos produtores.

Segundo Dryden de Arezzo, com a inflexão para as áreas de ocupação na Amazônia, a ordem foi de emancipar e devolver terras em outras áreas, inclusive na Baixada Fluminense. Esta informação é fundamental para desenvolver a compreensão sobre o paulatino desinteresse do Incra pela região durante os anos 1970, período de crescimento do interesse por loteamentos para sítios de recreio. Nesta década, os projetos de colonização em Cachoeiras de Macacu, até então amplamente apontados como os mecanismos institucionais capazes de domesticar os conflitos por terra e

amplificar a produção agrícola no Estado do Rio de Janeiro, foram emancipados de forma abrupta.

Dryden Arezzo compreende que o território do Estado do Rio de Janeiro é, historicamente, um *locus* de ação fundiária, ao menos desde as concessões de sesmarias (AREZZO, 1998). Para este autor, “A drástica intervenção militar no processo político-institucional do país, em 1964, priorizou o estado do Rio como frente de combate às ocupações irregulares de terras e do aprisionamento de suas lideranças” (*idem*, p. 45), de modo que sua análise, ainda que o autor não utilize estes termos, realça o caráter de classe do golpe e do governo autoritário empreendido pela ditadura empresarial-militar, que voltou suas ações para impedir a atuação do movimento camponês fluminense através das inúmeras ações analisadas neste capítulo: repressão, violências física e simbólica, queima de casas e plantações, intervenção no Sindicato, prisões arbitrárias, cercamento de casas, etc.

Arezzo analisa, ainda, que o Plano Regional do Ibra de 1965 se caracterizava por quatro grandes propostas:

(a) recuperação e regularização das antigas unidades de colonização, que agora seriam colocadas como polos de desenvolvimento rural integrado, aproveitando a infraestrutura patrimonial existente, (b) preservação das áreas agrícolas contra a urbanização especulativa e os loteamentos esterilizadores (...), (c) reaproveitamento de algumas áreas desapropriadas pelo então governo do estado do Rio, e tornadas nuas pelo governo federal, por vícios de origem, (d) e, finalmente, aquela que seria a verdadeira e única ação possível de reforma agrária regional, de repercussão continental, caracterizada pelo aproveitamento da grande baixada formada pelos vales S. João, Macaé/São Pedro e Imbé, totalmente inaproveitada, mas condicionada a grandes investimentos em saneamento ambiental e irrigação (AREZZO, 1998, pp. 45-46).

Ao transferir para os governos estaduais a competência pela regularização das terras devolutas e o aproveitamento de terras públicas não federais, nos anos 1970 após a criação do Incra, a reforma agrária deixou de ser uma preocupação do Estado. Com a transferência do Incra para Brasília, a ação federal no Rio de Janeiro, cujo Plano Regional de Reforma Agrária já havia sido abandonado, passou a se limitar à liquidação dos remanescentes de Núcleos Coloniais. As terras públicas dos núcleos produtores, mesmo com a legislação preventiva, foram progressivamente sendo transformadas em sítios de recreio, loteamentos urbanos, clubes e condomínios a partir dos anos 1970. Arezzo assim resume, com precisão, o quadro fundiário do Estado do Rio de Janeiro:

Nesse esforço histórico depreende-se que a ocupação territorial do estado do Rio se processou através de intensos movimentos espontâneos de colonos e trabalhadores rurais, que, encontrando terras sem ocupação, ou ocupadas ilegalmente por pretensos proprietários ou beneficiários do poder, geraram conflitos permanentes pela posse da terra, que permanecem contemporaneamente. A predominância da pequena e média propriedade expressa o resultado desse processo atomizado (AREZZO, 1998, p. 48).

Os aspectos socioeconômicos do “Relatório técnico de avaliação do potencial do projeto de assentamento São José da Boa Morte” de 1987 (Caixa 15. FETAG/RJ – 1964-1989) narram que “foi a colonização que basicamente criou suporte ao desenvolvimento do Município, e implantou a infraestrutura social” (*idem*, p. 7). Os avaliadores do Incra compreendiam, ainda, que a implantação das áreas de colonização do município ao longo dos anos 1960 e 1970 foram o “cerne do processo de Colonização no Estado do Rio de Janeiro” (*idem*, p. 7), realizado em Cachoeiras de Macacu de “forma totalmente paternalista e impositiva” (*idem*, p. 7). Os termos utilizados pela avaliação do projeto de assentamento apontam para a forma como o município aparecia aos olhos do Estado: seu passado de tensão social nas áreas rurais foi de suma importância para a análise da área como prioritária para reforma agrária, intensificando por meio desta medida a presença e a atuação do Estado, a fim de prevenir a mobilização coletiva dos lavradores e a proliferação de perspectivas e enquadramentos contrários aos definidos pelo Estado militarizado.

4.3 O movimento sindical e o novo despejo

Apesar da ditadura empresarial-militar brasileira se caracterizar como um período de institucionalização da repressão, com mecanismos capazes de descaracterizar e desmotivar a luta coletiva dos trabalhadores, a multiplicidade de microatos individuais de resistência e insubordinação (SCOTT, 2002) manteve vivo o quadro interpretativo constituído no período de confronto público nos anos anteriores ao golpe. A individualização dos mecanismos de resistência através das frentes assistencialistas, paternalistas e repressivas do Estado durante os anos ditatoriais dificultou, mas não inviabilizou a continuidade do trabalho de coletivização das indignações individuais em Cachoeiras de Macacu.

Bruno (1997a) compreende que a “repressão que se abateu sobre os trabalhadores rurais pós o golpe de 1964 foi determinante para o controle e a desarticulação do movimento camponês no seu conjunto” (*idem*, p. 122). O governo

militar foi capaz de tentar ditar os termos e conteúdos a serem discutidos pelos trabalhadores rurais através de intervenção e ressignificação dos sindicatos rurais, contra trabalhadores intimidados, marcados pelo medo e pelo receio das prisões, perseguições e torturas. O sindicalismo rural passou a ser orientado, num primeiro momento, a partir da perspectiva dos Círculos Operários Cristãos, presentes em locais chave na Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e na presidência de sindicatos em todo o país, frequentemente através de intervenções nas direções sindicais protagonizadas pelo Estado ditatorial.

Ainda segundo Bruno (1997a; 1997b), a continuidade do movimento sindical se fez com novo conteúdo: apesar de ainda denunciar as condições de exploração e miséria dos trabalhadores rurais, defendendo algumas de suas reivindicações mais antigas, as possibilidades de organização política foram esvaziadas pela opção de conciliação entre trabalhadores e patrões e pelas medidas assistencialistas. A autora matiza esta interpretação com a compreensão de que, ainda que limitadas as solicitações e sugestões ao Estado, os STRs mantiveram alguma força, chegando, em alguns locais, a afirmar a autonomia, a liberdade de organização, a efetiva realização dos mecanismos de desapropriação do Estatuto da Terra e o direito de greve como instrumento de defesa e arma dos trabalhadores ainda em 1966.

Frente ao contexto de repressão às organizações populares no campo que “favoreceu o acerto de contas e o revide dos latifundiários, que aproveitaram a situação para ameaçar, expulsar e matar trabalhadores rurais” (BRUNO, 1997a, p. 125), o Estatuto da Terra se tornou instrumento de luta e barganha na mão das lideranças mais combativas. Tornou-se tarefa do movimento camponês recriar os vínculos entre latifúndio, violência e sujeição, descaracterizados pelo Estatuto da Terra, que priorizava o estímulo à produtividade das áreas rurais. Apesar de suas fragilidades, a promulgação de uma legislação agrária foi utilizada pelo movimento sindical rural como instrumento que forçava o diálogo, sempre tenso, entre os trabalhadores rurais e o Estado.

Moacir Palmeira (1985) mostrou que, mesmo com as intervenções do Estado na vida sindical, as reivindicações dos sindicatos se mantiveram semelhantes, visto que as necessidades imediatas dos camponeses não se modificaram com a mudança dos quadros sindicais. Conforme analisa este autor, o Estado buscou controlar os STRs através de políticas assistencialistas, muitas vezes apropriadas pelos sindicatos para estimular a sindicalização e a independência dos trabalhadores rurais dos paternalismos a que estavam submetidos. Através de um intenso trabalho pedagógico, diversos STRs

acentuaram a defesa dos direitos individuais, trabalhistas e agrários, apoiando as lutas pela permanência na terra e fundamentando-se na legislação e na denúncia pública (ver também MEDEIROS, 2014).

Dentro do contexto de repressão à organização política e social dos trabalhadores rurais, o sindicato surge como um novo mediador na relação camponês/patrão e como um ator de referência e expressão dos interesses gerais dos trabalhadores. A contínua atuação dos STRs tornou possível a formação de uma identidade política do campesinato que o retirava do anonimato e o colocava, junto de suas reivindicações e formas de ação coletiva, na cena pública:

Nesse período de “internalização das lutas de classe”, sindicatos que, por assim dizer, coincidiam com uma comunidade, expressão que eram de lutas específicas ocorridas em algum momento, puderam reorganizar-se mais rapidamente do que sindicatos que eram mais expressivos dos interesses médios do conjunto de trabalhadores do município (PALMEIRA, 1985, p. 49).

Para Medeiros (2014) o próprio sindicalismo assumiu formas particulares em cada Estado e local, dependendo da tradição de luta, das forças presentes e do nível de expropriação: “Nessa perspectiva, cada conflito envolvia o sindicato de forma particular, indo desde o completo divórcio e alheamento até situações em que a presença sindical foi fundamental para garantir direitos básicos aos trabalhadores” (MEDEIROS, 2014, p. 209).

A dimensão desapropriadora do Estatuto da Terra foi enfatizada e soube-se traduzir as ameaças sofridas pelos trabalhadores para a linguagem da lei, demandando-a para a resolução dos conflitos e constituindo uma cultura política de resistência e uso da legislação como estratégia de ação política em um contexto repressivo:

nos vários conflitos que afloraram no estado [do Rio de Janeiro] no período pós-golpe ou que continuaram apesar da mudança de regime, há claramente uma estratégia de ação sindical que passava pela defesa dos direitos, explorando a legislação existente, inclusive aquela criada já em plena ditadura, como é o caso do Estatuto da Terra, sempre evocado para legitimar a recorrente demanda por desapropriação das áreas em conflito (MEDEIROS, 2015, p. 82).

Novas eleições na diretoria da Contag em 1967 modificaram a forma de atuação da entidade, que passou a assumir de forma mais incisiva a luta pelos direitos dos trabalhadores rurais, buscando disputar os seus significados e torna-los conhecidos. Desta forma a Contag, as Fetags e os STRs unificavam as bandeiras de luta e balizavam as formas de ação coletiva, respaldando-se no Estatuto do Trabalhador Rural e no

Estatuto da Terra. Dentro das Federações e STRs a atuação das assessorias jurídicas foi de fundamental importância para a constituição de um padrão de ação com base no recurso à justiça (MEDEIROS, 1989). A autora reflete que “deve ser lembrado que uma atuação mais combativa do sindicato imediatamente se traduzia em uma possibilidade de intervenção, prisões, e mesmo repressão policial aberta. E dentro desse quadro que se gera um determinado tipo de dirigente sindical, caracterizado pela ação prudente, que não desafiava o Estado” (MEDEIROS, 1989, p. 94).

Em uma mensagem de Natal de 1972, o STR de Cachoeiras de Macacu trazia algumas informações relevantes que realçam a principal atividade do Sindicato neste período: a assistência social e a busca por aproximação do trabalhador rural por esta via. Segundo este documento, o convênio com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural)¹⁰⁹ havia sido feito em agosto de 1969, e em 1971 o Sindicato firmou um acordo para assistência médica e odontológica. Ainda segundo este documento, o número de sindicalizados em 1972 chegou a 3.098, e o número de atendimentos no mesmo ano foi de 11.904¹¹⁰. João de Jesus Pereira, presidente do STR de Cachoeiras de Macacu de 1972 a 1994, enfatizou a atuação do Sindicato durante a sua presidência, tendo sido capaz de ampliar o acesso dos lavradores à saúde. Segundo ele, eram duas as principais reivindicações dos trabalhadores rurais nesta época: a ampliação do acesso à rede pública de saúde e a conquista da terra para o trabalho (João de Jesus Pereira, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeiras de Macacu de 1972 a 1994, entrevista concedida a Ricardo Brito em 21/12/2017, em Cachoeiras de Macacu).

Segundo Medeiros (1989), o peso das medidas assistenciais em locais de carência acabou significando, em diversos locais, a transformação do sindicato em agência de assistência social. Esta transformação se tornou mais aguda graças ao contexto de redução das condições de atuação do sindicato enquanto instrumento de mobilização, reivindicação e luta dos trabalhadores. Neste contexto a imagem do STR se associou ao Funrural, o que não impediu a atuação de alguns STRs de buscar esclarecer os direitos dos trabalhadores no momento da prestação de serviços de assistência social.

¹⁰⁹ O Funrural abrangia a aposentadoria (por velhice ou por invalidez), pensão, auxílio funeral, serviços de saúde e serviço social. As bases da previdência no campo estavam previstas desde o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963. Sua implementação só se inicia em 1967, mas foi apenas com o Funrural que esta foi efetivamente realizada.

¹¹⁰ “Mensagem de Natal”, 1972. Metropolitana – Caixas 8 e 9/Cachoeiras de Macacu. FETAG/RJ – 1964-1989.

Estudo realizado pela Contag em 1975 traz uma descrição das atividades cotidianas do STR de Cachoeiras de Macacu, apontando para as formas de atuação deste Sindicato¹¹¹: “Ao contrário dos demais sindicatos visitados, os três diretores trabalham diariamente. (...) O Sindicato adota por norma, quando chega uma reclamação, encaminhar, em primeiro lugar, ao dirigente porque ‘o advogado vê a lei e o dirigente a situação do trabalhador’”¹¹². Segundo a Confederação, o sindicato tinha um amplo trabalho de base, com reuniões todos os sábados e domingos, chegando a fundar três núcleos sindicais que realizavam reuniões e encaminhavam seus problemas ao STR, sendo a presença do advogado diária.¹¹³ A ampla maioria das reivindicações era trabalhista, visto que predominavam os assalariados no Sindicato. Em relação aos meeiros o pagamento era negociado diretamente com o patrão, o que aponta para a situação de maior fragilidade desta categoria social. Por fim, foram apontadas algumas das reclamações mais comuns em relação aos Núcleos:

parceiros assumindo parcelas contínuas, formando até 50 alqueires; muitos parceiros utilizando empregados; núcleos administrados por militares reformados, que cedem parcelas a militares para sítios de veraneio; administração de Papucaia controlando as informações sobre os núcleos, chegando a ameaçar o Sindicato, para evitar denúncias sobre irregularidades (Estudo da Realidade Sócio-Sindical dos Trabalhadores Rurais no Rio de Janeiro. Contag, 1975, pp. 62-63. Caixa 15. FETAG/RJ – 1964-1989).

Além do crescimento da prática assistencialista nos STRs durante os anos 1970, esta década também viveu o momento de proliferação dos STRs, emergência de

¹¹¹ O documento também aponta para a forte presença dos Círculos Operários neste STR, intensificada pela presença do Padre Carvalho no município, responsável por nomear a Junta Governativa na Fetag/RJ após o golpe de 1964 (BARCELLOS, 2008). Contudo, os dados obtidos em nossa pesquisa não nos permitem assegurar um vínculo entre a perspectiva desta entidade e a diretoria do STR após 1970. Criados no Brasil em 1932, os Círculos Operários Católicos foram associações civis que buscaram ampliar práticas que disciplinassem os trabalhadores a partir de ideias de harmonização social. Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) a Igreja Católica, ante a perspectiva de deterioração das condições de vida dos trabalhadores, alcançou amplo espaço nas áreas sindicais, assistenciais e trabalhistas, auxiliando no projeto político de ordenamento social e regulação das relações sociais de Vargas, ao mesmo tempo em que procurava afastar a influência comunista das classes trabalhadoras. Ver o verbete “*Círculos Operários*” no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/circulos-operarios>>. Acessado em 08/01/2018.

¹¹² Estudo da Realidade Sócio-Sindical dos Trabalhadores Rurais no Rio de Janeiro. Contag, 1975, p. 62. Caixa 15. FETAG/RJ – 1964-1989.

¹¹³ A informação também nos foi confirmada por João de Jesus Pereira. Os núcleos sindicais se localizavam em Papucaia e Marubá, áreas de forte presença e mobilização dos lavradores e no centro do município. Destes três, apenas a sede sindical no centro do município ainda está em funcionamento (Entrevista de João de Jesus Pereira, ex-presidente do STR de Cachoeiras de Macacu de 1972 a 1994, concedida a Ricardo Brito em 21/12/2017, em Cachoeiras de Macacu).

conflitos e construção de oposições sindicais. A Contag realizou estudos sobre a atuação dos STRs e deu ênfase na formação sindical, além de continuar a pressionar pela efetiva realização da reforma agrária, criticando a ênfase do Estado na realização de projetos de colonização (MEDEIROS, 1989). Para Barcellos (2008) a atuação da Contag foi respaldada pela Fetag/RJ, que intensificou a fundação de STRs e a formação de novos dirigentes sindicais, buscando construir uma unidade interna de atuação com maior base. Em Cachoeiras de Macacu o STR é reaberto neste mesmo ano.

De um modo geral, Barcellos (2008, p. 61) compreende que "a Federação tornava-se uma correia de transmissão das políticas", sendo amplamente acionada pelos STRs que a ela se dirigiam frequentemente. O autor aponta para a importante atuação da Fetag/RJ no acompanhamento das situações de conflito e na reivindicação de suas resoluções, em especial nas áreas prioritárias para reforma agrária, produzindo ofícios e relatórios encaminhados a Contag, ministérios e presidência da República que destacavam a violência e a injustiça sofridas pelos trabalhadores rurais, apontando para ações de grilagem e reivindicando a resolução do conflito pelo Estado. Esta atuação, para Barcellos (2008) acompanhou os traços fundamentais do sindicalismo rural após o golpe de 1964: defesa da reforma agrária como bandeira de luta unificadora do conjunto de trabalhadores do meio rural, padrão de ação sindical marcado pela prudência e ampliação da capilaridade sindical.

Barcellos (2008) ainda aponta para as atuações das assessorias ligadas à Fetag/RJ e aos STRs. Foi de fundamental importância a assessoria jurídica, capaz de disputar os significados do Estatuto da Terra, reivindicando sua aplicação, acompanhando situações de conflito, construindo notas e relatórios, acompanhando trabalhadores presos e criando pontes entre os STRs, a Fetag/RJ e a Contag. A atuação dos advogados na assessoria jurídica contribuiu para a consolidação da bandeira da reforma agrária no Rio de Janeiro e para o encaminhamento legal das reivindicações dos trabalhadores rurais. A assessoria educacional da Fetag/RJ também tem relativa importância para o período, realizando cursos de formação de lideranças sindicais capazes de capacitar os dirigentes na resolução de problemas administrativos, contábeis, jurídicos, assistenciais e de organização do STR.

Uma rica fonte de informações é o Levantamento de Conflitos por Terra no RJ – 1979/1981 (Caixa 16. FETAG/RJ – 1964-1989), produzido pela Fetag/RJ com base nos relatórios dos STRs. Com base no Relatório do STR de Cachoeiras de Macacu de 29.03.1979, o município apresentou quatro áreas de tensão, sendo relevante uma nota,

relembrando das ameaças e agressões físicas a Nilson Marques, advogado do STR, realizada por fazendeiros em 1978 e as mortes ocasionadas por conflitos pela terra¹¹⁴. Nos conflitos de SJBM, Areia Branca e Boca do Mato reivindicava-se a desapropriação da terra em favor das famílias de trabalhadores rurais que estavam ameaçadas de expulsão por grileiros. A insegurança dos trabalhadores rurais era intensificada também pela atuação da Comarca municipal, ao expedir os mandatos de reintegração de posse e expulsão dos lavradores. No caso dos conflitos dentro do PIC Papucaia, as principais reivindicações eram a emancipação dos núcleos, a titulação definitiva, ampliação do crédito e da assistência, melhoria nos serviços de infraestrutura e a efetiva participação dos parceiros na vida e organização do núcleo. Nele um dos principais focos de tensão era o Condomínio Agropecuário de Marubaí, onde:

De um modo geral a situação dos parceiros é de pobreza, desassistência, abandono, alguns poucos têm o título, e a maioria sequer sabe quando irá recebê-los. Os parceiros temem que o Incra inclusive ceda às pressões dos fazendeiros vizinhos à área desapropriada, permitindo-lhes inclusive alterar as divisas e açambarcar áreas pertencentes ao projeto de colonização, e esse temor dos parceiros se deve principalmente ao que aconteceu com a desapropriação de São José da Boa Morte. Vale ressaltar que existem centenas de famílias – de lavradores sem terra, vivendo nas periferias do Projeto Papucaia, as quais para sobreviver se assalariam para os proprietários locais. Essas famílias já requereram uma área de terra ao Incra e estão aguardando solução. O fato de haver terra disponível na região, caso de São José da Boa Morte, por exemplo, agrava ainda mais a situação de conflito social na área. (Levantamento de Conflitos por Terra no RJ – 1979/1981, p. 18. Caixa 16. FETAG/RJ – 1964-1989).

É importante apontar que a reversão da desapropriação da SJBM atuou como uma fonte de medo no imaginário social dos trabalhadores rurais: a possibilidade de qualquer núcleo de colonização ou desapropriação ser revertido colocava em cheque a estabilidade dos trabalhadores rurais, deixando-os em situações de instabilidade, agravada pela situação de pobreza e concentração de terras no município. Este medo assumia contornos mais drásticos se levarmos em consideração as transformações no quadro fundiário do município. A partir dos dados estatísticos analisados no Capítulo 1 é possível compreender algumas das pressões a que os lavradores da região estavam submetidos. Em todo o município de Cachoeiras de Macacu houve um aumento significativo no número de estabelecimentos de 0 a 10 ha entre 1970 e 1980: foram 243

¹¹⁴ Em 1987 Nilson Marques morreu aos 48 anos devido a um acidente de carro na altura do município de Itaboraí. Segundo algumas pessoas o acidente foi planejado e armado a mando de grileiros. Nilson atuava também na formação de advogados populares.

novos estabelecimentos, em uma área de terra que se manteve praticamente a mesma (Tabela 3). A fragmentação da pequena propriedade também se relacionava, neste período, com o crescimento das grandes propriedades: para as áreas entre 100 e 200 ha houve um crescimento de 18 propriedades e 2.469 hectares; para os estabelecimentos de 500 a 1.000 ha, um crescimento de 7 estabelecimentos e 3.348 ha; e para as áreas de 2.000 a 5.000 ha, um crescimento de dois estabelecimentos e 6.678 ha.

Entre as décadas de 1970 e 1980 o número de arrendatários, ocupantes e parceiros diminuiu. No que se refere aos ocupantes e parceiros, as áreas em hectares se reduziram a quase a metade. No caso dos arrendatários, a diminuição no número de estabelecimento é contraposta ao aumento de 1.799 ha de área total (Tabela 4). Nestas décadas, as áreas de lavoura no município de Cachoeiras de Macacu diminuíram 10 mil hectares (Tabela 5). O restante dos dados da Tabela 5 nos explica que parte desta diminuição se reflete no aumento do número de mata, devido à mais efetiva atuação do Estado contra o desmatamento. Contudo, as áreas de pastagem no município aumentaram em 7.759 hectares neste mesmo período.

Em 1978, 16 famílias de lavradores de São José processaram e abriram uma ação demarcatória contra a Companhia Agrobrasil S.A. As famílias, as únicas que conseguiram residir na fazenda após as expulsões e devoluções de terra para os irmãos Coimbra Bueno, acusavam a Agrobrasil de tentar invadir seus terrenos. Neste processo os lavradores pediram à Comarca do município uma garantia para que pudessem plantar na área em que se estabeleciam e que seus produtos não fossem destruídos, na região de Marubaí. O documento assinado pelo advogado do STR Nilson Marques em 04/12/1978 expunha:

Por outro lado, comunica a esse Juízo que pessoas sob o comando do administrador da AgroBrasil vêm tentando ocupar trechos da posse dos Requerentes, especificamente alojando-se em pequena casa de há muito edificada na área e ocupada por um dos Suplicantes (Moisés da Silveira Couto) o que, se consumado, criaria um fato novo ao estado da lide, em detrimento do deslinde final da matéria controversa (Sumário do Processo de Desapropriação de áreas de terras em Cachoeiras de Macacu – RJ. Cachoeiras de Macacu/Itaboraí. Processo de desapropriação – 1960/1970/1980, p. 14. FETAG/RJ – 1964-1989).

Durante os meses que se seguiram, o STR de Cachoeiras de Macacu evitou duas tentativas de despejo dessas famílias. Em relatório à Fetag/RJ, o Sindicato aponta para as novas disputas entre os pretensos proprietários de terra que se reivindicavam donos das áreas em litígio e reafirma o caráter público das terras reapropriadas pela

Agrobrasil, assumindo a importância de dar a elas a “função social” prescrita no Estatuto da Terra, trabalho que caberia aos posseiros:

A preocupação dos trabalhadores deve ser analisada na medida que os fatos evoluem, não só em relação ao despejo em si – preocupação maior –, mas na medida que a área em que estão localizadas está sendo disputada por senhores “proprietários de terra”, onde de um lado os Srs. Edson José de Lemos e Dalton dos Santos Teixeira e do outro a Agrobrasil Empreendimentos Rurais Ltda., contendem com seus diversos “títulos” e argumentos sobre a propriedade da área ocupada. (...) Há, ainda, que se destacar o fato dos contendores serem partes em outros processos ajuizados na Comarca [de Cachoeiras de Macacu], especialmente, a Agrobrasil Empreendimentos S.A., versando sobre titularidade de terras e sendo, por coincidência, a área em questão encravada entre o Projeto de Colonização do Condomínio Marubá e o Núcleo de Colonização de Nova Ribeira, áreas de Projeto de Colonização e Reforma Agrária do Incra, se afina com os objetivos de se posicionar esse órgão, como se posicionou em questões anteriores e em áreas diversas em todo país, a fim de que os fatos apurados e medidas cabíveis tomadas, seja possível o assentamento dessas famílias de posseiros, cujo objetivo maior é dar função social à terra, em consonância com o que dispõem a Constituição do Brasil e o Estatuto da Terra (Ofício nº 28/79 do presidente do STR de Cachoeiras de Macacu, João de Jesus Pereira, ao presidente da Fetag/RJ, Eraldo Lírio de Azeredo, em 08/08/1979, MSPP/Sr SC.frj.ocp – Pasta II).

Poucos meses após este relatório, a Contag enviou um ofício ao Ministério da Agricultura, sublinhando a tarefa do movimento sindical rural de tornar público os conflitos por terra em todo o Brasil: “Paradoxalmente, a área em que o Incra afirmara inexistir problemas ou conflitos sociais passa a ser objeto de acirrada disputa judicial, com vários pretensos proprietários reivindicando seus domínios, provocando aflição e insegurança às dezesseis famílias que ocupam o imóvel”¹¹⁵.

Em pouco tempo o conflito se acirrou: a retomada das expulsões de lavradores a mando da Agrobrasil reativou o conflito na área da SJBm. Ao final do ano de 1979 um grupo de 120 famílias ocupou a fazenda, fato que alterou radicalmente a região. Esta alteração pode ser percebida no novo relatório do STR de Cachoeiras de Macacu a respeito do levantamento de conflitos de terras em 1980 e em 1981: à luz dos acontecimentos do presente novas interpretações e memórias sobre o passado foram apresentadas, tornando possível, ainda, a abertura de novos horizontes.¹¹⁶ No Histórico

¹¹⁵ Ofício nº AJ/2609/79 da Contag ao Ministério da Agricultura em 29/10/1979, MSPP/Sr SC.frj.cbl – Pasta II.

¹¹⁶ A reflexão está presente em Roberto Schwarz (2012), porém seu objeto é o arranjo formal da arte e as potencialidades da escrita e da crítica dialéticas, capazes de unir e articular a contradição entre a invenção

presente no documento “Conflitos de Terra. 1981”¹¹⁷, a Fetag/RJ aponta que o imóvel é ocupado “há mais de vinte anos por centenas de famílias de lavradores” que em 1964 conquistaram a desapropriação. Em 1974 diversas famílias teriam sido expulsas por “grileiros”, obrigando-se a venderem suas forças de trabalho “na redondeza” ou viver de parcerias, apontando para a permanência dos lavradores naquela localidade. Apenas 16 famílias teriam conseguido permanecer na SJBM até 1978, quando passaram a ser ameaçadas de expulsão. A narrativa da Fetag/RJ justifica a ocupação, dando a ela seu apoio:

Pressionados pela fome e o subemprego, em fim de 1979 centenas de trabalhadores ocupam a fazenda, tentando dar à terra a função social prescrita nas legislações de nosso país. Isto depois de 16 anos da vigência do decreto de desapropriação, em que o Incra, ao invés de assentar centenas de famílias de trabalhadores, tenta devolver nos Autos de Ação de Desapropriação a terra aos antigos pretensos donos (Levantamento de Conflitos por Terra no RJ – 1979/1981, p. 56. Caixa 16. FETAG/RJ – 1964-1989).

No próximo capítulo analisamos a participação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Cachoeiras de Macacu e da Comissão Pastoral da Terra, entidades que buscaram representar os interesses dos trabalhadores rurais no município. Estas entidades foram fundamentais na organização da resistência teimosa, da ocupação de 1979 e na manutenção do quadro interpretativo capaz de articular o trabalho de ação coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras rurais à conquista da terra, auxiliando na luta local pela democratização do acesso à terra e pela construção de um projeto popular que iria emergir no cenário público a partir das lutas sindicais e de redemocratização.

artística e o momento histórico, evidenciando sua unidade e revelando o presente, as possibilidades do futuro e as fraturas dos alicerces do passado.

¹¹⁷ “Conflitos de Terra. 1981”. Levantamento de Conflitos por Terra no RJ – 1979/1981. Caixa 16. FETAG/RJ – 1964-1989.

5. “AÍ QUE NÓS VOLTAMOS MAIS ENFEZADOS AINDA”: OCUPAÇÃO E RECONQUISTA DA TERRA

O foco deste capítulo é a ocupação da Fazenda SJBM de 1979, as prisões de lavradores em 1980 e a nova e definitiva desapropriação em 1981. Analisamos a atuação do STR de Cachoeiras de Macacu, da Fetag/RJ e da CPT, à luz da nova conjuntura nacional e estadual. Essas instituições tiveram forte atuação no município e capilaridade entre os trabalhadores rurais, houve tanto conflitos quanto ações conjuntas. A análise destes mediadores não secundariza a participação ativa dos camponeses na ocupação e na conquista da desapropriação, capazes que foram de fazer ressurgir o enquadramento coletivo construído no período anterior ao golpe, mas que se manteve presente e constituiu a base de motivações para a organização política e para a escolha da forma de ação coletiva.

5.1. Reconstituindo a ocupação: “Aí que nós voltamos mais enfezados ainda”

Um lavrador da São José, que participou da ocupação de 1979 e depois foi assentado, contou-nos em entrevista os diversos momentos das ocupações, visto que foram muitas graças à dinâmica de despejo e reintegração de posse promovida por grileiros, proprietários de terra, polícia e Comarca municipal. Segundo ele, as terras da São José e o seu entorno, envolvendo as regiões de Vecchi, Quizanga, Maraporã, Sebastiana, Carmo, Matumbo e Conjunto Rural do Guapiaçu, foram medidas e avaliadas pelo Ibra após o golpe. O processo de expulsão e violência relatado no capítulo anterior fez com que estas terras ficassem relativamente vazias, sendo algumas devolvidas aos seus antigos proprietários, marcadas por uma ausência de clareza sobre sua real condição de terra pública e de seus limites definidos. O entrevistado relata a angústia dos lavradores: “E o mais é sofrimento e morrer na estrada e passando até necessidade. A gente doido pra ter um trequinho, pra sossegar, que a gente vivia tudo em terra dos outros”. Ele nos contou, ainda, o primeiro momento em que a ocupação surgiu como possibilidade e estratégia de ação coletiva:

Só que a gente... Não sabendo que isso aqui [era público], nós íamos fazendo, né, não sabíamos que isso aqui era do Incra. E foi justamente naquela ocasião, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que o presidente era Seu Joãozinho (...) ele descobriu que essas terras aqui eram do Incra, não eram da fazenda. Ele agarrou. Foi diretamente ao Incra ele...: “Aqueles terras lá são tudo nossa, só que nós não têm capacidade ou autoridade pra gente entrar ali e botar o povo lá, que o Incra hoje se encontra muito fraco, demais”.

(...) Seu João falou assim: “Ó, aquelas terras lá da São José lá, aquelas terras é do Incra, e se nós não fazer uma pressão o Incra não vai tomar a providência, eles tão sem força pra poder entrar lá. Então nós temos que armar um golpe pra poder nós tomar aquelas terras”. Foi justamente o presidente do Sindicato, fazia reunião com os trabalhadores aqui da região. Região que fala é dentro do município, né, não são pessoas de fora não. E aí chegou num ponto de entre os trabalhadores e o presidente, é o seguinte, pra gente entrar na área. Como [por que] que nós tava invadindo? Pra poder as autoridades tomar a providência (Orodice, entrevista concedida a Ricardo Brito e realizada em São José da Boa Morte, Cachoeiras de Macacu, em 01/11/2017).

A riqueza do relato precisa ser contraposta aos testemunhos de duas figuras de importância no município: João de Jesus Pereira, então presidente do STR, e Padre Johaanes Joachim Maria Van Leewen, pároco de Japuíba e um dos fundadores da CPT em Cachoeiras de Macacu, conhecido como Padre Joaquim. Orodice construiu sua narrativa e sua perspectiva a partir da importância do STR e da figura do seu presidente. Entretanto, a fala de Orodice junta os tempos da ocupação com a luta posterior pela desapropriação da terra, unindo as perspectivas da CPT, que apesar de não estar explícita em sua frase colore o seu relato com a compreensão da ocupação como mecanismo de pressão e estratégia de luta, e do STR, com sua perspectiva legalista, vinculada à necessidade de se ancorar no poder estatal e nos mecanismos da lei como forma de garantir a efetividade de suas ações:

Aí foi passando um tempo, nós reunimos 80 homens de Quizanga e 100 de Marubaí e nós entramos lá pelo centro da Fazenda. A gente passava ali direto, entrava ali no [km] 18 [da RJ-122]¹¹⁸. Entramos por lá. Aí entramos de foice, machado e fomos roçando, roçando, roçando, só que com dois dias que nós tava batendo aí anunciaram, o fazendeiro, [que] o pessoal tinha invadido a fazenda e o povo [ele] agarrou. Tinha anunciado a polícia, aí foi lá e deu um susto no pessoal. Tudo bem. Aí nós voltamos mais nervoso ainda. Pra susto isso não adiantava. Aí começamos com o trabalho direitinho mesmo. Aí voltaram de novo, deram ordem de prisão a todo mundo, trouxeram até na pista e liberaram o pessoal a ir embora e “você não voltam mais aqui. Se você voltar, vai diretamente pro presídio”. Tudo bem, aí que nós voltamos mais enfezados ainda. “Não, por enquanto nós não fomos pra lá ainda, nós temos que parar lá ainda”. Aí nós voltamos mais enfezados. Aí juntou o pessoal... e começamos daqui trabalhando, trabalhando. Aí o próprio fazendeiro ele teve coragem de entrar no meio de 180 homens com três molecões [risos], não sei o nome. Mas acontece que o pessoal era trabalhador, não era pessoal de

¹¹⁸ A rodovia RJ-122 liga o bairro de Parada Modelo, em Guapimirim, ao bairro Setenta, em Cachoeiras de Macacu. Esta rodovia separa as terras da SJBm de Vecchi, Quizanga e Serra Queimada. Ela se conecta à RJ-116, que liga os municípios de Itaboraí e Itaperuna. Não conseguimos identificar aonde seria o “centro da Fazenda”.

confusões, tá entendendo? Ele [provavelmente o administrador, João Goiano] chegou numa boa, falou com a gente numa boa, a gente ficou olhando numa boa também. Dali parou todo mundo, dobrou o joelho no meio de todo mundo e falou mesmo assim: “Meus amigos, pelo amor de Deus, vocês estão acabando com a minha Fazenda. Essa Fazenda é minha”, isso e aquilo, “eu tenho o documento”. “Não, o dia em que o senhor aprovar o documento que tem na fazenda, a gente vai parar aqui. Por enquanto, o que nós estamos sabendo, é que essa Fazenda é dos trabalhadores, não é do senhor”. Aí ele veio embora e ligou diretamente pra força maior, né, aí vieram, se não me falha a memória, tem trinta e... vai pra quase 40 anos isso. Aí veio com ônibus e com muita força mesmo, com polícia... Só faltou vir o Exército. Aí levaram todo mundo preso, pra Cachoeiras, levou todo mundo preso pra Cachoeiras. Só que quando o pessoal chegou em Cachoeiras de Macacu, nós trabalhava unido: tinha três pessoas como segurança, ficava um numa ponta, outro mais no meio e qualquer coisinha um dava um assobio o outro lá respondia, aí eles se escondiam, saíam batido e nós ficava uma boa esperando os caras chegar e ver o que iam fazer com a gente. Tudo bem, essas pessoas eram pra poder sair fora e dar um jeito de buscar um reforço, né. Aí foi o acontecido. Quando nós chegamos, infelizmente, na delegacia chegou dois caminhão Truck de Marubáí, lotado de mulher, criança e os cambal à quatro, que os maridos tavam tudo preso lá. Aí foi uma guerra danada (Orodice, entrevista concedida a Ricardo Brito e realizada em São José da Boa Morte, Cachoeiras de Macacu, em 01/11/2017).

Este trecho da entrevista de Orodice relata as etapas da ocupação até a prisão dos lavradores no dia 30/01/1980. Seu relato foca na atuação do STR e não cita a CPT, e por isso alguns de seus pontos precisam ser retomados a fim de serem clarificados e compreendidos a partir da configuração social que os lavradores ocupados assumiram dentro da região, envolvendo a luta local com a dinâmica da luta pela democratização em todo o país.

5.1.1 “*Aí entramos de foice, machado e fomos roçando, roçando, roçando*”

O primeiro ponto de importância é sobre a entrada dos lavradores na Fazenda SJBM. Apesar de Orodice aludir para a importância do STR na organização da ocupação, João de Jesus Pereira nos informou seu desgosto com a realização desta ocupação, apontando para a irresponsabilidade dos seus opositores em insuflar este tipo de ação, em especial o grupo de lavradores ligados à CPT e que compunham uma oposição sindical¹¹⁹. João também se referiu à atuação de Ubirajara Muniz, apontando

¹¹⁹ Termo usado nos anos 1970 para caracterizar grupos críticos à ação sindical tanto urbana como rural. Estes grupos procuravam estruturar chapas para tomar os sindicatos de suas direções. Eram vistas sempre de forma crítica pelo *status quo* sindical. A partir da última metade da década de 1970 os grupos de

para certa irresponsabilidade do ex-prefeito, associando a falta de embasamento legal das atuações de Muniz à repressão e à violência sofridas pelos trabalhadores rurais envolvidos com a ocupação de 1963 e a desapropriação de 1964 durante a ditadura militar. A demanda por desapropriação realizada durante a presidência de João de Jesus no Sindicato teria sido feita com um “método” baseando no Estatuto da Terra e, por conta disso, livre de violências. A experiência e prática sindical de João de Jesus foram consolidadas com base no legalismo, conformando um modelo de atuação do movimento sindical brasileiro durante a ditadura militar, na qual era de extrema importância a realização de um trabalho ancorado na legislação, caracterizando-se, conforme analisado no Capítulo 4, pela prudência (João de Jesus Pereira, ex-presidente do STR de Cachoeiras de Macacu de 1972 a 1994, entrevista concedida a Ricardo Brito em 21/12/2017, em Cachoeiras de Macacu).

Padre Joaquim, pároco de Japuíba que chegou ao município ainda em 1969 e ficou até 1989, relatou-nos que “[a ocupação] não foi decidida junto da CPT. De repente aconteceu a ocupação”, “à revelia do Sindicato. O sindicato nunca se interessou... Esse pessoal do passado não quis saber do Sindicato” (Padre Joaquim, entrevista concedida a Leonilde Medeiros, Fabrício Teló e Ricardo Brito no dia 09/07/2015 em Juiz de Fora, Minas Gerais). Padre Joaquim se refere, em especial, aos lavradores Guedes, Izaías Angelo Biazatti e João Correia de Paula¹²⁰, figuras de importância na organização dos lavradores e que atuaram em oposição ao Sindicato. Estes lavradores também foram apontados pelo juiz Wellington Paiva, da Comarca de Cachoeiras de Macacu, como os líderes da ocupação (Posseiros nada resolvem no Incra. Jornal O Fluminense, 01/02/1980; Posseiros e padre vão ao Rio protestar contra prisão. Jornal Folha de São Paulo, 01/02/1980).¹²¹ A CPT, na figura de Padre Joaquim, esteve em diversos momentos aliada a estes lavradores, que buscaram compor uma chapa de oposição para substituir João na direção do STR, fato este que criou atritos, desavenças e opôs, em grande medida, as duas narrativas em torno da ocupação.

oposição passam a acumular forças e pressionar os sindicatos rurais, causando impacto em suas diretrizes de atuação.

¹²⁰ A trajetória de João Correia é digna de nota: participou das ocupações das Fazendas Vargem Grande (Itaboraí) em 1962 e SJBm em 1963. Foi preso em 1964, torturado para confessar suas vinculações com o comunismo e perdeu suas terras para o Ibra. Em 1979 participou na ocupação da SJBm e foi novamente preso em 1980.

¹²¹ Segundo as reportagens, um grupo de nove trabalhadores teria de responder por invasão de terras e desmatamento: Johaanes Joachim Maria Van Leewen (padre Joaquim), Izaías Angelo Biazatti, Braulio Francisco Cordeiro, Ayrton Ferreira de Lima, Luiz Correia de Paula, Reinaldo Baiense, Jailton Rodrigues Viana, Iberaldo Jorge Antônio e João Corrêa de Paula. O caso não foi adiante.

Segundo Mainwaring (1989) e Lowy (2007), a CPT nasceu da oposição e resistência de alguns setores da Igreja Católica à ditadura. Estes setores foram marcados por trajetórias eclesiais e leigas de aproximação do cristianismo e do marxismo a partir da Teologia da Libertação, buscando novas formas de luta e de libertação a partir do contato com a esquerda. Foi por meio do compromisso com a autonomia, a cultura e a luta dos pobres que este movimento passou a tornar públicos os conflitos no campo e estimular as ações de enfrentamento em todo o Brasil de 1975 até nossas datas recentes, absorvendo e articulando os interesses e reivindicações dos trabalhadores e trabalhadoras do campo através de serviços legais, denúncias, sindicalização rural e cursos religiosos e políticos. Para Medeiros (2002), a CPT se constituiu pelo apoio à organização, resistência e defesa dos interesses dos trabalhadores rurais por eles mesmos, tendo sido de fundamental importância na construção das críticas às práticas dos STR.

É importante comentar que diversos moradores de SJBm não professavam a religião católica, sendo significativa a presença de evangélicos. Lena, filha de Jacir e Nilda, durante a entrevista de seus pais, nos informou que apesar do estreito relacionamento com o padre, para eles Joaquim atuava mais como ajudante na luta pela terra do que propriamente líder espiritual. Isto demonstra mais uma face e um indício dos microatos de resistência cotidiana (SCOTT, 2002) dos lavradores, apontando para as formas com que estes atores sociais souberam utilizar e construir suas redes de apoio em contextos de repressão institucionalizada. Segundo Áureo Pereira, o padre Joaquim falava “a língua do camponês, ajudando o povo”, possibilitando o trabalho de luta pela terra através da convivência: segundo documentos do SNI, os padres Joaquim e Agostinho Broek realizavam missas na zona rural, distribuíam panfletos sobre a reforma agrária e já haviam sido vistos de foice na mão e sem camisa, arando a terra junto dos camponeses.¹²²

Apesar da ausência de maiores dados sobre a participação da CPT e do STR na organização dos lavradores, é importante salientar este fato: as duas principais figuras, apontadas como tais por inúmeros lavradores, pela mídia e pelas organizações de trabalhadores, que estiveram envolvidas na luta pela desapropriação da SJBm se afastaram, em suas narrativas, da liderança da ocupação, apontando ora para a atuação dos lavradores (Joaquim) ora para a atuação da oposição e a situação de

¹²² Acervo Projeto Memórias Reveladas/Arquivo Nacional ARJ_ACE_2256_80; Acervo Projeto Memórias Reveladas/Arquivo Nacional ARJ_ACE_2234_80.

improdutividade da terra (João). Este fato apresenta indícios sobre o grau em que os lavradores desta região estavam organizados, apontando, ainda, para a presença do enquadramento coletivo de luta pela terra. Também é possível perceber a estratégia, e às vezes necessidade, de, em momentos de repressão institucional, fundamentar as ações coletivas em determinadas organizações de peso, de forma que a liderança da ocupação ficasse vinculada às figuras de padre Joaquim e João de Jesus Pereira, ancorados pela CPT/Igreja Católica e STR/movimento sindical, possibilitando, ainda, uma forma de diminuir as possíveis repressões.

Como afirma Medeiros (2014), a ditadura civil-militar empreendeu uma intensa e extensa repressão contra os camponeses e seus movimentos, repressão que

semeou o medo, cortando redes de apoio que estavam se formando, mas não foi capaz de eliminar a resistência dos trabalhadores, que se fez de diferentes formas, quer pela luta cotidiana, nos locais de moradia e de trabalho, quer pela capacidade de criar novas formas de ação (mesmo que pouco eficazes, em algumas situações), produzir novos repertórios, gerar novos formatos organizativos que ultrapassaram os limites impostos pela estrutura sindical e produziram organizações bastante sólidas” (MEDEIROS, 2014, pp. 227-228).

O relato de Áureo Pereira relativizou a polarização ao apontar para a participação de ambas as organizações na arregimentação de lavradores para a ocupação, apontando também para estes novos formatos organizativos:

(...) nos anos 80 veio a desapropriação, com muita luta. Mas primeiro, a gente teve que invadir. (...) Nós entramos aqui, tinha dia que nós tínhamos 50 homens; tinha dia... uma vez por semana. Outra semana, nós tínhamos 80. Era tudo mato. Eram 4.824 hectares de terra. Era briga com sete fazendeiros latifundiários. Cada um queria mais. Mas era tudo mata. Mas da mata, tiravam madeira. Muita madeira boa. E ganhar dinheiro e plantar capim, para gado. Que eles criavam boi; os fazendeiros. E aí sim, nós invadimos isso aqui. Para não falar invasão: era ocupação. (...)

Entrevistador: Certo. A invasão foi no final de 79?

Áureo: É. Para os anos 80. Foi um ano de luta, dentro do mato. Nós vínhamos duas vezes – que é o principal que vocês querem saber – nós vínhamos duas vezes por semana. E nós tivemos uma grande ajuda da Igreja. A Pastoral da Terra. Nós tínhamos um padre aí, que era muito homem mesmo. Macho. O Padre Joaquim.

(...)

Entrevistador: E como é que era a mobilização do pessoal para juntar os lavradores para ir ocupar a fazenda?

Áureo: Aqui nós temos – como eu já falei com você – Marubaí. E nós tínhamos o Sindicato. Porque quase não havia associação. O Sindicato tinha ligação com o pessoal da Quizanga. Vamos supor: aqui é São José, mas tem Quizanga; tem Coco Duro. Tem diversos nomes de localidades. Aí, foi catando as lideranças. E aí, você trazia de lá, dez; por intermédio do Padre Joaquim, que tinha as igrejinhas católicas

também. Ele era uma das nossas pontes: “Olha, o povo vai invadir São José. Você está trabalhando aí? Vai lá. Se você não puder ir, eu venho te buscar.” E ia lá e buscava mesmo.

Entrevistador: E o pessoal não tinha medo?

Áureo: Não. Tinha gente que tinha medo e não vinha. Os medrosos não vinham, né? “Eu vou lá? Vou nada”. Vinham os corajosos. Mas corajosos entre aspas, né? Vinha com medo, mas vinha. Ele queria um pedacinho de terra para ele. Porque a desapropriação era muito difícil, na época dos militares (Áureo Pereira, antigo tesoureiro e dirigente do STR, aposentado, assentado e morador de São José, em entrevista concedida a Fabrício Teló e Ricardo Brito em 09/11/2014).

Segundo estes relatos, o Sindicato teria evitado a participação na ocupação até o momento final, em que dezenas de lavradores foram levadas para a delegacia de Cachoeiras de Macacu. Padre Joaquim conta, contudo, que a CPT tinha apoiado, por meio de reuniões e assistência jurídica a ocupação, uma vez que esta já tinha acontecido:

São José da Boa Morte... Aquele movimento começou só em 79. A Comissão Pastoral da Terra se organizou na Diocese, acho que foi em 77, 78. Em 79 deu a ocupação da São José da Boa Morte, então eu fui lá dar apoio, levei também o advogado da CPT [Miguel Pressburger¹²³]. Nós conversamos, fizemos algumas reuniões, até a Polícia Militar prender o pessoal lá em janeiro de 80 (Padre Joaquim, entrevista concedida a Leonilde Medeiros, Fabrício Teló e Ricardo Brito no dia 09/07/2015 em Juiz de Fora, Minas Gerais).

A informação que Padre Joaquim dá também é apresentada em documento do Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE), da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Segundo este documento, que fala da presença da polícia nas reuniões e missas em áreas rurais de Cachoeiras de Macacu e que os padres Joaquim e Agostinho Broek distribuíam folhetos sobre reforma agrária e abordavam o mesmo tema durante as suas missas. Apesar das versões de que o Sindicato não teria se ligado à ocupação até o momento da prisão de 88 lavradores em 30 de janeiro de 1980, o documento informava ao DGIE que em quase todas as semanas ocorriam reuniões dos padres e do presidente do STR com os lavradores. É importante apontar que a data do documento é de 24/01/1980, portanto antes desta prisão.¹²⁴

¹²³ Thomaz Miguel Pressburger foi advogado popular, coordenador do Instituto Apoio Jurídico Popular e assessor jurídico da CPT do Rio de Janeiro e nacional. Sua militância remete à atuação no PCB e na luta armada durante os primeiros anos da ditadura. Faleceu em 13 de julho de 2008.

¹²⁴ Invasão de terras em Cachoeiras de Macacu. Informação nº 06/80. Documento de 24/01/1980. Departamento Geral de Investigações Especiais, Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo de Polícia Política. Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, p. 236-235.

5.1.2 “Aí nós voltamos mais nervoso ainda. Pra susto isso não adiantava”

A primeira repressão à ocupação dos lavradores se deu no dia 3 de janeiro de 1980, quando 25 policiais prenderam 11 lavradores e os levaram até o asfalto, ameaçando-os de morte caso voltassem às terras da Fazenda (PM prende padre e posseiros no RJ. *Jornal do Brasil*, 31/01/1980, MSPP/Sr SC.frj.ocp – Pasta II). Eliane Bastos (198-b) narrou este momento a partir de relatos colhidos durante seu trabalho de assistência ao Sindicato:

no dia 3 de janeiro, trabalhavam eles nas terras da aludida fazenda, quando um choque da polícia acompanhado de um oficial de Justiça da Comarca de Cachoeiras de Macacu e do administrador da fazenda chamado João Goiano, compareceu ao local dando ordem aos trabalhadores para jogarem seus instrumentos de trabalho no chão e levantarem as mãos. Após serem obrigados a desmontar o barracão onde guardavam o material de trabalho, tiveram que entrar em fila, sob a mira de metralhadoras, caminhando em direção à sede da administração da fazenda. Lá eles seriam interrogados e seus nomes anotados (BASTOS, 198-b, p. 1).

O relato de um trabalhador, colhido por Eliane Bastos, aponta para os momentos de tensão e para as explicações dos trabalhadores sobre suas motivações para a ocupação:

o tenente e alguns soldados iam atrás da fileira [de lavradores] apontando as metralhadoras, enquanto os demais soldados marchavam emparelhados a nós. Explicamos aos soldados, que andavam ao nosso lado, que trabalhávamos naquelas terras para sustentar nossas famílias e além do mais, elas não têm dono. Os soldados disseram que sentiam pelo nosso caso e também achavam que ninguém era dono dali. (...) [Quando acusado de estar roubando a terra dos outros, ele retrucou:] não conhecemos o dono da terra. *Aqui não existe dono há mais de 15 anos* (BASTOS, 198-b, p. 2, grifo no original).

Ecoando o relato de Orodice, Padre Joaquim também afirmou que após a primeira prisão de lavradores no início do ano de 1980, “o pessoal não tava com medo e voltou para ocupar” a São José mais uma vez (Padre Joaquim, entrevista concedida a Leonilde Medeiros, Fabrício Teló e Ricardo Brito no dia 09/07/2015 em Juiz de Fora, Minas Gerais). O retorno dos lavradores à terra revela esta dimensão teimosa da resistência, que opta pela luta contínua e pela conquista daquilo que se sente como de direito dos trabalhadores rurais, fruto de um incessante trabalho de enquadramento: “aí que nós voltamos mais enfezados ainda”.

O novo contexto de ampliação dos despejos, de surgimento de oposições sindicais, retomada dos conflitos por terra e lenta distensão política incidiram no III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais organizado pela Contag em 1979 (MEDEIROS, 1989). A compreensão de que o recurso à justiça encontrava barreiras pelo comprometimento desta com os interesses de proprietários de terra e grileiros impulsionou como principal bandeira de luta a reforma agrária ampla, massiva, imediata e com participação dos trabalhadores nas tomadas de decisão, execução e fiscalização. Além da reforma agrária e do cumprimento da legislação trabalhista, pautas antigas da Contag, a luta pela alteração da legislação sindical a fim de garantir maior autonomia sindical e desatrelar os STRs, Federações e Contag do Estado também deram o tom do Congresso, marcado pela luta da redemocratização do país. O Congresso também passou a demarcar com mais clareza a atuação do Estado na reprodução dos conflitos por terra, deixando de compreendê-lo meramente como mediador de conflitos e apontando a confluência de interesses entre Estado e grandes proprietários de terra.

A pressão coletiva passou a ser a principal forma de atuação e encaminhamento das reivindicações adotada pela Contag, estimulando a mobilização e as ações de resistência. A ocupação enquanto ação coletiva passou a ter maior legitimidade em um momento que possibilitou novas oportunidades e suscitou novas estratégias de ação pelos movimentos sociais.¹²⁵ O contexto dos anos 1980 abre a possibilidade de um confronto político mais aberto, tornado público, onde as demandas dos grupos subalternos são explicitadas:

O confronto político surge como uma reação a mudanças nas oportunidades e restrições políticas em que os participantes reagem a uma variedade de incentivos: materiais e ideológicos, partidários ou baseados no grupo, de longa duração ou episódicos. A partir dessas oportunidades e usando repertórios conhecidos de ação, pessoas com recursos limitados podem agir de forma contenciosa - embora esporadicamente. Quando suas ações se baseiam em densas redes sociais e estruturas conectivas e recorrem a quadros culturais consensuais e orientados para a ação, elas podem sustentar essas ações no conflito com opositores poderosos. (...) As soluções para o problema da ação coletiva dependem de entendimentos compartilhados, de densas redes sociais e estruturas conectivas e do uso de formas de ação que encontrem ressonância cultural. (TARROW, 2009, p. 27).

¹²⁵ Segundo Afrânio Garcia Jr., que foi assessor sindical da Fetag/RJ, “a ocupação foi decidida dentro do ônibus voltando para casa do encontro da Fetag, no teatro Leopoldo Fróes, em Niterói” (BARCELLOS, 2008, p. 114).

5.1.3 “Só faltou vir o exército. Ai levaram todo mundo preso”

Uma nova investida da polícia na ocupação prendeu 88 lavradores e o Padre Joaquim no dia 30/01/1980.¹²⁶ O relato de Áureo Pereira também aponta para a organização da ocupação, em especial para a presença dos “olheiros” que avisavam quando a polícia ou o administrador estavam por perto, de modo a possibilitar a comunicação com a Fetag/RJ, o STR e a CPT:

A polícia conseguiu pegar a gente. Os fazendeiros deram dinheiro à polícia – porque aqui não tinha documento – para prender a gente e amedrontar a gente. E o padre também foi junto, preso. Fomos presos 88 trabalhadores. Aqui dentro era mata pura. E a nossa defesa foi Erenildo¹²⁷, que ficou fora. Nesse dia não estava. E quando ele viu que vinha aquele eito de polícia... nós não tínhamos nem telefone. Tinha uma cabine de telefone público, em Cachoeiras. Aí, Erenildo comunicou logo a nossa Federação, a nossa Fetag, no Rio de Janeiro, com o presidente Eraldo de Azeredo – pessoa de primeira qualidade – e por intermédio de Eraldo, comunicou Brasília; a Contag. E aí, nós fizemos a corrente (Áureo Pereira, antigo dirigente do STR, aposentado, morador de São José, em entrevista concedida a Fabrício Teló e Ricardo Brito em 09/11/2014).

O relato de Padre Joaquim, carregado de humor e ironia, aponta para certas arbitrariedades do regime militar. Segundo ele, a Fazenda estava cheia de homens e mulheres que teriam ido levar almoço para os lavradores. Neste momento, cerca de 20 policiais com dois ônibus chegaram à fazenda e levaram apenas os homens. Com a chegada dos policiais o lavrador João Correia foi até a casa de Joaquim chamá-lo:

Eu cheguei lá [no momento da prisão], estacionei e fiquei olhando. Aí o comandante, um tenente, se dirigiu a mim: “Quem é o senhor?”. “Não, eu sou o padre desta paróquia”. “Então, por favor, se identificar”. Ah, eu tinha minha carteira de identidade, carteira de motorista, mas não sei porque eu tava sem meu... minha carteira de padre, digamos [risos]. [O tenente pergunta] “O senhor é o quê?”. “Eu sou padre”. “Comprova isso”. Aí eu me dirigi ao grupo de presos e “Gente, quem sou eu!?” [risos]... “É o padre!” [risos], eles gritaram, né. Aí o cara falou comigo, ou falou pro soldado “Prende ele”, como é, “desacato à autoridade”. [risos] (Padre Joaquim, entrevista concedida a Leonilde Medeiros, Fabrício Teló e Ricardo Brito no dia 09/07/2015 em Juiz de Fora, Minas Gerais).

Joaquim comenta que não houve resistência dos lavradores durante a prisão. Na delegacia eles ficaram alocados no pátio e foram sendo interrogados (Figura 8):

¹²⁶ A lista de presos, incompleta, se encontra no Anexo C.

¹²⁷ Áureo se refere a Erenildo Baiense que, a partir dos anos 1990 integrou a diretoria do Sindicato e, em 1992, liderou uma chapa de oposição a João de Jesus. Em 1994, Erenildo foi eleito pela primeira vez para o STR, exercendo o cargo de presidente até o ano de 2017.

Durante este interrogatório foi formando uma multidão na rua. Inclusive com familiares dos lavradores das zonas rurais lá de Nova Ribeira e tal. E começaram a gritar e tal, né, e o delegado ficou apavorado. Eu tava perto da janela e olhei pra rua. [As pessoas do lado de fora gritaram:] “É o padre!”. O delegado: “Padre, se afasta que se não eles jogam uma bomba aqui dentro” [risos]. Aí ele pediu reforço... Em Nova Friburgo. Veio uma tropa de choque. Fecharam a rua... E à noite, era quase meia noite quando o juiz deu ordem para soltar a todos (Padre Joaquim, entrevista concedida a Leonilde Medeiros, Fabrício Teló e Ricardo Brito no dia 09/07/2015 em Juiz de Fora, Minas Gerais).

Presos lavradores de Macacu

O Fluminense - 1/2/80



Figura 8 – Presos lavradores de Macacu. *O Fluminense*, 01/02/1980. Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, Acervo CPT Nacional, Subfundo Conflitos no Campo Rio de Janeiro, RJ-0293-0034-00099.

Um lavrador aposentado comentou o momento em que muitos foram para a delegacia exigir a soltura dos companheiros (Figura 9):

Entrevistador: E aí o senhor foi junto também naquela vez pra pressionar o delegado a soltar...?

Entrevistado: A turma aqui, fomos. A população nós juntamos... arrumei um caminhão e fomos chapados de gente.

Entrevistador: Nessa época você foi também?

Filho do entrevistado: Foi um ônibus, fui, também tava no dia lá pra apoiar o pessoal ali...

Entrevistado: Nós chegamos lá, fechamos aquela porcaria toda. Aí ligaram, veio polícia de tudo quanto era lado. Polícia entrava de

qualquer jeito, nós nos enfiávamos no meio. Não deu quebra-quebra não, mas eles ficaram doidos com a gente. Foi muita gente pra soltar, já tinha 95 presos, se cada um da família fosse... foi até uma festa, pra mim foi uma festa. (Agricultor de 80 anos, entrevista concedida a Fabricio Teló e Ricardo Braga em 08/11/2014, Gleba Nova Ribeira, Cachoeiras de Macacu/RJ).

SOLTOS, FORAM FESTEJADOS PELA POPULAÇÃO DA CIDADE



Ansiosos, os lavradores aguardaram o momento da libertação



SOLTOS, FORAM FESTEJADOS PELA POPULAÇÃO DA CIDADE



Os agricultores de Macacu saem da cadeia e esperam a Justiça

Figura 9 – As etapas na prisão. Legendas (de cima para baixo): “Ansiosos, os lavradores aguardaram o momento da libertação”; “Soltos, foram festejados pela população da cidade”; “Os agricultores de Macacu saem da cadeia e esperam a Justiça”. Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, Acervo CPT Nacional, Subfundo Conflitos no Campo Rio de Janeiro, RJ-0293-0034-00103.

O relato de Nilda apresenta outra perspectiva, marcada tanto pela emoção do momento, quanto pelo receio de ter seu marido preso:

Ricardo: E você lembra quando o pessoal foi preso lá em 80? Seu Jacir foi preso. Você tava em casa?

Nilda: Eu tava em casa sim. Naquela época eu fiquei igual doida em casa. (...) Na época em que ele foi preso eu já tinha, já, as duas filhas mais velhas. Aí naquela época que ele foi preso, aí seu O... chegou e “É, Nilda, seu marido tá preso lá”. E eu: “mas preso de que jeito, o que Jacir foi fazer naquela fazenda lá? Não tinha nada que fazer naquela fazenda”. Aí foi pra lá caçar pedra de tropeço pra vida dele. Aí ficou lá. Só sei dizer que saiu uma porção de gente daqui desse lugar aqui. Não sei d’aonde apareceu tanta gente lá na beirada da delegacia. Ah, rapaz, começaram a gritar “solta, solta, solta”. E quando pensa que não, começou a soltar o pessoal. Aí diz que o pessoal chegava, abraçava o pessoal que tava saindo da cadeia. Abraçava, o pessoal gritando. Ih, foi uma festa lá quando soltaram o pessoal. Aí Jacir chegou em casa, chegou no outro dia. Ein, Jacir, foi no outro dia que você chegou, não foi?

Jacir: Foi no mesmo dia.

Nilda: Não, não foi no mesmo dia não. Vocês passaram a noite lá.

Jacir: Uma noite passou.

Nilda: Passou uma noite lá. Quando foi no outro dia que ele chegou em casa. Aí eu falei assim: “foi caçar pedra de tropeço lá pra você poder ficar preso lá”. [e Jacir respondia:] “Não, nós não ficamos presos lá não, nós só ficamos aguardando lá dentro do quintal, no pátio da delegacia, lá por trás. Nós não chegamos a ficar preso, não”. Aí também foi só daquela vez, graças a Deus. Aí depois saiu um terreno pra ele. Conseguiu. Saiu uma porção de terra nessa época pra eles, que eles mediram. Esse terreno aqui na beira do rio que a gente apanhou. Saiu o dele, saiu do Jailton, saiu pro Gerson. Ih, saiu uma porção de terreno nessa época, uma porção de gente com terreno, já tem gente que vendeu o terreno (Nilda, entrevista concedida a Ricardo Brito e estavam presentes Lena (filha de Nilda) e Jacir (marido de Nilda), em Marubá, Cachoeiras de Macacu, 01/11/2017).

Tal como o relato anterior, Nilda caracteriza o momento na prisão como uma “festa”, mas relativiza a alegria coletiva do momento com a avaliação negativa que impõe sobre a participação de seu marido. Nilda fala que Jacir “foi pra lá caçar pedra de tropeço”. A referência é bíblica¹²⁸ e evoca o imaginário religioso de Dona Nilda. A pedra de tropeço indica os obstáculos encontrados por aqueles que se desviam do caminho enunciado pela palavra divina e caem em caminhos tortuosos, ou seja, aqueles que metaforicamente tropeçam e conduzem a si ou a outros ao pecado. Seu relato

¹²⁸ 1 Pedro 2:7-8: “7Assim sendo, para vós, os que credes [na Palavra de deus], ela é preciosa, mas para os que não creem, ‘a pedra que os construtores rejeitaram tornou-se a principal, a pedra angular’, 8e, ‘pedra de tropeço e rocha que causa a queda’; porquanto, aqueles que não creem tropeçam na Palavra, por serem desobedientes, todavia, para isso também foram destinados”.

apresenta uma perspectiva possível daqueles que ficaram à espera dos que foram presos, especialmente em um período histórico de repressão e arbitrariedade políticas.

5.2 Amplificando a ocupação

Além da participação ativa de familiares, amigos e vizinhos, uma ampla mobilização popular, contando com “mais de 500 pessoas”, o STR de Cachoeiras de Macacu, a Fetag/RJ, o apoio de sindicatos urbanos e parlamentares, CPT e cobertura da imprensa, foi capaz de tornar livres os lavradores presos.¹²⁹

A Fetag/RJ denunciou ainda que, em abril de 1980, “pistoleiros a serviço dos grileiros dispararam tiros na posse de uma das 16 famílias que permaneciam na área”¹³⁰, apontando para a permanência da violência. As ameaças e violências não foram capazes de barrar a ampla movimentação que já havia se iniciado. Em 15 de dezembro de 1980 centenas de lavradores (a Fetag/RJ falava em mais de 1200, de todo o Estado) lotaram as dependências da Superintendência Estadual do Incra, no bairro da Glória, cidade do Rio de Janeiro. No mês seguinte, conquistaram, mais uma vez, a desapropriação da fazenda.

Pouco após a ocupação de 1980 e as duas prisões de lavradores, o juiz Wellington Paiva, justificou essas medidas ao questionar: “Imagine se as pessoas começarem a invadir as terras pelo Brasil”. Segundo reportagem do *Jornal do Brasil* (Lavradores e Padre presos em Cachoeiras de Macacu vão ao INCRA pedir terra, *Jornal do Brasil*, 01/02/1980, p. 17, 1º caderno), a empresa Agrobrazil tinha pouco investimento produtivo nas terras da Fazenda SJBm e empregava trabalhadores rurais através do contrato de meia. Além disso, pesava a favor dos trabalhadores o fato de que a revogação da desapropriação em 1976 tinha sido realizada por uma portaria do Coordenador Regional do Incra, e não por um decreto presidencial, como havia sido feita a desapropriação em 1964.¹³¹ Ao final da reportagem, um trecho da fala do presidente do Incra responde à inquietação do juiz Wellington Paiva: “este ano [os conflitos por terra] estão ocorrendo com muita velocidade e violência”. O novo contexto

¹²⁹ Levantamento de Conflitos por Terra no RJ – 1979/1981, p. 56. Caixa 16. FETAG/RJ – 1964-1989. Ver também Presos 89 lavradores acusados de invasão. *O Fluminense*, 21/01/1980, p. 2.

¹³⁰ Levantamento de Conflitos por Terra no RJ – 1979/1981, p. 58. Caixa 16. FETAG/RJ – 1964-1989.

¹³¹ Este argumento foi amplamente absorvido e utilizado pelo movimento sindical: um decreto de desapropriação assinado por um Presidente da República só poderia ser anulado por outro decreto, e não por uma portaria do Coordenador Regional de uma instituição pública. Deste modo o movimento sindical buscou resignificar e revalorizar a anulação da desapropriação, diminuindo sua legitimidade e força ao mesmo tempo em que buscou elevar o valor da desapropriação de 1964 e apontar para a necessidade de sua continuação.

político e social de lenta reabertura política tornou visível que as condições de conflito da década de 1960 se perpetuaram até os anos de 1980 (ERNANDEZ, 2010). Contrapondo-se à declaração do juiz, o ponto de vista dos trabalhadores rurais de Cachoeiras de Macacu era de que os grileiros já haviam começado a invadir terras pelo Brasil afora há muito tempo.

Ainda nesta reportagem e em outras (Bispo de Friburgo consulta Figueiredo. *Jornal do Brasil*, 08/02/1980, p 8, 1º caderno) é forte o vínculo estabelecido entre a tensão fundiária em SJBM e a revogação do decreto de desapropriação de 1964. Padre Joaquim e Dom Clemente Isnard,¹³² além de inúmeros lavradores e lideranças sindicais, questionavam a atuação dos órgãos de reforma agrária de revogarem a desapropriação após inúmeras benfeitorias terem sido realizadas nas terras, devolvendo-as valorizadas aos antigos e pretensos proprietários. Tornar a desapropriar aquelas terras seria o meio de evitar “o perigo de piores violências”.

O final dos anos 1970 foi marcado pelo retorno da organização política e atuação contra o regime militar, desgastado pelo cenário de crise internacional e pressionado internamente por diversos movimentos sociais que tinham como pauta a abertura democrática e a participação social na política (MEDEIROS, 2015). A mobilização política dos trabalhadores rurais passou a tomar conta de cena pública: em 1979 se iniciou a greve dos trabalhadores assalariados da Zona da Mata pernambucana, fruto de um trabalho de organização dos STRs as greves continuaram até 1985 de forma sucessiva e legal; em 1979 os posseiros expulsos da Reserva Indígena de Nonoai ocupam as fazendas Macali e Brilhante na região de Sarandi, Rio Grande do Sul; nos anos 1980 outras experiências de greves legais e ilegais surgiram entre os apanhadores de café da Bahia, os canavieiros de Minas Gerais, Rio Grande do Norte e São Paulo; verificou-se em todo o país a luta de posseiros pela permanência na terra e resistência à ação de grandes empresas, grandes proprietários de terra e grileiros: realizaram-se retomadas de terras em litígio, ocupações, mobilizações, reivindicações por desapropriação; novas identidades como atingidos por barragens e seringueiros passam a atuar; em 1981 trabalhadores rurais sem terra ocupam a área da Encruzilhada Natalino, região de histórico de lutas por terra. Para Medeiros:

Embora a nível de cada conflito se colocassem a questão de uma área particular de terra e objetivos muito imediatos de permanência e sobrevivência social e até mesmo física, foi a soma dessas lutas

¹³² Dom Clemente José Carlos de Gouveia Isnard (1917-2011) foi Bispo da Diocese de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro, de 1960 a 1992 e ofereceu importante aporte às lutas populares.

particulares que possibilitou a atualização do debate em torno da reforma agrária e seu significado numa situação de intenso desenvolvimento do capitalismo no campo (MEDEIROS, 1989, p. 140).

No que se refere às áreas rurais do Estado do Rio de Janeiro, o momento foi de retorno das ocupações e manifestações em espaços públicos: em 1980 a Fazenda SJBM, em Cachoeiras de Macacu, foi ocupada por inúmeras famílias; em 1983, áreas em Xerém e Campo Alegre foram ocupadas (MEDEIROS Coord., 2015). Em todo o Estado a organização de trabalhadores rurais voltava a utilizar a ocupação como método de resistência e luta a fim de alcançar a desapropriação de antigas e novas áreas de confronto, em especial através do apoio da Igreja Católica. Combinavam-se atos públicos com entregas de relatórios e demandas, conjugando a luta prática com os limites estabelecidos pela lei. Cenário de atuação semelhante, em alguma medida, ao do I Congresso Nacional de Camponeses de 1961, analisado no Capítulo 2.

Conforme analisado no Capítulo 2, a partir do trabalho de Apter (2006), a ocupação é um evento que condensa marcas morais, afetivas e materiais. Deste modo, torna-se fundamental observar a dimensão interpretativa dos comportamentos políticos e coletivos, buscando apreender os registros coletivos de seus significados. Para Apter, um evento como este pode ser caracterizado como uma teatralização política (*political theatre*), pois utiliza o cotidiano de sofrimentos como matéria prima para o comprometimento político, definindo os momentos morais ao enfatizar as conquistas, as punições, os prazeres, as dores, os custos e os benefícios desta ação. A ocupação enquanto um evento político teatralizado é capaz de interromper o ritmo do cotidiano e interrogar o que está tomado como dado, desnaturalizando o real. Em nosso caso de análise, além dos sofrimentos e condições materiais de pobreza, a dimensão temporal e a memória compartilhada também assumem um papel relativo enquanto fonte de indignação. Conforme analisou Walter Benjamin (2012) a redenção dos sofrimentos e derrotas dos oprimidos no passado é fundamental para compreender as lutas do presente e os horizontes do futuro.

Segundo Marcelo Hernandez (2010), devido à abertura política dos anos 1980, as lideranças camponesas do período pré-golpe tiveram uma nova e decisiva participação nas mobilizações para ocupação de terra, voltando a ocupar as mesmas áreas das quais haviam sido expulsos durante a ditadura. Se estes movimentos podem ser caracterizados como uma retomada, é preciso compreender que fazem parte de novos contextos e

contém o acúmulo de quase trinta anos de luta, mobilização, resistência cotidiana e teimosa. Para Hernandez:

são diversas as condições sociais a favorecer as ocupações de terra no início da década de 1980. A partir e no desenrolar dessas ações, foi sendo gestado o seu sentido político, hoje manifesto pelos debates sobre a reforma agrária. Não podemos confundir as intenções de alguns militantes com ação daqueles que mobilizam. Ao fazê-lo, ficamos a um passo das concepções de “projetos políticos camponeses” e “agentes externos”. Os autores que concebem tais conceitos parecem não perceber que os modos de vida e as configurações sociais nos meios rurais são altamente diversificados e em permanente processo de mudanças (ERNANDEZ, 2010, p. 219).

Um indicativo desta retomada pode ser apreendido no “Informativo nº 06/80 de 02/01/1980”, onde o DGIE do Rio de Janeiro relata a presença de Ubirajara Muniz, José Custódio de Souza (lideranças políticas, eleitas pelo PTB em 1962) e Alicídio Salvador, antiga liderança camponesa, em uma das reuniões semanais organizadas entre os lavradores, os padres Joaquim e Agostinho e João de Jesus Pereira¹³³. Apesar de ainda serem incipientes, estas informações revelam indícios da continuidade da articulação entre o movimento camponês local e as antigas lideranças que participaram deste movimento em outro contexto. Esta articulação propiciou a reconstrução da memória da luta pela terra ao lembrar o passado como fonte possível para alimentar as lutas camponesas na década de 1980 e no presente¹³⁴.

A ocupação de 1979 reatou os laços entre as expectativas e as necessidades coletivas dos lavradores que se organizaram desde o final da década de 1950. Enfraquecidos pela ditadura em 1964, estes laços puderam ser retomados através da nova ocupação de terra e da manutenção do enquadramento coletivo pelo processo de resistência teimosa e cotidiana, capaz de manter ativo o desejo de libertar as terras das mãos dos grileiros através da ação coletiva dos posseiros.

Mesmo com a desapropriação, a Fetag/RJ apontou que, em junho de 1981, “os grileiros continuam ocupando a área, desmatando a todo custo para vender lenha”, e que

¹³³ Informativo nº 06/80 de 02/01/1980. Departamento Geral de Investigações Especiais, Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo de Polícia Política. Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, pp. 255-253.

¹³⁴ ver também Palestra e noite de autógrafos em Cachoeiras de Macacu. Informe nº 025 – 20/81/PM-2/PMERJ. Documento de 22/01/1981. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo de Polícia Política. Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, p. 327. Ato público de lavradores em Papucaia – ‘DIA DE LUTA PELA TERRA’. Informe nº 082 – 20/81/PM-2/PMERJ. Documento de 11/02/1981. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo de Polícia Política. Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, p. 355.

“a situação dessas centenas de famílias não se alterou”¹³⁵. A lembrança das derrotas do passado recente construiu nos lavradores uma vigilância e disposição para a mobilização:

Mais do que ninguém os trabalhadores de Cachoeiras de Macacu sabem que não basta um Decreto presidencial ou mesmo a Ação de Desapropriação para que consigam ser definitivamente assentados, pois já viram a situação virar de cabeça para baixo anteriormente. Não estão dispostos a deixar que isso ocorra novamente. Assim permanecem vigilantes, sempre prontos a demonstrar sua capacidade de mobilização até que as famílias dos trabalhadores sejam definitivamente assentados e suas terras tituladas (Levantamento de Conflitos por Terra no RJ – 1979/1981, p. 60. Caixa 16. FETAG/RJ – 1964-1989).

Conforme Alfredo Bosi (1992, p. 366), “ocorre que a natureza, o corpo e a mente dos homens têm um longuíssimo passado e, talvez, um não menos longo futuro, para cuja defesa se torna indispensável a ação da memória. Por isso, também faz parte da cultura da resistência o resgate da lembrança que alimenta o sentimento do tempo e o desejo de sobreviver”. As experiências individuais de desrespeito e violência foram retraduzidas e interpretadas como experiências coletivas, transformadas em uma característica do grupo social a ser anulada. A experiência da violência resultou também na quebra e violação das expectativas (HONNETH, 2009; ARANTES, 2014a). Contudo, é importante sublinhar que a desapropriação significou um breve momento de vitória do movimento camponês e o que ele significou tanto no imaginário quanto nas relações dos lavradores.

Mesmo com as manifestações contínuas, os advogados do Sindicato denunciavam as pressões do Juiz da Comarca, as lideranças sindicais e o trabalho da CPT tornavam públicas as ameaças de morte pelos grileiros. A movimentação pela desapropriação se tornou maior e soube constituir uma rede de apoiadores de peso e mais consolidada, em especial pelo apoio do Bispo Dom Clemente Isnard, então Secretário Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), importante órgão representativo da Igreja Católica no Brasil.

Tanto a ocupação quanto a repressão empreendida pelo Estado e pelos fazendeiros abriram espaço para que o movimento camponês organizado no Município de Cachoeiras de Macacu e no Estado do Rio de Janeiro transformasse, mais uma vez, este conflito local em questão pública, reativando o debate sobre a terra e a reforma

¹³⁵ Levantamento de Conflitos por Terra no RJ – 1979/1981, p. 60. Caixa 16. FETAG/RJ – 1964-1989.

agrária. Em um Informe do DGIE foi dito que “Em Cachoeiras de Macacu os padres JOAQUIM VAN LEEUWEN e AGOSTINHO V. D. BROEK, bem como o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais JOÃO DE JESUS PEREIRA continuam pregando entre os lavradores a divisão de terras”¹³⁶. Em anexo a este informe se encontra a carta que Dom Clemente José Carlos Isnard, Bispo de Nova Friburgo, enviou a Abelardo Coimbra Bueno em 20/02/1980. Na carta, D. Isnard aponta o Incra como culpado pelo “conflito social perigosamente instalado na região”, pois havia dado aos lavradores uma “grande esperança” e continua: “Urge resolver o problema humano de cerca de 100 famílias praticamente na miséria. E o caminho é o da desapropriação por interesse social”. O Bispo pede, por fim, que tudo se acerte, “embora com sacrifício pecuniário seu [de Abelardo Coimbra Bueno]. Mas o que o Sr. tem, graças a Deus, lhe basta. E aqueles pobrezinhos não têm nada” (*idem*, p. 269).

Após receber e responder a carta de Dom Clemente Isnard, Abelardo Coimbra Bueno enviou um telegrama ao Presidente João Figueiredo no dia 28/02/1980, apontando para o teor da carta do Bispo. Abelardo comenta que convidou Isnard para “solucionar” ao invés de “agravar” os problemas sociais, morais e culturais da região, indicando que Isnard estava “propalar[ndo] flagrantes subversões”, além de querer se sobrepor aos órgãos governamentais. Por fim, diz que Isnard estava contribuindo para a repetição das agitações que precederam 1964 e insistiu na necessidade de colaboração dos órgãos federais em seu favor (*idem*, pp. 268-267). É importante salientar, como feito no Capítulo 1, a importância política e econômica dos irmãos Coimbra Bueno, políticos, arquitetos e empresários cuja importância no cenário nacional foi significativa, fato demonstrado no envio de um telegrama ao Presidente da República.

Outro informativo da polícia apresenta informações detalhadas sobre um ato público realizado no dia 22/03/1980 em uma praça pública da cidade e mostra a ampliação da rede de mobilizações dos lavradores em Cachoeiras de Macacu e no Rio de Janeiro neste período, além dos mecanismos de vigilância dos órgãos de inteligência e repressão da ditadura, coadunados com os interesses dos irmãos Coimbra Bueno, e da classificação da ocupação enquanto “invasão”, tal como pode ser visto no título do documento. Este fala em cerca de 400 pessoas presentes, mas são as frases colhidas dos cartazes de lavradores e os inúmeros oradores presentes que apontam para a

¹³⁶ Invasão de terras em Cachoeiras de Macacu – RJ. Informação nº 21/80. Documento de 19/03/1980. Departamento Geral de Investigações Especiais, Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo de Polícia Política. Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, p. 275.

multiplicidade de agentes. Estavam presentes os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Cachoeiras de Macacu, Magé, Itaboraí, Casimiro de Abreu, Parati, Petrópolis, Saquarema, Nova Iguaçu e São Pedro da Aldeia; o Movimento Amigos do Bairro (MAB) de Nova Iguaçu; a Contag e a Fetag/RJ; a liderança camponesa Bráulio Rodrigues da Silva; os padres Joaquim, Agostinho e Antônio da Costa Carvalho e o frei Leopoldo, da CPT de Trajano de Moraes; o deputado federal Modesto da Silveira (Movimento Democrático Brasileiro – MDB), os deputados Francisco Amaral e Raimundo de Oliveira, o vereador Coimbra de Mello, e os representantes dos deputados Marcelo Cerqueira (MDB) e José Alves de Brito (MDB)¹³⁷; além das inúmeras demonstrações de solidariedade através de telegramas e representantes¹³⁸.

O trabalho de amplificação das questões locais, tornando-as questões coletivas é, como analisado na Introdução e no Capítulo 2, uma ação dos movimentos sociais. Uma série de ações tornou possível a reconstrução deste enquadramento coletivo, podendo ser percebido por meio dos panfletos e cartazes produzidos pela CPT (Figuras 10, 11, 12 e 13), chamando os lavradores e as populações urbanas para refletir, discutir e lutar pela desapropriação da SJBM e em prol da reforma agrária em geral. É importante apontar para o lema “A terra é de quem trabalha nela” (Figura 11), presente em um panfleto de convocação a um ato público em Papucaia. O lema remonta à luta dos trabalhadores rurais do período anterior ao golpe de 1964, apresentando conexões e continuidades entre a luta dos dois períodos.

¹³⁷ Modesto da Silveira e Marcelo Cerqueira também foram advogados de presos políticos durante a ditadura empresarial-militar. José Alves de Brito foi diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do Estado do Rio de Janeiro e filiado ao PCB antes de 1964. Modesto, Marcelo e José Alves foram eleitos deputados em 1978.

¹³⁸ Invasão de terras em Cachoeiras de Macacu. Informação nº 22/80. Documento de 22/03/1980. Departamento Geral de Investigações Especiais, Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo de Polícia Política. Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, p. 222-218.



Figura 10 – Panfleto “Macacu, cadê a terra?”. Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, Acervo CPT Nacional, Subfundo Conflitos no Campo Rio de Janeiro, RJ-0293-0034-00004.



Figura 11 – Ato público em 31 de janeiro de 1980. Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, Acervo CPT Nacional, Subfundo Conflitos no Campo Rio de Janeiro, RJ-0293-0034-00078.

CACHOEIRAS DE MACACU - RJ

Grande Concentração de Trabalhadores Rurais

Sábado dia 22 de março de 1980

—— às 15,00 Horas ——

★ Pela Reforma Agrária

★ Estatuto da Terra

★ Contra os Despejos

★ Contra as Arbitrariedades e Ameaças.

Não percam!

**Depois da Concentração haverá Missa
celebrada pelo Bispo e Clero da região.**

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de C. de Macacu

Figura 12 – Concentração e ato em Março de 1980. Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, Acervo CPT Nacional, Subfundo Conflitos no Campo Rio de Janeiro, RJ-0293-0034-00110.

CONTRIBUIÇÕES DE LAVRADORES

LOUVADO SEJA DEUS (Pela desapropriação de São José da Boa Morte)

Por que já não ouvimos o clamor
de São José da Boa Morte?
Porque o Senhor ouviu o seu gemido,
o gemido da dona de casa,
que deixa os filhos dormindo
e sai para a fila de alimentos
e quando volta,
encontra apenas as cinzas do barraco.
O Senhor ouve o seu lamento.

O choro do menino que sai desesperado
a busca de alimento e remédio
para a mãe faminta e doente
e na rua é recolhido como trombadinha.
O Senhor ouve o seu gemido.

Quarenta anos lutou o povo hebreu
atravessando o mar e o deserto
para chegar à terra
que o Senhor lhe prometeu.

Bem aventurados os que sentem
fome e sede de justiça,
porque serão saciados.

E haverá terra para os lavradores
e equilíbrio de mão-de-obra,
porque os mordomos irão para as oficinas.
As fábricas não darão mais aviso prévio,
os assaltantes sairão das ruas,
os trombadinhas irão pra escola,
os caminhões pau de arara
riaarão vazios
e o povo dirá em coro:
Louvado seja Deus. Aleluia. Aleluia.

Japuíba, janeiro de 1981. Virgílio Vieira de Azevedo.
(Macacu)



*Boltem n.º 2
Maio de 1981
CPT-RJ*

Figura 13 – Louvor para os lavradores de SJBM. Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, Acervo CPT Nacional, Subfundo Conflitos no Campo Rio de Janeiro, RJ-0293-0034-00014.

5.3 A desapropriação

Em 22 de janeiro de 1981 o então presidente da República João Figueiredo assinou o Decreto 85.661, declarando de interesse social a desapropriação da Fazenda SJBM, localizada em área prioritária de reforma agrária. Esta desapropriação se confrontou com uma situação de pluralidade de proprietários para uma mesma área. O processo envolveu seis proprietários: três empresas (Agrobrasil, Ferreira Villarinho Ltda., Contrutora Excelsior) e três proprietários de uma área de condomínio: Evaristo da Cruz Barreto, Odazil de Oliveira Pereira e Antônio Vaz da Eira, sendo este último um

dos acusados de grilagem e condenado ao *paredón* simbólico dos lavradores em 1961¹³⁹.

Em outro momento do processo, uma informação a respeito dos proprietários titulados na área da Fazenda SJBm duplicou o número de envolvidos no nó fundiário desta região. Surgiram novos proprietários com pequenas áreas de terra ou com registros de propriedade sem a dimensão da terra, sendo a maioria datados entre 1953 e 1957¹⁴⁰. Contudo, em 1981 a grande maioria do terreno estava nas mãos dos proprietários citados anteriormente, em especial as empresas, como pode se ver na Tabela 6 a seguir:

Tabela 6. Relação de Proprietários, imóveis e áreas em hectares na desapropriação da Fazenda São José da Boa Morte (1981)

Proprietário	Denominação do Imóvel	Área apurada para registro (em hectares)
Agrobrasil Empreendimentos Rurais	Porto Coqueiro	314,28
	São José e Lagoa Grande	947,68
	Morros	84,4
Ferreira Villarinho Ltda.	Fazenda dos Morros	629,22
Construtora Excelsior S/A	Fazenda Pinta e Campo Grande	616,71
Evaristo da Cruz Barreto, Antônio Vaz da Eira, Odazil de Oliveira Ferreira	Fazenda Guapiaçu, Campo Grande, Campo Pequeno	203,34

Fonte: Processo de desapropriação da Agrobrasil Empreendimentos Rurais S/A e outros (MEMO/SR (07)/J/nº541/2000; Código 77.409; nº de identificação 54180.000936/00-44; 936/2000; 6 volumes. Arquivo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

A desapropriação da Fazenda não foi realizada sem tensão. Um memorando enviado pelo PIC Marubaí à Regional do Incra do Rio de Janeiro de 16 de novembro de 1981 informava seis invasões em terras da Agrobrasil, realizadas nas localidades de Rio do Mato e Água Boa, ambas com a conivência e realizadas em acordo com João Goiano, administrador da empresa:

Desde que fomos oficialmente emitidos na posse da Fazenda, até a presente data, já ocorreram seis tentativas de invasão, que puderam ser contidas, todas na área das terras do Coimbra Bueno, onde está

¹³⁹ Processo de desapropriação da Agrobrasil Empreendimentos Rurais S/A e outros (MEMO/SR (07)/J/nº541/2000; Código 77.409; nº de identificação 54180.000936/00-44; 936/2000; 6 volumes. Arquivo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

¹⁴⁰ Informação (R(07)J nº 90/81, de 15/04/1981. Processo de desapropriação da Agrobrasil Empreendimentos Rurais S/A e outros, volume 1, pp. 149-153; 161.

concentrado o maior contingente de intrusos e aventureiros em busca de terra, por culpa exclusivamente do seu principal responsável, que até então comandava os desmatamentos indiscriminados e controlava a exploração da tiragem da madeira ali existente (Memo 47/81/PIC/M. Assunto Tentativas de invasões de terra (Comunica), 16/11/1981. Processo de desapropriação da Agrobrazil Empreendimentos Rurais S/A e outros, volume 1, pp. 132-134).

Nos meses que se seguiram o Incra informou que tanto o administrador da Agrobrazil, João Goiano, quanto o administrador da Ferreira Villarinho Ltda recusaram-se a permitir a entrada do Incra¹⁴¹. Outro informativo acusa o impedimento de atuação do Incra e do PIC Marubaí pela empresa Agrobrazil, acusando, também, a realização de desmatamento ilegal:

nenhum dos ocupantes da FAZENDA SÃO JOSÉ DA BOA MORTE, desapropriada pelo INCRA, no ano passado [1981], da qual já é o seu legítimo detentor na forma da lei, se dignou a se retirar da área, nem mesmo os responsáveis pela AGROBRASIL EMPREENDIMENTOS RURAIS S.A., que se comprometeram perante a Direção dessa Coordenadoria, a desocupá-la impreterivelmente no máximo até o dia 20 do corrente mês [de janeiro de 1982] (Comunicação Interna 007/82: Desocupação de Área (Providências), 29/01/1982. “Processo de desapropriação da Agrobrazil Empreendimentos Rurais S/A e outros”, volume 1, sem página).

Em reportagem de setembro de 1981, o lavrador Magno da Silveira Couto, envolvido no centro dos conflitos por terra em 1979 e cuja família estava presente na região e na luta pela terra desde antes de 1964, afirmava que os lavradores ainda esperavam para entrar nos lotes, e deixava entrever que o clima ainda era de tensão: “Tá tudo encostado num barraquinho esperando eles [Incra] abrir a fronteira para atravessar a cerca porque senão, se eles for agora, eles vêm e mata, bate, o diacho”. Magno Couto explica que se os lavradores entrarem nas terras desapropriadas para iniciar os seus lotes, correriam o risco de serem violentados pelos antigos proprietários que ainda estavam ali. Segundo João de Jesus Pereira, “Aqui, a fome de terra tá demais”: além de SJBM, as demais áreas de reforma agrária e colonização no município de Cachoeiras de Macacu não se encontravam regularizadas e ainda tinham lotes desocupados (Posseiros dizem que fome de terra é grande em Papucaia. *Jornal do Brasil* (RJ), 20/09/1981, p. 19, 1º caderno).

¹⁴¹ Comunicação Interna 124/81: Impedimento de Atuação (Comunica), 30/11/1981; Comunicação Interna 126/81: Impedimento de atuação (Comunica), 02/12/1981; Processo de desapropriação da Agrobrazil Empreendimentos Rurais S/A e outros, volume 1, pp. 130-131.

Em documento do DGIE de 1981 é informado que, mesmo após confirmada a desapropriação da fazenda, o movimento de lavradores do município de Cachoeiras de Macacu continuava organizado. Pode-se perceber isto no ato realizado em Papucaia, na Igreja de Marubaí, contando com 300 lavradores e com a presença de Padre Joaquim, João de Jesus Pereira, Miguel Pressburguer, Izaías Angelo Biazatti e Eraldo Lício de Azevedo (presidente da Fetag/RJ). Na ocasião os lavradores planejavam uma nova ocupação da fazenda, a fim de protestar contra a demora na entrega dos lotes e efetivo assentamento e contra a apropriação de faixas de terras recadastradas como “empresas rurais”, justamente nas terras consideradas mais férteis, diminuindo a área desapropriada¹⁴². João de Jesus Pereira afirma, neste momento, que no município de Cachoeiras de Macacu já se tinham mais de três mil famílias de lavradores desejosas de conquistar suas terras, “o que equivale dizer que a luta terá que continuar”¹⁴³. Durante sua entrevista, o lavrador Orodice, já citado, narrou que os lavradores optaram, durante a reunião com o Incra e o prefeito Rui Coelho Gomes (ARENA), por uma nova ocupação de terra, a fim de efetivar de fato a desapropriação conquistada.

Os relatos colhidos afirmam a complexidade da questão fundiária no Rio de Janeiro e da questão camponesa: apenas a conquista da terra não era suficiente para a sobrevivência dos lavradores, para os quais a assistência do Incra se tornava fundamental nos primeiros anos de assentamento. Áureo nos relatou que

o pessoal logo veio morar. Apanhava a terra, mediram, o povo veio para dentro do mato. Criou uma casinha de palha e trouxe a família. (...) Não tinha estrada, não tinha nada. Tinha um picadão ou aquelas estradas feitas de enxadão, aonde tinha pântano eles cortavam muita madeira e fazia um enrolado, para os carros não afundar. Aí, passavam as carretas com lenha. Tudo tirado. Porque estava uma briga feita também, com os fazendeiros e a gente. Muita lenha. O serviço era só lenha: desmatar. Que hoje é proibido, e foi a gente que destruiu tudo mesmo. Foi o homem que destruiu tudo. (...) Mas aí sim, o padre vinha, falando ainda do Padre Joaquim, fazia uma pequena reunião com aquele grupo que foi assentado pelo Incra. A reclamação daquele

¹⁴² As Fazendas São Luiz, de 980 hectares, e Riacho Ltda, de 257 hectares, foram consideradas empresas rurais após uma manobra contábil da Agrobrasil. A mudança do *status* do terreno para empresa rural não foi inocente. A declaração da área como empresa rural impedia a desapropriação por interesse social deste terreno. Desta forma, a mudança não só mantinha parte das terras dos Coimbra Bueno como diminuía o que podia ser reivindicado pelos camponeses. Ver o anexo Depoimento prestado por José Francisco da Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag, perante a CPI que apura as causas e consequências da fome, desnutrição e falta de saúde na população de baixa renda do Brasil. Informe nº 2539/30/AC/81. Acervo Projeto Memórias Reveladas/Arquivo Nacional, AC_ACE_20708_81.

¹⁴³ Movimento de Lavradores em Cachoeiras de Macacu – RJ. Documento de 17/09/1981. Informação nº 158/81. Departamento Geral de Investigações Especiais, Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo de Polícia Política. Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, pp. 413-409.

povo era a falta de comida. Porque o INCRA assentou. E aí sim, tinha que legalizar para poder vender a lenha. E agora? Essa legalização custava. Sabe quem tratava desse povo? Era o Padre Joaquim; trazendo comida.¹⁴⁴ Esse padre Joaquim. Era um fusca, que vinha arriado, com compra para o povo pobre. Ele tratou do povo, cuidou do povo. E aí, a implicância do pessoal do Incra proibiu dele entrar aqui dentro. Colocaram uma porteira lá naquela entrada, de lá para cá. Ele não podia entrar aqui dentro mais. Porque era terra federal e não podia. Aí existiam aquelas estradas antigas, feitas a enxadão, né? Aí, nós descobrimos e ele vinha. Por dentro, aqui, era tudo feito – as estradas – a enxadão. Não era patrôla não. (...) Ele vinha com aquele carro lotado. E descobriram. Trouxeram um trator de esteira, onde ele passava, fez uma vala que até para a gente passar a pé, era difícil. Para ele não trazer comida para o povo. E também o Ibama não liberava logo o documento.¹⁴⁵ Como é que esse povo ia sobreviver? Morrer de fome? Não podia. Aí, o padre cuidava da gente. Na época, o presidente do sindicato era o Joãozinho. Outra pessoa maravilhosa! Conseguia lá na Defesa Civil, no Rio de Janeiro, fez uma amizade, [conseguiu] roupas. O padre também trazia roupa; trazia tudo. Para a sobrevivência. Mesmo depois de assentado, dentro das terras, o povo passou dificuldade. Aí sim, quando chegava o documento do Ibama, era uma festa! Trabalhava dia e noite, sabe fazendo o quê? Destruindo as matas para sobreviver para poder plantar lavoura (Áureo Pereira, antigo tesoureiro e dirigente do sindicato, aposentado, morador de São José, em entrevista concedida a Fabrício Teló e Ricardo Brito em 09/11/2014).

Em reportagem do *Jornal do Brasil* de outubro de 1981 evidencia-se o conflito entre o Incra e os lavradores, apontando para um possível retorno dos conflitos na fazenda. Segundo a reportagem “os critérios do INCRA para selecionar os agricultores que ocuparão os 600 lotes da Fazenda São José da Boa Morte (...) e sua disposição de desalojar 23 famílias que cultivam parte desta área há anos, ameaçam reativar o clima de tensão e litígio na cidade”¹⁴⁶. Segundo o presidente do STR de Cachoeiras de Macacu, João de Jesus Pereira, houve uma preocupação com o modo que o Incra selecionou aqueles que ocuparam as terras, afirmando que órgão público não quis informá-lo sobre o total de lotes para o assentamento e que realizou entrevistas sem auxílio do Sindicato. Ainda de acordo com o então presidente do STR, o Sindicato e os trabalhadores das fazendas de Cachoeiras de Macacu organizaram comissões de terra em cada um dos locais de desapropriação para a maior vigilância dos assentamentos, de forma que “depois que o INCRA escolher quem vai ficar, nós vamos sentar com eles e

¹⁴⁴ No relato de Áureo nos foi informado que os lavradores eram assentados em pequenos grupos de cada vez, algo no entorno de 15 pessoas.

¹⁴⁵ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, órgão responsável pelas atividades de preservação e conservação do patrimônio natural.

¹⁴⁶ INCRA desagrada lavradores e tensão pode voltar a Papucaia. *Jornal do Brasil*, 04/10/1981. Acervo CPT Nacional, Subfundo Conflitos no Campo Rio de Janeiro, RJ-0293-0034-00003.

examinar nome por nome e querer uma explicação” (Figura 14). Segundo Magno da Silveira Couto o sentimento era de insegurança, pois, “O Incra já veio aqui uma vez e judiou muito da gente” e afirma que não quer sair da terra aonde já abriu estrada, vala e já tem plantação e comércio com as centrais de abastecimento do Rio e de Niterói.



Figura 14 – Entrega do primeiro título de propriedade na São José da Boa Morte. Data provável: 1982. Fonte: Acervo pessoal de João de Jesus Pereira.

Em 1982 o SNI comentou em documento oficial a ausência de uma política fundiária consolidada e codificada no Estado do Rio de Janeiro até aquele ano. Esta ausência, segundo a avaliação do órgão de inteligência, sobrecarregava o Incra e impedia a titulação dos assentados e o financiamento rural, aprofundando as tensões no campo. Não se pode afirmar que este raciocínio tenha sido uma diretiva oficial do órgão a respeito da questão agrária fluminense, mas a existência do documento é indicativa de que a diminuição dos conflitos rurais poderia ser alcançada por meio de uma política fundiária que levasse em consideração a desapropriação, mecanismo este previsto no Estatuto da Terra e reivindicado pelo movimento sindical. Segue um trecho deste documento em que se faz referência à Fazenda SJBM:

O estado do Rio de Janeiro não possui Projetos de Colonização, senão os que haviam sido instalados por órgãos antecessores do Incra.

Visando, porém, a enfrentar enfaticamente problemas fundiários existentes no estado, foi recentemente desapropriada uma área de terras localizada em Cachoeiras de Macacu, denominada Fazenda ‘SÃO JOSÉ DA BOA MORTE’ que comportará cerca de 700 lotes. (...) A desapropriação em si veio solucionar problemas possessórios muito presentes em Cachoeiras de Macacu, e o assentamento das famílias anulará, paulatinamente, tensões, esvaziando movimentos político-religiosos locais que se vêm preocupando em lançar os colonos contra as autoridades constituídas (Fatores que afetam a definição fundiária e dificultam a colonização e a reforma agrária (2.6). SNI, Informação nº 029/117/ARJ/82. Acervo Projeto Memórias Reveladas/Arquivo Nacional ARJ_ACE_6753_82, p. 4-5).

Em reportagem do *Jornal do País* de outubro de 1984 são apresentadas falhas e críticas do projeto de colonização promovido pelo Incra. Até aquele momento, segundo a matéria, apenas 17 títulos de ocupação provisória haviam sido entregues. Segundo o Instituto, o atraso se devia à quantidade de obras de irrigação e drenagem para tornar as terras produtivas. Para os lavradores, a empreiteira Andrade Gutierrez, contratada para nivelar o terreno, raspou uma camada de até um metro de terra fértil, utilizada na construção de diques, tendo depois espalhado e compactado terra e cascalho de um morro próximo. O resultado foram canais de irrigação de concreto abandonados e terrenos da antiga várzea sujeitos a secas e inundações e com o solo danificado, dificultando o plantio e a fixação dos lavradores na terra. Além disso, os custos das obras foram partilhados com os lavradores, fazendo-os adquirir dívidas em quanto esperam pela construção de casas, cada vez mais adiadas. Impacientes, muitos começaram a invadir o terreno¹⁴⁷.

Orodice também nos informou, em entrevista, que devido aos problemas envolvidos na obra da Andrade Gutierrez o pagamento do Incra a esta empresa foi interrompido. Por conta disso os lavradores ficaram impossibilitados de entrar nas terras, tanto pela condição precária do solo, quanto pelo precedente que abriria: a entrada tornaria necessário o pagamento pelas obras. Para ele, somente a ocupação e atuação dos camponeses organizados poderiam pressionar o Incra a atuar em prol dos lavradores (Orodice, entrevista concedida a Ricardo Brito e realizada em São José da Boa Morte, Cachoeiras de Macacu, em 01/11/2017).

Para Eliane O’Dwyer (1982), o conflito de São José se tornara “assunto de segurança nacional” em 1980. O então Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, Coronel Rubem Ludwig, enviara aos órgãos sindicais informando que a

¹⁴⁷ Projeto Rural Fracassado. *Jornal do País*, 25 a 31/10/1984. Acervo CPT Nacional, Subfundo Conflitos no Campo Rio de Janeiro, RJ-0293-0034-00048 e RJ-0293-0034-00050.

desapropriação da fazenda estava em estudo. O próprio Estatuto da Terra apontava para o objetivo de diminuir a tensão social e evitar maiores descontroles sociais e políticos, indicando o potencial político da desapropriação, capaz de garantir o ordenamento da área segundo os preceitos do Estado ainda autoritário. Conforme analisamos nos capítulos anteriores, a presença ativa do Estado na área da SJBm, envolvendo os locais de colonização, possibilitava o controle dos lavradores e o esvaziamento da sua organização.

De 1979 a 1982 o movimento de trabalhadores rurais no Rio de Janeiro mostrou sua expressividade através da realização de atos públicos, protesto e reuniões. Eliane O'Dwyer (1982, p. 13) compreende que a causa dos conflitos no interior do Estado do Rio de Janeiro se devem ao “violento processo de expropriação a que estão submetidas as famílias camponesas, nas suas condições de trabalho e manutenção”. O principal fator apontado como causador desta situação foi a “transformação das terras agrícolas em empreendimentos imobiliários com fins de especulação” (*idem*, p. 13).

A principal função da terra enxergada pelos grandes proprietários de terra no Estado do Rio de Janeiro foi a de loteamento, envolvendo deste modo a especulação imobiliária e a grilagem. A criação extensiva de gado também foi recorrente, apresentando-se como estratégia patronal de obtenção de crédito bancário, dar uso à terra com o mínimo de gasto. Em inúmeros casos a criação de gado na Baixada Fluminense está associada a um tipo de ocupação da terra que mascara a especulação fundiária. Conforme analisa O'Dwyer (1982; 1988), a atuação dos grileiros é de especial importância para se compreender a conformação dos conflitos e da estrutura fundiária no Estado do Rio de Janeiro. A análise realizada a partir do Processo de Desapropriação da Fazenda SJBm também aponta para a especificidade da grilagem no caso analisado e no Estado do Rio de Janeiro, nos quais empresas assumiram áreas de terra e protagonizaram conflitos por terra (MEDEIROS, 2015).

Segundo O'Dwyer (1982, p. 21), “O acontecimento que mais repercutiu junto ao movimento camponês fluminense, nestes últimos três anos [1979-1982], foi a ocupação das terras de São José da Boa Morte e sua posterior desapropriação”. A reocupação da São José trazia a dimensão de recuperar as terras que pertenciam aos camponeses. Para esta autora, a “luta pela *libertação* das terras *paradas e presas* nas mãos dos grandes proprietários” (*idem*, p. 25; grifos no original) esteve presente como concepção política e no diagnóstico possível em toda a movimentação política dos camponeses nas décadas de 1960 e 1980. Eliane chega a estender esta dimensão da luta política a uma “ideologia

de *Luta por Terra Livre*” (*idem*, p. 25; grifos no original), presente nas áreas em que os conflitos por terra foram revividos nos anos 1980, tais como Cachoeiras de Macacu, Magé, Cabo Frio, Nova Iguaçu e Duque de Caxias.

Novas demandas e experiências organizativas dos trabalhadores marcaram este novo período da conjuntura nacional. A pressão social por maior liberdade de expressão e organização, liberdade sindical e partidária, eleições diretas, anistia aos presos políticos e outras demandas populares caracterizaram o momento de crise da ditadura empresarial-militar, surgindo diversas entidades sociais que expressavam a atuação local, a promoção ou suporte de programas de formação de trabalhadores rurais e formavam campanhas amplas de apoio às suas demandas. Segundo Medeiros (2015, p. 86), “por meio de suas ações e redes, deram visibilidade nacional e internacional aos conflitos no campo e à violência que os acompanhava, permitindo a ampliação de alianças”. No que se refere ao Estado do Rio de Janeiro, antigas lideranças que foram presas, foragidas ou silenciadas voltaram aos espaços públicos e retomaram o contato com os trabalhadores de antigas regiões de conflito e mobilização. Além disso, como vimos, a participação da CPT foi fundamental para estas novas oportunidades políticas abertas e, muitas vezes, impulsionadas pelos trabalhadores (TARROW, 2009; MEDEIROS, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: RESISTÊNCIA TEIMOSA E MEMÓRIA NA LUTA PELA TERRA

A ocupação de 1979, a prisão em 1980, a conquista da desapropriação em 1981 e as contínuas lutas nos anos subsequentes constituíram um grupo social consolidado dentro da São José da Boa Morte. Neste sentido é possível falar, como Ecléa Bosi, que o “*grupo é suporte da memória se nos identificamos com ele e fazemos nosso seu passado*” (1994, p. 414; grifo no original). Em mais de um relato a prisão dos lavradores se tornou uma “festa”, compreendida como momento representativo da luta. Um trabalho de rememoração coletiva foi realizado, tornando-se capaz de vincular as existências individuais ao grupo e à terra conquistada pela ação coletiva. Os marcos da memória preenchem a lembrança de significação, tanto em sua carga negativa, com as prisões e violências, quanto em sua carga positiva, com a vitória representada na desapropriação e efetivo assentamento de parte deste grupo. Continuando a reflexão sobre a memória, Bosi compreende que esta não é formada pelo tempo vazio e abstrato, mas pelo tempo represado, refletido, vivido, significado: “cheio de conteúdo” (*idem*, p. 422). Esta memória está profundamente ligada a um enraizamento social, ao sentimento de pertencimento individual a um grupo: “a enxertia social não deixa que as lembranças se atrofiem” (BOSI, 1994, p. 426).

Nesses termos, buscamos mostrar como a reapropriação da memória de luta pelos lavradores de Cachoeiras de Macacu buscou reavivar os vínculos entre passado e presente, mostrar a continuidade da violência e da resistência, evidenciar os ganhos da mobilização. Sobre isso Bosi também nos alerta:

só o grupo pode resistir e recompor traços de sua vida passada. Só a inteligência e o trabalho de um grupo (uma sociedade de bairro, por exemplo) podem reconquistar as coisas preciosas que se perderam, enquanto estas são reconquistáveis. Quando não há essa resistência coletiva os indivíduos se dispersam e são lançados longe, as raízes partidas (BOSI, 1994, p. 452).

A retomada da luta pela desapropriação da São José da Boa Morte, um capítulo da luta mais ampla pela democratização do acesso à terra em todo o Brasil, trouxe consigo a memória viva dos anos de radicalização da política na primeira metade dos anos de 1960. Como afirmam diversos estudiosos, a memória é uma dimensão da atividade humana capaz de criar laços de ligação entre o indivíduo e suas dimensões pessoais e a sociedade em seus eventos históricos e formações culturais, de modo que a

memória traz consigo elementos de “ressentimento”, “luto”, “sofrimento”, “redenção” e “felicidade” sob a qual as ações coletivas e as narrativas dos fatos são observadas e construídas (POLLAK, 1989; BOSI, 1994; PORTELLI, 2006; RICOEUR, 2007).

O período ditatorial brasileiro se insere no contexto internacional de Guerra Fria. Como reflete Greg Grandin (2004), neste período o liberalismo foi militarmente “fortificado”, a sociedade foi militarizada, o otimismo na modernidade foi destruído para grande parte da população mundial ao mesmo tempo em que a violência, a fome, a pobreza crônica e o fundamentalismo aumentaram. Tudo isto em meio século de guerra contra ameaças revolucionárias reais ou potenciais. Ainda para Grandin, em países como Uruguai, Brasil e Chile, a segurança nacional estabeleceu uma repressão de precisão cirúrgica, enquanto em países como Argentina, El Salvador e Guatemala a repressão foi como um horror aberto. Em todos os casos o efeito da repressão foi a radicalização social, a polarização política e a destruição das possibilidades, ainda que incipientes, de aprofundamento da democracia.

Na América Latina diversos obstáculos impediram a consolidação de um modelo de democracia social não apenas em instituições como a burocracia governamental, Forças Armadas, propriedade privada e relações de trabalho, mas também nos aspectos mais cotidianos e invisíveis da vida. Apesar do empenho das ditaduras em impor formas de organização social e suprimir as utopias políticas, as lutas sociais se mantiveram por conta da politização e internacionalização da vida cotidiana e familiar, apresentando-se como “o poder formativo da política capaz de moldar as expectativas humanas” (GRANDIN, 2004, p. 17).

Buscamos, neste trabalho, apontar para a importância de se observar as inúmeras resistências teimosas e cotidianas das classes populares, em especial em períodos de autoritarismo e repressão institucionalizados, como foi o caso dos anos de ditadura empresarial-militar brasileira. Por meio da reflexão teórica e análise empírica apontamos a existência de um amplo, ainda que fragmentado, movimento de resistência ao avanço dos projetos de modernização no campo e à participação direta do empresariado na formulação de políticas públicas para as áreas rurais. Esta resistência teimosa guarda consigo a compreensão da participação ativa dos subalternos na política e, como afirmam Thompson (1998) e Martins (2002), tem características conservadoras que, no contexto e configuração social analisadas, assume contornos progressistas: são resistências às transformações impostas. No caso analisado, esta resistência foi capaz de

pressionar a realização, ainda que pontual e limitada, da reforma agrária enquanto distribuição de terras e democratização do acesso a elas.

Presente por 15 anos no subterrâneo das relações cotidianas de exploração de classe, o enquadramento coletivo que orientou e alimentou a percepção dos lavradores emergiu mais uma vez, em um novo contexto propício à participação popular graças à lenta distensão do regime autoritário, marcado por pressões internas e externas. Como afirmou Palmeira (1985), os locais de tradição de luta no pré-1964 foram locais em que a luta camponesa emergiu mais uma vez durante a abertura do regime, indicando que ao longo destes anos houve uma internalização da luta de classe. Como buscamos apontar no caso analisado, realizou-se um processo de introjeção da resistência e de coletivização das indignações e construção de um movimento social local capaz de perceber a si mesmo como transformador da situação de injustiça a qual estavam submetidos. A existência desse enquadramento por si só não resolve as injustiças e os problemas vividos por esses trabalhadores, mas indica uma maior disposição para o enfrentamento.

Foi nosso intuito atar um fio interpretativo entre as ocupações de 1961, 1963 e 1979, por meio de um quadro interpretativo comum sobre a resistência no local estudado. A fim de não nos atermos simplesmente às ocupações, momentos espetaculares da luta de classes (PALMEIRA, 2009), voltamo-nos também para os anos aparentemente vazios entre elas, realçando como o grupo foi definindo problemas, condições e inquietações existentes como “injustas”, modificando ou eliminando concepções que naturalizassem as condições de infortúnio e pobreza. Ao deslocarmos a perspectiva de análise para a resistência teimosa e cotidiana de trabalhadores e trabalhadoras rurais e suas organizações coletivas esperamos ter contribuído com o estudo do período da ditadura empresarial-militar, realçando a riqueza destas resistências e a importância de coletar e confrontar os testemunhos da época (RICOEUR, 2007), constituindo uma perspectiva mais crítica e acurada das tensões e violências do passado recente brasileiro.

O caso analisado certamente é um dentre as várias experiências de resistência cotidiana e teimosa em nossa história. Mesmo no Município de Cachoeiras de Macacu este não é o único caso de conflito que se desenrolou durante o período analisado. As pesquisas desenvolvidas em Medeiros (Coord., 2015) apontam para uma multiplicidade de casos somente no Estado do Rio de Janeiro. Esperamos contribuir de algum modo

para que estas histórias sufocadas se tornem reconhecidas enquanto experiências dos trabalhadores.

O presente de luta dos trabalhadores rurais do município de Cachoeiras de Macacu nos aponta para a continuidade e enraizamento desta cultura política de resistência. Ainda em 2018 os trabalhadores e as trabalhadoras rurais das regiões de Vecchi, Quizanga, Serra Queimada e arredores se encontram ameaçados de despejo pela construção da barragem do rio Guapiaçu, obra de compensação ambiental pela instalação do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj) no município de Itaboraí.

A experiência do trabalho de campo entre 2014 e 2017, bem como a participação no Projeto de Extensão *Memória das Lutas pela Terra no Rio de Janeiro*, voltado para a capacitação de professores da rede municipal e da estadual do município de Cachoeiras de Macacu, realizado no segundo semestre de 2017, nos trouxe bem a dimensão do retorno desta memória. Superando o medo de relatar violências sofridas por agentes estatais há mais de 50 anos, as histórias de luta dos anos 1960, 1970 e 1980 são vistas tanto como inspirações e herança de luta. São homens e mulheres que, como dito por Thompson (2001, p. 172), “vivem e morrem em tempo não redimido”, lançando-se em busca da terra em que possam morar, trabalhar, viver e morrer. Eles vivem naquilo que o filósofo Walter Benjamin chamou de “tempo-de-agora”: tempo medido não pela sua passagem cronológica ou pelos monumentos e efemérides das classes dominantes, mas pelos lampejos de lutas e desejos passados das classes dominadas, pela constituição de uma experiência comum que se contraponha ao avanço catastrófico e linear do progresso capitalista (BENJAMIN, 2012; LÖWY, 2005). Conforme analisa Martins:

Classificar a esperança da terra livre como um dado do passado é imputar sentido às lutas camponesas; é admitir equivocadamente que o passado tem uma existência em si mesmo. Entretanto, esse “passado” só tem sentido, só pode ser compreendido, por meio das relações que tornam sua evocação necessária - essas relações estão na violência do capital e do Estado. Portanto, esse “passado” é uma arma de luta do presente. Esse “passado” só tem sentido no corpo dessa luta, só se resolverá quando se resolverem as contradições do capital - quando então será possível compreender que o sentido do passado só se desvenda corretamente “no futuro”, na superação e na solução das contradições do capital - da exploração e da expropriação (MARTINS, 1981, p. 16).

A memória e a história oficiais da ditadura militar ressaltam os êxitos e os cálculos de soma positiva dos projetos de modernização, mas não apresentam as famílias despejadas e desestruturadas, as sociabilidades modificadas e os sonhos e projetos individuais e coletivos abortados, imprimindo no cotidiano e na lembrança do passado as violências e as arbitrariedades do regime militar. Walter Benjamin escreveu que “na representação da felicidade vibra conjuntamente, inalienável, a [representação] da redenção. Com a representação do passado, que a História toma por sua causa, passa-se o mesmo. O passado leva consigo um índice secreto pelo qual ele é remetido à redenção” (BENJAMIN, 2012, p. 242). O termo redenção articula ao mesmo tempo um significado teológico de salvação, e político de libertação. A redenção do passado é a realização e reparação da felicidade individual e coletiva de uma geração e de sua época.

Nem o nosso aporte teórico e nem os relatos colhidos podem desprezar as reivindicações de épocas passadas e o sofrimento das gerações que estiveram submersas em “tempos não redimidos”. Uma efetiva análise das resistências e lutas populares torna imprescindível a necessidade de enriquecer a observação das lutas de classes com as percepções simbólicas e as tentativas de conciliar experiência e expectativa em situações de abertura ou fechamento dos horizontes políticos pela ação coletiva.

O progresso que o anjo da História observa atônito, para utilizar mais uma vez Benjamin (2012, pp. 245-246), apresenta-se a esta população em nova roupagem: as ruínas e os destroços que se acumulam sob uma única catástrofe aos seus olhos abre lugar ao medo de ver suas terras cultivadas há mais de 40 anos serem alagadas pela construção de uma barragem. Esta nova configuração da luta local alimenta a indignação destes trabalhadores e trabalhadoras que, somando a inexistência de títulos permanentes de terra com os quais possam comprovar a sua titularidade e receber futuras indenizações, passaram a organizar suas atuações, seus discursos e suas reivindicações em uma experiência comum de luta pela terra. Retomar as rédeas do passado e tornar coletivas as memórias individuais tornou presente, no novo contexto em que se reatualiza e pressiona a necessidade de lutar, a reivindicação da “terra livre”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APTER, David E. Politics as theatre: an alternative view of the rationalities of power. In: ALEXANDER, Jeffrey; GIESEN, Bernhard; MAST, Jason (ed.). *Social Performance: Symbolic Action, Cultural Pragmatics and Ritual*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

ARANTES, Paulo (a). “1964”. In: *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo, 2014a.

_____. (b). “O novo tempo do mundo: a experiência da história numa era de expectativa decrescentes”. In: *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo, 2014b.

AREZZO, Dryden Castro de. Agricultura de grupos: um modelo para criação de novos empregos e incorporação de tecnologia. *Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra)*. Ano 3, nº 2-4, março/abril, 1973. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=7488&Pesq=>>. Acessado em: 31/10/2017.

_____. Administração Fundiária no Estado do Rio de Janeiro: das sesmarias à colonização e assentamentos. In: CARNEIRO, Maria José; GIULIANI, Gian Mario; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; RIBEIRO, Ana Maria Motta. *Campo Aberto, o rural no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

BARCELLOS, Fernando Henrique Guimarães. *Ação sindical e luta por terra no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2008.

BASTOS, Eliane Cantarino O’Dwyer Gonçalves. *Reconstituição do conflito da Boa Morte. Um Caso de Luta pela Terra no Estado do Rio de Janeiro*. Texto para discussão Grupo de Estudos sobre Movimentos Sociais. Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura. Convênio CPDA/EIAP/FGV e Fundação Ford. [S.l.: S.n.], 198-a. MSPP TRAB 0437 BR327r.

_____. *A luta pela terra em “São José da Boa Morte”*. [S.l.: S.n.], 198-b. MSPP TRAB 0439 B327l.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: *Magia e Técnica, Arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras Escolhidas, volume 1. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. Marginalia. Algumas notas adicionais sobre o dom. *Revista Mana* 2 (2): 7-20, 1996.

_____. A ilusão biográfica. In.: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. (coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRITO, Ricardo José Braga Amaral de. A luta camponesa e a repressão durante a Ditadura empresarial-militar (1964-1985). *Revista Habitus*, Rio de Janeiro, v. 13, 2014, n. 1, p. 72-87.

BRUNO, Regina (a). Liberalismo e reforma agrária: o governo Castello Branco. In: *Senhores da terra, senhores da guerra. A nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; UFRRJ, 1997a.

_____. (b). Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. In: *Senhores da terra, senhores da guerra. A nova face política das elites agroindustriais no Brasil*. Rio de Janeiro: Forense Universitária; UFRRJ, 1997b.

_____. Guardiões da Reforma Agrária. Servidores públicos e técnicos em defesa de uma Reforma Agrária durante a Ditadura Militar no Brasil. *Tempos Históricos*, vol. 16, 2º semestre, 2012, pp. 71-97.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito. Estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CARDOSO, Vinicius Maia. *Fazenda do Colégio: família, fortuna e escravidão no Vale do Macacu séculos XVIII e XIX*. Dissertação (Mestrado), Rio de Janeiro: Universidade Salgado de Oliveira, 2009.

CARNEIRO, Ana e CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo - Brasil 1962 - 1985. Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA/SDH, 2010.

CASTRO, Elisa Guaraná de. *Entre o rural e o urbano: dimensões culturais dos assentamentos rurais no Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado), Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Conflitos de territorialidades: os Projetos Integrados de Colonização de Iguatemi e Sete Quedas. *XXVIII Simpósio Nacional de História*: Florianópolis, 2015.

CORRÊA, Elisa F. e MACEDO, Marcelo Ernandez. Zé Pureza e a reforma agrária no Rio de Janeiro do pré-1964. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, vol. 15, nº 2, 2007: 368-392.

COSTA, Isabel Jovita Rodrigues da. *Ombro a ombro: ferroviários e camponeses na luta por direitos em Cachoeiras de Macacu (1954-1964)*. Dissertação (Mestrado), Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2015.

DELGADO, Guilherme Costa. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo: Cone Editora e Editora da Unicamp, 1985.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 1980.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os Estabelecidos e os Outsiders. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

- ERNANDEZ, Marcelo. Sementes em trincheiras: Estado do Rio de Janeiro (1948-1996). In: SIGAUD, Lygia; ERNANDEZ, Marcelo; ROSA, Marcelo. *Ocupações e acampamentos. Sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986, 2ª edição revista e ampliada.
- FORMAN, Shepard. *Camponeses: sua participação no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GEIGER, Pedro Pinchas; SANTOS, Ruth Lyra. Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense. *Revista Brasileira de Geografia*, ano XVI, nº 3, 1954.
- GEIGER, Pedro Pinchas; MESQUITA, Myriam Gomes Coelho. *Estudos Rurais da Baixada Fluminense (1951-1953)*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.
- GOFFMAN, Erving. *Os quadros da experiência social. Uma perspectiva de análise*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Vol. 1: Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Edição: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio; HENRIQUES, Luiz Sérgio. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRANDIN, Greg. *The last colonial massacre: Latin-America in the Cold War*. Chicago: The University of Chicago Press, 2004.
- GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987.
- _____. Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense. In.: FERNANDES, Bernardo; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). *Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. Vol. I. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980*. São Paulo: Unesp; Brasília: NEAD, 2009.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- IANNI, Octavio. Revoluções camponesas na América Latina. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (Org.). *Revoluções Camponesas na América Latina*. São Paulo: Ícone Editora e Editora da Unesp, 1985.
- LEMOES, Renato Luís do Couto Neto e. Contrarrevolução, ditadura e democracia no Brasil. In: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi; SILVA, Marcio Antônio Both da. *Ditaduras e democracias: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)*. Porto Alegre: FCM Editora, 2014. (pp. 71-88).
- LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas: Editora Unicamp, 1986.
- LIMA, Edvaldo Carlos de; SILVA, Marta Gomes da. Conflitos territoriais no município de Rio Tinto/PB: o caso da retomada de terras da Aldeia Monte-Mor. *Revista OKARA: Geografia em debate*, João Pessoa, v. 7, nº 1, 2013, pp. 112-127.

LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Teixeira da. *História Política do Abastecimento (1918-1974)*. Brasília: Binagri, 1979.

LÖWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio. Uma leitura das teses "Sobre o conceito de história"*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação (pp. 303-320). FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Revolução e democracia (1964-...)*. Coleção As Esquerdas no Brasil, vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MACHADO, Felipe da Silva. *Agricultura e reestruturação espacial na interface rural-urbana: o exemplo do município de Cachoeiras de Macacu (RJ)*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

MACIEL, Dulce P. Goiânia (1933-1963): a cidade planejada!. *IV Seminário da História da Cidade e do Urbanismo*. Salvador, 1996.

MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política. As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1981.

_____. Situações diferenciais de classe social: operários e camponeses. In: *A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

_____. Dimensões políticas da violência no campo. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, 1996, p. 126-141.

_____. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ e UNRISD, 2002.

_____. Trabalhadores do campo, luta pela terra e o regime civil-militar. In: PINHEIRO, Milton (Org.). *Ditadura: o que resta da transição*. São Paulo: Boitempo, 2014. (pp. 195-229).

_____. Transformações nas áreas rurais, disputa por terra e conflitos sociais no Rio de Janeiro (1946-1988). In: MEDEIROS, Leonilde (Coord.). *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2015. Disponível em: <www.cev-rio.org.br/pesquisasfaperj>.

MELO, Demian Bezerra de (a). O Golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra de. (Org.) *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014a. (pp. 157-188).

_____. (b). O caráter de classe do golpe de 1964 e a historiografia In: In: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi; SILVA, Marcio Antônio Both da. *Ditaduras e democracias: estudos sobre poder, hegemonia e regimes políticos no Brasil (1945-2014)*. Porto Alegre: FCM Editora, 2014b. (pp. 89-107).

MENDONÇA, Aldo Silva de. *Luta camponesa e processo identitário em Mamanguape-PB: o caso de Itapecerica*. Dissertação (Mestrado), João Pessoa: Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba, 2013.

MENEGHETTI NETO, Alfredo. Imposto territorial rural: algumas considerações. *Indicadores econômicos FEE*, vol. 20, n. 3, 1992.

MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia. Senhores e camponeses na construção do mundo*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MOTA, Juliana Costa. *Planos diretores de Goiânia, década de 60: a inserção dos arquitetos Luís Saia e Jorge Wilhelm no campo do planejamento urbano*. Dissertação (Mestrado). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2004.

NEVES, Delma. Ocupação do Imbé: conflitos e rumores. In.: MEDEIROS, Leonilde Servolo de (Coord). *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2015.

O'DWYER, Eliane Cantarino. *Da proletarização renovada à reinvenção do campesinato*. Tese (Doutorado) de Antropologia Social. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRJ/MN, 1988.

_____. Expropriação e Luta dos Camponeses Fluminenses. *Reforma Agrária – Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra)*. Ano 12, nº 2, Março/Abril de 1982, Campinas. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HEMEROLT&PagFis=8725&Pesq=s%c3%a3o%20jos%c3%a9%20da%20boa%20morte>>. Acessado em 03/11/2017.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PAGANELLI, Tomoko Jyda. Resgate de uma história: os japoneses no Estado do Rio de Janeiro. In: IBGE. *Resistência & integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato In: PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e Questão Agrária*. São Paulo: Edições Loyola, 1985. (pp. 43-51).

_____. Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. In: FERNANDES, Bernardo; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). *Lutas Camponesas Contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. Vol. I. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980*. São Paulo: Unesp; Brasília: NEAD, 2009. (p. 171 – 200)

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, pp 3-15.

PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. (pp. 103-130).

PUREZA, José. *Memória Camponesa*. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1982.

- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- RIBEIRO, Carlos A. C. *Henrique Lage e a Companhia Nacional de Navegação Costeira: a história da empresa e sua inserção social (1891-1942)*. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- ROSA JR, Ailton Fernandes da. *A pedra e a vala: a luta pela terra em Cachoeiras de Macacu (1960 – 1964)*. Monografia de bacharelado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2009.
- _____. *Em águas turvas: homens livres pobres no Vale do Macacu oitocentista*. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2014.
- SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1970-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARZ, Roberto. Verdade Tropical: um percurso de nosso tempo. In: *Martinha versus Lucrecia. Ensaio e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SCOTT, James C. *Domination and the Arts of Resistance. Hidden Transcripts*. New Haven, London: Yale University Press, 1990.
- _____. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, Campina Grande, vol. 21, nº 01, jan./jun. 2002, pp. 10-31.
- SIGAUD, Lygia. Armadilhas da honra e do perdão: usos sociais do direito na Mata Pernambucana. *Mana* 10 (1): 131-163, 2004.
- SIGAUD, Lygia; ERNANDEZ, Marcelo; ROSA, Marcelo. *Ocupações e acampamentos. Sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- SILVA, Luiz Rogério Oliveira da. *Luta pela terra em São José da Boa Morte: participação política e representação social no cotidiano dos lavradores (1960 - 1964)*. Dissertação (Mestrado). Assis: Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, 1994.
- SNOW, David A. Framing Processes, Ideology, and Discursive Fields. In: SNOW, David A.; SOULE, Sarah A.; KRIESI, Hanspeter. *The Blackwell Companion to Social Movements*. Oxford: Blackwell Companion, 2004.
- SNOW, David A.; BENFORD, Robert D. Master frames and cycle of protest. In: MORRIS, Aldon D.; MUELLER, Carol McClurg. *Frontiers in Social Movement Theory*. Yale University Press, 1992.
- TARROW, Sidney. *O poder em movimento. Movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TELÓ, Fabrício e BRAGA, Ricardo. Conflitos e repressão no campo em Cachoeiras de Macacu. In: MEDEIROS, Leonilde (Coord.). *Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2015. Disponível em: <www.cev-rio.org.br/pesquisasfaperj>.

TELÓ, Fabrício; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Violência e poder do Estado nos momentos iniciais do regime militar: a ação da Guarda Rural do IBRA. In: Jean Rodrigues Sales; Luis Edmundo Moraes e Marcos Bretas (orgs). *O testemunho como janela: movimentos sociais e repressão durante a ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2018.

THOMPSON, Edward P. La sociedad inglesa del siglo XVIII: ¿lucha de clases sin clases? In: *Tradición, Revuelta y Consciencia de clase. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Editorial Crítica, 1984

_____. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. As peculiaridades dos ingleses In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001. (pp. 75-179).

WOLF, Eric. *Guerras camponesas do século XX*. São Paulo: Global, 1984.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

Acervo dos Órgãos de Informação do Regime Militar. Fundo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais - IPES. Arquivo Nacional. BR_RJANRIO_QL_0_OFU_001_d0019de0023, pp. 276-277.

Acervo dos Órgãos de Informação do Regime Militar. Fundo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais - IPES. Arquivo Nacional. BR_RJANRIO_QL_0_OFU_007_d004de006, p. 115.

Acervo Projeto Memórias Reveladas/Arquivo Nacional ARJ_ACE_2256_80.

Acervo Projeto Memórias Reveladas/Arquivo Nacional ARJ_ACE_2234_80.

“Áreas desapropriadas no Estado do Rio de Janeiro”. Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (Inda). Delegacia Estadual Rio de Janeiro. Dezembro de 1964/Março de 1965. Arquivo Nacional – Acervo Paulo de Assis Ribeiro. BR_RJANRIO_S7_CX072_PT003_d001de001.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo de Polícias Políticas no Rio de Janeiro. Prontuário número 0043.

“Ata da Sessão Especial da Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu”. Autos de Mandado de Segurança impetrado por Ubirajara Muniz em 4 de agosto de 1964. Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu. Processo 18.061.

“Ato público de lavradores em Papucaia – ‘DIA DE LUTA PELA TERRA’”. Informe nº 082 – 20/81/PM-2/PMERJ. Documento de 11/02/1981. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo de Polícia Política. Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, p. 355.

Autos de Mandado de Segurança impetrado por Ubirajara Muniz em 4 de agosto de 1964. Câmara Municipal de Cachoeiras de Macacu. Processo 18.061.

“Conceito de Colonização”. Trabalho de Fernando A. Genschow e Alarico J. da Cunha Jr. Documentos sobre o IV Congresso Nacional de Municípios, 1957. Arquivo Nacional – Acervo Paulo de Assis Ribeiro (BR_RJANRIO_S7_C008_PT003_d001de001)

“Convenção do Condomínio Agro-Pecuario Marubaí”. “Escritura de Compra e Venda – 1967”. Metropolitana – Caixas 8 e 9/Cachoeiras de Macacu. FETAG/RJ – 1964-1989. Acervo MSPP. Disponível em: <http://www.docvirt.com/DocReader.net/DocReader.aspx?bib=UFRRJ_RepCampoFluminense>.

Decreto Lei nº 2.367, de 4 de julho de 1940. Diário Oficial da União, Seção 1, 6/7/1940, p. 12.895.

Decreto Lei nº 4.648, de 2 de Setembro de 1942, Diário Oficial da União, Seção 1, 4/9/1942, p. 13.523.

Decreto nº 53404, de 13 de Janeiro de 1964. Diário Oficial da União - Seção 1 - 14/1/1964, Página 345.

Decreto nº 57.081, de 15 de outubro de 1965. Diário Oficial da União - Seção 1 - 22/10/1965, Página 10.827.

Deliberação nº 93/65, 24 de Novembro de 1965. Boletins de Serviço do IBRA. Números 1 a 30. Anos 1965-1966. Arquivo Nacional – Acervo Paulo de Assis Ribeiro. BR_RJANRIO_S7_CX346_PT001_d001de001.

Deliberação nº 11-A, 07 de Abril de 1966. Boletins de Serviço do Ibra. Arquivo Nacional – Acervo Paulo de Assis Ribeiro. BR_RJANRIO_S7_CX346_PT002_d001de001.

“Diagnóstico Preliminar para o Plano de Ação do Governo Raymundo Padilha. Estado do Rio de Janeiro. Volume I”. Escritório Técnico Paulo de Assis Ribeiro. Arquivo Nacional – Acervo Paulo de Assis Ribeiro (BR_RJANRIO_S7_CX327_PT001_d001de001).

“Núcleo Colonial de Papucaia”. Documento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, pp. 34-39.

“Estudo da Realidade Sócio-Sindical dos Trabalhadores Rurais no Rio de Janeiro. Contag”, 1975. Caixa 15. FETAG/RJ – 1964-1989

E.M. nº 35, 20/10/1966. Arquivo Nacional – Acervo Paulo de Assis Ribeiro. BR_RJANRIO_S7_CX382_PT001_d001de001.

“Fatores que afetam a definição fundiária e dificultam a colonização e a reforma agrária (2.6)”. SNI, Informação nº 029/117/ARJ/82. Acervo Projeto Memórias Reveladas/Arquivo Nacional ARJ_ACE_6753_82, p. 4-5.

"IBRA. E.M. nº 61 para Presidência da República, 12/12/1966". Arquivo Nacional – Acervo Paulo de Assis Ribeiro. BR_RJANRIO_S7_CX078_PT001_d001de001.

“INCRA desagrada lavradores e tensão pode voltar a Papucaia”. Jornal do Brasil, 04/10/1981. Acervo CPT Nacional, Subfundo Conflitos no Campo Rio de Janeiro, RJ-0293-0034-00003.

“Informativo nº 06/80 de 02/01/1980”. Departamento Geral de Investigações Especiais, Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo de Polícia Política. Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, pp. 255-253.

Inquérito Policial Militar (IPM) do Processo nº 7.477/69, iniciado em 1964 e finalizado em 1969 (7 volumes e 1 apenso). Acervo: Brasil Nunca Mais, 17 (BNM 17). Disponível em:

http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docreader.aspx?bib=BIB_01&PagFis=23063.

Instituto Nacional de Reforma Agrária. “Processo de desapropriação da Agrobrasil Empreendimentos Rurais S/A e outros”. MEMO/SR(07)/J/nº 541/2000. Código 77.409. Número de Identificação: 54180.000936/00-44; 936/2000; 6 Volumes.

“Invasão de terras em Cachoeiras de Macacu”. Informação nº 06/80. Documento de 24/01/1980. Departamento Geral de Investigações Especiais, Secretaria de Estado de

Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo de Polícia Política. Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, p. 236-235.

“Invasão de terras em Cachoeiras de Macacu – RJ”. Informação nº 21/80. Documento de 19/03/1980. Departamento Geral de Investigações Especiais, Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo de Polícia Política. Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, p. 275.

“Invasão de terras em Cachoeiras de Macacu”. Informação nº 22/80. Documento de 22/03/1980. Departamento Geral de Investigações Especiais, Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo de Polícia Política. Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, p. 222-218.

Lei 1.802, de 5 de janeiro de 1953, Diário Oficial da União – Seção 1 – 7/1/1953, Página 273. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1802-5-janeiro-1953-367324-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acessado em: 09/11/2017.

“Levantamento de Conflitos por Terra no RJ – 1979/1981”. Caixa 16. FETAG/RJ – 1964-1989.

“Mensagem de Natal”, 1972. Metropolitana – Caixas 8 e 9/Cachoeiras de Macacu. FETAG/RJ – 1964-1989.

“Movimento de Lavradores em Cachoeiras de Macacu – RJ”. Documento de 17/09/1981. Informação nº 158/81. Departamento Geral de Investigações Especiais, Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo de Polícia Política. Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, pp. 413-409.

Ofício nº 28/79 do presidente do STR de Cachoeiras de Macacu, João de Jesus Pereira, ao presidente da Fetag/RJ, Eraldo Lírio de Azeredo, em 08/08/1979, MSPP/Sr SC.frj.ocp – Pasta II.

Ofício nº AJ/2609/79 da Contag ao Ministério da Agricultura em 29/10/1979, MSPP/Sr SC.frj.cbl – Pasta II.

Ofício nº AJ/27/80 do presidente da Fetag/RJ, Eraldo Lírio de Azeredo, e do tesoureiro, Miguel Fernando de Souza, ao coordenador regional do Leste Meridional do Incra/RJ, José Carlos Vieira Barbosa, em 31/01/1980 (MSPP/Sr SC.frj.ocp – Pasta II).

Orçamento Programa. Ibra. 1968. Arquivo Nacional – Acervo Paulo de Assis Ribeiro. BR_RJANRIO_S7_CX288_PT001_d001de001.

“Palestra e noite de autógrafos em Cachoeiras de Macacu”. Informe nº 025 – 20/81/PM-2/PMERJ. Documento de 22/01/1981. Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo de Polícia Política. Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, p. 327.

"Plano Regional de Reforma Agrária da Área Prioritária do Rio de Janeiro - Diagnóstico. Documento preliminar para discussão interna. 1969" (IBRA. Serviços

Gerais de Planejamento e Coordenação. Serviços de Planos e Projetos. Arquivo Nacional – Acervo Paulo de Assis Ribeiro. BR_RJANRIO_S7_CX287_PT003_d001de001.

“PM prende padre e posseiros no RJ”. Jornal do Brasil, 31/01/1980, MSPP/Sr SC.frj.ocp – Pasta II.

“Projeto Rural Fracassado”. Jornal do País, 25 a 31/10/1984. Acervo CPT Nacional, Subfundo Conflitos no Campo Rio de Janeiro, RJ-0293-0034-00048 e RJ-0293-0034-00050.

Relatório do Inquérito Policial Militar da Estrada de Ferro Leopoldina, assinado pelo Tenente Coronel Adhilvo Paiva e Silva em 04 de setembro de 1964. Acervo Memórias Reveladas – Arquivo Nacional. BR_DFANBSB_AAJ_IPM_0171_d.

“Relatório do Ibra, 31 de Março de 1967”. IBRA. Deliberação e Relatório. 1966-1967. Arquivo Nacional – Acervo Paulo de Assis Ribeiro. BR_RJANRIO_S7_CX347_PT002_d001de001.

“Sumário do Processo de Desapropriação de áreas de terras em Cachoeiras de Macacu – RJ. Cachoeiras de Macacu/Itaboraí. Processo de desapropriação – 1960/1970/1980”, p. 14. FETAG/RJ – 1964-1989.

ENTREVISTAS REALIZADAS E UTILIZADAS

Agricultor de 80 anos, entrevista concedida a Fabrício Teló e Ricardo Braga em 08/11/2014, Gleba Nova Ribeira, Cachoeiras de Macacu/RJ.

Aposentado de 86 anos, entrevista concedida a Fabrício Teló e Ricardo Braga em 07/11/2014, Serra Queimada, Cachoeiras de Macacu/RJ.

Aposentado de 73 anos, entrevista concedida em 08/11/2014 a Fabrício Teló e Ricardo Braga, Marubaí, Cachoeiras de Macacu/RJ.

Áureo Pereira, aposentado, antigo tesoureiro e dirigente do STR, morador de SJBM, em entrevista concedida a Fabrício Teló e Ricardo Brito em 09/11/2014.

César de Almeida, entrevista concedida a Fabrício Teló e Ricardo Braga em 12/02/2015, Japuiba/Cachoeiras de Macacu.

Dryden de Castro Arezzo, em entrevista concedida a Joaquim Soriano em 24/08/1982. Acervo MSPP/en.GP.mp3.dd.

Gerson da Conceição, entrevista concedida a Fabrício Teló e Leonilde Medeiros, realizada no Rio de Janeiro em 06/05/2015.

Jacir, entrevista concedida a Ricardo Brito, em 01/11/2017, em sua casa em Marubaí, Cachoeiras de Macacu. Esteve presente no momento da entrevista sua filha, Lena.

João de Jesus Pereira, em entrevista concedida a Joaquim Soriano realizada em 11/06/1982. Acervo NMSPP: MSPP/en.LST.trans.jjp.

João de Jesus Pereira, em entrevista a Leonilde Medeiros realizada em 28/01/1983. Acervo MSPP/en.LST.trans.jjp2.

João de Jesus Pereira, ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cachoeiras de Macacu de 1972 a 1994, entrevista concedida a Ricardo Brito em 21/12/2017, em Cachoeiras de Macacu.

Julio Ramirez, em entrevista concedida a Abdias Vilar de Carvalho e Antônio Pompeu em 27/07/2005. Projeto Memória Inera. Acervo MSPP/en.MI.trans.jura.

Lavrador de 62 anos, morador da Gleba Vecchi, entrevista concedida a Fabrício Teló e Ricardo Braga em 07/11/2014, Serra Queimada, Cachoeiras de Macacu.

Lecilma Andrade Reis, entrevista concedida a Ricardo Brito, na Tijuca, Rio de Janeiro, no dia 07/11/2017.

Nilda, entrevista concedida a Ricardo Brito e estavam presentes Lena (filha de Nilda) e Jacir (marido de Nilda), em Marubaí, Cachoeiras de Macacu, 01/11/2017.

Orodice, entrevista concedida a Ricardo Brito e realizada em São José da Boa Morte, Cachoeiras de Macacu, em 01/11/2017.

Padre Joaquim, entrevista concedida a Leonilde Medeiros, Fabrício Teló e Ricardo Brito no dia 09/07/2015 em Juiz de Fora, Minas Gerais.

Raimundo Leoni dos Santos, concedida a Joaquim Soriano em 27/04/1982. Acervo MSPP/em.LST.res.rls.

Reunião no Vecchi com moradores oriundos do Imbé. Entrevistas realizadas por Eliane Cantarino e Zé Pureza, com participação de João de Jesus Pereira. Realizada em 02/09/1981. Disponível no Acervo do NMSPP.

Roda de conversa com antigos moradores de Serra Queimada, Vecchi e Quizanga realizada em 12 de outubro de 2014, por Ricardo Braga e Leonilde Medeiros, com participação do Atingidos por Barragens (MAB) e pelo GT Agrário da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) de São Gonçalo.

ANEXOS

As listas abaixo apresentam as diferentes relações de presos nas ocupações da Fazenda São José da Boa Morte. A lista de 1961 (a) pode ser encontrada no Prontuário nº 43 do Fundo de Políticas Públicas no Rio de Janeiro, no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Ver também Teló e Braga (2015, pp. 113-114). A lista de 1964 (b) foi composta a partir das informações encontradas no IPM do Processo de nº 7.477/69, no Relatório Parcial da Comissão da Verdade de Niterói, em Silva (1994) e no Prontuário RJ 40355. Ver também Teló e Braga (2015, pp. 125-127). A lista de 1980 (c) se encontra em uma relação parcial dos presos na ocupação de 31/01/1980 e indiciados em inquérito. Foi elaborada pelo Departamento Geral de Investigações Especiais (DGIE) do Rio de Janeiro e se encontra na pasta Municípios 152-C Cachoeiras de Macacu, folhas 252-244 – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, Fundo Políticas. Ver também Teló e Braga (2015, pp. 164-166).

a) 1961:

1. Américo da Silva;
2. Antonio Lopes;
3. Antonio Xavier;
4. Fausto Gomes Joaquim Salomão;
5. Fernando Barbosa;
6. Francisco de Assis;
7. Franklin de Araujo Lima;
8. Hildebrando Pereira;
9. José Cabral;
10. José dos Santos;
11. Juarez de Barros Coelho;
12. Mariano Beser;
13. Silvio Salomão.

b) 1964:

1. Abelardo Neponucemo;
2. Adão Clemente (liderança da ocupação da Fazenda SJBm);
3. Aduino Fagundes de Amaral (liderança da ocupação da Fazenda SJBm);
4. Adino da Silva Lota (vereador pela UDN);

5. Alcídio Salvador (lavrador, vereador e liderança da ocupação da Fazenda SJBm);
6. Alfredo Alves Barbosa (lavrador e liderança da ocupação da Fazenda SJBm, preso na Secretaria de Justiça do Estado da Guanabara e posteriormente conduzido ao Estádio Caio Martins);
7. Alfredo Nunes da Silva (lavrador e liderança da ocupação da Fazenda SJBm);
8. Amadeo Rodrigues da Silva (liderança da ocupação da Fazenda SJBm);
9. Amaro de Andrade (lavrador e liderança da ocupação da Fazenda SJBm);
10. Anderson Fontes (advogado do Sindicato dos Lavradores e liderança da ocupação da Fazenda SJBm);
11. Anézio Dias de Freitas (lavrador, presidente do Sindicato dos Lavradores de Cachoeiras de Macacu e liderança da ocupação da Fazenda SJBm, preso por quatro vezes (1955, 1956, 1965 e 1966) em função de sua militância no PCB);
12. Anísio Pires de Oliveira (liderança da ocupação da Fazenda SJBm, preso no DOPS-RJ e posteriormente conduzido ao Estádio Caio Martins);
13. Antônio Enedino;
14. Antônio Jorge Xavier (liderança da ocupação da Fazenda SJBm, preso também em 1961, por ter participado da primeira ocupação);
15. Antônio Maria Porto (ferroviário, ajudou na organização da ocupação e na arrecadação de fundos para os ocupantes da Fazenda SJBm);
16. Arlindo Ferreira (liderança da ocupação da Fazenda SJBm, preso no DOPS-RJ e posteriormente conduzido ao Estádio Caio Martins);
17. Cândido de Souza (ferroviário);
18. Charles Netto da Costa (farmacêutico, auxiliou na ocupação da Fazenda SJBm e foi vereador pelo PTB);
19. Cleber Viana Fontes (liderança da ocupação da Fazenda SJBm);
20. Delais (ou Delair) Gomes (lavrador e liderança da ocupação da Fazenda SJBm, preso na Secretaria de Justiça do Estado da Guanabara e posteriormente conduzido ao Estádio Caio Martins);
21. Delcio Pereira (lavrador e liderança da ocupação da Fazenda SJBm, preso no DOPS-GB e posteriormente conduzido ao Estádio Caio Martins);
22. ElíliaCob Ferreira (esposa de Arlindo Ferreira);
23. Enedir Gonçalves (ferroviário, ajudou na organização da ocupação e na arrecadação de fundos para os ocupantes da Fazenda SJBm);

24. Epifânio Guilhermino (liderança da ocupação da Fazenda SJBm);
25. Francisco Fagundes de Amaral (liderança da ocupação da Fazenda SJBm);
26. Haroldo Siervo Cardoso;
27. Henrique Mourão (subdelegado de Papucaia exonerado e liderança da ocupação da Fazenda SJBm);
28. Ignácio Pereira da Cunha;
29. Ione Nunes da Silva (lavrador e liderança da ocupação da Fazenda SJBm, preso no DOPS-GB e posteriormente conduzido ao Estádio Caio Martins);
30. Itamar Silva (lavrador e liderança da ocupação da Fazenda SJBm);
31. Ivanir José Werly;
32. Joair Gonçalves (por vezes referido como Joair Nunes, liderança da ocupação da Fazenda SJBm);
33. João Corrêa de Paula (liderança da ocupação da Fazenda SJBm, preso na Secretaria de Justiça do Estado da Guanabara e posteriormente conduzido ao Estádio Caio Martins);
34. João Nunes da Silva (lavrador e liderança da ocupação da Fazenda SJBm);
35. João Severiano (tinha um sinal de cruz na frente do nome – talvez tivesse falecido após a prisão, foi liderança da ocupação da Fazenda SJBm);
36. Joaquim Bernardes da Silva;
37. Joaquim Delgado Filho (liderança da ocupação da Fazenda SJBm, preso no Caio Martins);
38. Joaquim Fernandes da Silva (liderança da ocupação da Fazenda SJBm);
39. José Blanco (secretário de Ubirajara Muniz);
40. José Custódio de Souza (ferroviário e vereador pelo PTB);
41. José Ignácio de Moura (ferroviário);
42. José Laurindo de Oliveira (liderança da ocupação da Fazenda SJBm e ex-vereador, com mandato cassado em 1946, pelo PCB);
43. José Nunes da Silva (lavrador e liderança da ocupação da Fazenda SJBm, preso no DOPS-GB e posteriormente conduzido ao Estádio Caio Martins);
44. José Vitorino dos Santos;
45. Josefã de Pontes dos Santos Lima (delegado do município, secretário municipal do PTB e administrador do Núcleo Colonial de Papucaia, preso no DOPS-GB e posteriormente conduzido ao Estádio Caio Martins);
46. Júlio João da Rocha;

47. Libaldo Joaquim Pinto (ferroviário);
48. Luis Pereira Lemos;
49. Luiz Francisco de Lemos (ferroviário, pai de Luis Pereira Lemos);
50. Manoel Luiz Basílio de Aguiar (liderança da ocupação da Fazenda SJBm);
51. Nilton Antônio Lobato (liderança da ocupação da Fazenda SJBm);
52. Osmar Pinto (ferroviário, ajudou na arrecadação de recursos para os ocupantes da Fazenda SJBm);
53. Silvio Pereira da Silva (ferroviário);
54. Ubirajara Muniz (prefeito);
55. Virginia de tal (esposa de Alcídio Salvador);
56. Waldemiro de Oliveira (ferroviário).

c) 1980:

1. Ademir do Nascimento (RJ, 20/08/1933, lavrador de Nova Ribeira/CM),
2. Ademir dos Santos Borges (RJ, 19/07/1954, lavrador de Quizanga/CM),
3. Aderaldo da Silva Rosa (ES, 22/12/1961, lavrador de Marubaí/CM),
4. Alcir Ferreira Brizão (ES, 08/09/1949, lavrador de Marubaí/CM),
5. Alexandre Rangel (RJ, 05/06/1926, lavrador de Rio do Mato/CM),
6. Almerindo Baiense (RJ, 10/05/1954, lavrador e pedreiro, sem local),
7. Amaro Caruso Borges (ES, nascido em 1954, lavrador de Marubaí/CM),
8. Anastácio dos Santos (RJ, 03/10/1940, lavrador de Quizanga/CM),
9. Antonio Carlos Peres dos Santos (RJ, 30/11/1954, lavrador de Marubaí/CM),
10. Antonio Ferreira de Almeida (ES, 30/05/1946, lavrador de Quizanga/CM),
11. Aristides Luiz Barcelos (RJ, 1957, lavrador da Gleba Ribeira/CM),
12. Arlindo da Silva Gomes (RS, 07/09/1918, lavrador de Rio do Mato/CM),
13. Áureo Pereira (ES, 07/07/1951, lavrador de Marubaí/CM),
14. Ayrton Ferreira de Lima (lavrador de Nova Ribeira/CM),
15. Benedito dos Santos (RJ, 13/05/1958, lavrador de Nova Ribeira/CM),
16. Braulio Francisco Cordeiro (lavrador de Marubaí/CM),
17. Claudécir Santos da Silva (ES, 10/01/1961, lavrador de Quizanga/CM),
18. Edson Silveira Couto (RJ, 16/07/1919, lavrador de Marubaí/CM),
19. Eldo Gomes Ferreira (RJ, 19/02/1946, lavrador de Marubaí/CM),
20. Elias Teixeira da Silva (RJ, 24/09/1959, lavrador de Marubaí/CM),
21. Elieser Fagundes Rangel (RJ, 08/07/1958, lavrador de Marubaí/CM),

22. Eumar Gomes Ferreira (RJ, 04/06/1949, lavrador de Marubaí/CM),
23. Francisco Caldeira (ES, 14/06/1961, lavrador de Marubaí/CM),
24. Geciel da Silva Pinto (RJ, 20/11/1940, lavrador de Marubaí/CM),
25. Genilson Cruz Colina (RJ, 15/08/1955, lavrador de Marubaí/CM),
26. Geraldo de Jesus (MG, 03/03/1957, lavrador de Rio do Mato/CM),
27. Gerson Rodrigues (ES, 03/02/1940, lavrador de Quizanga/CM),
28. Glicério da Cruz (MG, 03/05/1954, lavrador de Rio do Mato/CM),
29. Iberaldo Jorge Antônio (lavrador de Papucaia/CM),
30. Izaias Angelo Biazatti (lavrador de Nova Ribeira/CM),
31. Jacy Rodrigues Viana (RJ, 10/03/1945, lavrador de Quizanga/CM),
32. Jailton Rodrigues Viana (lavrador de Quizanga/CM),
33. Joaci Moreira da Silva (RJ, 26/10/1953, lavrador de Nova Ribeira/CM),
34. João Barbosa de Castro Filho (RJ, 16/03/1960, lavrador de Quizanga/CM),
35. João Batista Amaral da Silva (ES, 24/06/1961, lavrador de Rio do Mato/CM),
36. João Corrêa de Paula (lavrador de Marubaí/CM),
37. João de Abreu Freitas (RJ, 21/06/1948, lavrador de Marubaí/CM),
38. Joaquim Augusto da Costa (RJ, 05/07/1927, lavrador de Macena/CM),
39. Joaquim Gonçalves da Rocha (RJ, 17/12/1913, lavrador de Quizanga/CM),
40. Joel Gonçalves da Rocha (RJ, 23/09/1941, lavrador de Quizanga/CM, filho de Joaquim Gonçalves Rocha),
41. Joel Rodrigues Viana (ES, 17/10/1959, lavrador de Quizanga/CM),
42. Johaanes Joachim Maria Van Leewen (Holanda, padre Joaquim de Japuíba/CM),
43. Jonas Rodrigues dos Santos (sem informação),
44. Jorge dos Santos (RJ, 19/06/1951, lavrador de Quizanga/CM),
45. José Amélio dos Santos (MG, 30/07/1956, lavrador de Marubaí/CM),
46. José Amorim dos Santos (RJ, 25/12/1951, lavrador de Marubaí/CM),
47. José Caldeira dos Santos (MG, 19/04/1930, lavrador de Marubaí/CM),
48. José Gomes Filho (MG, 21/08/1948, lavrador de Marubaí/CM),
49. José Honório de Almeida Jr. (ES, 09/04/1958, lavrador de Quizanga/CM),
50. José Maria Pereira Lima (PB, 27/11/1946, lavrador de Marubaí/CM),
51. José Maria Peres dos Santos (RJ, 10/05/1958, lavrador de Marubaí/CM),
52. José Neto Rodrigues (ES, 05/07/1930, lavrador de Rio do Mato/CM),
53. Lauri Pereira (MG, 25/11/1948, lavrador de Marubaí/CM),
54. Laurides Pereira (ES, 13/11/1938, lavrador de Marubaí/CM),

55. Luiz Correia de Paula (lavrador de Marubá/CM),
56. Luiz da Cruz Correia (RJ, 03/12/1952, lavrador de Marubá/CM),
57. Manoel Escamilha (RJ, 20/04/1949, lavrador de Marubá/CM),
58. Manoel Gonçalves dos Santos (RJ, 1930, lavrador de Nova Ribeira/CM),
59. Manoel Joaquim Beliene (RJ, 24/09/1952, lavrador de Jardim Ribeira, Papucaia/CM),
60. Manoel Nunes Pereira (RJ, 09/04/1949, lavrador de Papucaia/CM),
61. Manoel Peres dos Santos (RJ, 22/08/1959, lavrador de Marubá/CM),
62. Nilton Cardoso Ferreira (ES, 1927, lavrador de Marubá/CM),
63. Novaes/Neves da Silva Sedano (ES, 1957, lavrador de Marubá/CM),
64. Orlando Ferreira Stellet (RJ, 06/05/1940, lavrador de Quizanga/CM),
65. Paulo Ferreira de Almeida (ES, 23/04/1944, lavrador de Quizanga/CM),
66. Pedro da Silva Rosa (ES, 1962, lavrador de Rio do Mato/CM),
67. Pedro Guimarães Filho (MG, 13/05/1942, lavrador de Boa Vista/CM),
68. Pedro Lopes Carvalho (RJ, 18/10/1938, lavrador de Marubá/CM),
69. Reinaldo Baiense (lavrador de Rio do Mato/CM),
70. Sebastião Alves de Lima (RJ, 28/03/1950, lavrador de Marubá/CM),
71. Sebastião Borges Pedrosa (RJ, 19/01/1954, lavrador de Marubá/CM),
72. Sebastião Fernandes da Silva (RJ, 02/11/1928, lavrador de Nova Ribeira/CM),
73. Sebastião Ferreira (RJ, 18/01/1936, lavrador de Nova Ribeira/CM),
74. Sebastião Gregório da Silva (MG, 19/01/1941, lavrador de Marubá/CM),
75. Sergio da Conceição (RJ, 04/10/1933, lavrador de Sossego/CM),
76. Silas Teixeira da Silva (RJ, 21/04/1962, lavrador de Marubá/CM),
77. Valci Pires Pinheiro (RJ, 14/05/1950, lavrador de Quizanga/CM),
78. Waldecir de Souza (RJ, 21/03/1959, serrador de Papucaia/CM),
79. Wilson Gonçalves da Silva (RJ, 11/06/1948, lavrador de Marubá/CM),
80. Zenito de Lima Pianes (ES, 07/05/1948, lavrador de Nova Ribeira/CM).